

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TARGINO PEREIRA DE SOUSA FILHO

**TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS NO NORDESTE BRASILEIRO:  
UM ESTUDO COMPARATIVO DE ALAGOAS E PARAÍBA**

Maceió  
2016

TARGINO PEREIRA DE SOUSA FILHO

**TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS NO NORDESTE BRASILEIRO:  
UM ESTUDO COMPARATIVO DE ALAGOAS E PARAÍBA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Marta da Silveira  
Luedemann

Maceió  
2016

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**

Bibliotecária: Janaina Xisto de Barros Lima

S725t Sousa Filho, Targino Pereira de.

Transformações econômicas e sociais no Nordeste Brasileiro: um estudo comparativo de Alagoas e Paraíba / Targino Pereira de Sousa Filha. – 2016.

**186 f. : il.**

Orientadora: Marta da Silveira Luedemann.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curso de Geografia. Maceió, 2016.

**Bibliografia: f. 172-185.**

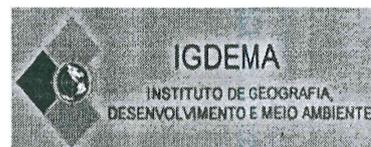
Anexos: f. 186.

1. Alagoas. 2. Paraíba. 3. Formação socioespacial. 4. Combinações geográficas. 5. Dualidade da economia brasileira. I. Título.

CDU: 504.03(813.5/.3)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE  
CAMPUS A C. SIMÕES, BR 104 – NORTE, KM 13  
CIDADE UNIVERSITÁRIA  
CEP 57.072-970 TEL. (82) 3214-1440/1441/1444/1445



## PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA – PPGG/UFAL

Assinatura: \_\_\_\_\_

Maceió, 03 de agosto de 2016.

Prof.ª Dr.ª Marta da Silveira Luedemann – Presidente

Prof. Dr. Antônio Alfredo Teles de Carvalho – Titular Interno

Prof. Dr. Odilon Máximo de Moraes – Titular Externo

Obs.: Caso o espaço disponível não seja suficiente, favor utilizar outra folha em branco devidamente assinada.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família em especial aos meus Pais, Targino e Severina

À professora e orientadora Marta da Silveira Luedemann; que contribuiu para o desenvolvimento dessa pesquisa com informações e questionamentos.

A todos os colegas e amigos que contribuíram direta e indiretamente na produção desta pesquisa. Em especial: Alessandro Moraes, Bárbara Batista, Jonatas Petrus e Jairo Henrique

Aos amigos do curso de pós-graduação do Instituto de Geografia Desenvolvimento, e Meio Ambiente. Em especial: Antonio Almeida, Ezequias Francisco, Antônio Lopes, Wanubya Menezes, Fábio Sampaio e Juliana Mello.

Aos amigos que mesmo de longe deram forças e estímulos, Paulo Vitor, Washington Silva, Danício Soares, Euzemar Florentino, Diego Nohal, Rafael Dantas, Ulisses de Paula, Thiago Rodrigues, Carlos Correia e Vinícius Kumazawa.

Aos professores do Mestrado de Geografia da UFAL.

Aos colegas do Laboratório de Estudos Socioespaciais do Nordeste, Nadson Vasconcellos, Arthur Barreto, Railson Vieira.

Aos funcionários da parte administrativa do Mestrado de Geografia, por terem sido sempre prestativos na resolução de problemas, em especial ao Washington Narciso.

À FAPEAL pelo apoio financeiro para o desenvolvimento da pesquisa;

À minha companheira Ana Rísia pelo apoio e atenção.

“A ciência é uma vela na escuridão da ignorância”.

Carl Sagan

## RESUMO

Possuindo no processo de formação particularidades na qual trazem até hoje, Paraíba e Alagoas são portadoras de uma relação dialética de atraso e dinamismo que refletem as suas heranças do período colonial. A gênese resultante nesse cenário está sobretudo alicerçada no processo de Formação Socioespacial, onde através da atividade açucareira sendo a principal produção agrícola estimulada por políticas federais e através das fases de expansão do mercado externo, possibilitou a manutenção de oligarquias que se utilizaram de privilégios fazendo refletir uma mentalidade senhorial-coronelística que paira até hoje. Contudo, no cerne dessa sociedade, através dos períodos de crises da produção açucareira durante o período colonial, houve o estímulo em ocupar terras, ampliando o latifúndio para o Agreste. Nessa região através das Combinações Geográficas, associado a fase de expansão do primeiro Kondratieff, impulsionado pela primeira Revolução Industrial, o algodão ganhou espaço, tornando o Brasil como um dos grandes produtores da fibra e no nordeste rivalizando com a cultura do açúcar, atingindo seu apogeu com a eclosão da Guerra Civil no Estados Unidos. A incorporação de novas tecnologias unida a necessidade de substituição de importações estimulou a industrial têxtil regional na qual permitiu que Campina Grande se tornasse uma das principais praças de beneficiamento. Essa produção associada as feiras, a chegada das estradas de ferro, e ao comércio, gestaria no Agreste da Paraíba uma cidade considerada capital regional. A produção de fumo no Agreste alagoano na segunda metade do século XX associado a feira, também gestaria um desenvolvimento na cidade de Arapiraca, a qual aproveitando-se desse período áureo modernizou-se e conquistou o título de principal centro comercial do Agreste alagoano. Fato é que tal atividade também trouxe consigo uma pequena produção mercantil que resultaria anos depois, em empresários dinâmicos. Nessa perspectiva o presente estudo busca entender os porquês dos entraves econômicos e do dinamismo de ambos estados, e o que levou a cidades localizadas no Agreste serem tão dinâmicas. Para isso, baseamo-nos no referencial teórico-metodológico centrado no entendimento das variáveis como Formação Socioespacial, Dualidade Brasileiras (Rangel, 1981), Ciclos de Kondratieff (Mamigonian, 1999) e Combinações Geográficas (Cholley, 1964) entre outros.

**Palavras-chave:** Alagoas; Paraíba; Formação Socioespacial; Combinações Geográficas; Dualidades da Economia Brasileira.

## ABSTRACT

Possessing in the process of formation particularities in the which bring until today, Paraíba and Alagoas are carriers of a dialectical relation of delay and dynamism that reflect their legacies of the colonial period. The resulting genesis in this scenario is mainly rooted in the process of sociospatial training, where through the sugar activity being the main agricultural production stimulated by federal policies and through the phases of expansion of foreign markets, It enabled the maintenance of oligarchies that use privileges making reflect about a manor-coronelística mentality that hangs until today. However, at the core of this society, through periods of crises of sugar production during the colonial period, there was the stimulus to occupy lands, expanding the land property for the Agreste. In this region through the Geographic combinations associated with expansion phase of the first Kondratieff, driven by the first Industrial Revolution, cotton gained ground, making Brazil one of the major producers of fiber and northeast rivaling the sugar culture, reaching its peak with the outbreak of Civil War in the United States. The incorporation of united new technologies to necessity of substitution imports stimulated the regional textile industry in which allowed Campina Grande to become one of the main squares of beneficiation. This production linked to this shopping street, the arrival of railroads, and trade, worked in Agreste of Paraíba a city considered regional capital. Tobacco production in Alagoas Agreste in the second half of the twentieth century associated to shopping street, also result in a development in the city of Arapiraca, which taking advantage of this golden period modernized it and won the title of the main shopping center of Alagoas Agreste. The fact is that such activity has also brought a small commodity production resulting years later in dynamic entrepreneurs. In this perspective the present study search to understand the reasons of economic barriers and the dynamism of both states, and which took to cities located in the Agreste are so dynamics. For this, we rely on the theoretical and methodological framework focused on the understanding of variables such as training Socio-Spatial, Duality Brazilian (Rangel, 1981), Cycles of Kondratieff (Mamigonian, 1999) and geographic combinations (Cholley, 1964) among others.

**Key-words:** Alagoas; Paraíba; Sociospatial training; Geographic combinations; Dualities of the brazilian economy.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de Solos de Alagoas.....	47
Figura 2 - Mapa Climático de Alagoas.....	48
Figura 3 - Mapa de Unidades Geomorfológicas e espacialização das Usinas em Alagoas .....	57
Figura 4 - Mapa de Área Ocupada por Cana de Açúcar em Alagoas (%) - 2013 ..	58
Figura 5 - Mapa dos Principais Caminhos de Alagoas em 1871 .....	65
Figura 6 - Evolução da Rede Ferroviária em Alagoas.....	66
Figura 7 - Mapa das Principais Rodovias de Alagoas em 1962 .....	67
Figura 8 - Mapa das Rodovias de Alagoas -2015 .....	68
Figura 9 - Mapa de estabelecimentos rurais menores que 20 hectares .....	72
Figura 10 - Mesorregiões de Alagoas.....	80
Figura 11 - Parque Fabril do Grupo Coringa em Arapiraca .....	106
Figura 12 - Unidade Fabril do Grupo Coringa em Luiz Eduardo Magalhães - Ba .....	107
Figura 13 - Mapa de localização das Usinas ativas na Paraíba (2015) .....	123
Figura 14 - Mapa de Mesorregiões da Paraíba .....	133
Figura 15 - Mapa de Classes de Terras para Irrigação .....	135
Figura 16 - Mapa de Rodovias da Paraíba – 2015.....	140
Figura 17 - Região de Influência de Campina Grande (2007) .....	142
Gráfico 1 - Dinâmica do consumo de fumo em corda e de cigarros (1945 -2000) .....	92
Quadro 1 - Índices de Alagoas e Paraíba 2013 .....	30
Quadro 2 - Estabelecimentos Rurais em Arapiraca - 2006.....	81
Quadro 3: Evolução da População de Arapiraca (1960-2010) .....	90
Quadro 4: Produção de Fumo em Folhas - Arapiraca (1974-2005) .....	93
Quadro 5 - Estabelecimentos formais – Comércio Varejista e Atacadista. (2011) .....	100
Quadro 6: Produção dos Principais Cultivos em Arapiraca (1991-2014) .....	102
Quadro 7 - Maiores Municípios do Sertão da Paraíba .....	131

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação das Regiões no PIB Nacional (1985-2013) .....	14
Tabela 2 - Evolução do IDHM por Região (1991-2010).....	14
Tabela 3 - Estrutura das Dualidades Brasileira.....	16
Tabela 4 - Companhias Ferroviárias Implantadas na Segunda Metade do Século XIX .....	18
Tabela 5 - Ranking IDHM Unidades da Federação.....	32
Tabela 6 - Síntese da Situação Social 2012 .....	33
Tabela 7 - Produto Interno Bruto do Nordeste (2005-2013) em bilhões .....	34
Tabela 8 - Ranking Estadual de evolução do IDHM (1991 - 2010).....	34
Tabela 9 - Programa Bolsa Família .....	35
Tabela 10 - PIB Per Capita dos Estados do Nordeste (em mil reais) .....	36
Tabela 11 - Participação do PIB Per Capita na renda Nordestina .....	36
Tabela 12 - Evolução dos Engenhos (1639-1897) .....	50
Tabela 13 - Produção de Açúcar em Alagoas (1850 a 1879) .....	50
Tabela 14 - Exportação de Açúcar Cristal e Demerara - Brasil.....	52
Tabela 15 - Produção de Açúcar- Regiões Norte/Nordeste e Centro/Sul (1935-1957) .....	53
Tabela 16 - Evolução da Produção dos Principais Estados produtores e porcentual exportado (médias dos quinquênios, associando anos civis a safras) .....	56
Tabela 17 - Utilização das Terras no município de Arapiraca (hectares) -2006 .	82
Tabela 18 - Crescimento Relativo da Receita do Comércio Atacadistas e Varejista .....	99
Tabela 19 - Arrecadação do ICMS em Arapiraca (Cz\$ 1,00) (1981-1984) .....	99
Tabela 20 - Pessoas com vínculo empregatício em Ocupações Formais .....	101
Tabela 21 - Empresas localizadas no Distrito Industrial de Arapiraca - 2013 ..	104
Tabela 22 - Informações Gerais sobre as Usinas do Litoral Paraibano .....	117
Tabela 23 - Estado da Paraíba Parque SucroAlcooleiro (1985) .....	121
Tabela 24 - Usinas e Destilarias em Atividade na Paraíba (2016).....	122
Tabela 25 - Número de estabelecimentos Agropecuário (percentual) - 2006...	127
Tabela 26 - Província da Paraíba - exportações em Arrobas .....	150
Tabela 27 - Estabelecimento têxteis existentes na Paraíba entre 1891 e 1930	154
Tabela 28 - Paraíba número de estabelecimentos e pessoal ocupado (1959-1979) .....	158
Tabela 29 - Atividades Econômicas, número de estabelecimentos locais e Pessoal ocupado na Paraíba ( 2014) .....	159
Tabela 30 - Estabelecimento e Ocupação no setor Industrial Paraibano (1984-2007) .....	166

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AESA</b>	Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba
<b>BNB</b>	Banco do Nordeste
<b>CAPIAL</b>	Cooperativa Agropecuária e Industrial de Arapiraca
<b>CDPA</b>	Comissão de Defesa da Produção Açucareira
<b>CETEC</b>	Centro de Tecnologia de Paulista
<b>CINEP</b>	Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba
<b>CIPLASA</b>	Ciplasa Comércio e Indústria de Plásticos Arapiraca Ltda
<b>CODESVAF</b>	Companhia de desenvolvimento do Vale do São Francisco
<b>COMUDE</b>	Comissão municipal para o desenvolvimento econômico
<b>COOPERFUMO</b>	Cooperativa Mista dos Produtores de Fumo de Alagoas
<b>COTEMINAS</b>	Companhia de Tecidos do Norte de Minas
<b>CTCC</b>	Centro de Tecnologia do Couro e do Calçado Albano Franco
<b>EMATER</b>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>EMBRAPA</b>	Empresa brasileira de Pesquisa agrícola
<b>FAGRIN</b>	Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial
<b>FGTS</b>	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
<b>FUNDAGRIM</b>	Fundo Municipal de desenvolvimento agroindustrial
<b>FUNDESP</b>	Fundo de Industrialização do Estado da Paraíba
<b>FUNRURAL</b>	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
<b>IAA</b>	Instituto do Açúcar e do Alcool
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICMS</b>	Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços
<b>IDEME</b>	Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INSS</b>	Instituto Nacional de Seguro Social
<b>IPTU</b>	Imposto Predial e Territorial Urbano
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social

<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PLANASUCAR</b>	Programa Nacional de melhoramento do açúcar
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
<b>PROALCOOL</b>	Programa Nacional do Álcool
<b>SANBRA</b>	Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro
<b>SANESA</b>	Companhia Mista de Água e Esgoto
<b>SEAGRI</b>	Secretaria de Estado da Agricultura do Estado de Alagoas
<b>SEBRAE</b>	Serviço de Apoio Brasileiro a Micro e pequenas empresas
<b>SENAI</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
<b>SESI</b>	Serviço Social da Indústria
<b>SINGRA</b>	Companhia de industrialização de Campina Grande
<b>SUDENE</b>	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
<b>TELINGRA</b>	Telecomunicações de Campina Grande
<b>TRIGAL</b>	Indústria Reunidas Grupo Coringa
<b>UDN</b>	União Democrática Nacional
<b>UEPB</b>	Universidade Estadual da Paraíba
<b>UFPB</b>	Universidade Federal da Paraíba
<b>URNE</b>	Universidade Regional do Nordeste

## SUMÁRIO

Introdução.....	14
1 Formação de Alagoas .....	39
1.1 Formação Socioespacial do Leste Alagoano .....	39
1.2 As Invasões Holandesas e seus impactos em Alagoas.....	42
1.3 O desenvolvimento da cana-de-açúcar em Alagoas.....	45
1.4 As relações de trabalho e de produção na Zona Canavieira Alagoana.....	60
1.5 O algodão e a ocupação do Agreste Alagoano .....	63
1.6 O gado e a Ocupação do Sertão Alagoano .....	74
2 Organização Espacial de Arapiraca.....	78
2.1 A feira de Arapiraca .....	84
2.2 O Cultivo do Fumo em Arapiraca.....	86
2.3 Transportes.....	95
2.3.1 A criação das Rodovias e o Beneficiamento do Algodão.....	95
2.4 O comércio em Arapiraca .....	97
2.5 Arapiraca nos dias de hoje.....	101
2.6 Estudo de Campo – Grupo Coringa.....	105
3 Formação da Paraíba .....	109
3.1 Formação Socioespacial do Leste Paraibano .....	109
3.2 Evolução e Desenvolvimento da cana de açúcar na Paraíba.....	112
3.3 Formação do Agreste Paraibano .....	124
3.4 Formação do Sertão paraibano.....	129
4 Organização Espacial de Campina Grande.....	132
4.1 O Algodão em Campina Grande .....	137
4.2 O Agreste paraibano e sua influência na formação de Campina Grande ..	139
4.3 A feira em Campina Grande .....	143
4.4 A ferrovia e as rodovias em Campina Grande .....	145
4.5 O processo de Industrialização da Paraíba e de Campina Grande.....	149
4.6 Pesquisa técnica e Universidades .....	160
4.7 Embrapa Algodão.....	160
4.8 Instituto Nacional do Semi-Árido .....	161
4.9 As universidades Federais e Estaduais e o Polo tecnológico .....	162
4.10 A Coteminas em Campina Grande.....	164
4.11 A Indústria nos dias Atuais .....	165
Considerações Finais .....	168
Referências .....	172
Anexos .....	186

## Introdução

A presente dissertação busca contextualizar os aspectos econômicos, sociais e naturais que contribuíram para entender a formação e o desenvolvimento dos Estados da Paraíba e de Alagoas, com foco para a Região Agrestina dos dois estados, onde através de algumas cidades há uma clara demonstração de uma dinâmica que se diferencia das outras regiões (Sertão e Zona da Mata). Tal fato se associa quando observamos que o Nordeste mesmo passando por décadas de crise nacionais e mundiais, apresenta relativa expansão e estabilidade econômica frente a outras regiões do país. O que nos leva a entender que o Nordeste não é uma região estagnada, ao contrário do que se observa em muitos estudos acadêmicos, mas sim uma região que vivenciou e vivencia o atraso e o dinamismo de forma dialética. Para exemplificar, cabe notar as pequenas oscilações da região no que se refere a sua participação no PIB Nacional (ver tabela 1) e a sua evolução do IDHM (ver tabela 2).

Tabela 1 - Participação das Regiões no PIB Nacional (1985-2013)

Regiões	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2013
Norte	3.8%	4.9%	4.6%	4.6%	5.0%	5.3%	5.5%
<b>Nordeste</b>	<b>14.1%</b>	<b>12.9%</b>	<b>12.8%</b>	<b>13.1%</b>	<b>13.1%</b>	<b>13.5%</b>	<b>13.6%</b>
Sudeste	60.2%	58.8%	58.7%	57.8%	56.5%	55.4%	55.3%
Centro-Oeste	4.8%	5.2%	6.0%	7.0%	8.9%	9.3%	9.1%
Sul	17.11%	17.2%	17.9%	17.6%	16.6%	16.2%	16.5%

Fonte: MAMIGONIAN, A. **O Nordeste e o Sudeste na divisão Regional do Brasil.**  
In: <http://www.grabois.org.br>- Acessado em 15/08/2015.

Tabela 2 - Evolução do IDHM por Região (1991-2010)

IDHM	1991	2000	2010
Norte	0.416	0.527	0.667
<b>Nordeste</b>	<b>0.397</b>	<b>0.516</b>	<b>0.663</b>
Centro-Oeste	0.511	0.639	0.757
Sudeste	0.553	0.676	0.766
Sul	0.528	0.660	0.754

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano. In: <http://www.pnud.org.br/>- Acessado em 17/08/2016.

Como fio condutor para explicar esse movimento dialético de atraso e dinamismo da economia Nordestina utilizamos como aporte teórico a Teoria das Duali-

dades Brasileira de Ignácio Rangel (1981)<sup>1</sup>, na qual enfatiza que o Brasil vivenciou três meias-revoluções: a Independência, a Abolição – República e a Revolução de 1930 que impulsionou o país e diminuiu seu atraso em relação ao centro do sistema capitalista mundial (MAMIGONIAN, 2009)<sup>2</sup>.

Para compreender as dualidades e como elas se dão na economia brasileira, Rangel (1981) baseia-se na Teoria de Ciclos Longos ou Ciclos de Kondratieff<sup>3</sup>, na qual através dessa correlação torna-se possível entender a história econômica e a política nacional nas suas nuances<sup>4</sup>.

No caso do Brasil, o país sendo uma Formação Social periférica acaba reagindo a essas flutuações vinda do centro do sistema de forma ativa e dinâmica, onde nas fases de expansão **(a)** do ciclo longo o país se aplica a produzir excedentes exportáveis, e na fase de retração **(b)** busca substituir importações. (RANGEL, 1981, p.3).

Desta forma as dualidades se estruturam compreendendo dois polos (um interno e outro externo), e para cada polo existem dois lados (um interno e outro ex-

<sup>1</sup> De acordo com Rangel (1981, p.9) os modos de produção no Brasil, coexistem num mesmo período, e que há sempre dois deles unidos e representados por elites econômicas e políticas em torno de um pacto de poder. Tais dualidades são os modos de produção brasileira, onde a cada meia revolução sofre uma mudança nos seus polos.

<sup>2</sup> Conforme Rangel (1992, p.8), “Desde a abertura dos Portos à Independência, a sociedade brasileira vem sendo regida por peculiares pactos fundamentais de poder, os quais há quase meio século, venho propondo que definamos com o nome de dualidades, isto é, alianças de duas classes dirigentes, a saber: um sócio maior, ou hegemônico, e um sócio menor, ou subalterno. O primeiro, herdado da dualidade anterior, politicamente amadurecido, o segundo, de formação recente, politicamente inexperiente, mas muito mais dinâmico que o outro.”

<sup>3</sup> **Primeiro Ciclo longo: fase A:1790- 1815/ fase B:1815-1847**

**Segundo Ciclo longo: fase A:1847-1873/fase B:1873-1896**

**Terceiro Ciclo longo: fase A:1896-1920/fase B:1920-1948**

<sup>4</sup> Os ciclos surgem a partir da revolução industrial nos fins do século XVIII sendo ciclos curtos (ciclos decenais - Juglarianos) e os ciclos longos (ciclos de mais ou menos 50 anos - Kondratieff). Cada ciclo contém uma fase expansiva **(a)**, e uma fase depressiva **(b)**. No caso dos ciclos decenais, Marx constatou que as crises decenais estavam ligadas a superprodução, enquanto as crises “parecem estar ligadas com a tendência da queda da taxa de lucro de longo prazo e com os esgotamentos de inovações ligadas a cada revolução industrial” (MAMIGONIAN, 1999, p.152).

De acordo com Mamigonian (1999, p.153), as fases depressivas dos ciclos têm como características as baixas taxas de lucro, nesse período há um esforço intenso nas invenções, nessa fase busca-se criar tecnologias cada vez mais novas, com a finalidade de criar um ambiente de investimentos maciços, sucateando o capital fixo envelhecido. Essas fases se caracterizam também com a expansão geográfica dos capitais hegemônicos. Isso fica claro quando vemos a expansão imperialista da Inglaterra na fase B do segundo Kondratieff (1873-1896), ou também com a expansão das multinacionais americanas na fase b do terceiro Kondratieff (1920-48)

Os períodos depressivos são períodos de intensas mudanças de conjunturas econômicas, políticas, sociais e espaciais. Conforme Mamigonian (1999, p.154) as causas do ciclo estão associadas à queda da lucratividade sob o capitalismo onde este, estimula invenções que restabelece a lucratividade, que aplicadas a diversos setores tornam-se esgotadas e volta a necessitar de novas invenções.

terno), os modos de produção e as relações de produção nessas dualidades se coexistem ao mesmo tempo (Ver Tabela 3).

**Tabela 3 - Estrutura das Dualidades Brasileira**

Dualidades	Polo Interno		Polo Externo	
	Lado Interno	Lado Externo	Lado Interno	Lado Externo
<b>1ª Dualidade (1815 -1873)</b>	Escravismo	Feudalismo	Capitalismo Mercantil	Capitalismo Industrial
<b>2ª Dualidade (1873-1921)</b>	Feudalismo	Capitalismo Mercantil	Capitalismo Mercantil	Capitalismo Industrial
<b>3ª Dualidade (1921-1973)</b>	Feudalismo	Capitalismo Mercantil	Capitalismo Industrial	Capitalismo Financeiro
<b>4ª Dualidade (1973 – ?)</b>	Semi-salariado (bóias frias, etc)	Semi – capitalismo Rural	Capitalismo Industrial	Capitalismo Financeiro

**Fonte:** RANGEL, I. *História da dualidade brasileira*. In: <http://www.rep.org.br> – Acessado em 03/11/2015.

Na primeira dualidade, no polo interno ocorre uma associação dialética entre relações pré-feudais (dos índios, dos quilombos negros, até a escravidão), e relações feudais no lado externo (feudalismo do latifúndio escravista dos tempos coloniais). Enquanto no polo externo configura-se uma segunda dualidade, que mantém relações com o mercado capitalista europeu, por intermédio da Coroa ou por Serviço Público (Companhia das Índias Ocidentais). Tais elementos estruturam no lado interno o capitalismo mercantil, e pelo lado externo o capitalismo industrial (RANGEL, 1981, p.8-10)<sup>5</sup>.

Na configuração política dessa formação surge duas classes dirigentes associadas num “pacto de poder”. No caso da primeira dualidade, as classes representantes nesse pacto foi a dos vassallos-senhores sendo o Sócio-Maior, e a classe dos comerciantes Sócio-Menor (RANGEL, 1981, p.15).

Com a independência do Brasil em 1822 (a primeira meia-revolução) gestou-se através de firmas export-import localizadas nas praças do Rio, Recife, Salvador e outras menores um capital comercial brasileiro. Conforme afirma Mamigonian (2009, p.50),

<sup>5</sup> De acordo com Rangel (1981, p.10), “foi somente com a abertura dos Portos (e a Independência, seu corolário político), que surgiu propriamente o edifício da dualidade”.

Tais firmas eram comandadas por imigrantes europeus, portugueses em maioria, nascidas no período colonial, mas que com a Independência se livraram do monopólio comercial da metrópole portuguesa, se tornaram nacionais e se vincularam ao dinâmico capitalismo industrial inglês. Esta aliança estimulou os fluxos comerciais dirigidos pela Inglaterra, os sistemas portuário e ferroviário, o transporte fluvial e marítimo de cabotagem, etc.

A vinculação desse capital comercial com o capitalismo industrial inglês se estabelecia de diversas formas. Em Alagoas, essa relação acontecia nos contratos feitos em 1866 com a Companhia Baiana de Navegação (transporte de pessoas e mercadorias vindas da Província, via Pilar e cidade de Alagoas) (LIMA JÚNIOR, 2001, p.26), e pela navegação onde o algodão produzido no estado era destinado ao porto de Salvador pelos vapores da empresa (SAMPAIO, 2006, p.236).

Dessa forma, essas praças export-import localizada no Porto de Jaraguá mantinham sua relevância econômica atendendo os interesses do comércio de exportação ligados ao fornecimento de matéria-prima à Europa (BARROS, 1991, p.21). Do mesmo modo ocorreu na Paraíba, a relação com capitalismo industrial inglês se dava através da abertura das estradas de ferro e na introdução dos maquinários para o beneficiamento de algodão e para os engenhos (ver tabela 4).

Tabela 4 - Companhias Ferroviárias Implantadas na Segunda Metade do Século XIX

Companhia	Origem do Capital	Capital (libras)	Estado	Data de Inauguração	Principais itens transportados
<b>Recife to São Francisco Railway Co. Ltd</b>	Reino Unido/Capital Privado	1.685.000 (Capital Inicial)	Pernambuco	1858	Passageiros, Cana-de-Açúcar, Açúcar e Madeira
<b>Bahia and San Francisco Railway</b>	Reino Unido/Capital Privado	1.800.000 (Capital Inicial)	Bahia	1863	Passageiros, Cereais, Animais e Madeiras
<b>Brazilian Imperial Central Bahia Railway</b>	Reino Unido/Capital Privado	1.462.500 (Capital em 1887)	Bahia	1866	Passageiros, Cereais, Animais e Madeiras
<b>Via Férrea Sul de Pernambuco</b>	Governo do Estado		Pernambuco	Década de 1870	Passageiros, Água e Alimentos
<b>Cia. Cearense de Via Férrea de Baturité</b>	Capital Privado Local		Ceará	1871	Passageiros, Água e Alimentos
<b>Ferrovía de Sobral</b>	Governo do Estado		Ceará	1881	Passageiros, Água e Alimentos
<b>The Great Western of Brazil Railway Co. Ltd</b>	Reino Unido/Capital Privado	562.500	Pernambuco	1882	Passageiros, Cana-de-Açúcar, Açúcar, Algodão, Tecidos e Madeira
<b>Alagoas Railway Co. Ltd</b>	<b>Reino Unido/Capital Privado</b>	<b>512.200</b>	<b>Alagoas</b>	<b>1882</b>	<b>Passageiros, Cana-de-Açúcar, Açúcar, Cereais e Algodão</b>
<b>Conde d'Eu Railway Co. Ltd</b>	<b>Reino Unido/Capital Privado</b>	<b>675.000</b>	<b>Paraíba</b>	<b>1882</b>	<b>Passageiros, Água, Cereais, Sal, Animais e Açúcar</b>
<b>Imperial Brazilian and Nova Cruz Railway Co. Ltd</b>	Reino Unido/Capital Privado	618.305	Rio Grande do Norte	1883	Passageiros, Água e Alimentos
<b>Central de Pernambuco</b>	Governo do Estado		Pernambuco	1895	Passageiros, Água e Alimentos
<b>Prolongamento da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco</b>	Governo do Estado		Bahia	1896	Passageiros, Água e Alimentos

Fonte: SIQUEIRA, T. V. de, **As primeiras ferrovias do Nordeste brasileiro: processo de implantação e o caso da Grest Western Railway**. In: <http://www.bndes.gov.br>-Acessado em 02/07/2016. Elaboração: SOUZA FILHO, T.P.de

De acordo com Rangel (1981, p.20), a passagem dessa primeira dualidade para a segunda ocorreu em razão dos conflitos de ordem dentro do polo interno, e mais precisamente em função do crescimento das forças produtivas, sendo o fim do tráfico negreiro e a Lei de Terras às condições para essa mudança<sup>6</sup>.

A fase de retração **(b)** do segundo ciclo longo (1873-1896) pressionaria essa dualidade em promover algum tipo de substituição de importação. Assim o esforço principal caberia ao capitalismo mercantil incentivando a produção interna, através de processos artesanais e manufatureiros (RANGEL, 1981, p.24)<sup>7</sup>.

Na segunda dualidade tanto os engenhos de Alagoas como da Paraíba introduziram novas tecnologias decorrentes da I Revolução Industrial (moendas metálicas, jogos de centrífugas e etc.). Associado a tal movimento, o município de Campina Grande vivenciaria também a introdução de melhorias técnicas nos setores de beneficiamento do algodão (prensas, boladeiras e etc).

A entrada da fase **(a)** do terceiro ciclo de Kondratieff (1896-1920) associada ao surto cafeeiro resultou em um crescimento da economia nacional, e em um desempenho vigoroso do latifúndio. O reflexo da primeira Guerra Mundial, e a crise do terceiro ciclo de Kondratieff (1920-1948) induziria um esforço artesanal de substituição de importação. A fase **(b)** do terceiro Kondratieff (1920-1948) traria a terceira

---

<sup>6</sup> Devido ao fim do comércio de escravos a fazenda escravagista foi forçada a modificar suas relações, passando ser internamente feudal e externamente uma empresa comercial, a classe dos vassalhos-senhores de escravos, passava a se converter na classe dos barões comerciantes e mais tardiamente em latifundiário do período republicano. Nesse polo interno constituído, os filhos, netos de escravos passavam a serem trabalhadores semi-livres. Assim o senhor de escravos convertia-se internamente na fazenda em senhor feudal, e externamente em comerciante. De acordo com Rangel (1981, p.23) o capitalismo mercantil agora chegava diretamente pelo lado externo, surgia assim um elemento comum aos dois polos da dualidade.

No polo externo o capitalismo mercantil mantinha-se, nada mudara devido ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas do sistema já alcançando, o que impedia o conflito de relações de produção. Na base da estrutura Política do Estado, o pacto de poder se dava com a Burguesia comerciante representativa do polo externo sendo o sócio maior, visto que ela era uma formação madura, e politicamente capaz de conduzir os negócios do Estado, e os fazendeiros, latifundiário-feudais eram o sócio menor, representando o polo interno. (Rangel, 1981, p.24)

<sup>7</sup> Os fazendeiros que tinham aumentado sua renda durante a fase A do segundo ciclo (1847-1873) migraram para as cidades levando a criadagem de escravos, com o refluxo na fase b do ciclo longo (1873-1896), esses mesmos fazendeiros tiveram que libertar e lançar ao mercado urbano do trabalho essa população escrava, ao mesmo tempo seria impensável um retorno dessas famílias já urbanizadas para as fazendas. Segundo Rangel (1981, p.25) foi através da pequena produção de mercadoria orientado pelo capitalismo mercantil, que se fez a preparação para a industrialização substitutiva de importações, que ocorreria na fase B do terceiro ciclo (1920-1948). O autor também aponta que a República se tornava assim a confirmação das mudanças ocorridas na dualidade, tendo como representante do sócio hegemônico, a Casa Comissária apoiada nas comunidades de comerciantes, na outra base do pacto de poder estavam os latifundiários-comerciantes (coronéis) representando o sócio menor.

dualidade junto com a Segunda República, e a passagem às formas industriais de substituição de importações. (RANGEL, 1981, p.26)

A grande depressão mundial (crise de 1929) e a Segunda Guerra Mundial assinalavam a passagem da fase **(b)** do terceiro ciclo de Kondratieff (1921-1948), assim, era necessário um novo esforço de substituição de importações. Fato é que, era inviável repetir o desempenho do polo interno que caracterizou a primeira dualidade (diversificando a produção nas fazendas de escravos). A experiência da segunda dualidade (diversificação da produção interna por via artesanal, sob a liderança do capitalismo mercantil) foi tentada regionalmente e setorialmente. No caso da indústria de transformação empreendeu-se uma peculiar substituição industrial de importações que viria introduzir um elemento novo, e de extraordinário dinamismo no sistema. De acordo com Rangel (1981, p.26), o capitalismo industrial que estava presente no polo externo da dualidade e no lado externo aparecia agora do lado interno, substituindo o capitalismo mercantil.

O capitalismo industrial nascente conflitava com o capitalismo industrial do centro, o aparecimento desse capitalismo industrial no lado interno implicava em sua exclusão do lado externo. Assim, para recompor a dualidade seria necessária sua substituição por outra formação superior. Dessa forma o lugar antes ocupado pelo capitalismo industrial cêntrico foi ocupado pelo capitalismo financeiro (RANGEL, 1981, p.27).

Nesta fase, as economias Alagoanas e Paraibanas recebiam o reflexo do cenário da economia nacional, passando também por um processo de industrialização de alguns setores, seja na transformação dos Engenhos Centrais em Usinas de açúcar ou no surgimento das primeiras fábricas têxteis. O capitalismo financeiro surgiria no setor algodoeiro através de empresas como a Anderson Clayton e SANBRA, que desempenhavam a função de capital financeiro adiantando parte significativa do capital necessário para as despesas de cultivos e de colheitas aos produtores.

Cabe frisar que a economia nordestina não ficou alheia às transformações participou dela adaptando suas estruturas, como também fornecendo ao Sudeste elementos para o seu desenvolvimento (os contingentes de mão-de-obra). Diferentemente do Sudeste que com acumulação no setor cafeeiro permitiu a contratação de trabalhadores livres estrangeiros, o Nordeste perdendo mão-de-obra escrava teve que resolver o problema de sua substituição sem condições de tentar com êxito a

alternativa do colonato<sup>8</sup>. Tal ritmo lento que se processou a substituição do trabalho escravo pelo livre cristalizou no Nordeste formas incompletas de trabalho assalariado, mais persistente e resistente à mudança (VIANNA, 1985, p.12-13).

Nesse contexto, o Brasil passava a se orientar por um novo centro que assumia a hegemonia na economia mundial. Após as duas Guerras Mundiais, os Estados Unidos da América se fortaleceram economicamente gestando um parque industrial diversificado de insumos primários, a economia americana tinha menos necessidade do que a inglesa de adquirir matérias-primas nos países periféricos, assim como reservar mercado comprador para produtos de suas indústrias. O que demonstrava que os Estados Unidos da América não tinham nada a perder em incentivar a industrialização nos países periféricos. Tal fato fez esse país assumir a hegemonia no centro da economia mundial<sup>9</sup> (NUNES, 2008, p. 40).

No que se refere a quarta dualidade ainda não concretizada, Rangel (1981) salienta que o país necessitará de uma nova substituição de importações recaindo sobre o departamento I da economia, em decorrência do endividamento do país oriundo da importação de bens de equipamento e produção. Esse esforço implicaria em radicais mudanças diferentes das demais dualidades<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Entende-se por colonato, imigrantes e trabalhadores livres que integrassem na produção de Café (MARTINS, 1981, p.62)

<sup>9</sup> O Sócio-Maior nesse novo pacto de poder era representado pela classe dos fazendeiros e comerciantes, e o Sócio-Menor era a jovem classe dos industriais. Cabe destacar que outra característica dessa dualidade foi o aparecimento de ciclos médios em nossa economia, com duração em torno de dez anos, esses ciclos médios explicam nossos “milagres” econômicos. Tais ciclos estavam relacionado com grau de nosso próprio desenvolvimento econômico, pois alcançado trazia implicitamente o surgimento de um centro dinâmico interno. Essa lógica é marcada pela crise provocada pelo surgimento de capacidade ociosa em alguns setores da economia, na qual criam tensões sociopolíticas que tendem a gerar mudanças institucionais, que, por fim, criam mecanismos para se investir em áreas com estrangulamento e geram um novo surto de crescimento. (NUNES, 2008, p.41)

<sup>10</sup> Tais mudanças necessitariam de um aparelho de intermediação financeira viabilizando formação de capital, além da substituição de importações, outros problemas teriam que ser solucionados, Exemplo: Reforma agrária, visto que a negação dessa condição foi a que conduziu o esforço de industrialização substitutiva de importações. Porém com a transformação da estrutura industrial brasileira, cada vez mais se poupava mão-de-obra, fazendo crescer o exército industrial de reserva. Como solução é preciso recompor o complexo rural desfeito: seja no quadro rural, suscitando uma produção de autoconsumo (de bens agrícolas e não agrícola) que absorvesse a mão de obra temporária, seja no quadro urbano, possibilitando a construção suburbana de casa própria, pelo emprego da mão-de-obra ociosa. (RANGEL, 1981, p.32-33). Ambos os casos, esta resolução do problema é inibida pelo preço da terra – tanto no meio rural como urbano – que se transformou em ativo de especulação financeira. Assim esse problema se resolverá a partir do momento em que o preço da terra entrar em colapso com o advento deste fenômeno. Segundo Rangel (1981, p. 33), as diferenças entre as partes do polo interno – o polo em crise – se tornariam evidentes. Assim, os capitalistas rurais venderiam suas terras ociosas e excedentes, conseqüentemente o preço da terra cairia, tornando-a acessível ao pequeno produtor, dessa forma seria destruído o monopólio latifundiário da terra, assim chegaria ao fim à terceira dualidade, constituindo a quarta dualidade brasileira. A estrutura dos polos se daria dessa forma:

Fazendo esse panorama da Dualidade Brasileira e dos Ciclos Longos e seus reflexos no Brasil e conseqüentemente nos estados de Alagoas e da Paraíba passamos agora a discutir a nossa categoria de análise que é a Formação Sócioespacial. Pois, tanto Alagoas como a Paraíba tiveram uma formação semelhante baseado na exploração da cana-de-açúcar, algodão e no trabalho escravo, porém ambos apresentam peculiaridades no seu desenvolvimento. No caso da Paraíba, o *boom* algodoeiro, a cana de açúcar e a pecuária geraram oligarquias no estado, com a expansão do algodão no Agreste criou-se uma classe de comerciantes que acabou dando origem a empresários dinâmicos.

Em Alagoas, a oligarquia açucareira foi quem sustentou as relações políticas e eleitorais das classes dominantes desde o período colonial até os dias atuais. (LIRA, 2015). Tal classe se fortaleceu no século XX através de políticas federais e principalmente do mercado externo, se aproveitando em períodos de expansão concentrando a produção e as terras melhores agricultáveis do estado (TENÓRIO, 2009, p. 39). Em contraste, no Agreste alagoano a expansão fumageira e seu desenvolvimento na segunda metade do século XX criou uma Pequena Produção Mercantil gestando uma industrial local dinâmica e um comércio desenvolvido.

A categoria de Formação Socioespacial desenvolvida por Santos (1977) diz respeito à evolução das sociedades no seu quadro próprio, e em relação com as forças externas que lhe provém impulso. Assim “a base para a explicação torna-se a produção, todavia, a formação social e o espaço dentro dessa categoria tornam-se interdependentes” (SANTOS, 1977, p. 82).

A Formação Sócioespacial em nossa pesquisa é o pilar para entender à formação e a evolução de ambos os estados. A partir dela compreendemos os modos

Polo interno: Lado interno: semi-salariado (bóias frias, etc.)  
Lado externo: semicapitalismo rural

Polo externo: Lado interno: capitalismo industrial  
Lado externo: capitalismo financeiro (centro dinâmico mundial)

Sendo o sócio maior: a burguesia industrial, representando o polo externo, e o sócio menor: a nova burguesia rural, representando o polo interno. A aproximação de dois polos, no tocante aos respectivos modos dominantes da produção homogeneizaria a economia e a sociedade, prenunciando o fim do próprio fenômeno da dualidade. (RANGEL, 1981, p.33)

de produção (escravista, feudal e capitalista) correlacionando com as forças externas e se coexistindo ao mesmo tempo<sup>11</sup>.

Para Sereni *apud* (SANTOS, 1977, p. 83), a categoria de Formação Socioespacial expressa à unidade e a totalidade das esferas econômicas, social política e cultural da vida de uma sociedade, daí a unidade da continuidade e da descontinuidade de seu desenvolvimento histórico<sup>12</sup>.

O estudo sobre as Formações Socioespaciais permite então, o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, além de reconhecer as similaridades e definir as especificidades de cada formação. De acordo com Santos (1977, p. 84), a sociedade não tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixas, nem é marcada por formas definitivas de propriedade e relações sociais.

Desse modo a Formação Socioespacial é indissociável do concreto, representado por uma sociedade historicamente determinada. Para Santos (1977. p. 86)

Essa exigência de concreticidade, não quer de modo algum dizer que se possam apreender elementos concretos isolados como uma coisa em si própria, mas que é preciso compreender esses elementos interagindo e evoluindo juntos, submetidos à lei do todo. Desta maneira as Formações Socioespaciais devem ser entendidas em um quadro de um movimento totalizador.

Em nossa pesquisa essa interação dos elementos ocorre a partir da ocupação e da formação das regiões do Agreste e Sertão, onde as mesmas estiveram associadas à evolução da atividade canavieira da Zona da Mata, em razão das crises de produção, da expansão da pecuária bovina e do algodão. Dessa forma, o modo de produção, a formação social e o espaço são interdependentes para a compreensão de nosso objeto de estudo<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> Desse modo, fica mais claro quando Santos (1977, p. 89) mostra, que o modo de produção se expressa pela luta e interação entre o novo, que domina o velho. Assim o novo procura impor-se por toda parte, porém sem poder realizar isso completamente. O velho é o modo de produção anterior, mais ou menos penetrado pelas formas sociais e pelas técnicas que correspondem ao modo de produção novo.

<sup>12</sup> Em nosso estudo esta continuidade é histórica e esta relacionada ao latifúndio, a monocultura, as desigualdades econômicas, sociais e geográficas, a descontinuidade refere-se o convívio do moderno, ou seja, das unidades produtivas e meios de produção de ponta (elementos capitalistas), com o atraso representado pela concentração de renda, dominação econômica e política entre algumas famílias, relações políticas de cunho feudal, além do atraso no sentido cultural com o preconceito e a negação das raízes.

<sup>13</sup> Para Santos (1977, p. 87) essas três categorias são interdependentes e todos os processos que formam o modo de produção são historicamente e espacialmente determinados num movimento conjunto através de uma formação social. Essa Formação Social compreenderia uma estrutura técnico-produtiva expressa geograficamente por certa distribuição da atividade de produção, não podendo ser concebida sem referência à noção de espaço, pois o espaço é uma instância da

Para Santos (1977, p. 87), os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada, deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí na sua determinação geográfica serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares.

Assim as Formações Socioespaciais são uma organização histórica, que abarca “a totalidade da unidade da vida social”. Nesse contexto o espaço construído e a distribuição da população não têm um papel neutro na vida e na evolução das Formações Socioespaciais. O espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. O espaço influencia a evolução de outras estruturas tornando-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos. (SANTOS, 1977, p. 90-91)

A formação Socioespacial compreende uma estrutura técnica produtiva na qual se expressa geograficamente pela distribuição, circulação e consumo. A partir dessa premissa é que podemos compreender quais fatores externos e internos influenciaram para a evolução das diferentes regiões em Alagoas e na Paraíba, em específico ao surgimento do que se entende por Agreste, e o porquê que as atividades como o fumo, o algodão, as feiras e indústrias se localizaram naquele espaço.

Desse modo, Mamigonian (2005, p.183) destaca que para o estudo de uma Formação Sócioespacial, é preciso analisar as múltiplas determinações naturais, técnicas, de trabalho, de propriedade, culturais e políticas que se combinam num todo concreto e localizado.

Nesse sentido utilizamos como aporte as combinações geográficas que junto com as (Dualidades e o Ciclo Longo e a Formação Sócioespacial), será o alicerce para o entendimento da realidade estudada<sup>14</sup>.

As combinações geográficas de André Cholley (1964), possibilitam a noção de redução da realidade geográfica a seus elementos mais simples, tornando-se possí-

---

sociedade que contém e é contido pelas demais instâncias (social, política, cultural-ideológica, econômica)

<sup>14</sup> Embora no estudo de Formação Sócioespacial Santos (1977) indique que tal categoria deva ser entendido em nível nacional. Para Mamigonian (1965) o mesmo conceito pode ser aplicado em uma escala geográfica regional, visto que suas referências nos clássicos do marxismo Lênin (1982), Trotsky (1925) e Rangel (2005b) demonstraram que havia diferenças nas forças produtivas e nas relações sociais de produção em seus países, dependendo da área Geográfica analisada. Ou seja, no mesmo território nacional há peculiaridades na transição do modo feudal para o modo de produção capitalista. (CUNHA, 2015, p.37)

vel chegar à noção de combinação de complexo, expresso por fenômenos de convergência<sup>15</sup>.

Segundo Cholley (1964, p.140-141) as combinações podem ser classificadas em três categorias, as que resultam de convergências de fatores físicos (solo, clima, hidrografia, localização, geomorfologia, geologia e etc.), aquelas mais complexas, que são a um tempo de ordem física e de ordem biológica, e as que resultam da interferência conjunta dos elementos físicos, biológicos e dos elementos humanos (Combinações Humanas).

Tal classificação parte de um pensamento sistêmico, rompendo com o pensamento mecanicista que estuda os elementos isoladamente, assim as combinações surgem das interações entre as partes, porém essas partes estão em interação com o todo e vice-versa. De modo geral somente estudando os fatores constituintes das combinações é que compreenderemos a função de cada elemento da combinação.

As combinações, assim acabam possuindo um dinamismo próprio, pois evoluem e desaparecem através de crises, por exemplo: esvaziamento demográfico. Em nosso estudo tal exemplo de desaparecimento pode ser usado na atividade algodoeira e fumageira, pois ambas produziram um meio particular no período auge de suas produções, atraindo mão-de-obra, desenvolvendo bases para o surgimento industrial, promovendo uma evolução urbana, associado com os determinantes físicos<sup>16</sup>.

De acordo com Cholley (1964, p. 267), a própria estrutura das combinações geográficas impede de considerar os fatores isolados, pois eles existem como elementos da combinação. Devemos assim, estabelecer as relações que os encadeiam aos demais elementos da combinação, a sua função no processo, e o dinamismo que a anima.

---

<sup>15</sup> No estudo das combinações geográficas, de acordo com Cholley (1964, p. 140) “a geografia toma a própria combinação como objeto de seu estudo, procurando determinar os caracteres das combinações e as razões dessa convergência de elementos”. Há ainda maneiras de desvendar o caráter geográfico das combinações, a primeira seria que as combinações oferecem uma localização especial no plano global, à segunda é verificar se ela contribui para criar no próprio local em que se produz um meio particular, que sirva de quadro às manifestações da vida.

<sup>16</sup> De acordo com Cholley (1964, p.144), as combinações físicas são muito mais simples, pois não exprimem senão convergências elementares, tendo interesse apenas em dois ou três fatores, ao contrário das combinações humanas, que possuem uma superposição de complexos mais variados. Dessa forma um determinado local não resulta apenas de combinações simples que exprimem um único modo de atividade, mas podem ocorrer múltiplas combinações que provocam densidades mais fortes, estruturas sociais estratificadas e hierarquizadas, constituindo lugares mais complexos, como cidades, vilas e subúrbios.

Dentro da perspectiva das combinações geográficas, as representações cartográficas ganham destaque, pois elas informam através da distribuição espacial de uma combinação o dinamismo que permitiu a conquista do espaço, além das relações que criam entre alguns de seus elementos físicos, biológicos e humanos<sup>17</sup>.

As combinações podem ocorrer em diferentes escalas, ao que se refere à escala regional, Cholley (1964, p.274) destaca dois fatores que possibilitam a compreensão de um surgimento de uma vida regional: as condições naturais, pois essas oferecem à escolha do homem para o estabelecimento de relações, ou pelos recursos que coloca a sua disposição, e as condições humanas que através de suas técnicas, concepções políticas, fazem brotar a vida regional em qualquer lugar do planeta.

No que se refere à escala continental, Cholley (1964, p.274-275) destaca que não se torna possível compreender as particularidades de todas as combinações, assim é preciso elevar-se a noção de zonas ou grandes conjuntos zonais. No aspecto humano das combinações, devem-se elevar as noções de gêneros de vida ou de civilização<sup>18</sup>.

Nesse sentido, com base nesses aportes teóricos levantamos as seguintes questões como fio norteador de nossa pesquisa.

O que levou a estados com formações semelhantes a terem desenvolvimentos diferentes? Quais os fatores que levaram a região Agrestina possuir uma dinâmica diferente da Zona Litorânea Açucareira e do Sertão?

Para responder tais questionamentos colocamos alguns objetivos para alcançar as respostas devidas e compreender a realidade de ambos os estados.

Analisar a Formação Socioespacial de ambos os estados. Verificar as transformações econômicas e sociais numa perspectiva histórica e geográfica que Alagoas e Paraíba passaram ao mesmo tempo analisar o processo de ocupação da região do

---

<sup>17</sup> Segundo Cholley (1964, p.268), o método para interpretar a estrutura de uma combinação a estabelecer sua evolução, seria o analítico, operando nas dimensões de tempo e espaço, associado com o método histórico e o método das ciências naturais, na qual reúne os acontecimentos históricos, que permite reconstituir as sucessões e as substituições de combinações e respectivamente interpretar a combinação em movimento, em plena ação, no espaço em que ocupa.

<sup>18</sup> Em relação à geografia Geral é na escala de planeta que se estuda as combinações. De acordo com Cholley (1964, p.276) é o mais alto nível de generalização no estudo geográfico. No domínio da Geografia Física as regras que definem a ação dos diversos fatores nas combinações são: estrutura tectônica, clima, fenômenos hidrológicos, sistema de erosão e etc. Para a geografia Humana trata-se de pesquisar acerca das formas de atividades praticada pelos povos da terra.

Agreste alagoano e paraibano, compreendendo a evolução e o desenvolvimento dos municípios de Arapiraca e Campina Grande. Desvelar as políticas de cada estado, regionais e de caráter nacional procurando entender suas disparidades e seus entraves ao desenvolvimento. Elucidar a atual condição socioeconômica e política em Alagoas e na Paraíba.

Com tais questionamentos e objetivos expostos, vimos à necessidade de utilizar como método de análise o materialismo Histórico e Dialético. Pois tal método não concebe a natureza como um acumulado acidental de objetos e fenômenos, desligados e isolados um dos outros e não dependentes entre si, mas sim como um todo interligado, onde tais objetos dependem um do outro. Assim a natureza está em movimento permanente, de incessante renovação e desenvolvimento. De acordo com Stálin (2014, p. 3).

O método dialético entende que o processo de desenvolvimento deve ser entendido não como um movimento circular, não como uma simples repetição do passado, mas como um movimento progressivo, um movimento ascendente, como a passagem do estado qualitativo antigo para um estado qualitativo novo, como um desenvolvimento do simples para o complexo, do inferior para o superior.

Para uma melhor sistematização com base nessas categorias de análise e no método, utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos de pesquisas: qualitativa, quantitativas, descritiva e exploratória. Com pesquisa bibliográfica, e de campo.

- Seleção de informações estatísticas e banco de dados em órgãos oficiais, bibliotecas universitárias e municipais, leitura de livros, periódicos, dissertações, teses e artigos sobre ambos os estados,
- Para o conhecimento da realidade, entrevistas foram realizadas com gestores, diretores de instituições públicas e privadas nas cidades de Campina Grande e Arapiraca.
- Tais entrevistas seguiam um roteiro previamente elaborado (em anexo), com perguntas e indagações sobre o processo histórico de instalação das empresas, o motivo da sua instalação na região, investimentos, mão-de-obra, mercado interno e externo, origem da matéria-prima, origem do capital, financiamentos junto a órgãos estaduais ou federais. Assim em Campina Grande visitamos a Indústria COTEMINAS, EMBRAPA ALGODÃO, PARQUE TECNOLÓGICO DE CAMPINA GRANDE, INSTITUTO NACIONAL DO SEMI-ÁRIDO. Em Arapiraca fizemos

entrevistas no SEBRAE, SINDICATOS DOS PRODUTORES RURAIS, EMATER E INDÚSTRIAS REUNIDAS CORINGA.

Assim, a presente dissertação está dividida em três partes: a primeira esta introdução que contém a motivação, a fundamentação teórica, os problemas, os objetivos e a metodologia.

A segunda parte é constituída por uma breve análise do panorama econômico e social de ambos os estados e pelos capítulos 1, 2, e 3, 4. No capítulo 1 analisamos a Formação Sócioespacial de Alagoas: envolvendo a evolução das regiões e suas principais atividades (Cana-de-açúcar, algodão e pecuária), trazemos análises a respeito do desenvolvimento da cana-de-açúcar em Alagoas, a contribuição dos Holandeses para essa Formação Sócioespacial e as relações de trabalho e produção nessa zona. Analisamos também a atividade algodoeira no Agreste, a formação dessa região, suas relações de produção e trabalho, discutindo as dualidades e os Ciclos Longos e seus reflexos na evolução da indústria têxtil em Alagoas. E por final analisamos a ocupação do Sertão a pecuária e suas relações de trabalho e produção.

No capítulo 2, discutimos a Organização Espacial de Arapiraca, ressaltando o surgimento do município e seu desenvolvimento dando ênfase para as principais atividades que gestaram sua dinamicidade, a feira, o cultivo do fumo, o comércio e a indústria, destacando o surgimento de uma indústria local dinâmica, com um estudo de caso sobre o Grupo Coringa. Atualmente Arapiraca possui 232 mil habitantes sendo a segunda maior cidade do estado de Alagoas, onde se concentra o mais amplo comércio permanente e um distrito fabril que industrializa parte da produção agrícola local, na cidade localiza-se a maior feira semanal do estado, além disso o seu setor de serviços (médico, bancário, ensino) atende a mesorregião do Agreste e Sertão, o que mantêm as pequenas cidades vizinhas vínculos de dependência econômica com a cidade. Assim, Arapiraca é hoje considerada a capital do Agreste alagoano, possuindo a função de centro regional no estado, no ano de 2015 a cidade foi apontada como o 12º município que mais gera empregos no país.

No capítulo 3, discutimos a Formação da Paraíba ressaltando a formação das suas regiões (Mata, Agreste e Sertão), a contribuição das combinações geográficas para a evolução e desenvolvimento de algumas atividades (cana-de-açúcar, algodão e pecuária), as relações de trabalho e o desenvolvimento da cana de açúcar e do algodão. No capítulo 4 discutimos a organização espacial de Campina Grande, a

evolução da atividade algodoeira e as estradas de ferro, a feira de gado, e a gestação de uma classe de comerciantes que originaram a burguesia industrial do município. Analisamos a importância dessa cidade no Agreste Paraibano, associado a um estudo de caso do Grupo Coteminas e fazemos um panorama da evolução da indústria da Paraíba e da cidade de Campina Grande, ressaltando o papel do estado e das oligarquias na sua formação. Campina Grande conhecida com Rainha da Borborema possui atualmente 407 mil habitantes, devido a sua localização geográfica tornou-se pólo de distribuição, ao mesmo tempo que a concentração de grandes universidades atraiu investimentos, na área de tecnologia a cidade se destaca, pois através da criação de um pólo tecnológico exporta profissionais para diversas empresas no mundo, é conhecida como a desenvolvedora da tecnologia de variação genética com o desenvolvimento do algodão colorido, a cidade se desponta como centralizadora de um comércio dinâmico que atende outras cidades no agreste paraibano e até cidades de outros estados, outro destaque é a quantidade de empresas, a cidade abriga um total 8.898 empresas.

Na terceira parte trazemos por fim as considerações finais.

## Breve Panorama Econômico e Social dos Estados de Alagoas e Paraíba

Os estados de Alagoas e Paraíba apresentam índices que se assemelham, conforme o quadro 1 abaixo, vemos que ambos estados possuem um diferença acentuada no que se refere a quantidade de município e na sua área de semi-árido. A Paraíba e o estado com uma área maior, sendo que dos 223 municípios concentra nessa área um total de 170 ou seja mais de 50% de todo o estado, diferentemente de Alagoas que apresenta apenas 38 municípios nessa área. Esse fator climático acabe interferindo sobretudo na produção agropecuária onde a Paraíba possui um PIB menor do que Alagoas.

**Quadro 1** - Índices de Alagoas e Paraíba 2013

Estados	População	Pib - 2013			Pib per capita	Número de Empresas	Total de municípios	Municípios no semi árido
		Agropecuária	Indústria	Serviços				
<b>Paraíba</b>	3.999.415	1.072.171	3.392.154	10.592.779	11.834.536	60.701	223	170
<b>Alagoas</b>	3.358.963	1.091.667	3.455.000	8.199.683	11.276.586	40.729	102	38

Fonte: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) Acessado em 30/08/2016.

Embora a Paraíba possuindo maior quantidade de empresas resultado das intensas políticas feitas pela SUDENE, o estado apresenta um Pib industrial menor do que Alagoas, o que corresponde que tais quantidades de empresas estão vinculadas a outros tipos de serviços. A situação econômica e social de ambos estados chama-nos atenção, pois embora havendo grandes avanços durante a última década, é possível notar em alguns índices publicados sejam em órgãos federais como mundiais, que ambos ocupam às últimas colocações em referência aos demais estados brasileiros e da própria região na qual pertencem (ver tabela 5).

O que ocorre é que mesmo com alguns picos de crescimento durante alguns anos, tais estados ainda possuem uma herança com o seu passado, não sofrendo assim tantas transformações comparadas ao centro-sul do Brasil. Conforme aponta Carvalho (2008, p.11), esse cenário aplica-se a toda região Nordeste,

Pois ao longo de várias décadas de crescimento econômico, quase não se alterou os traços mais fortes da região como: a distribuição de renda e de terras desiguais, o baixo índice de desenvolvimento humano e a concentração espacial da indústria na faixa litorânea, localizada principalmente nas capitais dos estados maiores.

Essa realidade torna-se visível quando analisamos dados como o do IDHM<sup>19</sup> (ver tabela 5 e 7 e o quadro 1), pois embora os índices de saúde, educação e renda

<sup>19</sup> Constituem o IDHM índices como de Saúde, Educação e Renda.

apresentam uma evolução, o estado de Alagoas ao contrário, caiu da 24<sup>a</sup> posição em 1991, para a 27<sup>a</sup> em 2010, no caso do estado Paraíba pouco oscilou de posição mantendo-se uma constante na posição de 23<sup>o</sup> no ranking (ver tabela 5 e 7). O mesmo ocorre quando observamos os indicadores do PIB dos Estados Nordestinos mostrando que ambos embora crescendo durante o apanhado de 2005 a 2013, nada modificaram mantendo-se nas mesmas posições.

Embora cogita-se uma suposta involução econômica, porém tal afirmativa não corresponde com os dados atuais, pois em um compêndio dessa taxa de crescimento da renda per capita e de sua participação na renda nordestina, Alagoas apresenta um saldo positivo em relação a taxa de crescimento acumulado no apanhado de 2002 a 2013, e um crescimento de seu PIB per capita de 235% (ver tabelas 10 e 11).<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Cabe frisar que os dados entre 2014 a 2016 com à conjuntura política e econômica que o país passa atualmente, pode mostrar o inverso. Fato é que, já em 2015 com o recuo do PIB Brasileiro, todos os estados foram atingidos, no Nordeste os maiores recuos foram na Paraíba -5,1% e no Maranhão -5%, Alagoas teve um recuo de -4%. A causa está associada pela queda dos investimentos em infraestruturas e pela diminuição da contratação de serviços, em decorrência da Operação Lava Jato, que cancelou projetos de estaleiros ligados a Petrobras. (LIMA, 2016).

Tabela 5 - Ranking IDHM Unidades da Federação

Ranking IDH-M 2010	Unidade da Federação	IDH-M 2010	IDH-M Renda 2010	IDH-M Longevidade 2010	IDH-M Educação 2010
1º	Distrito Federal	0.824	0.863	0.873	0.742
2º	São Paulo	0.783	0.789	0.845	0.719
3º	Santa Catarina	0.774	0.773	0.860	0.697
4º	Rio de Janeiro	0.761	0.782	0.835	0.675
5º	Paraná	0.749	0.757	0.830	0.668
6º	Rio Grande do Sul	0.746	0.769	0.840	0.642
7º	Espírito Santo	0.740	0.743	0.835	0.653
8º	Goiás	0.735	0.742	0.827	0.646
9º	Minas Gerais	0.731	0.730	0.838	0.638
10º	Mato Grosso do Sul	0.729	0.740	0.833	0.629
11º	Mato Grosso	0.725	0.732	0.821	0.635
12º	Amapá	0.708	0.694	0.813	0.629
13º	Roraima	0.707	0.695	0.809	0.628
14º	Tocantins	0.699	0.690	0.793	0.624
15º	Rondônia	0.690	0.712	0.800	0.577
16º	Rio Grande do Norte	0.684	0.678	0.792	0.597
17º	Ceará	0.682	0.651	0.793	0.615
18º	Amazonas	0.674	0.677	0.805	0.561
19º	Pernambuco	0.673	0.673	0.789	0.574
20º	Sergipe	0.665	0.672	0.781	0.560
21º	Acre	0.663	0.671	0.777	0.559
22º	Bahia	0.660	0.663	0.783	0.555
<b>23º</b>	<b>Paraíba</b>	<b>0.658</b>	<b>0.656</b>	<b>0.783</b>	<b>0.555</b>
24º	Piauí	0.646	0.635	0.777	0.547
25º	Pará	0.646	0.646	0.789	0.528
26º	Maranhão	0.639	0.612	0.757	0.562
<b>27º</b>	<b>Alagoas</b>	<b>0.631</b>	<b>0.641</b>	<b>0.755</b>	<b>0.520</b>

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. In: <http://www.pnud.org.br/> - Acessado em 22/06/2016.

Tabela 6 - Síntese da Situação Social 2012

Áreas de atuação políticas	Indicadores	Resultado /Valores mais recentes			
		Brasil	Nordeste	Alagoas	Paraíba
Demografia	Taxa de Fecundidade Total	1.90	2.12	<b>2.72</b>	<b>1.95</b>
	Razão de dependência de idosos (60 ou mais)	15.33	14.76	<b>14.57</b>	<b>15.96</b>
Previdência Social	Cobertura da População Idosa (60 ou mais)	77.37	80.43	<b>79.19</b>	<b>80.69</b>
	Esperança de vida aos 60 anos	21.30	20.30	<b>19.10</b>	<b>19.90</b>
Pobreza e Desigualdade	Extrema Pobreza	5.16	10.99	<b>15.32</b>	<b>10.37</b>
	Renda Domiciliar per capita	631.71	395.48	<b>338.32</b>	<b>422.89</b>
	Índice de Gini	54.01	55.68	<b>56.93</b>	<b>58.80</b>
Saúde	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	20.00	28.70	<b>41.20</b>	<b>31.00</b>
	Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos)	94.30	108.60	<b>234.80</b>	<b>80.90</b>
Seguridade	Percentual de renda com transferências	20.74	26.77	<b>29.67</b>	<b>32.14</b>
Trabalho e Renda	Desemprego	8.16	8.90	<b>10.18</b>	<b>8.14</b>
	Rendimento médio do trabalho (salário)	1.116.39	743.56	<b>759.59</b>	<b>806.94</b>
Educação	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais)	9.70	18.70	<b>24.72</b>	<b>21.63</b>
	Número médio de anos de estudos (15 anos ou mais)	7.55	6.34	<b>5.67</b>	<b>6.10</b>
Saneamento e Habitação	Abastecimento adequado de água	87.72	78.12	<b>69.27</b>	<b>82.46</b>
	Acesso à energia elétrica	98.82	97.47	<b>98.87</b>	<b>99.51</b>
Cultura	Telefone Celular no domicílio	81.05	69.66	<b>63.94</b>	<b>75.16</b>
	Internet no domicílio	28.14	14.30	<b>12.62</b>	<b>15.43</b>
Desenvolvimento Agrário	Cobertura da População Idosa (rural)	86.49	89.03	<b>86.89</b>	<b>90.15</b>
	Extrema Pobreza (rural)	12.64	20.44	<b>27.05</b>	<b>15.08</b>
	Renda Domiciliar per capita (rural)	314.25	208.52	<b>174.84</b>	<b>226.20</b>
	Índice de Gini (rural)	49.02	46.32	<b>48.15</b>	<b>46.20</b>
	Rendimento médio do trabalho (salário) (rural)	625.45	388.32	<b>425.23</b>	<b>493.76</b>
	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais) (rural)	22.77	32.62	<b>37.88</b>	<b>34.50</b>
	Acesso à energia elétrica (rural)	93.29	91.42	<b>97.60</b>	<b>98.88</b>
	Telefone celular no domicílio (rural)	54.49	42.07	<b>39.74</b>	<b>57.86</b>
	Internet no domicílio (rural)	4.25	1.25	<b>1.41</b>	<b>1.54</b>

Fonte: Situação Social dos Estados. In: <http://www.ipea.gov.br> – Acessado em 30/08/2016.

Tabela 7 - Produto Interno Bruto do Nordeste (2005-2013) em bilhões

Estados	2005	2007	2009	2011	2013	Média	Taxa de Crescimento Acumulado	Posição
Bahia	90,919	109,652	137,075	159,869	204,265	140,356	125%	9º
Pernambuco	49,922	62,256	78,428	104,394	140,728	87,145	182%	2º
Ceará	40,935	50,331	65,704	87,982	108,796	70,749	166%	6º
Maranhão	25,335	31,606	39,855	52,187	67,593	43,315	167%	5º
R. G. do Norte	17,87	22,926	27,905	36,103	51,446	31,25	188%	1º
Paraíba	16,869	22,202	28,719	35,444	46,325	29,911	175%	4º
<b>Alagoas</b>	<b>14,139</b>	<b>17,793</b>	<b>21,235</b>	<b>28,54</b>	<b>37,223</b>	<b>23,786</b>	<b>163%</b>	<b>7º</b>
<b>Sergipe</b>	<b>13,427</b>	<b>16,896</b>	<b>19,767</b>	<b>26,199</b>	<b>35,193</b>	<b>22,296</b>	<b>162%</b>	<b>8º</b>
Piauí	11,129	14,136	19,033	24,607	31,24	20,029	181%	3º

Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br> – Acessado e, 15/05/2016. Elaboração: SOUZA FILHO, T. P. de.

Tabela 8 - Ranking Estadual de evolução do IDHM (1991 - 2010)

Nome	Posição	IDHM (1991)	Posição	IDHM (2000)	Posição	IDHM (2010)
R. G. do Norte	16 °	0.428	14 °	0.552	16 °	0.684
Ceará	20 °	0.405	16 °	0.541	17 °	0.682
Pernambuco	14 °	0.440	15 °	0.544	19 °	0.673
Sergipe	18 °	0.408	19 °	0.518	20 °	0.665
Bahia	22 °	0.386	23 °	0.512	22 °	0.660
<b>Paraíba</b>	<b>23 °</b>	<b>0.382</b>	<b>24 °</b>	<b>0.506</b>	<b>23 °</b>	<b>0.658</b>
Piauí	26 °	0.362	25 °	0.484	24 °	0.646
Maranhão	27 °	0.357	26 °	0.476	26 °	0.639
<b>Alagoas</b>	<b>24 °</b>	<b>0.370</b>	<b>27 °</b>	<b>0.471</b>	<b>27 °</b>	<b>0.631</b>

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking> – Acessado 22/06/2016.

O Nordeste na última década vem apresentando um crescimento econômico acompanhado de uma elevação da renda dos segmentos mais pobres, e uma aceleração do consumo e redução das desigualdades sociais (CARVALHO, 2008, p.12).

De acordo com Araújo (2014, p.546), esse crescimento econômico acompanhado de uma elevação da renda dos segmentos mais pobres torna-se mais significativo, devido às transferências de recursos federais por meio dos programas assistenciais, crescimento de emprego e renda, investimentos em obras de infraestruturas e de habitação. Uma dessas políticas sociais de mais impacto na transferência de renda direta é o Bolsa Família (ver tabela 9), na qual destinou mensalmente em Alagoas no ano de 2015 uma média de R\$72 milhões atendendo cerca de 418 mil famílias. Na Paraíba o programa incrementa R\$91 milhões mensais cobrindo cerca de 506 mil famílias. Esses investimentos possuem um caráter positivo, pois chegam às famílias mais pobres e nas localidades mais distantes, sendo esse recurso o que dinamiza a produção da economia chamada popular, como o pequeno comércio e as feiras de bairro. (CARVALHO, 2014, p. 87).

Tabela 9 - Programa Bolsa Família

Anos	Alagoas		Paraíba	
	Famílias Beneficiadas (em mil)	Valor Total Repassado	Famílias Beneficiadas (em mil)	Valor Total Repassado
2004	214.726	R\$ 137.724.223,00	273.135	R\$ 180.295.664,00
2010	414.112	R\$ 482.955.041,00	450.525	R\$ 529.979.555,00
2014	439.655	R\$ 871.570.605,00	524.967	R\$ 1.061.119.422,00
2015	418.405	R\$ 872.275.136,00	506.704	R\$ 1.098.208.794,00
mai/16	397.037	R\$ 336.499.595,00	522.473	R\$ 456.129.672,00

Fonte: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi\\_social.php](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php) - Acessado em 23/06/2016.

Além da renda das famílias, o programa provoca alterações na vida das pessoas, especialmente das mulheres. De acordo com Rego e Pinzani, (2013, p.29),

O fato de serem destinatárias de semelhante rendimento não as retirou da condição de pessoas pobres, claro que não, mas elas percebem a diferença de serem reconhecidas pelo Estado das mais diferentes formas. Primeiro, a aprovação do cartão em seu nome dota-as de responsabilidade perante sua família e o Estado. Segundo, sentem que a vida se torna diversa com o recebimento de uma renda regular – de modo geral, elas desconheciam a experiência da regularidade. Isto traz para suas vidas várias modificações, inclusive aquela de aprender a lidar com o dinheiro para programar o sustento da família durante o mês inteiro. Outro fato que as leva a considerar positivamente a bolsa é ter conseguido conquistar a confiança dos comerciantes e das pessoas da localidade. Ser uma pessoa confiável é um valor importante, nestas paragens. Por outro lado, ser objeto de desconfiança, sobretudo para as mulheres, implica sentimentos muito negativos, além de grande sofrimento pessoal, pois impõem muita vergonha e humilhação.

Tabela 10 - PIB Per Capita dos Estados do Nordeste (em mil reais)

Estados	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Média do PIB Per Capita	Taxa de Crescimento Acumulado	Posição em relação ao Crescimento acumulado
Sergipe	5060	5718	6289	6824	7560	8712	9779	9787	11572	12536	13181	16028	9421	217%	8º
Pernambuco	4328	4774	5287	5933	6528	7337	8065	8902	10822	11776	13138	15282	8514	253%	4º
R.G.do Norte	4234	4626	5260	5950	6754	7607	8203	8844	10208	11287	12249	15248	8373	260%	3º
Bahia	4525	5031	5780	6581	6922	7787	8378	9365	11007	11340	11832	13578	8511	200%	9º
Ceará	3735	4145	4622	5055	5636	6149	7112	7687	9217	10314	10473	12393	7212	232%	7º
Paraíba	3539	3998	4210	4691	5507	6097	6866	7618	8481	9349	10152	11835	6862	234%	6º
Alagoas	3371	3805	4324	4688	5164	5858	6228	6728	7874	9079	9334	11277	6478	235%	5º
Maranhão	2637	3112	3588	4151	4628	5165	6104	6259	6889	7853	8160	9948	5708	277%	2º
Piauí	2544	2978	3297	3701	4213	4662	5372	6051	7073	7836	8132	9811	5472	286%	1º
Nordeste	3989	4355	4899	5499	6029	6749	7487	8168	9561	10380	11045	12955	7593	225%	

Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br> - Acessado em 15/05/2016.

Tabela 11 - Participação do PIB Per Capita na renda Nordestina

Estados	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Média de Participação na Renda Nordestina	Taxa de Crescimento Acumulado
Sergipe	127%	131%	128%	124%	125%	129%	131%	120%	121%	121%	119%	124%	125%	-2%
Pernambuco	108%	110%	108%	108%	108%	109%	108%	109%	113%	113%	119%	118%	111%	9%
R.G. do Norte	106%	106%	107%	108%	112%	113%	110%	108%	107%	109%	111%	118%	110%	11%
Bahia	113%	116%	118%	120%	115%	115%	112%	115%	115%	109%	107%	105%	113%	-8%
Ceará	94%	95%	94%	92%	93%	91%	95%	94%	96%	99%	95%	96%	95%	2%
Paraíba	89%	92%	86%	85%	91%	90%	92%	93%	89%	90%	92%	91%	90%	3%
Alagoas	85%	87%	88%	85%	86%	87%	83%	82%	82%	87%	85%	87%	85%	3%
Maranhão	66%	71%	73%	75%	77%	77%	82%	77%	72%	76%	74%	77%	75%	16%
Piauí	64%	68%	67%	67%	70%	69%	72%	74%	74%	75%	74%	76%	71%	19%

Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br> - Acessado em 15/05/2016.

Essa elevação de renda associado ao aumento do consumo, sobretudo nas camadas mais pobres promove uma nova dinâmica de expansão dos setores de comércio, serviços e construção civil (GOMES, 2014, p. 164).

Todavia, esse panorama de crescimento da última década se depara com uma realidade atrasada de longa data, na qual ambos estados não recebem investimentos massivos e nem possuem um volume de poupança significativo capaz de justificar o crescimento econômico necessário ao seu desenvolvimento. Para termos uma noção desse atraso, Carvalho (2014, p. 40) ressalva que, Alagoas é o penúltimo estado em captação no que se refere o volume de depósito de poupança, sendo o estado da Paraíba o quinto dentre os nove estados Nordesteiros que captam tal recurso.

No caso Alagoano o papel do Estado regional teria que ter um papel principal, porém o mesmo enfrenta sérios problemas financeiros. Conforme Carvalho (2014, p. 41) aponta, essa dificuldade financeira é uma herança, tendo sua origem na crise fiscal brasileira nos anos de 1980, o que causou a diminuição das transferências de recursos da União para os investimentos regionais. Outro fator foi crise do Setor sucroalcooleiro, pois com a desaceleração do Proálcool em 1986, o setor açucareiro buscou apoiar-se na estrutura do Estado, com o intuito de complementar os mecanismos paternalistas que dispunha no plano federal.

A inadimplência desse setor foi coroada por um acordo fiscal assinado em 1989 entre o Governo do Estado e as indústrias do açúcar transferindo dos cofres públicos aproximadamente R\$ 1,5 bilhão de reais. Essa dívida não parou de crescer, em dezembro do ano 2000, o Banco Central apontava que o saldo devedor era de R\$ 2 bilhões, em abril de 2016 o valor está na casa dos R\$ 9 bilhões. Na Paraíba a dívida que era de R\$ 2 bi está por volta dos R\$ 2,7 bilhões<sup>21</sup>. Parte desse crescimento corresponde aos juros e correções. No caso Alagoano, esse salto de endividamento decorreu de uma renegociação. Conforme Carvalho (2014, p. 42) mostra,

Alagoas conseguiu colocar na dívida, que já estava negociada, o valor das Letras do Tesouro Estadual, R\$ 1,1 bilhão, e a dívida do Produban, R\$500 milhões. Ou seja, o Estado tinha uma dívida consolidada de R\$2,3 bilhões e nela colocou mais R\$ 1, 6 bilhão em débito. Por esse novo acordo, o tesouro Estadual se comprometia a diminuir, até o final de 2004, o estoque da dí-

---

<sup>21</sup> Nesse ano de 2016 o Governo Paraibano enviou dois projetos de leis para Assembleia Legislativa, para reduzir a dívida de mais de R\$ 1 bilhão em precatórios, medida esta tomada pelo Superior Tribunal de Justiça, para que todos os estados e municípios tenham até 2020 para quitar toda dívida de precatório. (GUEDES, 2016).

vida em 1 bilhão de reais, respeitando o limite máximo de endividamento, que é o dobro da receita corrente líquida (receitas totais menos recursos repassados aos municípios, aqueles comprometido no pagamento de dívida e provenientes de venda de bens). Meta, que logicamente, não foi alcançada.

Cabe frisar que, as transferências de juros e encargos dessa dívida durante a última década é maior que o custeio dos investimentos pelo mesmo período de tempo, assim a receita própria é sempre menor em relação ao Fundo de Participação Estadual e as próprias transferências federais. O que coloca o estado numa situação, onde o mesmo não possui capacidade de financiamentos com recursos próprios (CARVALHO, 2014, p. 45).

Juntamente a isso o avanço do Neoliberalismo na década de 1990, levou o Estado brasileiro á bancarrota. Exemplo disso foi o prosseguimento das medidas de austeridade no Governo de Fernando Henrique Cardoso, onde impunha aos Governos Estaduais um rigoroso ajuste fiscal. Esse cenário aprofundou a crise econômica de Alagoas que ficou extremamente dependente dos repasses da União, decorrente disso o estado de Alagoas mostra-se um Estado frágil a qualquer oscilação na economia nacional, não possuindo capacidade suficiente para gestar o seu próprio desenvolvimento. Assim, para entender esse cenário dialético de atraso e dinamismo, que ora impossibilita o desenvolvimento gerando pobreza, ora criam avanços e melhorias nas condições de vida da população nordestina, para compreender a unidade e a totalidade das diversas esferas, econômicas, sociais e políticas da vida, e também as especificidades recorreremos ao estudo da Formação Socioespacial.

## 1 Formação de Alagoas

### 1.1 Formação Socioespacial do Leste Alagoano

A colonização de Alagoas no século XVI ocorreu associada à exploração do sul da Capitania de Pernambuco pelos Portugueses, tendo como forma de organização e ocupação o asseguramento à posse de terras, com o estabelecimento da cultura de cana-de-açúcar. (LIMA, 1992, p. 29).

A posse do primeiro donatário da capitania (Duarte Coelho Pereira) só viria ocorrer em 1535 dando início ao processo de povoamento de Alagoas, isso em face das invasões francesas ao longo do litoral ameaçando a Coroa Portuguesa. A conquista das terras alagoanas se esboçaria somente a partir do segundo donatário: Duarte Coelho Albuquerque, primogênito do primeiro. (COSTA, 1983, p.7, p.14).

As primeiras entradas através das bandeiras direcionavam para sul (sentido baixo Rio São Francisco) fundando Penedo em 1535 e para o norte de Olinda<sup>22</sup>, durante esse período ocorreram outras expedições capitaneadas por Cristovão Lins, na qual percorrendo a foz do Camaragibe ao Cabo de Santo Agostinho resultariam na criação de novos núcleos (ALTAVILA, 1978, p. 22-23).

A dominação e conquista do território ocorreu através de um ciclo bárbaro de combate ao índio, expulsando e apaziguando as tribos indígenas de Norte a Sul da capitania. Assim, como forma de saída para o problema de povoamento, e das exigências materiais e sociais das populações já estabelecidas, a Coroa portuguesa instalou novas divisões de terras (sesmarias) mantendo o direito à terra aos colonos<sup>23</sup> mais notáveis, chamados de homens de qualidade<sup>24</sup> ( COSTA, 1983, p. 16).

---

<sup>22</sup> Na época da descoberta, vários povos indígenas ocupavam o território de Alagoas, como os Tabajaras, Caetés, Abacatiaras, Aconãs, Cariri, Coropatis, Moriquitos, Xucurus, Umans, Vouvés, Chocós, Pipianos e os Coropotós, porém as Guerras travadas pelos colonizadores nesse processo de ocupação, dizimou a grande maioria desses grupos indígenas. (CARVALHO, 2015, p.43).

<sup>23</sup> Entende-se por colono, os portugueses que já estavam se estabelecendo no território (SILVA, 2009, p.95)

<sup>24</sup> De acordo Rangel (1981, p. 5), “A Europa tudo fez para enquadrar a América numa carapaça feudal e o marco mais em vista desse espaço seria o Tratado de Tordesilhas, o qual, ao mesmo que dividia o continente americano entre as coroas de Espanha e Portugal, estatuiu que todas as nossas terras pertenciam ao rei – um por outro, pouco importava, do nosso ponto de vista. Conforme Rangel (1981, p. 6) “Todo direito feudal constrói-se sobre dois dispositivos gêmeos, ambos relativos à propriedade ou domínio sobre a terra - o fator de produção que, a certa altura do desenvolvimento da sociedade, emerge como o estratégico, isto é, aquele cujo comando confere o domínio sobre todo o processo produtivo, substituindo, nessa condição, o “fator trabalho” (o escravo) e antecedendo o

A repartição das terras em capitâneas hereditárias entre 1534-1536 teve um período curto, visto que quase todos os donatários não as puderam sustentar determinando o seu fim em 1549, porém as sesmarias hereditárias continuaram a ser distribuídas sendo verdadeiras enfeudações. Conforme Moniz Bandeira (2007) os sesmeiros possuíam todos os graus da hierarquia nobiliárquica, assim o senhor de engenho com a dominação sobre o dependente mantinha uma relação de suserano, possuindo uma concentração de poder no plano econômico quanto ao nível político-jurídico. No tocante os sesmeiros possuíam relação de suserano com seu dependente e de vassalo com a Coroa, visto que esse sendo beneficiado com a terra pela Coroa deviam prestar vassalagem, inclusive serviço militar.

Portugal durante a colonização transmitiu instituições feudais que se adaptaram e transformaram não reproduzindo fielmente a estrutura política, econômica e social da metrópole, porém a mentalidade feudal com valores de honra, coragem, generosidade cristalizou-se na classe dominante da colônia, em decorrência das funções militares atribuídas aos sesmeiros. Tais sesmeiros na maioria fidalgos da Casa Real se tornaram somente donos de terras ou dos meios de produção, mas também detentores de autoridade civil e da força armada, acumulando funções de juizes, ao mesmo tempo que eram vassallos do rei, desfrutando da proteção e constituindo uma rede de fidelidade, ora fornecendo tropas para a defesa da colônia contra índios e estrangeiros. (MONIZ BANDEIRA, 2007)

A Cristovão Lins fidalgo foram doadas as terras por ele conquistada no final do século XVI, terras essas que se originariam posteriormente a cidade de Porto Calvo no norte do estado de Alagoas. Conforme afirma Costa (1983, p.17), “o seu feudo foi um dos que mais desenvolveram, em razão dos sete engenhos que possuía”. Tal desenvolvimento dos engenhos nesse período eram atribuídos as combinações geográficas (fatores físicos, biológicos e humanos).

Desse modo, o povoamento de Alagoas realizou-se por três focos principais, sendo o primeiro ao Norte em Porto Calvo, o segundo situava-se no centro-litoral, desenvolvendo-se em torno das lagoas, dando origem ao povoado inicial: Alagoas

---

“fator capital” (riqueza reproduzível comprometida no processo produtivo). Refiro-me aos dispositivos que, por um lado, conferem ao Estado, isto é, ao rei, a propriedade (direta ou nua) de toda a terra sobre a qual se estenda sua soberania e, por outro, que exige que toda terra tenha um titular do seu domínio útil, integrado na classe dominante, inclusive o próprio rei. “Al landi s King’s land” e “Nule terre sans seigneur.”

ou Alagoas do Sul e Alagoas do Norte. E o terceiro localizou-se ao Sul, sendo Penedo. O quarto foco complementar a esses três, surgiria em meados do século XVII, devido à luta contra o quilombo de Palmares, o que determinou o povoamento do interior (DIÉGUES JÚNIOR, 2012, p. 43).

A interiorização da pecuária contribuiu também na ocupação do território alagoano, pois desenvolvendo como atividade secundária atendendo a produção de açúcar no litoral, tal cultura gestou o povoamento dos Sertões através dos vaqueiros tangedores e currais sobre as savanas do semi-árido alagoano, na segunda metade do século XVI, assim a pecuária extensiva e a cana-de-açúcar se consolidaram como as principais atividades econômicas do sul da capitania de Pernambuco. (LINDOSO, 2011, p.19-22).

Conforme afirma Andrade (2004, p.33, p.45) a penetração para o interior estava ligada a procura de índios para escravização e de pastagens para o gado bovino, pois a permanência da pecuária próxima as áreas de agricultura trouxe problemas de convivência, tais relações fizeram com que o Governo estabelecesse que os criadores de gado se interiorizassem, favorecendo na interligação de várias regiões do Brasil, ao mesmo tempo que resultou na formação de grandes latifúndios, dominando em um século todo o sertão nordestino.

## 1.2 As Invasões Holandesas e seus impactos em Alagoas

Portugal e Holanda mantinham juntos um sistema de exploração, na qual o capital comercial holandês intervia diretamente nos financiamentos dos engenhos no Nordeste e se responsabilizando pela venda do açúcar na Europa. O impedimento do comércio holandês e posteriormente as invasões estiveram relacionadas com o fato da morte do rei D. Sebastião, na qual não deixando um sucessor, fez com que Portugal passasse a ser domínio do reino Espanhol. Assim, com o rompimento da trégua da Guerra dos 80 anos entre Espanha e Holanda em 1621, os holandeses ficaram impedidos de realizar algum tipo de comércio no Brasil<sup>25</sup> ( CARVALHO, 2015, p. 71-72).

Embora Alagoas sendo palco de grandes conflitos e de destruição dos canaviais e engenhos, a ocupação batava trouxe algumas contribuições para a colônia, como: o incentivo da pecuária para o auto-abastecimento e a transformação dos núcleos urbanos em centros de autoridades e de bens para a região (LIMA, 1992, p. 71). Conforme afirma Andrade (1984, p.72), as invasões também possibilitaram uma maior expansão do povoamento em razão das fugas dos portugueses, principalmente dos criadores de gado que, adentrando para o interior subindo o rio São Francisco e os seus afluentes se relacionavam diretamente com a Bahia.

As novas relações sociais antes desconhecidas pelo mundo português vieram através de uma ampliação comercial e do aumento das vendas externas, o que provocou uma introdução de relações mais modernas no sentido capitalista, e de novas formas de comércio<sup>26</sup>(CARVALHO, 2015, p.74-75). Sendo os holandeses

---

<sup>25</sup> Conforme Cabral Mello (2009, p. 165), nesse mesmo ano funda-se na Holanda a Companhia das Índias Ocidentais, a quem o Estado reconhecia o direito de monopólio no tocante a conquista, comércio e navegação da América. Porém, a Companhia não obteve os benefícios que previra, sofrendo a primeira restrição, passando transitoriamente a abertura do comércio entre Holanda e Pernambuco e a todos os mercadores dos Países Baixos. Essa abertura comercial gerou reações contrárias por parte da Zelândia, Roterdã e de Groningen que insistiam no retorno ao monopólio. Os partidários da liberalização tinham como apoio Amsterdã, na qual procedia a maioria dos mercadores que comerciavam com o Nordeste. Embora o Governo Neerlandês dá-se ganho de causa aos monopolistas em 1634, no ano seguinte voltou atrás a despeito da forte resistência dos poderosos Estados da Holanda. (CABRAL MELLO, 2009, p.165-166)

<sup>26</sup> De acordo com Carvalho (2015, p.81), “em 1640, Portugal liberta-se do domínio espanhol e reconquista sua independência política, mas realiza um acordo reconhecendo o domínio flamengo no Nordeste. Os holandeses, diante do novo quadro, ocupam Maranhão e Sergipe e, na África, a cidade de Luanda e as Ilhas de São Tomé e Príncipe, controlando assim a área da produção açucareira e a região fornecedora de escravos”.

detentores de um sistema financeiro mais provido de capitais, esses trouxeram-no melhores perspectivas para os senhores de engenhos financiando as instalações, renovando a escravaria e provendo as casas-grandes de comodidades industriais, isso tudo mediante o comprometimento das futuras safras de cana-de-açúcar. (RIBEIRO, 1995, p.292),

A chegada em 1637 do príncipe Maurício de Nassau apoiador do livre comércio permitiu a reativação do parque açucareiro na colônia. Entre os anos de 1637 e 1638, os engenhos foram confiscados e revendidos para comerciantes holandeses e judeus, burocratas, oficiais do exército, estendo créditos abundantes aos novos proprietários (CABRAL MELLO, 2009, p.167).

Entretanto, a volta de Nassau à Holanda em 1644 desestabilizou o clima de cordialidade entre os dois países, pois tal saída coincidiu com a queda do preço do açúcar no mercado de Amsterdam, o que provocou uma crise comercial e financeira no Brasil Holandês<sup>27</sup>. Afim de evitar grandes prejuízos, o governo holandês e seus administradores adotaram um outra “postura cobrando dívidas antigas e executando os proprietários endividados”. Motivo esse que inflamou uma insurreição anti-holandesa (CARVALHO, 2015, p. 81).

Conforme aponta Andrade (1984, p.75), o fato dos holandeses terem se concentrado nas cidades, enquanto a vida rural era dominada pelo portugueses, fizeram com que perdessem o controle da área produtora de açúcar, em razão disso, as suas cidades e fortalezas foram caindo uma a uma. Em Alagoas as perdas das fortalezas de Penedo e Porto Calvo quebraram o sistema militar do invasor, o que garantiu armas e munições para a resistência portuguesa. Em virtude da invasão holandesa que durou aproximadamente 30 anos, o desenvolvimento da capitania retardou consideravelmente.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Os cidadãos holandeses que adquiriram engenhos em 1637-1638, logo se desinteressaram das atividades, fazendo as autoridades recorrerem em criar uma nova classe de senhores de engenho, composta por luso-brasileiros que se beneficiavam da venda das propriedades financiadas, desse grupo saíram alguns chefes da insurreição contra os holandeses. (CABRAL MELLO, 2009, p.168)

<sup>28</sup>. De acordo com Andrade (1984,p.74-75), os holandeses contribuíram no sentido de transformaçã do Nordeste em um centro urbano e dinâmico, sendo Recife a primeira cidade brasileira em ter um projeto urbanístico. O governo de Nassau trouxe uma atividade intelectual e um interesse voltado para a ciência. Nassau fez cercar-se de sábios e artistas que se dedicaram a estudar a natureza tropical e colher informações sobre o clima,a fauna e a flora, além da liberdade religiosa, transformando assim Recife numa cidade de intensa vida cultural. Cabe destacar a contribuição em obras como a Casa da Câmara, os palácios da Boa vista e do campo das Princesas, além dos diques e canais que facilitava a circulação das embarcações.

Conforme salienta Moraes (2013, p. 33), após todos os conflitos durante esse período, houve uma expansão da zona canavieira, ao mesmo tempo que cresceu a produção de milho, farinha de mandioca e pescado. O mesmo ocorreu com as exportações de madeiras destinadas a produção de barcos. Associado a este cenário, a expansão dos portos facilitou a exploração do território alagoano. Contava-se nesse período quatro portos (Jaraguá, Barra do São Miguel, Barro de Santônio e Penedo) e dois ancoradouros de primeira classe (Barra Grande e Pituba), além desses haviam mais sete de segunda classe que são portos e ancoradouros (Porto de Pedras, Barra do Camaragibe, Betel, Pajuçara, Francês, Jequiá da Praia e do Peba).

De acordo com Carvalho (2015, p.110) “Embora Alagoas apresentasse avanços nos canaviais, por outro lado a violência e a desordem social eram intensas, numa sociedade que havia passado pela experiência de guerra contra os indígenas, os Quilombos e os Holandeses”. Somente anos depois em 1706, viria surgir a comarca de Alagoas, e em 1712 após a Guerra dos Mascates, o Ouvidor Geral inauguraria a vida Judiciária. (COSTA, 1983, p.76).

Segundo afirma Carvalho (2015, p.109), “A razão da elevação à comarca, estava pautado na divisão de Pernambuco para melhor administrá-lo”. De acordo com Costa (1983, p.77), a comarca foi criada em meio a uma crise econômica que afetava a capitania, todavia, foi se prosperando pouco a pouco, chegando a ter no ano de 1730 um total de 47 engenhos e 10 freguesias.

A economia representada pela pecuária no vale do baixo São Francisco no final do século XVIII expandia-se criando novas freguesias próxima ao rio, os engenhos seguiam na mesma direção, pois com a Revolução do Haiti (1791-1804), a demanda por açúcar se elevou expandindo a implantação de engenhos que saltaram de 61 para 180 unidades. O algodão passava pela mesma expansão decorrente do embargo de exportação da matéria-prima dos Estados Unidos para Inglaterra em 1776 (Guerra da Independência Americana). De modo geral, a criação da comarca foi o primeiro passo para a autonomia administrativa, sendo a disseminação da pecuária e agricultura, a centralização de atividades administrativas e o adensamento populacional as bases econômicas e políticas para a passagem à capitania independente (CARVALHO, 2015, p. 114-117).

### 1.3 O desenvolvimento da cana-de-açúcar em Alagoas

O complexo canavieiro durante sua evolução tornou-se um pilar para economia alagoana, pois gestado durante a fase de ocupação mais especificamente nas terras de Porto Calvo deram-se ali os primeiros engenhos instalados expandindo-se a partir do século XVI. Porém, o seu vertiginoso crescimento ocorreu entre os anos de 1800 a 1890 chegando nesse período a quase a quantidade de mil unidades (CARVALHO, 2015, p. 54).

Conforme afirma De'Carli (1937, p.19), esse aumento decorria da elevação do preço do açúcar na Europa, visto que, a ascensão do império Napoleônico na França e as guerras contra as potências Europeias (Espanha e Inglaterra) desorganizaram a produção açucareira nesses países.<sup>29</sup>

A evolução e o desenvolvimento da cana-de-açúcar dependeu de diversos fatores, seja os externos (crises, guerras e etc), aos fatores físicos, visto que, a proximidade dos vales e lagoas tornavam-se determinantes naturais para a própria sobrevivência dos engenhos. Segundo salienta Andrade (1987, p.81), os solos de barro vermelho oriundos de rochas graníticas e gnáissicas, e de massapê situados nas várzeas dos rios favoreceriam na fertilidade dos cultivos.

Conforme a figura 1, tais tipos de solos (Latosolos) mais adaptáveis ao cultivo de cana-de-açúcar se concentra na mesoregião do leste alagoano e no Agreste, porém com a introdução de fertilizantes e técnicas agrícolas outros tipos de solos puderam ser cultivados, expandido o cultivo por terras menos férteis.

Além dos solos, a mata contribuiu no fornecimento de madeiras para as fornalhas, como também para as construções, carros de boi, barcaças, canoas, confecções de caixas, fechos, cunhetes e barricas para acondicionamento do açúcar (SANT'ANA, 2011, p. 230 -231). As determinações de tais fatores implicavam também na localização da produção, assim o clima mantinha grande relevância, pois o regime de chuvas derivado da massa de ar Tépido calaariano (TK) formada da célula dos alíseos austrais, no deserto africano de Kalaari<sup>30</sup>, e o avanço da frente

---

<sup>29</sup> Tal elevação de preços associado ao desarranjo dos estoques mundiais de açúcar e a abertura da fase A do segundo Kondratieff (1848-1873), gera uma nova expansão na produção de açúcar em Alagoa duplicando sua produção. Conforme Barreto (2015, p.26) na safra de 1850/51 foram produzidos 330.951 sacos de 60 quilos, contrastando na safra de 1855/56 foram produzidos 877.879 sacos.

<sup>30</sup> Tal massa ao atravessar o oceano Atlântico adquiria umidade e invertia sua temperatura, formando duas camadas superpostas, sendo a inferior fresca e úmida e a superior, quente e seca. Após

polar nas estações de outono-inverno que subia o litoral brasileiro e encontrava os ventos alíseos acabavam provocando precipitações no Leste Alagoano, o que garantia um regime pluviométrico regular com médias de 1200 milímetros anuais, tornando a região do Leste alagoano em uma região sub-úmida e úmida, (ver figura 2) (ANDRADE, 2010, p. 24).

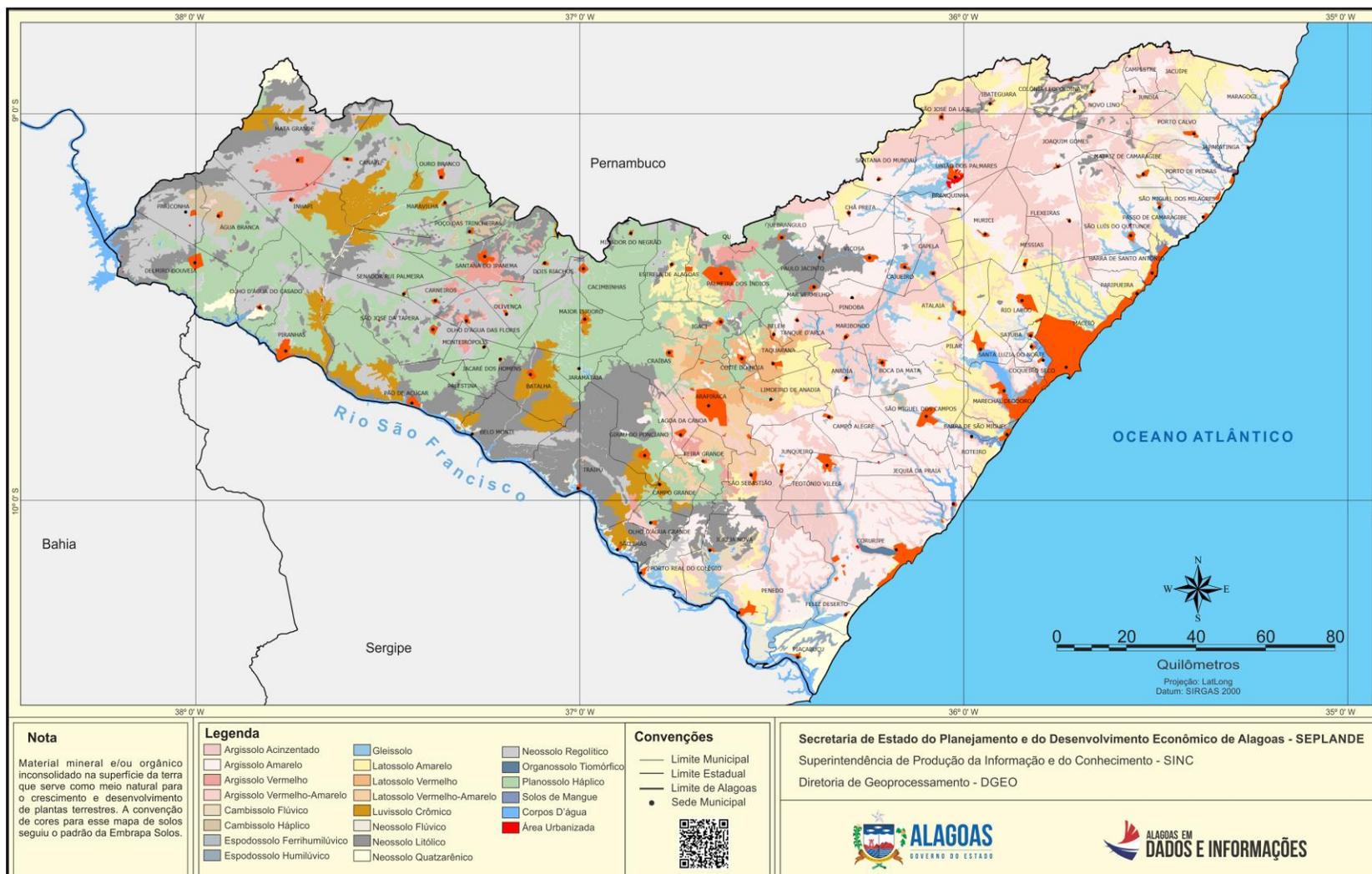
Os rios também possuíam importância para fixação do colonizador, pois a implantação de uma sesmaria ou de um engenho levava-se em consideração tal elemento geográfico, a sua utilização estava ligada desde a usos domésticos ( lavar as panelas das casas-grandes, e aos mucambos que faziam usos), além de servirem para o transporte de açúcar, como também para as fugas de escravos. (FREYRE, 2004, p. 57-72)

Além dos fatores físicos, os fatores biológicos e humanos também contribuíram para o desenvolvimento, seja na introdução de novas espécies de cana, inovações oriundas da primeira e segunda Revolução Industrial (moendas metálicas, arado, engenho a vapor, irrigações, mecanização da lavoura, adubos químicos que propiciaram a expansão da cana para os tabuleiros costeiros etc), e até no papel do Estado que foi fundamental na implantação de políticas de financiamentos e na criação de órgãos e programas (Insitituto do Açúcar e Álcool, Proálcool, S.O.S Usineiros, PLANALSUCAR e etc). Assim, o triunfo do açúcar no Nordeste não foi somente por esses fatores, porém eles foram e se tornaram múltiplos determinantes na expansão da cana de açúcar pelo território.

---

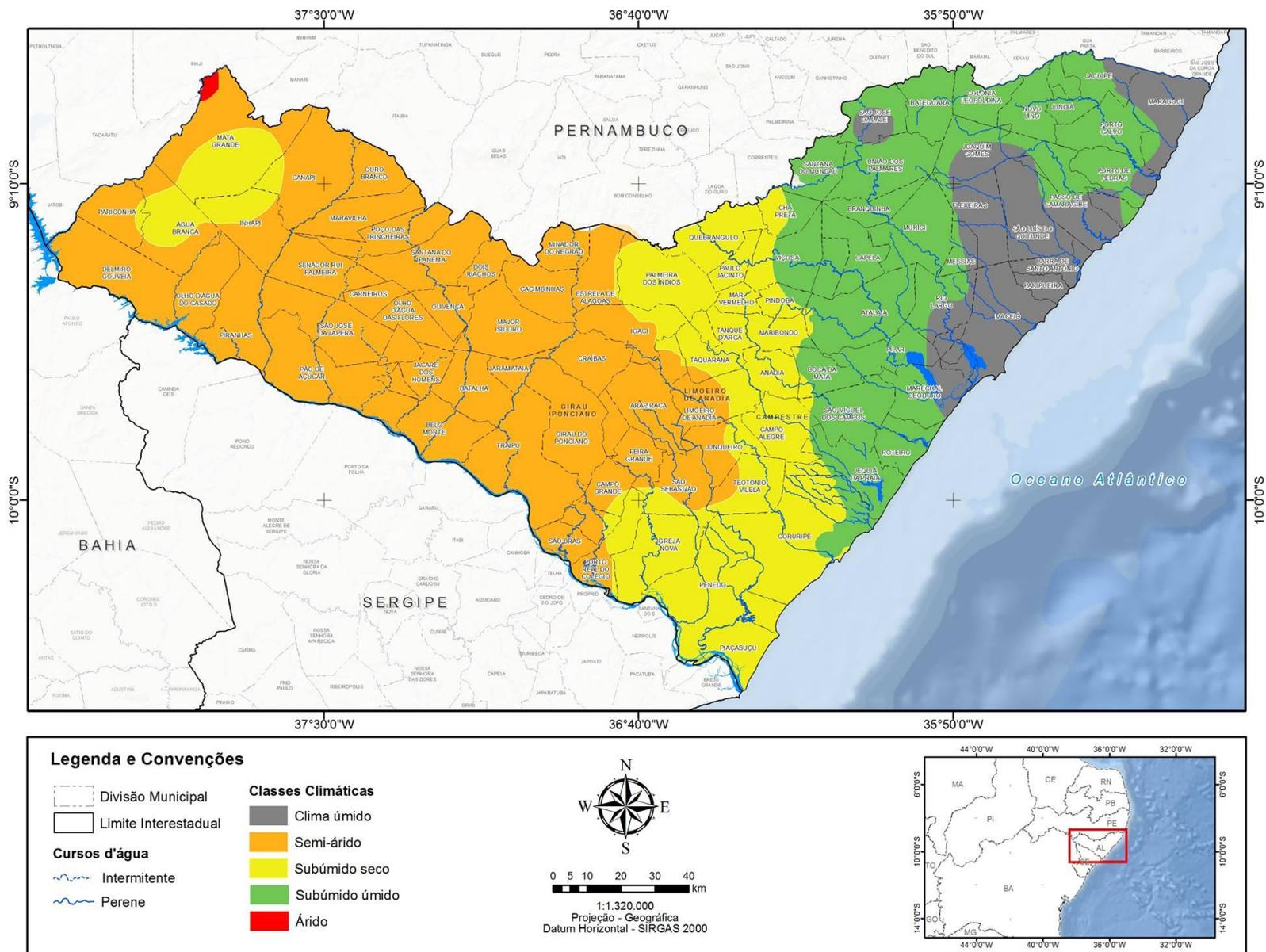
alcançar o litoral da zona açucareira, a massa de ar ascendia e provocava precipitações. (ANDRADE, 2010, p. 24)

Figura 1 - Mapa de Solos de Alagoas



Fonte: <http://dados.al.gov.br/> - Acesso em 30/08/2016.

Figura 2 - Mapa Climático de Alagoas



Fonte : <http://www.ibge.gov.br/> - Acessado em 30/08/2016. Elaboração: Antônio Almeida

Com a produção de açúcar, os engenhos tornaram-se células da sociedade colônial contendo um conjunto de complexas combinações, seja de trabalho, técnicas e de relações sociais<sup>31</sup> (CARVALHO, 2015, p. 53). Nas palavras de Diéguas Júnior (2006, p. 67), os engenhos eram quase feudos autárquicos, que se auto-sustentavam através do conjunto de infraestrutura que garantiam o seu funcionamento (carpintaria, marcenaria, olaria, casas de farinha e etc)<sup>32</sup>. No cerne dessa estrutura erguia-se a figura do senhor de engenho que, se assemelhava a um senhor feudal. Conforme afirma Diéguas Júnior (2006, p. 21-26),

Tal figura representava um verdadeiro aristocrata feudal, respeitado por todos, suas casas se ornamentavam com sedas e damascos, trajava-se mais luxuosamente que muitas Côrtes na europa, acolhendo parentes e a realeza com grandes banquetes, era tido como um chefe político, tal qual o governo se sustentava nessa classe. A sua importância era de tal grau que, provocavam até levantes armados contra os governadores das províncias. Gozando de privilégios, aplicavam a justiça em suas terras do seu próprio modo. Com a falta de mão de obra em relação a resistência indígena para com o trabalho, o senhor de engenho procurou importar negros africanos, como forma de mão-de-obra escrava. Quanto maior o número de escravos que o senhor de engenho possuía, mais era visto com respeito, pois representava um sinal de abastança<sup>33</sup>.

A evolução dos engenhos cresceu de forma lenta entre os séculos XVI e XVII, tendo somente um aumento exponencial nos séculos XVIII e XIX devido ao aumento da demanda de açúcar no mercado Europeu (ver tabela 12).

A abertura da fase de expansão do segundo ciclo longo (1848-1873) incidiu diretamente no aumento da produção (ver tabela 13), a retomada de preços garantiu o retorno dos investimentos e a introdução de inovações da primeira Revolução Industrial (arados, engenhos a vapor, caldeiras, tambores metálicos e etc.). Tais inovações refletiram na entrada do país no mercado mundial de manufaturas, as quais

---

<sup>31</sup> Para tal fato pode-se dizer que esse conjunto de complexas combinações na Zona Açucareira faz parte de uma formação Sócioespacial específica, que podemos chamar de uma Formação Socioespacial do Leste açucareiro. Pois conforme Santos (1977, p.84) afirma, “uma formação socioespacial não tem funções permanentes no âmbito da sociedade, nem um nível de forças produtivas fixo, nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedade e de relações sociais”.

<sup>32</sup> Autosuficiência que caracteriza o primeiro processo de substituição de importações apontado por Rangel (1981) na fase b do primeiro Kondratieff (1815-1847), na qual se buscava uma diversificação da produção dentro das fazendas de escravos.

<sup>33</sup> Fazendo um paralelo com Rangel (1981, p.8-9), o período colonial comportaria essa convergência de modos de produção e de trabalho numa associação dialética, no qual a sociedade dividia-se assim em duas classes: os senhores e os escravos, sendo as fazendas de escravos a forma mais dinâmica e progressiva de organização do trabalho. O engenho de açúcar passava a exercer a função de povoamento de toda Zona da Mata, substituindo o regime comunal primitivo de trabalho, e dando lugar ao sistema escravista de produção.

passavam a ser utilizadas nos engenhos sob pressão dos interesses ingleses e com o importante apoio do Governo Imperial<sup>34</sup> (LIMA, 2014, p. 33).

**Tabela 12 - Evolução dos Engenhos (1639-1897)**

Anos	Engenhos
1639	16
1730	47
1749	61
1849	316
1879	632
1881	661
1883	682
1897	993

**Fonte:** SANT'ANA, M. M. de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2011.

**Tabela 13 - Produção de Açúcar em Alagoas (1850 a 1879)**

Ciclos Longos	Safras	Sacos de 60 kg
Fase de Expansão do Segundo Ciclo Longo (1848-1873)	1850/51	330.951
	1855/56	877.879
	1858/59	712.719
Fase de Crise do Segundo Ciclo Longo (1873-1896)	1878/79	299.897

**Fonte:** AZEVEDO, J. **O vale do comendador**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1988. \*Associação com os ciclos de Longos.

As pressões com a concorrência do açúcar Antilhano e de beterraba, o fim da mão-de-obra escrava e a pouca incorporação de tecnologia fabril e agrícola em meados do século XIX associado à fase de crise do segundo ciclo longo (1873-1896), resultou na intervenção do Estado viabilizando a exportação e transformando os velhos banguês em unidades industriais avançadas (Engenhos Centrais), com o objetivo de baixar os custos de produção, tornando o açúcar competitivo no mercado internacional<sup>35</sup> (CARVALHO, 2006, p.15)

<sup>34</sup> Essa sociedade que era dividida entre os senhores de engenhos e escravos relacionava-se com o mercado capitalista europeu, por intermédio da Coroa ou por serviço público (Companhia das Índias Ocidentais). Assim tal elemento ligava a sociedade brasileira ao capitalismo industrial, tendo dentro do país um aparelho comercial, e lá fora um mercado presidido, principalmente a Inglaterra com a abertura dos Portos (1808), tal constituição dava origem ao pólo externo da nossa primeira dualidade com um lado interno representado pelo capitalismo mercantil e o lado externo com o capitalismo industrial. Tal polo era representado pelas classes dos comerciantes, sendo o sócio menor no pacto de poder com os a classe dos vassallos-senhores de escravos (RANGEL, 1981, p. 9, p.10, p.19).

<sup>35</sup> Convém destacar aqui o papel do Estado, na qual a sua participação, seja regulando, protegendo, estimulando a instalação de novas instalações de unidades industriais, propiciando novas estruturas

Entretanto, essas modernizações causaram resistências aos senhores de engenhos e fornecedores de cana, visto que ambos passariam a não ter o controle completo da produção. Dessa forma, o fornecimento irregular e a instabilidade na produção resultaram no término de funcionamento dos Engenhos Centrais.

Conforme aponta Carvalho (2015, p.55-56), a tentativa de instalar os Engenhos Centrais trouxe dois bons resultados: o primeiro foi à incorporação de novos maquinários e o segundo foi à energia elétrica, incorporações essas que aumentaram o ritmo de modernização transformando os engenhos em Usinas.

O surgimento das usinas no final do século XIX trouxe um aumento na produção com melhorias na qualidade do açúcar, ao mesmo tempo em que criou uma disputa com os banguês pelos empréstimos governamentais e juros subsidiados. A capacitação em receber os créditos oficiais pressionou as usinas menores, o que resultou na concentração dos recursos. (LIMA, 2014, p. 34-36).

Com a abertura da fase de crise do terceiro ciclo longo (1920-1948), associado à crise comercial, tal fato desestabilizava as exportações de matérias-primas para os países do centro<sup>36</sup> (ver tabela 14). No caso do Nordeste, essa nova fase trouxe grandes mudanças, sobretudo nas destruições de setores incapacitados e menos dinâmicos.

---

para a circulação e produção, além de criar novos mercados tem sido uma constante na história da industrialização dos países. (CHANG, 2004).

<sup>36</sup> Conforme Rangel (1981, p.26-27) afirma, o Brasil nessa fase é chamado a uma nova substituição de importações interiorizando o capitalismo industrial para o polo interno da dualidade. De acordo com Mamigonian (2009), a abertura dessa fase de crise do ciclo longo, traria a terceira meia-revolução, isto é a Revolução de 1930, e uma mudança no comando externo da economia substituindo a Inglaterra pelos Estados Unidos da América.

Tabela 14 - Exportação de Açúcar Cristal e Demerara - Brasil

	Anos	Exportação
		(em sacos de 60 quilos)
<b>Fase de Ascensão do Terceiro Ciclo Longo (1896-1920)</b>	1912	79.533
	1913	89.524
	1914	531.006
	1915	986.171
	1916	907.300
	1917	2.302.650
	1918	1.927.226
	1919	1.007.148
	1920	1.819.015
	<b>Decênio</b>	<b>9.649.573</b>
<b>Fase de Crise do Terceiro Ciclo Longo (1920-1948)</b>	1921	2.868.231
	1922	4.201.860
	1923	2.552.912
	1924	574.431
	1925	53.031
	1926	286.150
	1927	807.684
	1928	500.621
	1929	247.957
	1930	1.407.602
	<b>Decênio</b>	<b>13.500.479</b>
	1931	184.937
	1932	674.315
	1933	424.500
	1934	398.280
	1935	1.448.197
	1936	1.380.466
	1937	4.969
	1938	134.716
	1939	805.913
1940	1.102.211	
<b>Decênio</b>	<b>6.558.504</b>	

Fonte: <<https://archive.org/stream/acucar1940exp#page/3/mode/2up>> Acessado em 30/08/2016

\* Associado com Ciclos Longos.

Conforme a tabela 14, vemos que no período de crise do terceiro ciclo longo a exportação aumentou no primeiro decênio 1921/30, tal fato está relacionado com as intervenções feitas no governo Vargas, onde se instituiu através de políticas protecionistas a criação da Comissão de Defesa da Produção Açucareira (CDPA) em 1931, determinando que 10% da produção ficariam reservadas para o Governo quando o açúcar atingisse o maior valor. Além disso, a comissão estimulava também o desenvolvimento da produção de álcool com objetivo de diminuir o déficit na balança comercial provocado pelo petróleo, além de promover um reajustamento da dívida dos usineiros. (LIMA, 2014, p.37).

Como forma de aumentar a tutela do Estado sobre a produção, o governo criou o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) regionalizando a produção em forma de cotas, de modo a evitar que os estados do Sudeste tivessem um crescimento exponencial prejudicando os estados Nordestinos.

Porém, mesmo com o controle estatal, o IAA teve que estimular a produção no Centro-Sul, particularmente em São Paulo, visto que, o advento da segunda Guerra interferiria no comércio interno feito pelo transporte de cabotagem, assim, o abastecimento interno dependia da produção Nordestina que estava inviabilizado, enquanto os maiores centros consumidores estavam em São Paulo e Rio de Janeiro. Desse modo, o IAA passou a estimular a produção açucareira do Sudeste para o mercado interno, e a produção do Nordeste para o mercado externo, o que resultou na retração da produção nordestina e no aumento do centro-sul, ao mesmo tempo que retraiu as exportações no segundo decênio 1931/40 (ver tabela14 e 15) (LIMA, 2014, p.39).

Tabela 15 - **Produção de Açúcar- Regiões Norte/Nordeste e Centro/Sul (1935-1957)**

Região/Estado	1935	1946	1951	1957
<b>Norte/Nordeste</b>	62.8%	49.9%	52.2%	46.3%
Pernambuco	37.6%	28.9%	28.9%	26.6%
<b>Alagoas</b>	<b>11%</b>	<b>10.3%</b>	<b>9.4%</b>	<b>8.7%</b>
<b>Centro/Sul</b>	37.2%	44.8%	45.4%	50.6%
São Paulo	17.4%	22.2%	23.8%	31.6%

Fonte: LIMA, A. A. de, **A agroindústria Canavieira Alagoana: da criação do IAA a desregulamentação na década de 1990**. In: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/> - Acessado em 28/06/2016.

No cenário político alagoano, a passagem da revolução de 1930 marcaria a disputa das oligarquias pelo controle do estado, exemplo disso é a família Gois Monteiro<sup>37</sup> que, antes ligada ao sistema açucareiro, vinha perdendo ligação com a aristocracia feudal, visto que, as últimas gerações estavam voltadas para a área militar, sendo vitoriosos no novo regime<sup>38</sup> (LIMA, 2006, p.50).

<sup>37</sup>Pertenciam a família os irmãos Pedro Aurélio (General Gois Monteiro), Edgar, Ismar, Manuel César e Silvestre Péricles de Gois Monteiro (Lima, 2006, p.47).

<sup>38</sup>Conforme Lima (2006, p.47-50) ressalva, os problemas surgidos com o interventor Affonso de Carvalho impunham nova substituição, a indicação do novo interventor envolvia o General Gois Monteiro, na qual articulava com o Centro Alagoano (Organização Fundada no Rio de Janeiro em 1881, que contava com a colaboração de militares, dentre ele Mal. Deodoro da Fonseca), o resultado foi à nomeação de Osman Loureiro sendo interventor. Tal nomeação aprofundou a crise política do estado, entre os vencedores e os perdedores, levando uma intervenção do General Gois Monteiro que, como

A perpetuação política dos setores representativos a atividade açucareira no governo do Estado sofreu um interrompimento apenas com a eleição de Muniz Falcão em 1955. Tal fato de acordo com Lima (2014, p.85-86),

Deflagrou numa guerra entre oligarquias locais tentando anular a eleição, à divergência do governo eleito se aprofundaria com uma lei que instituiu taxas sobre o açúcar em Pró-Economia, Educação e Saúde. As oligarquias possuindo representantes no Poder Legislativo, logo apresentaram denúncias relacionando o então Governador com mortes de lideranças oposicionistas. Sendo acolhido o processo de *impeachment*, cujo relator era o líder da UDN no estado, deputado e usineiro Teotônio Vilela. O processo paralisou o Governo durante todo ano de 1957. Porém o estado permaneceu conflagrado e ficou sob intervenção federal até o encerramento da qual Muniz Falcão<sup>39</sup> saiu vitorioso reassumindo seu mandato em janeiro de 1958”.

Voltando ao contexto expansionista que vivia a agroindústria canavieira no Brasil e particularmente em Alagoas. Com a abertura da fase de ascensão do quarto ciclo longo (1948-1973) associado ao processo de urbanização e industrialização brasileira, a produção extrapolou os limites do consumo interno e reinseriu o país no mercado internacional do açúcar (ver tabela 16) (LIMA, 2014, p.41).

No caso de Alagoas, a produção saltou de 112 mil toneladas para 309 mil quase triplicando, já nas exportações o salto foi de 13% para 53% multiplicando-se aproximadamente por quatro vezes.

Essa fase marcaria a incorporação de avanços técnicos oriundos da segunda Revolução industrial, porém a dificuldade da incorporação de maquinários de ponta levaria a concentração na mão das usinas que possuíam capital ocioso, tal centralização intensificaria a partir da expansão dos canais sobre os tabuleiros costei-

---

forma de apaziguamento, fez uma política de fundação de um novo partido o Partido Republicano de Alagoas agregando componentes dos partidos já existentes e montando uma chapa para as eleições no ano de 1935. Tal política não agradou todos da família, não contando com o apoio de Silvestre Péricles, na qual se manteve no antigo partido lançando sua candidatura contra Osman Loureiro que era indicação do PRA, tais divergências levaram a divisão da família e enfrentamentos violentos resultando na morte de um deputado ligado a Silvestre. Com a vitória de Osman Loureiro, esse ficou na condição de governador até 1937 em razão do Golpe que instituiu o Estado Novo, tornara-se interventor até o mês de outubro de 1940. A derrubada de Vargas colocava o nome do General Goís Monteiro em evidência, assim com novas eleições em 1947, Silvestre Péricles se aproximava do irmão e lançava a candidatura em 1947 vencendo, derrotando Rui Palmeira (UDN). Nas eleições de 1950 Silvestre Péricles e o seu irmão General que tentava a reeleição no Senado, foram derrotados por Arnon de Mello representante das oligarquias (UDN) assumindo o governo, e Muniz Falcão (representante da classe trabalhadora) como deputado federal.

<sup>39</sup>O governo de Muniz Falcão foi marcado pela modificação do perfil econômico do Estado, com a criação da Comissão de Desenvolvimento Econômico de Alagoa (Codeal), criação de infraestruturas econômicas para o Estado com prioridades ao setor Elétrico (Companhia de Eletrificação de Alagoas, transporte, água, armazéns e silos, atividades que foram conjugadas com planejamento regional feito pela Sudene (LIMA, 2006, p.87).

ros<sup>40</sup>, na qual se localizam no Leste Alagoano, onde atualmente concentra-se as maiores produções de cana-de-açúcar e a maioria das usinas (ver Figura 3 e 4) (BARRETO, 2014, p.40).

As inovações como: insumos agrícolas, mecanização irrigações levaria as usinas com maiores capacidades financeira a ocuparem essas novas terras expandindo seus canaviais. Conforme afirma Lima (2014, p.83), as principais consequências desse processo foram: a eliminação da pecuária nas terras ociosas, intensificação e concentração fundiária e o desaparecimento das pequenas propriedades.

---

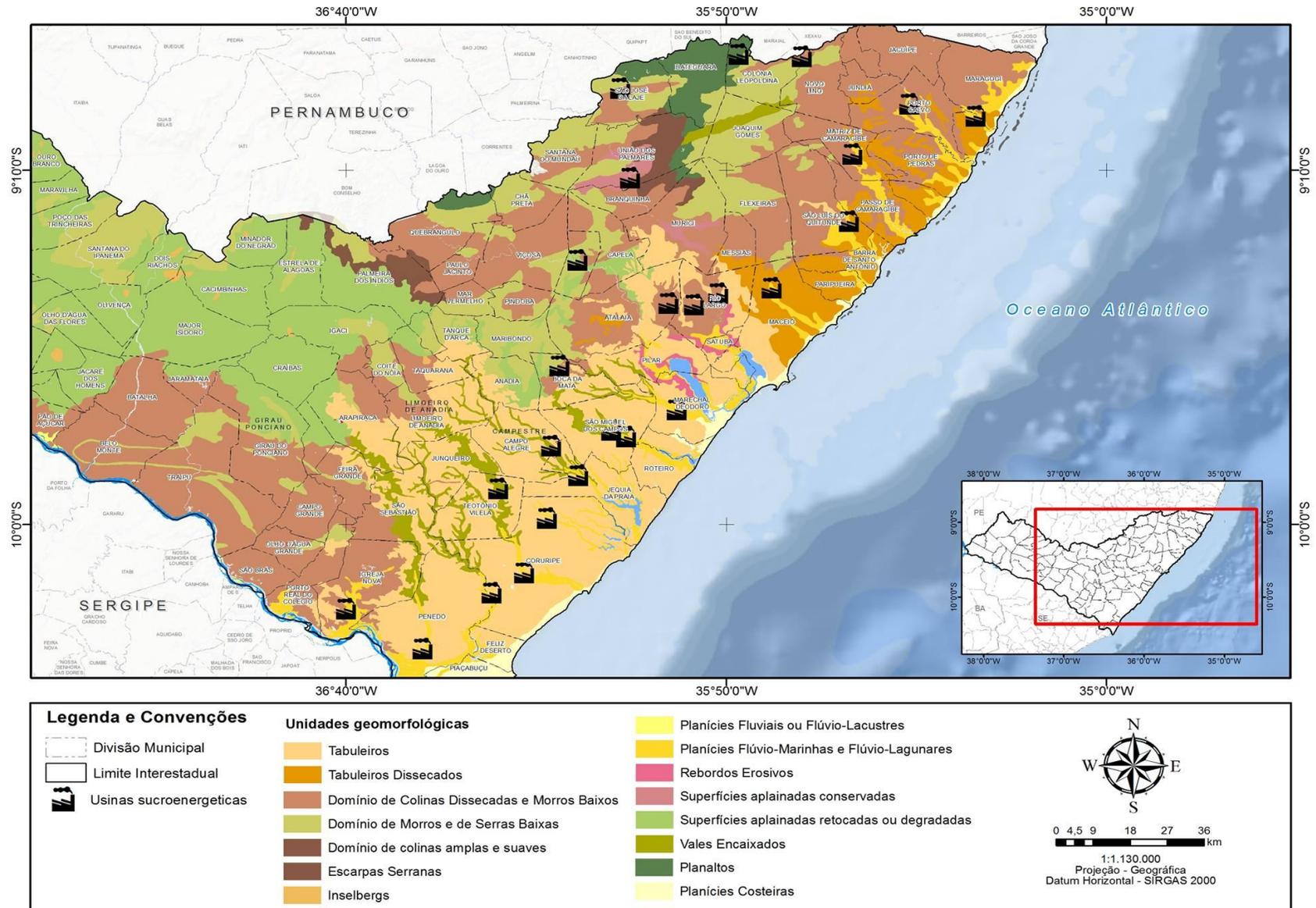
<sup>40</sup> São unidades geomorfológicas que se se apresentam no litoral Nordeste. São áreas de planalto de origem Sedimentar do grupo barreiras que apresentam altitudes que variam de 50 a 100 metros. Possuem solos de baixa fertilidade natural, e índices pluviométricos de 1.300mm anuais. Disponível em <<https://www.embrapa.br/tabuleiros-costeiros>> Acesso em: 25/06/2016.

Tabela 16 - Evolução da Produção dos Principais Estados produtores e porcentual exportado (médias dos quinquênios, associando anos civis a safras)

Anos Civis - Anos Safras	Pernambuco		Alagoas		São Paulo		Rio de Janeiro	
	Produção (t)	% Exportação	Produção (t)	% Exportação	Produção (t)	% Exportação	Produção (t)	% Exportação
1930/4-1929/30-33/4	217.078.0	12.8	61.101.2	9.4	87.848.8	0	100.878.0	0.6
1935-1934/5-38/39	228.401.8	13.6	66.856.0	11.4	128.786.8	0	133.040.4	0
1940/4-1939/40-43/4	299.159.6	8.8	93.487.4	13	155.197.6	0	153.777.0	0.2
1945/9-1944/5-48/9	372.973.6	17.2	112.162.0	13.4	261.292.6	0.1	207.059.6	4.6
1950/4-1949/50-53/4	495.369.2	14.6	124.788.6	13	502.776.6	0	263.706.8	0
1955/9-1954/5-58/9	655.132.2	35.6	198.299.8	30.2	978.277.8	15.4	317.056.0	7.8
1960/4-1959/60-63/4	730.563.6	41.4	263.797.0	39.4	1.389.271.2	10.2	387.316.2	5.8
1965-1964/5	792.286.0	61.3	309.657.0	53.6	1.608.870.0	10.9	428.676.0	0

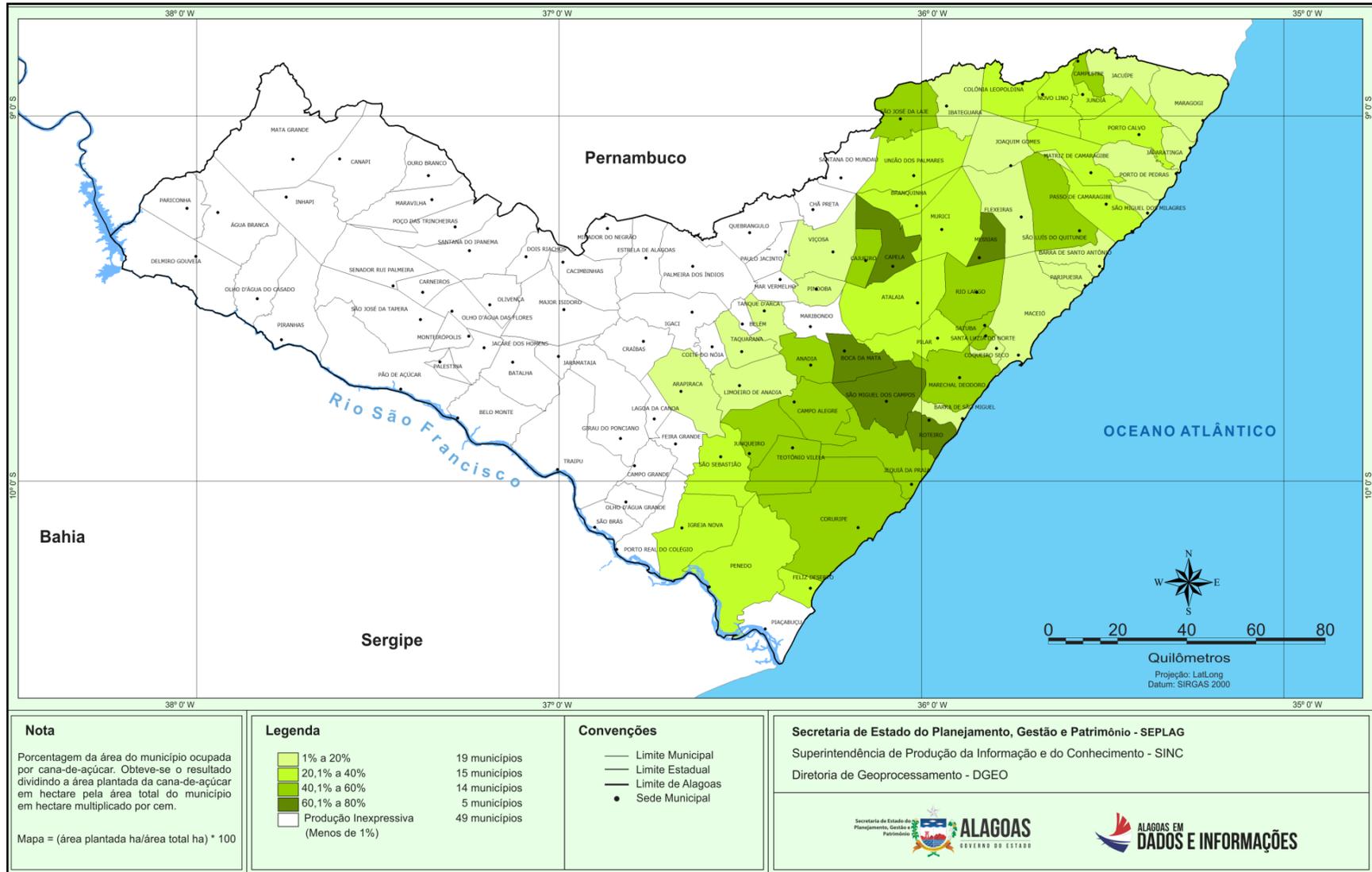
Fonte: RAMOS, P. Os mercados mundiais de açúcar e a evolução da agroindústria canieira do Brasil entre 1930 e 1980: do açúcar ao álcool para o mercado interno. In: <http://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/966>. Acessado em 22/08/2016.

Figura 3 - Mapa de Unidades Geomorfológicas e espacialização das Usinas em Alagoas



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/> - Acessado em 30/08/2016. Elaboração: Antônio Almeida

Figura 4 - Mapa de Área Ocupada por Cana de Açúcar em Alagoas (%) - 2013



Fonte: <http://dados.al.gov.br/> - Acesso em 30/08/2016.

Na década de 1960 com a Revolução Cubana e o embargo americano, o Brasil passou a ganhar parte de um novo mercado, assim, para ampliar a produção o governo aprovou diversas políticas e planos de modernização. Conforme afirma Carvalho (2015, p.64), nos anos de 1970 para substituir o petróleo na matriz energética, o governo criou o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), em Alagoas tais medidas resultaram na construção de mais de 30 destilarias entre os anos de 1975 e 1986, o que multiplicou em 25 vezes a capacidade de elaboração de álcool.

Nesse mesmo período foi criado o Programa Nacional de melhoramento do açúcar (PLANALSUCAR) objetivando o melhoramento da produtividade através de introdução de variedades mais produtivas. Essas e outras políticas de subsídios e financiamentos contribuíram ao ponto de Alagoas receber do IAA o mais moderno terminal açucareiro do Brasil, o mesmo ocorreu na área de pesquisa agrônômica, na qual a estação experimental implantada em Rio Largo é responsável por toda renovação genética das variedades de cana-de-açúcar existentes (CARVALHO, 2009, p. 32-33).

Tais intervenções do Estado associadas aos preços internacionais deram condições para que nos anos de 1990- 2010 o setor se reestruturasse concentrando a produção. Em Alagoas essas políticas transformaram o estado em um exportador de capital, com alguns dos seus principais grupos produzindo mais cana, açúcar, álcool e energia em outros estados como Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Conforme Santos e Silveira (2001, p.112) essa busca das indústrias por novos lugares está associada à velocidade com que os pedaços do território são valorizados e desvalorizados. Nesses novos lugares essas indústrias levam a outros atores a participarem das suas ações hegemônicas, assim tanto os objetos como as ações são chamados a colaborar nas suas instalações, sendo o território organizado e usado como lógica exclusiva dessa produção.

Além da concentração de capital e da busca dos novos lugares, tais grupos se diversificaram em diversos setores, como na criação de gado leiteiro e beneficiamento do leite, empresas de taxi aéreo, indústrias têxteis, fábricas de fertilizantes, beneficiamento de coco, construção civil, engarrafamento de água mineral, meios de comunicação e criação de cavalos de raça. (CARVALHO, 2015, p.64). Para Kon (1999, p.91-92) a diversificação industrial ocorre devido a diversos fatores como: saturação do produto no mercado, declínio da demanda, obsolescência do produto e

na insuficiência de crescimento do mercado em que atua e etc. No caso das Usinas, o fato que explica essa diversificação, são os excedentes de capitais gerados (via exportação) na qual faz com que elas acumulem ociosidade, sendo que em momentos de recessão podem se utilizar desses recursos como forma de investimentos.

#### **1.4 As relações de trabalho e de produção na Zona Canavieira Alagoana**

Embora o trabalho escravo tenha sido a relação dominante no processo açucareiro durante a colônia, outras formas de trabalho foram introduzidas no mesmo período. As crises no século XVII acabaram resultando na incorporação de relações feudais dentro dos engenhos, pois com a deficiência em não conseguir mão-de-obra escrava suficiente, os engenhos passavam a facilitar o estabelecimento de camponeses no interior de suas terras.

O senhor de engenho para garantir tal mão-de-obra fixava o trabalhador dentro dos limites da propriedade estabelecendo uma relação de trabalhador cativo, tal sistema caracterizado por moradia tornava-se uma forma de dominação. O trabalhador em troca de moradia se submetia ao proprietário.

O fato de ser o trabalhador que procurava a moradia fazia com que ele contraísse uma dívida moral, o que garantia a sua fidelidade ao senhor de engenho. Tal fidelidade era acompanhada da dependência, visto que as compras diárias no barracão geralmente fiadas traziam dívidas monetárias. Assim, o barracão cumpria o papel de um mecanismo fundamental de imobilização do trabalhador, onde o mesmo ficava cativo e endividado.

Dessa maneira, aprofundando a sua dominação, o senhor de engenho hierarquizava as relações entre os moradores, permitindo que alguns plantassem e fornecessem cana aos engenhos, e outros se tornassem supervisores do trabalho realizado pelos demais. Essa relação de trabalhador cativo implicava na intervenção em todos os níveis de vida, seja na quantidade de bebida que esse podia beber, ou até na proibição de venda no barracão (HEREDIA, 1988, p115-128).

Além do trabalho como forma de pagamento, outros tipos de tributações eram feitas. O foro foi uma dessas tributações, passando o morador a ter que anualmente pagar aos donos das terras o seu arrendamento. O foreiro mantinha um *status* diferente, pois alugando alguns pedaços de terra podiam plantar e até ter certa econo-

mia. Já o eiteiro outro tipo de relação, dependia do senhor de engenho, para que pudesse plantar, tendo que trabalhar durante toda semana e até aos domingos<sup>41</sup>. Embora a atividade açucareira tenha passado por modernizações, as usinas no século XX usava-se do mesmo modelo de moradia praticado nos engenhos, porém estabelecia um conjunto de relações capitalistas como o assalariamento do trabalhador.

De acordo com Albuquerque (2009) *apud* Verçosa (2012 p. 5-6)

O sistema de dominação de morada consistia, fundamentalmente, na combinação do trabalho assalariado com a utilização de determinada parcela de terras da usina como roçado próprio da família do trabalhador. Os trabalhadores que eram moradores com roçado foram sofrendo paulatinamente um processo de proletarização plena, marcado pela falta de acesso à terra e, conseqüentemente, pela venda da força de trabalho como único meio de sobrevivência. A intensificação desse processo ocorreu no fim dos anos 1970 até o início de 1990, momento no qual o sistema de dominação de morada entrou em colapso.

Desse modo, podemos levantar algumas semelhanças entre as relações de trabalho dentro dos engenhos e as relações de trabalho em uma economia baseada na Corveia Russa, pois assim como no Engenho, na Corveia os camponeses possuíam terras e extraíam seus meios de subsistência, o trabalho excedente era voltado para o cultivo do latifúndio, os lotes nesse sistema eram uma forma de salário em espécie e um meio de assegurar a mão-de-obra ao latifundiário. Para a existência de tal sistema, Lenin (1982, p. 124) levanta algumas condições indispensáveis que podemos comparar com as relações dos engenhos como<sup>42</sup>:

- 1) A supremacia da economia natural. O feudo devia constituir um todo isolado, auto-suficiente, ligado muito debilmente ao resto do mundo. A produção de trigo para a venda (consideravelmente desenvolvida nos

<sup>41</sup> Entrevista com Francisco Julião. Disponível em: < <http://www.fgv.br> > Acesso em 15/02/2016.

<sup>42</sup> Cabe frisar que o sistema de Corveia foi minado pela abolição da servidão, sendo a economia camponesa separada da economia senhorial, o camponês teve que resgatar a terra, adquirindo-a em plena propriedade, e o senhor teve de passar ao sistema da economia capitalista. Porém essa passagem não se fez bruscamente, havendo um sistema de transição combinando e associando traços da Corveia e do sistema capitalista. Nesse sistema a organização da economia latifundiária reduz-se atualmente a dois sistemas básicos em combinações as mais variadas. O sistema de pagamento em trabalho consiste em que os camponeses das vizinhanças trabalham a terra com seus próprios instrumentos, sendo que a forma de pagamento não muda a essência desses sistemas (seja em dinheiro, quando não contratados por tarefa; em espécie, quando se trata de parceria; em terras ou servidões, quando se trata de pagamento em trabalho no sentido da expressão). O sistema de pagamento se reveste das mais variadas formas. “Ora os camponeses trabalham por dinheiro, as terras do proprietário com seus próprios instrumentos; é o caso do “trabalho por tarefa”, do “trabalho por deciatina”, a ‘cultura por ciclo”. Ora eles tomam trigo ou dinheiro em empréstimo, reembolsando o total ou os juros em trabalho. Há também o pagamento dos danos causado aos animais, e outros trabalham de graça apenas pela comida e por fim, é muito generalizado o fato dos camponeses trabalharem apenas em troca da terra, seja na forma da parceria, seja no trabalho direto para pagar a locação. (LENIN,1982,p.123-128)

últimos tempos do regime da servidão), pelos latifundiários, já prenuncia a dissolução do antigo regime; 2) o produtor direto tinha necessariamente que possuir os meios de produção em geral e a terra em particular. Mais: ele devia estar vinculado à terra; caso contrário, o latifundiário não tinha garantida a mão de obra. Assim, os meios de obtenção do produto excedente são diametralmente opostos na economia baseada na corveia e na capitalista: a base da primeira é garantia de terras para o produtor, a da segunda, a sua liberação da terra; 3) o camponês devia depender pessoalmente do senhor. De fato, se este não tivesse poder direto sobre a pessoa do camponês, ser-lhe-ia impossível obrigar ao trabalho para si um homem que possuía um lote de terra e o explorava. É necessária uma “coação extra econômica”, expressão usada por Marx ao caracterizar esse regime econômico (que ele, como assinalamos, insere na categoria da renda do pagamento em trabalho). Os graus e formas dessa coação podem ser os mais diversos, da servidão ao estatuto jurídico inferior dos camponeses; 4) enfim, esse sistema tem por premissa e consequência um nível extremamente baixo e rotineiro da técnica, já que a atividade econômica tem por sujeitos pequenos camponeses esmagados pela miséria, humilhados pela dependência pessoal e pela ignorância.

A incorporação de mais terras e a recusa dos direitos trabalhistas pelos latifundiários na segunda metade do século XX levaram o avanço dos canaviais sobre os lotes dos moradores. Com a modernização das técnicas produtivas e a ampliação dos canaviais estimulados pelo (IAA), tais relações foram paulatinamente desaparecendo, esse processo foi agilizado com o reconhecimento pela constituição de 1988 dos direitos sociais urbanos aos trabalhadores rurais (FGTS, recolhimento do INSS e pagamento de Seguro Desemprego). (CARVALHO, 2015, p. 69)

De modo geral, conforme aponta Lira (2015, p.12), a dependência da monocultura da agroindústria açucareira, sustenta ainda hoje as relações de trabalho associado às relações políticas e eleitorais das classes dominantes desde o período colonial, complementando pelos esquemas hierárquicos e autoritários fundados na corrupção e violência, sendo somente em duas ocasiões que a influência dos usineiros não definiu o processo eleitoral: durante a eleição do governador Muniz Falcão nos anos 1950, e de alguma forma, nas eleições de 1998, com a vitória do candidato Ronaldo Lessa apoiado por uma coligação de partidos de centro-esquerda, porém contraditoriamente acabou celebrando um novo acordo com os usineiros fazendo a incorporação do passivo da operação das Letras Estaduais na dívida mobiliária federalizada.

## 1.5 O algodão e a ocupação do Agreste Alagoano

A mesorregião do Agreste Alagoano teve uma formação associada ao Litoral açucareiro, porém apresenta diferentes aspectos no que se refere às relações de trabalho e de produção, possuindo assim características próprias que advêm dos fatores físicos e humanos. Conforme afirma Ab' Saber (1999, p.21), tal região é uma faixa de transição climática entre a zona da Mata oriental do Nordeste e os espaços dos sertões secos (ver figura 10). Para compreender melhor a função econômica e social dessa região, faz-se necessário entender as bases fisiográficas, pois a sua Geomorfologia de baixo pediplano inclinado suavemente para a calha do São Francisco, tendo uma altitude que varia de 200 a 300 metros influencia diretamente os aspectos climáticos e no desenvolvimento agrícola dessa região. (MELO, 1980, p.258).

No caso de Alagoas, essa região teve grande importância sobretudo na produção de algodão, pois o seu cultivo acabou influenciando o povoamento no interior do estado, sendo responsável pelo surto de um início industrial no final do século XIX gestando indústrias têxteis e uma classe operária participativa nas decisões da economia, política e nos costumes locais (TENÓRIO; LESSA, 2013, p. 9).

Com o advento da primeira Revolução Industrial no final do século XVIII, associado às inovações técnicas (tear mecânico, fiandeira hidráulica, máquina de beneficiar e insumo vegetal), a moderna indústria têxtil passou a ter um aumento do consumo de algodão, visto que as colônias inglesas não produziam o suficiente para atender a demanda mundial. Tais fatores acabaram impulsionando a produção de algodão no Nordeste brasileiro, tornando-se uma das bases da economia Alagoana.

A abertura da fase de expansão do primeiro ciclo longo (1848-1873) impulsionado pela primeira Revolução Industrial, ampliaram as relações comerciais estimulando a valorização dos produtos coloniais. Os progressos técnicos do século XVIII (tear mecânico, máquina a vapor e etc) favoreceram a sua produção ao ponto de ter seu aproveitamento em medida quase ilimitada. Conforme afirma Prado Júnior (1998, p.81), o algodão disseminou-se pelo território brasileiro, tornando o Brasil um dos grandes produtores mundiais da fibra.

Em Alagoas a introdução do seu cultivo iniciou na zona úmida se propagando para o Agreste e Sertão. As oscilações dos preços determinavam a localização da

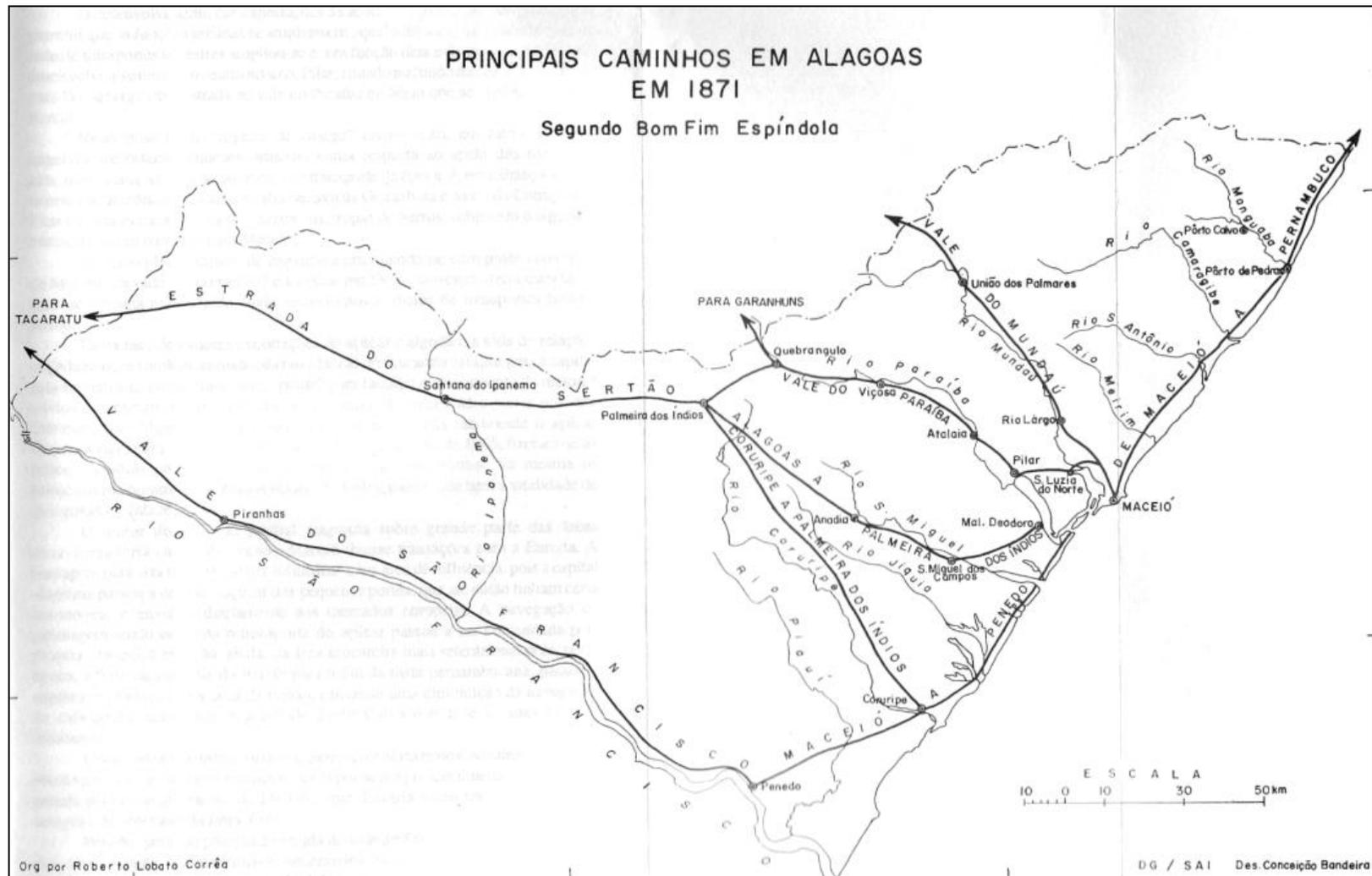
produção, ora ocupando a Zona da Mata em períodos de ascensão, ora ocupando o Agreste em períodos de crise do açúcar ou preço baixo.

Com um ciclo vegetativo curto e de boa cotação, o algodão conquistou a preferência de ricos e pobres, pois a simplicidade de produção, a associação com outras culturas, além de não ocupar braços durante o ano todo, fazia com que na falta de força de trabalho familiar, utilizava-se o pagamento de diárias a moradores próximos, sendo o trabalho escravo usado de forma marginal. Segundo Carvalho (2015, 210-p.212), o algodão foi beneficiado em dois períodos: o primeiro em 1776 em virtude da Independência Americana, na qual a Inglaterra se voltou para outros fornecedores como o Brasil. E o segundo momento foi abastecendo o mercado inglês durante a Guerra de Secessão (1861-1865). A elevação da produção no final do século XIX, se beneficiou do período de expansão da fase do segundo ciclo longo (1848-73), ciclo esse que se abria com as revoluções voltadas para o setor de circulação e transporte. (MAMIGONIAN, 1999, p. 153).

A produção nesse período passou a ter novo patamar de crescimento impulsionado com a chegada das vias férreas e da navegação a vapor financiadas pelo capital inglês, além da implantação de fábricas têxteis. Tais serviços modernizadores transformaram os principais portos Jaraguá e Penedo em vitrine de negócios, constatando-se a chegada de uma diversidade de casas export-import. A abertura de estradas de ferro no Sertão e Agreste (ver figuras 5 e 6), possuíam uma intencionalidade, aproximando os produtores de algodão que se localizavam nessas regiões, mas também mexendo com a organização das cidades e vilas, trazendo ascensão para algumas, e decadência a outras, ligando e integrando o esquecido Sertão ao mercado urbano, favorecendo a circulação do capital e a comunicação entre litoral e interior (TENÓRIO; LESSA, 2003, p. 38-40).

Conforme Santos e Silveira (2001, p.175), tal produção dessa fluidez é resultado das cooperações, acordos e negociações entre Estado e as empresas, visto que tais empreendimentos são viabilizados por meio de créditos ou impondo os próprios projetos da engenharia. O algodão além da pluma teve também seu desenvolvimento da cultura no século XIX ligado com a descoberta de extração de óleos das sementes. Associado a isso, a abertura da fase de expansão do segundo ciclo longo (1848-1876) favoreceu a expansão algodoeira, em razão de que o centro do sistema passava a ter mais necessidade de matérias-primas, tendo interesse em aprofundar a divisão internacional do trabalho (MAMIGONIAN, 2005, p. 252).

Figura 5 - Mapa dos Principais Caminhos de Alagoas em 1871



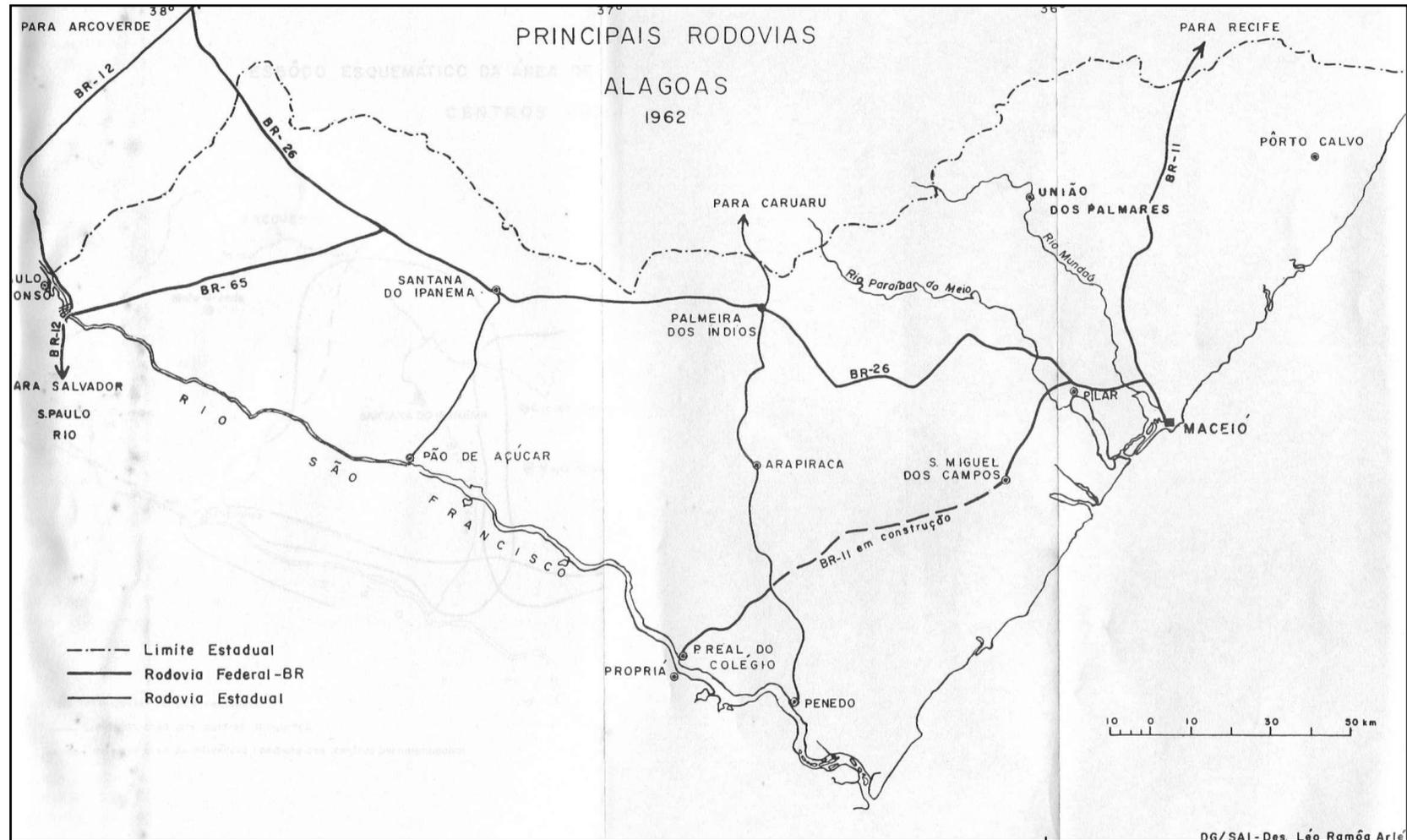
**Fonte:** CORRÊA, R. L. A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. **Geografia, Espaço e Memória.** São Paulo: Terra Livre. nº10, janeiro-julho, pp.93/116,1992.

Figura 6 - Evolução da Rede Ferroviária em Alagoas



Fonte: CORRÊA, R.L. A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. *Geografia, Espaço e Memória*. São Paulo: Terra Livre. nº10, janeiro-julho, pp.93/116,1992.

Figura 7 - Mapa das Principais Rodovias de Alagoas em 1962



Fonte: CORRÊA, R.L. A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. *Geografia, Espaço e Memória*. São Paulo: Terra Livre. nº10, janeiro-julho, pp.93/116,1992.

Figura 8 - Mapa das Rodovias de Alagoas -2015



Fonte: <http://www.dnit.gov.br/>- Acessado em 30/08/2016. Elaboração: Antônio Almeida

Conforme afirma Andrade (2011, p. 157-158), o algodão provocou uma Revolução Agrária no Agreste no sentido de absorver a mão-de-obra liberada da indústria açucareira, ao mesmo tempo, a sua industrialização barata colocava o beneficiamento na mão de comerciantes que através de suas bolandeiras e descaroadores contribuía para o desenvolvimento urbano de vilas e cidades.

O valor das cotações de exportação do algodão durante o século XIX chegaram a superar a cana-de-açúcar em até 1000%, com a Guerra de Secessão o Agreste e Sertão e os vales açucareiro ocuparam-se de algodão. Resultante desse *boom* foi criado em Janeiro de 1857 em Maceió a sociedade anônima Companhia União Mercantil, fábrica essa movida pela força hidráulica auxiliada por máquinas a vapor importadas da Inglaterra e Bélgica que, mais tardiamente manufaturaria tecidos de qualidade (roupas de escravos, panos para ensacamentos, toalhas, lençol e etc), tal fábrica chegou a possuir uma tinturaria em 1878 empregando cerca de 74 operários (SANT'ANA, 2011, p.53-67).

A dinâmica das vendas e a elevação das exportações e de negociações, levou os comerciantes a fundarem a Associação Comercial no ano de 1866, possuindo no início um total de 28 sócios, sendo apenas 8 sócios não exportadores de algodão. Transferida do centro de Maceió para o bairro do Jaraguá em 1869, a Associação representou a dinamicidade desse setor, transformando o bairro em escritórios especializados de compra e venda (CARVALHO, 2015, p.216-217).

Com a passagem para o novo regime em 1888 associado a entrada da fase de expansão do terceiro ciclo de longo (1896-1920), a economia nacional passou a ter crescimento impulsionando um surto industrial. Em Alagoas tal efeito foi refletido na criação de diversas fábricas têxteis, sendo elas: Indústria de tecidos Cachoeira em 1890, passando mais tarde ao comando da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, Fábrica Pilarense pertencente a Companhia Pilarense de Tecidos no ano de 1892, Companhia Penedense Industrial em 1895 na cidade de Penedo, Fábrica de Rendas e Bordados em 1909 na cidade de em Pilar, Fábrica de São Miguel em 1913 na cidade de São Miguel dos Campos, Fábrica Alexandria de linhas e tecidos em 1911 na cidade de Maceió, no mesmo ano surge a Fábrica da Pedra em pleno Sertão na cidade de Delmiro Gouveia, as três últimas a surgir foram a Fábrica Vera Cruz em São Miguel dos Campos, Fábrica Norte em Maceió e a Fábrica Marituba em Piaçabuçu (TENÓRIO; LESSA, 2003, p. 43-45).

Conforme afirma Rangel (1981, p.25), tal produção industrial desse período foi uma preparação para a industrialização na fase recessiva do terceiro ciclo longo (1920-1948), pois com a expansão do mercado voltado para essas mercadorias, criava-se base para a estruturação de uma moeda brasileira, tornando pré-condição para a industrialização.

O processo de industrialização na indústria textil, permitiu o surgimento de uma classe operária e de organizações e associações sindicais. O empresariado fabril diante de tais ações, acabou sendo um agente novo, inserido numa classe nova, tornando um orientador das famílias, porém, usava do controle sócio-ideológico nos deveres sociais. Cabe destacar que tais organizações dos operários e sindicatos assim como o apoio e simpatizantes de esquerda refletiram nas eleições de 1955, com a vitória do ex-delegado do trabalho Muniz Falcão opondo-se ao coronelismo das classes agrárias do estado (TENÓRIO E LESSA, 2003, p. 53; p. 84-88).

No decorrer dos anos de 1890 a 1930 às fábricas nordestinas levavam vantagens pelo seu distanciamento das suas concorrentes estarem no sudeste, além da barreira alfandegária que poupava as empresas locais frente as estrangeiras. Porém, com a abertura das estradas interestaduais na década de 1950 e o reaparelhamento do transporte marítimo, intensificou-se a concorrência entre as regiões unificando o mercado nacional. Tal estrutura facilitou a entrada dos tecidos do sudeste que havia se modernizado e aumentado sua produção, esses fatores levaram a concorrência direta com o nordeste, resultando numa crise do mercado nordestino e pondo fim às fábricas alagoanas (CARVALHO, 2015, p. 221-222).

Conforme Coelho (1992, p.75), a cultura do algodão teve repercursões notáveis sobre a estrutura da rede urbana, ora promovendo a integração da região, ora possibilitando o surgimento de grandes centros. Embora a produção do algodão se concentrasse no Agreste, contudo a região era também uma importante fornecedora de gêneros alimentícios, além de ter um comércio e uma indústria bastante dinâmica.

O desenvolvimento da região pautava-se sobretudo pelos fatores físicos que a constituíam, visto solos férteis e uma pluviosidade que varia de 800mm a 1300mm aproximadamente, favoreceu a expansão de atividades agrícolas (milho, feijão,

mandioca, abacaxi, algodão e fumo) e pastoris (pecuária leiteira e de corte) em faixas úmidas esparsas pela região<sup>43</sup> (MELO, 1980, p.257 – 263).

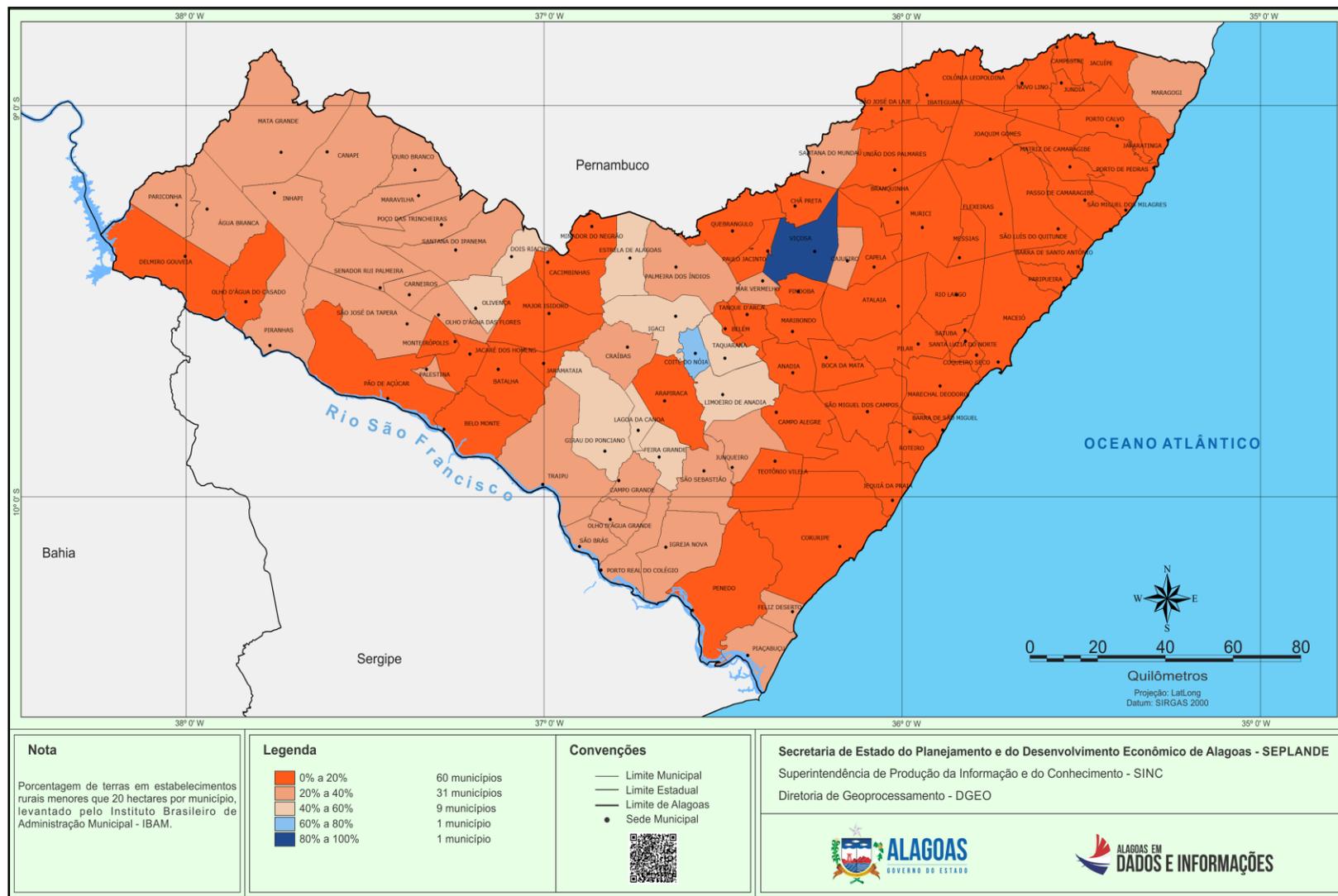
A região possui características distintas do Leste Alagoano, seja na estrutura fundiária que, é caracterizada pela sua heterogenidade, com uma estrutura sócio-econômica constituída por grandes proprietários (mais de 500 ha), médios proprietários (de 100 a 500 ha), submédios proprietário (50 a 100 ha), pequenos proprietários (10 a 50 ha), microfundiários (menos de 10 ha) (ver figura 9), e até nas relações de trabalho e produção, onde possui agricultores sem terras, assalariados rurais, grandes, médios e submédios pecuaristas, e os pequenos e muito pequenos lavradores. De acordo com Melo (1980, p.302-303), os sem – terras acabam cultivando a lavoura que o fazendeiro permite, evitando culturas de longos ciclos, ao contrário do pequeno agricultor que possuindo um pedaço de terra, pode cultivar lavouras de ciclo mais longos combinando com uma atividade agropastoril, tal diferença demonstra o caráter paupérrimo das condições do sem-terra em contraste ao pequeno agricultor.

Atualmente a estrutura agrária do Agreste Alagoano constitui de uma maioria de pequenas e médias propriedades (ver figura 9), sendo 11 municípios com 20 a 40% de estabelecimentos menores de 20 hectares, 7 municípios com 40 a 60% de estabelecimentos menores de 20 hectares, 7 municípios com 0 a 20% de estabelecimentos menores de 20 hectares e 1 município com 80 a 100%.

---

<sup>43</sup> A umidade dos Brejos e o relevo movimentando, fez criar uma agricultura que se auto-abastecia, sendo o gado a principal mercadoria que se auto-transportava. Em meados do século XVIII, o crescimento da população na região e a pecuária extensiva não era capaz de absorver toda a mão de obra, juntamente a isso as secas foram fazendo com que os habitantes das áreas de caatinga migrassem para os Brejos mais úmidos. A concentração desse grupos dariam origem aos povoados e sítios, tendo como sua base a agricultura de subsistência e os engenhos de rapadura ( ANDRADE, 2011, p. 153).

Figura 9 - Mapa de estabelecimentos rurais menores que 20 hectares



Fonte: <http://dados.al.gov.br/> - Acessado em 30/08/2016.

Entre as atividades agrícolas cultivadas no Agreste alagoano, o fumo foi a cultura que gerou uma dinamicidade peculiar em cidades como Arapiraca na segunda metade do século XX. A existência desse cultivo no município deve-se aos fatores físicos e humanos que, foram decisivos para o seu desenvolvimento.

O fumo assim como o algodão possibilitava o consórcio com outras culturas, dessa maneira a região compreendida não fez surgir uma monocultura. A ampla acumulação de trabalho no seu processo produtivo requeria intensa mão-de-obra, absorvendo o esforço do agricultor, a mão-de-obra familiar e de trabalhadores assalariados, o que conseqüentemente provocou um adensamento populacional.

A massa dos fumicultores não era totalmente formada por microfunditários ou pequenos proprietários, na sua estrutura podia se encontrar o agricultor sem-terra, na qual este fazia acordos como parcerias recebendo a terra da cultura e o financiamento, e também sendo arrendatário, onde pagavam em dinheiro ao proprietário o arrendamento (MELO, 1980, p. 274-275; p. 304-306).

Embora as atividades agrícolas sejam bem presentes até os dias de hoje no Agreste, porém o comércio através das feiras impulsionou também o desenvolvimento de algumas cidades, atraindo comerciantes e consumidores de outras municípios e até de outros estados em particular.

## 1.6 O gado e a Ocupação do Sertão Alagoano

Durante o período colonial a pecuária semiextensiva desenvolveu como economia secundária, atendendo os engenhos no primeiro momento. Conforme aponta Lindoso (2011, p.20), a ocupação do Sertão ocorreu por duas frentes, uma frente de norte – sul com formação indígena, na qual visava à conquista de campos de coleta e caça das tribos tapuia-kariri, e a frente sul-norte formada por pastores de gado cavalariço e bovino visando o pastoreio e a abertura de currais de gado.

A ocupação Holandesa durante o século XVII estimulou a expansão da pecuária para o abastecimento interno, interiorizando-a pelo vale do rio São Francisco e São Miguel. De acordo com Lima (1992, p.36, p.70, p.74, p.75), o avanço para o interior alagoano, aconteceu com a queda do domínio holandês, sendo os criadores bahianos os pioneiros. Entre 1658 a 1660 alguns criadores de gado acabaram recebendo doações de terras interiorizando-se nas melhores manchas de solos, em pontos estratégicos do território, ocupando assim as várzeas, como no caso da planície de inundação do médio vale do rio São Miguel, caracterizado pelos campos de Inahuns.

A atividade pecuária foi de suma importância desde o primeiro momento da produção açucareira, visto que o gado era essencial para o trabalho e transporte da cana, e servindo de fornecimento de carne para a população na zona açucareira. Porém com o crescimento dos rebanhos e a dificuldade de manter o pastoreio próximo da agricultura, houve a necessidade da separação. Tal afastamento se deu através de uma Carta Régia, decretando em 1701 o afastamento do rebanho bovino a uma distância de 10 léguas do litoral. O fato de ser uma atividade de baixo valor e produtividade no período colonial resultaram na expansão do rebanho pelo território.(CARVALHO, 2015, p 118-119).

De acordo com Prado Júnior (1988, p.27-30), a expansão do criatório para o Sertão esteve ligado sobretudo pelo consumo crescente do litoral açucareiro e a facilidade de estabelecimento, visto que as casas e currais eram feitos com espécies vegetais da própria região, a dificuldade em manter a mão-de-obra escrava no Sertão fez com que índios, mestiços, criminosos e foragidos dos centros policiados do litoral, escravos em fuga e aventureiros de toda ordem fossem utilizados nos trabalhos das fazendas.

A crise do século XVII refletiu diretamente na expansão da pecuária, pois o atrofamento da economia açucareira em decorrência do crescimento da produção nas Antilhas, fez com que os senhores de engenhos passassem a liberar parte da mão-de-obra, visto que a sua manutenção se tornaria onerosa. Tal mecanismo provocou a redução relativa da renda monetária na economia sertaneja tornando um bloqueio ao aprofundamento da divisão do trabalho, impedindo uma especialização pontual, mantendo apenas uma forma rudimentar de exploração, fechando-se relativamente a economia sertaneja sobre si mesma (SILVA e LIMA, 1982, p 34-35).

Na expansão do criatório, Penedo serviu como ponto de partida da penetração pelo rio São Francisco, aproveitando dos vales e do próprio rio, servindo como “estradas líquidas”, a dinâmica da cidade fez florescer sobre um próspero parque comercial e industrial, detendo fábricas de tecidos, óleos, sabão, vinagre, cigarros, móveis, calçados, refinação de açúcar, de café, curtumes oficinas, além de seu movimentado porto fluvial, criando assim um celeiros de lideranças políticas, como Gabino Besouro, o Barão de Traipu e seu genro Euclides Malta que embora tinham nascidos em outras cidades, possuíam sua base política montada ali (TENÓRIO, 2009, p. 20-21).

Conforme afirma Lindoso (2011, p.31; p.34), a ocupação do Sertão se deu de forma violenta, com expulsão e o guerreamento extinguindo o nomadismo indígena (Guerra dos Bárbaros), e o transformando em servos, tanto para as guerras coloniais, como em vaqueiros para os currais de boi, tornando-se vaqueiros-tangedores.

A escolha dos locais para a fixação e expansão do currais, passavam assim a depender sobretudo de fatores biológicos e humanos, como a vegetação, o regime de pluviosidade, assim também como a dependência de um mercado de escambo. Tais fatores puderam ser encontrados sobretudo nos vales transversais do vale do São Francisco.

A carne para alimento e o couro para utensílio tornava-se complemento indispensável junto com o leite e a incipiente lavoura de subsistência feita nos Brejos, tal sistema permaneceu por séculos no Sertão. A agricultura se restringia as vazantes de rios e algumas manchas úmidas esparsas, sendo o cultivo feito pelo próprio vaqueiro para se autoabastecer (ANDRADE, 2011, p.187, p. 191). Cabe frisar que essas manchas úmidas dariam surgimento aos cultivos da cana-de-açúcar e

as instalações de engenhos de rapadura e mel, sendo a rapadura parte da base alimentar do sertanejo (DIÉGUES JÚNIOR, 2006, p. 77).

No que se refere as relações de trabalho no Sertão, o índio transformado em vaqueiro tinha sua liberdade resguardada, pois o curraleiro necessitava da sua fidelidade no trato de preservação do seu rabanho e na proteção familiar, por isso acabava-o incorporando como sócio na partilha da reprodução tornando-o assim um agregado, a partir dessas relações nascia então um novo sistema de pagamento, baseado na entrega de um quarto da reprodução a cada cinco anos, decorrente desse sistema o vaqueiro tornava-se arrendatário assumindo muitas vezes o posto de administrador. (LINDOSO, 2011, p. 43).

Diversos tipos de relações de trabalho eram feitas no Sertão, entre elas podemos destacar a relação de sujeição, na qual vaqueiro o reside nas terras do proprietário dividindo a sua produção (algodão, milho, feijão), trabalhando em média 2 dias por semana na plantação e recebendo uma remuneração mais baixa que a dos trabalhadores assalariados, nessa relação os filhos também são empregados, recebendo uma remuneração menor do que a do pai.

. O vaqueiro morador além de trabalhar com a família, chama outros moradores para ajudá-lo, remunerando-os com o dinheiro da empreitada. O não pagamento dos dias em trabalho resulta na expulsão da propriedade. A parceria é outra relação utilizada, caracterizada pelo acordo dos trabalhadores com o proprietário, na qual efetua-se o pagamento da renda da terra através da entrega de uma parte pré estabelecida. O pequeno arrendamento é outra tipo de relação, consistindo no pagamento da renda da terra em dinheiro ao rendeiro, sendo limitada a liberdade de escolha do que plantar, sobrando raramente algum excedente. Por fim também é possível encontrar relações de assalariamento, cujo o objeto não é mais a terra ou a morada, mas a força de trabalho, onde sua remuneração se dá de forma permanente ou temporária<sup>44</sup> (SILVA e LIMA, 1982, p. 148-154).

Por três séculos a pecuária no Nordeste se constituiu como uma atividade quase natural, sem noções de cuidados científicos, seja na alimentação ou nos cruzamentos. Somente no início do século XX com a disseminação da palma

---

<sup>44</sup> O fato de termos diversos tipo de relações mostra a existência de um modo de produção que não seja puro, o que corresponde a coexistência de modos de produção historicamente situados em épocas diversas do desenvolver da sociedade, denotando assim uma particularização de uma determinada formação Social.

forageira por Delmiro Gouveia em Alagoas e a incorporação de novas raças permitiu o adensamento do rebanho e o melhoramento genético. A palma sendo mais resistente à seca servindo de forragem ou misturada com caroço de algodão ou aos restolhos de plantações de milho e algodão, transformava-se no alimento mais importante do gado nordestino, a sua disseminação gerou novas condições de vida, permitindo o incremento da criação em bases modernas, aumentando a qualidade do gado leiteiro.

O melhoramento genético também possibilitou uma mudança positiva no rebanho alagoano, introduzindo descendentes do gado indiano que aumentava o rebanho de corte, como dos mestiçados com gado europeu para a produção de leite. Associado a tais mudanças o Governo estadual criou em 1928 o Serviço de Zootecnia e Veterinária do Estado desenvolvendo assim uma especializada pecuária na produção de leite. A passagem da criação extensiva para a semi-intensiva, a melhoria das pastagens, a construção de açudes, extinguiu as terras indivisas fazendo desaparecer a relação entre o vaqueiro baseado na “quarteação”, passando assim o vaqueiro a ser um assalariado (CARVALHO, 2015, p. 118-126).

A expansão da criação e todas essas melhorias genéticas, possibilitou a formação da bacia leiteira nessa região, permitindo o aumento da produtividade, junto a isso, a urbanização e as famosas feiras de gado e de alimentos ajudaram a gestar a industrialização do setor lácteo, sendo aproveitado não só o leite, mas também o couro, aumentando o número de pequeno laticínios e curtumes na segunda metade do século XX. Atualmente a pecuária alagoana começa a fazer uma nova expansão, se direcionando para a zona açucareira, aproveitando assim os antigos terrenos de usinas fechadas (CARVALHO, 2015, p. 126 -127)

## 2 Organização Espacial de Arapiraca

Como foi apontado, o Agreste Alagoano teve uma formação associada ao Litoral açucareiro, porém apresenta diferentes aspectos no que se refere às relações de trabalho e de produção, possuindo assim características próprias que advêm dos fatores físicos e humanos. No caso Alagoano, a região Agrestina nos dias de hoje possui a importante função de abastecer as Microrregiões como a de Arapiraca, no qual através do Projeto Cinturão Verde de produção de hortaliças, supri a demanda das feiras livres, supermercados, escolas, hospitais e também o mercado consumidor de Maceió, Sergipe e Bahia (OLIVEIRA, 2007, p.85).

Há também nessa região a migração de mão-de-obra para as Usinas, pois com a abertura das estradas asfaltadas e os ônibus, esse tipo de deslocamento se viabilizou para grandes distâncias, principalmente do Agreste e do Sertão. De acordo com Sales (1982, p.129), essa migração ocorre nas épocas de moagem da cana, período que coincide com o final das colheitas nos principais cultivos do Agreste (milho, feijão e algodão), esse deslocamento é um fator que explica o estabelecimento definitivo dos migrantes agrestinos na região canavieira, pois o baixo nível de produtividade, aliado a uma pressão de excedentes populacionais sobre uma estrutura rígida de propriedade (minifúndio) no Agreste pressiona-o ao ponto de não oferecer mais condições de assegurar a subsistência da família.

No caso do município de Arapiraca os fatores físicos têm grande influência nos cultivos agrícolas desse município, pois a predominância de solos do tipo Latossolos vermelho amarelo Eutróficos e Latossolos vermelho escuro<sup>45</sup>, associado a um clima de tipo As' com uma estação seca no verão e chuvas no outono e inverno, com médias anuais de temperatura de 25° C, e um regime pluviométrico que varia de 750 a 1000 mm anuais, faz com que o município de Arapiraca não apresente heterogeneidade nos compartimentos territoriais (ver figura 1 e 2).

Sob o ponto de vista pedológico as terras do município são consideradas as melhores terras do Estado de Alagoas, sendo de melhor potencial para uso com a-gropecuária, pois são ambientes formados por solos profundos, não pedregosos, de

---

<sup>45</sup> Latossolos são passíveis de utilização com culturas anuais, perenes, pastagens e reflorestamentos, são solos minerais não hidromórficos profundos com cores que variam do vermelho muito escuro ao amarelo. Apresentam teor de silte inferior a 20% e argila variando entre 15% e 80%. São solos com alta permeabilidade à água, podendo ser trabalhado em grande amplitude de umidade. Disponível em <http://www.uep.cnps.embrapa.br> > Acesso em 20/03/2016.

textura média argilosa e bem drenada com topografia aplanada. Tais solos argilo-arenosos facilitam a penetração dos fertilizantes orgânicos e químicos, associado a uma topografia levemente ondulada que permite uma drenagem adequada sem os inconvenientes de erosões<sup>46</sup> (EMBRAPA, 2013, p. 43).

Atualmente a cidade de Arapiraca é a que ganha mais destaque em termos de dinamismo econômico, tornando-se a partir da segunda metade do século XX, o segundo centro mais importante do estado. (CARVALHO, 2015. p.69).

Primitivamente como distrito, esteve Arapiraca sob a jurisdição de Penedo, Porto Real do Colégio, São Brás e Limoeiro de Anadia sucessivamente. Foi elevada a categoria de município pela lei nº1009, de 30 de maio de 1924<sup>47</sup>. Segundo LIMA (1992, p. 123) criação do município em 1924 marcou o fundamento da parte central do agreste alagoano.

As terras pertencentes ao município de Arapiraca estiveram fracionadas em várias sesmarias, sendo elas a do Capitão Cristóvão Rocha em 1613, partes dessas terras estavam sob as sesmarias de Matias de Albuquerque e de Cristóvão Falcão no ano de 1632 (LIMA, 1992 p. 55; p. 59). De acordo com Firmino (2016, p.108), Arapiraca no final do século XIX embora não sendo emancipada mantinha boas relações comerciais com as cidades próximas, inclusive com o município de Limoeiro de Anadia do qual era distrito<sup>48</sup>.

Conforme salienta Coelho (1992, p.76-77), o atraso no surgimento dos municípios do Agreste e Sertão esteve relacionado com a atividade canavieira na Zona da Mata, visto que houve através da cana-de-açúcar uma polarização de cidades nessa região, sendo a rede urbana estruturada de forma hierárquica vinculada a essas cidades. A emancipação do município só veio ocorrer muitos anos depois no ano de 1924. Para Guedes (1999, p. 37), o povoado na década de 1920 já apresentava uma ascensão no comércio, em razão, sobretudo de uma pequena produção agrícola (feijão, milho, algodão e mandioca). Tal produção caracterizava-se como parte de uma economia pré-capitalista, onde predominava a produção direta ou para autoconsumo.

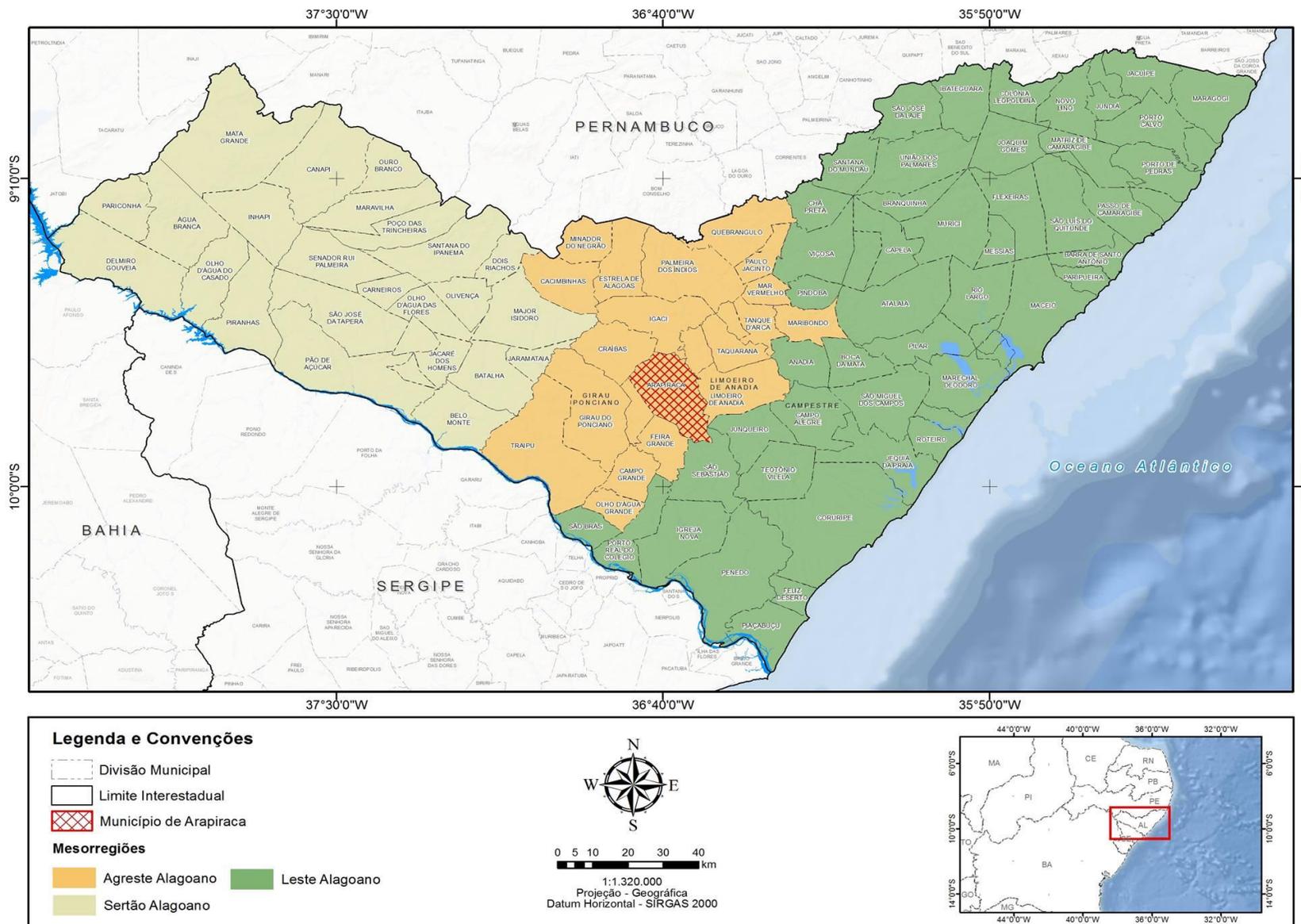
---

<sup>46</sup>Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/>> Acesso em :23/04/2016.

<sup>47</sup> A criação das sesmarias no interior da costa permitiu o descongestionamento dos engenhos de açúcar do litoral, afluindo indivíduos que não dispunham de emprego, e populações livres dos mestiços e de toda a casta, as sesmarias que acabavam não se mantendo, eram retalhadas, ou por compra e venda, ou por sucessões hereditárias maiores. (SIMONSEN, 2005, p. 274).

<sup>48</sup> Constituiu-se de territórios desmembrados dos municípios de Palmeira dos Índios, Porto Real do Colégio, São Brás, Traipu e do antigo distrito de Arapiraca, pertencente ao município de Limoeiro. - Disponível em <http://dados.al.gov.br/>> Acesso em 20/03/2016.

Figura 10 - Mesorregiões de Alagoas



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/> Acesso em 30/08/2016, Elaboração: Antônio Almeida

Entre os cultivos agrícolas, a mandioca manteve espaço de destaque no início da povoação do município. Segundo afirma Melo (1980, p.274), sendo a farinha importante alimento na dieta da população, e as poucas exigências de condições de solos férteis, o cultivo da mandioca acabou se concentrando nessa região. Conforme afirma Guedes (1999, p.199), antes do apogeu da cultura do fumo, o município de Arapiraca vivenciava o desenvolvimento da cultura da mandioca que proporcionou a chamada fase de ouro, tanto para os produtores, como para armazenistas e atravessadores. Somente com o advento do comércio do fumo em folha em 1945 é que o número de plantadores de mandioca foi diminuindo.

A estrutura fundiária do município foi também se transformando durante os anos, pois constituída de grandes latifúndios no início do século XIX<sup>49</sup>, foi ao longo do tempo se estruturando na pequena e média propriedade agrícola, estabelecendo através das suas principais produções agrícolas (fumo e mandioca) relações de trabalho distintas do litoral açucareiro. Conforme afirma Melo (1980, p. 296) em seu estudo sobre o Agreste Alagoano, a área ocupada por pequenas propriedades que vão de 0 a 50 hectares representavam um total de 59% na década de 1970.

**Quadro 2 - Estabelecimentos Rurais em Arapiraca - 2006**

Município	Módulo Fiscal (hectares)	Agricultura Familiar - Lei 11.326		Não familiar	
		Estabelecimentos	Área em hectares	Estabelecimentos	Área em hectares
Arapiraca	15	3.966	8.097	495	97.989

**Fonte:** Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\_Agropecuario\_2006/agri\_familiar\_2006/> Acessado em 30/08/2016.

Os dados do quadro acima mostram que o município de Arapiraca possui na grande maioria um número de 3.966 classificados com pequena propriedade, porém esses estabelecimentos ocupam menos de 10% de toda área do município, enquanto as médias e grandes propriedades concentram mais de 90% de todas as terras num total de 97.989 hectares<sup>50</sup>.

<sup>49</sup> De acordo com Guedes (1999, p. 77) em 1935 o município de Arapiraca concentrava grandes latifúndios improdutivos, porém já se via uma transformação nesse sistema, pois os animais que pastavam em pastos abertos passariam agora a ficar em propriedades cercados de arames farpados, isso devido o avanço de cultivos agrícolas que a região apresentava.

<sup>50</sup> **Minifúndio** – é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal; **Pequena Propriedade** - o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; **Média Propriedade** - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; **Grande Propriedade** - o

**Tabela 17 - Utilização das Terras no município de Arapiraca (hectares) - 2006**

<b>Arapiraca</b>	<b>Hectares</b>
Lavoura Temporária	75.353
Pastagens plantadas em boas condições	9.912
Pastagens naturais	3.401
Matas e /ou florestas naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	5.534
Pastagens plantadas degradadas	1.703
Lavouras Permanentes	4.807
Forrageiras para corte	522
Matas e /ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	1.726
Sistemas Agroflorestais	45
Construções, benfeitorias ou caminhos.	846
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas pública para exploração da aquicultura.	2.069
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	93
Terras degradadas (erodidas desertificadas, salinizadas e etc.)	64
Mata e/ou florestas plantadas com essência florestais	44
Flores, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação.	6

**Fonte:** <http://cidades.ibge.gov.br> – Acesso em: 30/08/2016.

Conforme a tabela 17, as terras de Arapiraca se constituem na sua maioria de lavouras temporárias, sendo os cultivos de mais destaques a mandioca e o fumo, na qual representaram no ano de 2012 um total de 32,7% e 30,98% da produção de todo o estado (SEPLANDE, p.10, 2014)

A expansão agrícola através da produção de fumo durante a década de 1970 gestou uma pequena produção mercantil pujante. Segundo Ferrari (1988, p. 25), tal classe sofreu transformações no âmbito das relações sociais e de níveis tecnológicos havendo assim um relativo avanço das forças capitalistas.

No caso do fumo essas transformações foram visíveis, pois com o avanço e desenvolvimento econômico da produção, o fumicultor passava a aumentar a sua área de cultivo utilizando novas relações de trabalho (GUEDES, 1999, p. 77).

Essa diversidade entre as relações de produção e de trabalho mostra a particularidade desse município, pois a sua estruturação agrícola em pequenas e médias propriedades, o uso de mão-de-obra livre e assalariada e a ampla extensão territorial

---

imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais. De acordo com a Lei 11.326 – É considerado Agricultura Familiar aquele que não detenha área maior de 4 módulos fiscais.

da produção de fumo gerou um maior número de estabelecimentos industriais, resultando na concentração de um maior número de empregos.

Segundo Gusmão (1985) *apud* Santos (2014, p.111)

Historicamente, a organização fundiária do município de Arapiraca se baseou nas pequenas propriedades em que os sistemas de arrendamento e parceria estabeleceram intensamente. Assim, a agricultura familiar se fez significativa onde os arrendamentos das propriedades podiam ser pagos em forma de produto ou de dinheiro, fatores que contribuíram com o desenvolvimento do município.

Embora o seu desenvolvimento viesse ocorrer na segunda metade do século XX em razão da expansão fumageira associada com a evolução dos meios de transportes, o município de Arapiraca na década de 1930 já demonstrava certa relevância como centro de parada dos almocreves e tangerinos. Conforme afirma Guedes (1999, p.89), estes tiveram papel importante, visto que transportavam em lombos de burros diversos tipos de mercadorias produzidas no Agreste e vendidas para as cidades da zona açucareira. No caminho da volta transportavam produtos para os comerciantes de Arapiraca (peixes secos, açúcar e sal). A produção de fumo na primeira metade do século XX era escoada por esse meio, atingindo outros estados do Nordeste e cidades como Patos, Cajazeiras, Monteiro, Águas Belas, Floresta e Arco Verde.

Conforme afirma Santos (1997, p.59) a partir do momento que uma produção comercial é inserida em regiões de uma agricultura de subsistência é desencadeado uma série de movimentos que resultam na redistribuição de capitais e da população sobre os espaços, tornando a partir de então, solidários.

Assim vemos que Arapiraca passou por esse processo, na qual a dinâmica do comércio e pelas informações de prosperidade relacionadas ao cultivo de fumo atraiu o chamado “povo de fora”. A formação dessa sociedade possuía assim sua raiz em uma formação ligada a terra e ao comércio, com a atração de almocreves sergipanos, comerciantes oriundos de Palmeira dos Índios, talhadores fugidos da seca de Princesa na Paraíba em 1932, comerciantes de Maceió, Ceará e da Bahia, fabricantes de calçados da Paraíba, e fabricantes de macarrão de Pernambuco (GUEDES, 1999, p. 123-124).

## 2.1 A feira de Arapiraca<sup>51</sup>

Em Arapiraca a feira surgiu antes mesmo do município ser emancipado e viver o seu desenvolvimento econômico com o fumo e a abertura de estradas. Tais feiras no Agreste possuem características diferentes das feiras na zona açucareira. Conforme Pazera Júnior (2003) *apud* Firmino (2016, p. 79), o Nordeste brasileiro apresenta dois tipos de feiras de acordo com sua localização: as feiras de Zona de transição e feiras de Zona típica<sup>52</sup>.

As primeiras aglomerações de feiras em Arapiraca ocorriam ao redor de uma antiga tamarineira no centro do povoado, cujos galhos serviam de varal para estender as carnes, tal movimento atraiu comerciantes de outros lugares, na qual gestaram estabelecimentos na cidade, com a evolução da cidade o comércio se intensificou através, sobretudo das vendas de folhas de fumo na década de 1940 (GUEDES, 1999, p. 285).

Com o crescimento do comércio e da feira, houve um aumento no raio de abrangência do município, o que conseqüentemente estimulou a dependência em relação aos meios de transportes, assim a sua evolução e melhoria foi fundamental no processo de interiorização e integração de sua economia (ver figura 7 e 8) (FIRMINO, 2016, p. 78).

---

<sup>51</sup> O surgimento das feiras no Brasil esteve relacionado, sobretudo com a evolução das relações de trocas. Conforme Dantas (2008, p.87) tais instituições em algumas sociedades surgiram de forma primitiva e espontânea, sendo destinadas ao intercâmbio de mercadorias e abastecimento da população, ao ponto de algumas cidades surgirem relacionadas as feiras.

No caso brasileiro tal comércio foi influenciado nos mercados periódicos Europeus durante a Idade média, embora as trocas inter-tribais já ocorriam antes mesmo da chegada dos colonizadores (DANTAS, 2008, p. 90). De acordo com Firmino (2015, p. 76) no caso brasileiro “os portugueses traziam consigo experiências do comércio e aos poucos iam impondo uma nova forma de comercializar”. O surgimento das feiras no Nordeste esteve relacionado aos estímulos e retração do mercado externo. Conforme Paim (1957, p. 17), “O mercado externo estimulou a estruturação da economia brasileira em torno de atividades agrícolas, mas a produção de bens agrícolas exportáveis absorvia apenas parte do tempo de trabalho e dos recursos naturais e de capital que dispunha. A outra parte, consideravelmente maior, era empregada na produção de bens de consumo, sem os quais a população não poderia manter-se e crescer, e criava o acervo de riqueza reproduzível que assegurava a continuidade da exportação e ampliava a capacidade de produção para o consumo do país. A falta de comunicações impedia que as aglomerações rurais autônomas se ligassem às outras, e, à margem da produção encaminhada ao mercado, florescia a produção natural destinada à satisfação das necessidades locais”.

<sup>52</sup> Conforme Firmino (2016, p.79) “As feiras de zona de transição são aquelas encontradas numa faixa de transição – zona da Mata – Sertão; Brejo-Agreste. Andrade (1974) caracteriza essas feiras como sendo mais diversificadas e as mais importantes dentre as sub-regiões nordestinas. “Há o domínio da pequena e média propriedade, o que propicia condições para que um número maior de agricultores participe da feira” (PAZERA JR, 2003, p. 27) Enquanto, as feiras de zonas típicas são aquelas presentes em áreas bem definidas, como a zona da Mata – é possível encontrar feiras de tamanho e área de abrangência menores e com menos grandiosidade”.

O aumento das relações econômicas relacionado à gênese comercial que a cidade passava possibilitou o surgimento de outras funções, a exemplo da função industrial e de serviços. De acordo com Guedes (1999, p. 285-287) a feira na década de 1970 juntamente com o comércio local e a produção fumageira representou o poderio econômico regional tornando-se na década de 1980 a maior feira do Nordeste. Tal ascensão se associava com a chegada da primeira empresa multinacional exportadora de Fumo (Garrido), o que ocasionou a atração de novos feirantes que vendiam roupas, queijos, secos e molhado, tecidos e jóias.

Conforme afirma Firmino (2016, p.137), o fumo acabou sendo essencial para o crescimento da feira e da cidade, da mesma forma assim também como a feira foi fundamental para a comercialização do fumo. Para Gusmão (1985) *apud* SANTOS (2014, p.98) a grande importância da feira estava no fato dela funcionar como centro de convergência de toda a produção de tabaco, ou seja, era onde todos os pequenos produtores comercializavam o fumo. Segundo Firmino (2016, p.150), a feira possibilitava o aumento nas trocas ao mesmo tempo que seu amplo comércio atraía e fixava a população contribuindo para o desenvolvimento econômico e na intensificação de pequenos comerciantes e empresários.

Para Dantas (2008, p.92) a feira desempenha grande importância por ser uma das formas de comercialização da produção agrícola e um principal mercado de abastecimento para uma parcela da população, a sua localização e implantação muda toda dinâmica da cidade por algumas horas.

Com o declínio da produção fumageira na década de 1990 diversas famílias migram para as áreas urbanas, assim a feira e outras atividades (comércio, indústrias e etc.) acabaram absorvendo parte dessa mão-de-obra. Como forma de amenizar o declínio e evitar o êxodo rural foi desenvolvido o projeto Cinturão Verde com recursos federais via CODESVAF (Companhia de desenvolvimento do Vale do São Francisco) com apoio da secretaria Municipal do município de Arapiraca. Tal projeto visou disponibilizar água subterrânea através de perfurações de poços artesianos e fornecer equipamentos de irrigação de hortas comerciais (OLIVEIRA, 2007, p. 66).

De acordo com Oliveira (2007, p. 92), a produção foi de grande viabilidade, pois ocupou as pequenas áreas próximas ao município e propiciou um retorno mais rápido gerando uma renda distribuída durante o ano. Assim, parte da produção aca-

bou sendo absorvida pelas feiras livres municipais e mercados locais e de outros municípios gerando renda e emprego.

Conforme afirma Firmino (2016, p.147-148), a feira no ano de 2003 ocupava cerca de 25 ruas no centro da cidade, foi então transferida para bairros mais pobres (Manoel Teles), a feira passou a ter as barracas divididas por mercadorias. Acredita-se que tal mudança é reflexa dos atores que comandam o comércio da cidade: as grandes redes de supermercado, lojas, restaurantes e etc. “Assim nota-se a presença de uma feira que está sempre sofrendo mudanças não por completo, mas, deslocando feirantes de uma rua para outra, e estas ruas sempre afastadas”. A sua mudança esteve ligada ao crescimento do número de barracas resultando numa procura maior de espaço.

A feira mesmo com seus atributos de simplicidade ainda resiste ao período atual, assim comparando as relações de trabalho com o comércio moderno hoje vigente em Arapiraca, vê que são relações ultrapassadas, porém analisadas do ponto de vista das necessidades, essas relações possui grande importância, pois gera emprego e renda para o município, ao mesmo tempo em que sua sobrevivência simboliza uma ligação com as raízes históricas da cidade.

## **2.2 O Cultivo do Fumo em Arapiraca**

Os fatores físicos (solos, clima, topografia) mencionados anteriormente foram de suma importância para compreendermos o desenvolvimento do cultivo fumageiro que Arapiraca passou durante o século XX. Além dos fatores físicos, a demanda por fumo de rolo no mercado nordestino explica a existência e a expansão dessa cultura, pois embora se tornando ali uma área de plantação do fumo, era possível encontrar produções de feijão e algodão consorciado com o mesmo (MELO, 1980, p.275),

Conforme afirma Ferrari (1988, p. 23-24), o cultivo de fumo em Arapiraca surgiu em 1890 através de Francisco Magalhães, suggestionado pelo almocreve Pedro Vieira de Melo, da cidade de Lagarto, cidade sergipana que já era centro de uma pequena área fumageira.

Porém há controvérsias sobre qual a origem do fumo de Arapiraca, pois Lopes (2008, p.96) afirma que no final do século XVIII a região de São Miguel dos Campos e de Porto Calvo eram áreas abertas a produção agrícola conjugando ali-

mentos e tabaco, o mesmo confirma Antonil (1837, p. 128) onde salienta que o melhor tabaco é retirado das primeiras folhas da planta (baixeiros), onde a cor e o sabor são fortes, assim essas qualidades de tabaco estão localizadas em Alagoas de Pernambuco província da capitania de Pernambuco no século XVIII.

Conforme Calú de Oliveira e Leandro de Moraes (2014, p.3), é possível que tal a cultura de fumo se estendesse até Anadia situado a 40km de São Miguel sendo produzidas em quantidade reduzida. Conforme Espíndola (2001) *apud* Calú de Oliveira, Leandro de Moraes (2014) e possível existir tal cultura nas proximidades de Arapiraca visto que em 1870 a lavoura de fumo era significativa nessa comarca ao lado do algodão e do açúcar.

De todo modo, Ferrari (1988. p. 23-24) afirma que o desenvolvimento do fumo em Arapiraca passou por quatro estágios: sendo o primeiro o cultivo dentro dos currais devido à alta quantidade de adubo orgânico, tal estágio é de débil comercialização, podendo ser ainda considerado como estágio pré-técnico. Nesse período Arapiraca não possuía uma rede rodoviária que ligasse ao município, o que dificultava o seu acesso com outras localidades. No segundo estágio entre os anos de 1922 a 1950, o fumo acabou sendo transferido dos currais para os canteiros em áreas abertas havendo a introdução de equipamentos, assim como o início da comercialização de fumo de corda, o censo agrícola desse período apontava a produção de 257 toneladas no município.

Tal aumento se relacionava em razão de políticas instaladas na Era Vargas, visto que o processo de substituições de importações deu-se através da produção de bens de consumo não duráveis, especialmente alimentos e bebidas, dando o primeiro passo para modernização da agricultura, assim o setor fumageiro que gozava da integração entre agricultura e indústria, foi favorecido pelo processo.

Segundo Limberger (2013, p. 28),

Mesmo com o fim do Estado Novo a política pouco se alterou, visto que os governos posteriores priorizaram a modernização da agricultura, através da fabricação em território nacional, de insumos para a atividade rural e incentivos estatais para compra destes pelos produtores, além da facilitação, via taxas de câmbio privilegiadas, da importação de tratores e máquinas agrícolas.

A boa qualidade do fumo, e o baixo preço em relação ao fumo baiano estimularam a vinda de exportadores, comerciantes e armazenistas a se fixarem em Arapiraca e municípios vizinhos. As preocupações de ambos se voltavam para a compra dos “baixeiros”, que são as primeiras folhas que nascem, pois além de terem a me-

lhor qualidade que as outras folhas, são usadas como capa de charutos e destinadas para exportação. A área produtora se encontrava próxima a Arapiraca, fator que facilitava a compra e venda (NARDI, 2013, p. 72).

A competitividade de Alagoas em relação à Bahia estava na mudança da política fiscal que oferecia facilidade, nesse quadro de exportação tornava-se mais vantajoso expedir o fumo alagoano pelo porto de Maceió. A reforma tributária de 1966 modificou as condições de comercialização interestadual elevando o custo da expedição do fumo de Alagoas para a Bahia, outra vantagem foi a combustibilidade que era superior ao fumo baiano, sendo também útil na mistura para cigarros e na composição de charutos. A expansão do mercado mundial pós-1945 e a necessidade de baratear a fabricação dos charutos levou fábricas a se instalarem em Arapiraca (CARVALHO; LAGES; BARBOSA, 2011, p. 27 - 34).

Com o aumento da produção e a expansão do cultivo para outras áreas, alguns empresários locais acabaram criando a primeira fábrica de charutos Arapiraquense, “a fábrica de charutos Leda” (SANTOS, 2014, p. 80).

A criação dessa primeira fábrica seria o reflexo do momento que a economia brasileira estava vivendo, marcada pela fase de recessão do terceiro ciclo longo e da terceira dualidade<sup>53</sup>, tal período era impulsionado pela Revolução burguesa liderada por Vargas, onde o país entraria definitivamente no capitalismo. De acordo com Peireira (2005, p.4), mesmo o Brasil passando por um período recessivo, o país vivenciava um aumento de seu mercado interno associado ao crescimento da população e do desenvolvimento da industrialização substituidora de importações, na qual ramos industriais inexistentes passavam a fabricar produtos antes importados e reorganizava ramos manufatureiros pré-existentes.

---

<sup>53</sup> A terceira dualidade caracterizava-se pelo capitalismo industrial nascente, que teria que lutar com seu homônimo o capitalismo industrial do centro. Conforme Rangel (1981, p. 27) “Segue-se que como eletricidades do mesmo nome, que se repelem, o aparecimento do capitalismo industrial no lado interno do polo implicava em sua exclusão do lado externo e, para recompor a dualidade, seria mister sua substituição por outra formação superior. Assim o lugar antes ocupado pelo capitalismo industrial cêntrico foi ocupado pelo capitalismo financeiro.” Nessa terceira dualidade abandonaríamos o capitalismo financeiro inglês que estava atrasado e passávamos a nos orientar pelo capitalismo financeiro norte-americano “que não era apenas supridor tradicional de produtos industriais ao Brasil, mas contava com uma vasta e diversificada produção primária metropolitana, condição que o desenvolvimento da técnica só tendia a consolidar, industrializando a agricultura e a produção de matérias primas” (RANGEL, 1981, p. 28). Nascia-se assim a burguesia industrial dissidência da classe hegemônica da anterior dualidade. No caso de Arapiraca essa classe era representada pelos empresários locais ligados ao fumo e ao algodão que deixaram de ser propriamente plantadores e vendedores de cultivos in natura e passaram a industrializá-los.

O terceiro estágio que vai de 1950 a 1970 trouxe a internacionalização do setor fumageiro em Arapiraca<sup>54</sup>.

A elevação da produção de folhas de fumo e sua alta procura atraíram empresas multinacionais para Arapiraca, a Exportadora Garrido foi a primeira a se instalar seguida de outras empresas multinacionais que buscavam a disputa em torno dessa produção de folhas, são elas: a Arapiraca Pimentel (empresa Portuguesa), Carl Leoni, Bert Beckovich (empresas belgas), Fumex-Tabacalera do Brasil (empresa espanhola), Suerdieck (empresa alemã), Monjeru e Ermor (empresa francesa). (Ferrari, 1988, p.24)

A Souza Cruz também se instalou em 1955 no município lançando uma nova variedade de fumo, o fumo Virginia<sup>55</sup>, porém os produtores que lucravam com o fumo de corda não estavam dispostos a ficarem presos ao comércio pela Souza Cruz, assim a empresa acabou decidindo vender suas instalações para a Amerino Portugal que comprava o fumo de corda. (CARVALHO; LAGES; BARBOSA, 2011, p. 26).

Esse processo de internacionalização modificou as relações de trabalho e de produção, havendo um aumento da área da produção e a introdução do adubo químico, tais como torta<sup>56</sup> e o salitre. De acordo com Ferrari (1988, p.24), as políticas do FUNRURAL (Fundo de assistência ao trabalhador rural) e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Agrária) introduziu mecanismos de “ajuda” a agricultura. Nesse mesmo período houve alterações nas relações de trabalho, o proprietário passava a assumir os encargos sociais dos trabalhadores, assim praticamente todos os trabalhadores do fumo deixaram de ser meeiros e passaram a serem diaristas e bóias-frias vivendo na periferia de Arapiraca e sendo transportados diariamente por

---

<sup>54</sup> De acordo com Espíndola (2002) *apud* CUNHA (2015, p. 191). “Após a Segunda Guerra Mundial, houve um período de grande expansão e produtividade crescente da economia internacional, nos termos de Bretton Woods, e regido por instituições econômicas globais (FMI, Banco Mundial, GATT). A partir do início da década de 1970, fase B do quarto Kondratieff, a economia mundial entra numa forte estagnação, taxa de lucros decrescente, um excesso de capacidade e superprodução. Com isso, emergiram alguns ajustes estruturais que se caracterizaram por inúmeras combinações, entre elas: (i) expansão dos fluxos internacionais; (ii) implementação do neoliberalismo em várias partes do mundo; (iii) adiamento do processo da “destruição criadora”; (iv) altas taxas de juros e financeirização mundial; (v) intensa oligopolização da economia por meio de investimentos estrangeiros diretos (IED), sob forma de fusões e aquisições (F&A).Essas, novas formas de acumulação e suas as novas estratégias desenvolvimentistas, aprofundaram o processo de internacionalização do capital, para buscar lucros em todas as partes do mundo, sob a hegemonia do capital financeiro”.

<sup>55</sup> Fumo que seria secado no sistema de estufas. Diferentemente do método utilizado na época, foi intitulado posteriormente de fumo claro.

<sup>56</sup>Torta é um importante resíduo da indústria sucroalcooleira proveniente da filtração do caldo extraído das moendas no filtro rotativo. Disponível em <http://www.agencia,cnptia.embrapa.br>

caminhões até as plantações, sendo somente alguns moradores que permaneciam nas propriedades rurais.

Conforme Santos (1997, p.60-62) a chegada das multinacionais obedece apenas a lógica do lucro, na qual detentores dos grandes capitais e de acesso ao crédito possuem privilégios no território. Assim o espaço agrícola é marcado por desigualdades, tendo num extremo empresas ligadas ao mercado mundial apoiadas direta e indiretamente nos capitais internacionais, e de outro lado temos as pequenas explorações que funcionam a base do trabalho humano e de um capital variável fraco. Deste modo, essas grandes corporações desempenham papel fundamental na organização espacial, determinando o controle do território.

Esse período de 1950 a 1970 é caracterizado também com a ampliação comercial, devido à expansão e industrialização do fumo tipo forte e extra-forte, as empresas passaram também a elaborar o fumo em corda fino que se destinava ao mercado Maranhense e aos mercados do Sudeste e Sul do País, além da produção do papel para fazer cigarro (FERRARI, 1988, p. 25).

Nesse cenário, vamos ter a instalação e o surgimento de empresas nacionais, que aproveitaram do período para se fixarem em Arapiraca e na região fumageira, comercializando folhas ou o próprio fumo de corda, sendo elas: Capa (comercializava folhas), Indústrias Reunidas Coringa, Fumo Rei do Nordeste, Fumo Extra Forte, Fumo Super Bom, Fumo Jangadeiro, Fumo Jóia, Fumo sempre Forte, Fumo Império, Fumo Extra Bom, Fumo Du Melhor - todas elas comercializavam fumo em corda (CARVALHO; LAGES; BARBOSA, 2011, p. 37)

Desse modo, na década de 1960, Arapiraca conquistara umas das melhores rendas per capita das regiões Norte e Nordeste tornando o maior parque fumageiro da América Latina em área continuada (CARVALHO; LAGES; BARBOSA, 2011, p. 26 - 27).

**Quadro 3 - Evolução da População de Arapiraca (1960-2010)**

Anos	1960	1970	1980	1991	2000	2010
População	56.657	94.287	136.178	164.921	186.466	214.006

**Fonte:** Censo demográfico – Série histórica; <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>> Acessado em 30/08/2016.

Nesse período áureo, o município vivenciou um intenso crescimento populacional como vemos no quadro 3, na década de 1960 contava-se 56.657 habitantes, sendo que em 1970 tal número atingia os 94.287 habitantes, expandindo cada vez

mais durante os anos, outra característica desse período foi à chegada de uma rede bancária, o que de fato propiciou o acesso ao crédito bancário ampliando assim as funções urbanas (FERRARI, 1988, p. 25-29).

A chegada de uma rede bancária em Arapiraca nesse período reflete a dinâmica que o comércio e a agricultura passavam, pois segundo Santos (2008, p.106-107) o financiamento de atividades do comércio, proporcionam num prazo mais curto uma rotatividade de capital mais rápida, lucros maiores e riscos menor, no que se refere a agricultura o financiamento da atividade ocorre devido aos laços com o exterior, sendo um jeito de ajudar as indústria de transformação estrangeiras, às quais os bancos, em geral estão ligados.

No que se refere as relações de trabalho no cultivo de fumo, essas eram definidas por diversos tipos sendo, relações capitalistas na qual no seu beneficiamento é empregado o assalariamento, relações como o sistema de parceiro, “onde este recebe do proprietário a terra de cultura e o financiamento, compensando-o com a metade da produção obtida” (MELO, 1980, p.305). Além da parceria o arrendamento era outra forma de relação. De acordo com Lima (1965, p. 237-238):

O proprietário ou fazendeiro dá em locação um certo número de tarefas, no qual existe ou é construída uma casa de alvenaria; provê um grupo de casas de serventia d' água do poço comum. Fornece sementes de fumo inicialmente e financia o lavrador durante o trabalho da safra na aquisição de adubos, corretivos orgânicos e pagamentos auxiliares. Os adiantamentos são anotados em cadernos, um do proprietário e outro do lavrador. No fim da safra, enrolado o fumo pelo produtor e preparadas as manocas – restos – e vendido o produto, naturalmente orientado pelo financiador, é feito o acerto de contas. Retira o proprietário arrendador a “terça a menos”, ou, “quarta-menos”, na base da cotação do quilo do fumo, para se cobrar adiantamentos. Corresponde a isso 30% e 25% do valor total da produção. Se esta é suficiente para pagar o valor dos adiantamentos, o saldo fica creditado ao lavrador; em caso contrário, cobra-se o financiador sobre a parte restante da produção, que pertence ao lavrador. De qualquer modo, a venda é colocada pelo proprietário para controle de seu investimento.

Essas relações coexistiam ao mesmo tempo com relações pré-capitalista que podiam ser visíveis. De acordo com Nardi (2004, p. 61):

Na zona rural, a economia de subsistência, formada pelo grande número de micro e pequenos produtores no campo, define-se pelas relações pré-capitalistas através da figura do atravessador – similar ao manufatureiro-comerciante da época mercantilista – presente há décadas na cultura de fumo e que se mantém na produção recente de hortaliças, e pelas mentalidades que são o empirismo, o conservadorismo, a marca do sagrado e do profano.

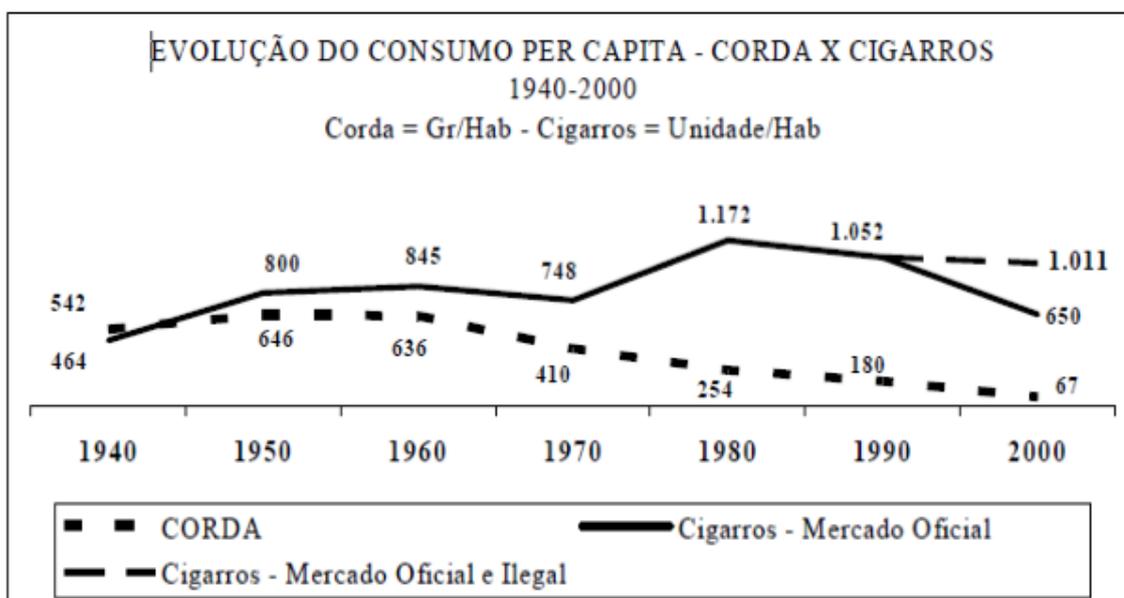
O quarto estágio de acordo com Ferrari (1988, p.26), está associado com a diminuição da produção fumageira e o direcionamento dos investimentos para outras

atividades como: cultivo de mandioca, abacaxi, loteamentos imobiliários, pecuária, indústrias e comércios e etc.

Cabe frisar que, enquanto a diminuição da produção representava a falência para alguns, para outros era o passo em direção a novos investimentos, é o caso do fundador do grupo Coringa José Alexandre dos Santos, que com acumulação nos anos de prosperidade do fumo, buscou agregar valor na sua mercadoria adquirindo uma máquina de triturar mandioca, sendo adaptada para picotar fumo, dando origem a um novo produto, o Fumo Extra-Forte que, ainda hoje é comercializado pela empresa.

O declínio da produção fumageira em Arapiraca esteve associado a diversos fatores (ver gráfico 1). De acordo com Nardi (2004, p.47-49) o primeiro fator foi o processo de urbanização que o país passou entre 1950 e 1990, pois os hábitos urbanos afastaram os consumidores de fumo de corda em substituição ao cigarro industrializado, junto a isso as leis antitabagistas e o contrabando de cigarros agravaram a situação, assim o fumo de corda que representava a metade da produção na década de 1950 não chegava ao final da década de 1990 a 4%, nesse contexto o fumo escuro também passava por um declínio, visto que seu uso ficou restrito à fabricação de charutos e misturas para cachimbo.

Gráfico 1 - Dinâmica do consumo de fumo em corda e de cigarros (1945 -2000)



Fonte: NARDI, J. **Fumo e desenvolvimento local em Arapiraca/AL**. Primeiras observações e análises para elaboração do diagnóstico sócio-econômico municipal e regional. In: <http://www.readbag.com> Acessado em 03/11/2015.

No caso de Arapiraca o primeiro ponto em relação a sua crise, foi o fim do financiamento bancário para os produtores, o segundo ponto se associa ao aumento da produção de fumo em corda em Arapiraca, pois a oferta passava ser maior que a demanda, gerando assim uma crise de superprodução, o fator especulativo entre as safras foi outro elemento decisivo, pois o fumo em 2002 esteve com quilo cotado a R\$0,60 centavos, no ano de 2003 o quilo alcançava em torno de R\$13,00 reais. Tal evento levou alguns agricultores que cultivavam mandioca a arrancar seus cultivos pensando em enriquecer-se com o fumo (NARDI, 2004, p.50)

Quadro 4 - **Produção de Fumo em Folhas - Arapiraca (1974-2005)**

Anos	1974	1980	1990	1995	2000	2005
<b>Produção (t)</b>	16.044	13.883	14.400	8.000	4.800	5.760

**Fonte:** Produção Agrícola Municipal – Série Histórica, <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>> Acessado em 30/08/2016.

Conforme no quadro 4, vemos que a produção de fumo em folhas em Arapiraca sofreu um intenso declínio, tendo os picos maiores de crise entre 1990 e 2000, na qual a produção diminuiu em mais de 50%. Na década de 1960 as sucessivas oscilações de preços levaram alguns produtores a se unirem e formar a primeira Cooperativa (CAPIAL – Cooperativa Agropecuária e Industrial de Arapiraca). De acordo com Oliveira (2005, p.132), a Cooperativa que se iniciou com 255 integrantes, chegava à década de 1970 com 3.879 cooperados. A cooperativa buscou instalar postos de revenda de insumos agropecuários nas cidades onde atuava<sup>57</sup>. A parceria com a SEAGRI (Secretária de Estado da Agricultura do Estado de Alagoas) e o POLONORDESTE trouxe contribuições na construção de prédios e aquisição de máquinas, cabe frisar que a repartição de sobra líquida animava os agricultores, visto que com essas sobras muitos melhoravam sua condição de vida comprando terras e maquinários. De acordo com Ferrari (1988, p.39),

A cooperativa conseguiu reunir 9.280 associados, contando na década de 1980 com cerca de 850. Entre 1963 e 1967 esteve desativada, e de 1967 a 1977 praticamente só se dedicou a revenda de insumos, devido ao acúmulo de dívidas, em função de transações frustradas por falta de pagamento, além do desvio de verbas.

<sup>57</sup> Cidades que a CAPIAL atua: Arapiraca, Craíbas, Coité do Nóia, Feira Grande, Girau do Ponciano, Limoeiro de Anadia, Taquarana, Junqueiro, Lagoa da Canoa, São Sebastião, Campo Alegre.

Com declínio da produção fumageira associado a uma má administração, seguida de desvio de verba, tal fato levou os cooperados a sentirem desconfianças e se desligarem, no ano de 1988 cooperados remanescentes fundaram uma cooperativa Mista dos produtores de fumo de Alagoas a chamada COOPERFUMO (Cooperativa Mista dos Produtores de fumo de Alagoas. Conforme OLIVEIRA (2005, p.142) a crise de aviltamento dos preços do fumo associado à diminuição de financiamentos por parte do banco do Brasil levou a cooperativa não lograr êxito.

Atualmente depois de 20 anos desativada a CAPIAL retomou suas atividades em 2011, a cooperativa hoje se volta para o cultivo de oleaginosas, como o cultivo da mamona consorciado com feijão, atendendo assim 300 agricultores, além disso a instituição está envolvida no programa Biodiesel Alagoas (SEBRAE, 2011).

## 2.3 Transportes

### 2.3.1 A criação das Rodovias e o Beneficiamento do Algodão

Até praticamente a primeira metade do século XX o município de Arapiraca se encontrava em um grande vazio em termos da rede de meios de transporte. Somente no final da década de 1940 foi inaugurado uma estação da ferrovia Ramal do Colégio. De acordo com Corrêa (1992, p.12), o desenvolvimento de Arapiraca pouco ou nenhum progresso deve a ferrovia que aportou ali na década de 1940, pois o fumo que era produzido nas décadas posteriores acabava escoando pelo transporte de caminhões.

Porém Romão (2008, p.8-9) afirma ao contrário, pois a construção da estrada de ferro feita pela empresa Camila Collier na década de 1940, concluída em 1951, passava a dar uma integração das diversas cidades com Arapiraca incluindo um novo meio de acesso e ligação entre os estados de Pernambuco e Sergipe. De certa forma as construções das estações ferroviárias e as vilas operárias trouxeram novas formas arquitetônicas, ao mesmo tempo em que a cidade passava a se adaptar aos princípios modernos. A ferrovia manteve-se até a década de 1970 sendo desativada para transporte de passageiros passando a operar somente com transporte de cargas até o ano 2000. Na década de 90, esta malha ferroviária foi adquirida em leilão pela RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A). Atualmente a empresa Vale Verde tem estimulado interesse em reativar a ferrovia, devido à exploração de jazidas de minérios (vanádio, ferro e cobre) em Arapiraca e Craíbas.

Porém desde Fevereiro do ano de 2015 a empresa suspendeu a implantação da mineradora na cidade de Craíbas alegando a escassez de crédito e incertezas econômicas, o projeto de implantação estava avaliado em U\$450 milhões para produzir cerca de sete milhões de toneladas de cobre durante 12 anos. Cabe frisar que algumas das exigências pela mineradora foram atendidas como a construção de uma nova adutora e duas novas subestações de energia elétrica em Arapiraca e Craíbas. (GONÇALVES, 2015)

Na década de 1950, a abertura e a ampliação da malha rodoviária na região de Arapiraca estiveram ligadas com a chegada e o surgimento de grupos econômicos, sendo representados pelas multinacionais do fumo e os pecuaristas leiteiros de Major Isidoro e Batalha, cujos grupos influenciaram diretamente em mudanças políticas da região. Outros grupos de capital extra regional enxergando o mercado poten-

cialmente fértil se direcionaram para o município. O surto rodoviário na segunda metade do século XX, fez com que Arapiraca tornasse o foco de rodovias estaduais como a AL-220, AL110 e AL-145<sup>58</sup> (FERRARI, 1988, p. 33).

Porém, o fato de Arapiraca e outras cidades necessitarem de transportes modernos devido ao seu desenvolvimento e as novas exigências da economias fizeram com que recorressem aos países industrializados, o que resultou que os transportes modernos instalados tinham a função de atender a interesses, mostrando um irracionalidade quanto a distribuição, sendo heterogênea e desequilibrada. (SANTOS, 1982, p.98-100)

Conforme Singer (1982, p.99), esse período foi marcado pelos empreendimentos de Juscelino Kubitschek, na qual tratava-se de uma aceleração mediante de nova capacidade de produção tanto em ramos insuficientes desenvolvido como em ramos ainda insuficientes. Dessa maneira o fluxo rodoviário ampliou a oferta de acessibilidade e de escoamento da produção transformando Arapiraca num centro regional de ligação entre o Sertão e o Leste Alagoano (Ver figura 8, p.68).

A modernização nos transportes implicou numa nova dinâmica, a implantação das ferrovias a encargo de grupos estrangeiros, com o objetivo de elevar a produtividade mudou consideravelmente a direção dos fluxos urbanos, pois partindo dos principais portos, adentravam para o interior conectando áreas produtoras de artigos destinados ao mercado externo. Tal reorientação incidiu no revigoramentos dos núcleos ao longo da ferrovia ou pontas de trilho. (COELHO, 1982, p.99)

No que se refere ao beneficiamento do algodão no Agreste, Arapiraca concentrou algumas empresas ligadas a essa atividade, sendo elas a Lagense Indústria Comércio e Agricultura que atuava no beneficiamento do algodão e produção de óleos, Algodoeira São Francisco e Algodoeira Arapiraca (operavam apenas no sentido de beneficiamento). Conforme aponta Ferrari (1988, p.36), tais empresas foram responsáveis pela industrialização e comercialização do algodão. Embora sendo importante para o crescimento econômico de Arapiraca, a atividade algodoeira esteve presa ao excesso de intermediação, o que de certa forma impediu a rotatividade

---

<sup>58</sup> A fase expansiva da cultura fumageira, associado com a abertura das rodovias na segunda metade do século XX, se relaciona diretamente ao momento expansivo que a economia mundial estava passando (Fase A do 4º Kondratieff – (1948 a 1973)), o que de acordo como Mamigonian (1999, p. 123) tais fases se abrem, com as revoluções nos transportes e aplicações de invenções já realizadas na 1ª e 2ª Revolução Industrial.

do capital e retardava a transferência de capital aos demais setores (FERRARI, 1988, p.36).

Cabe frisar que a única empresa que conseguiu bancar todas as fases do processo era a Lagense. A empresa operava em Arapiraca no início da década de 1960, beneficiando e produzindo óleo que tomava destino para Recife. O farelo do caroço era vendido aos produtores de leite de Batalha e Major Isidoro, e a lã abasteciam as indústrias têxteis de Maceió e São Miguel dos Campos, Recife e Escada no estado do Pernambuco. A empresa atuava também em fábricas de adubos em Maceió e Olinda (FERRARI, 1988, 37).

## **2.4 O comércio em Arapiraca**

Com o desenvolvimento econômico alavancado pela produção fumageira na segunda metade do século XX, associado ao adensamento populacional e a ampliação das rodovias, Arapiraca assumiu o papel de centro regional na distribuição de bens de consumo.

Até década de 1940 o município registrava valores baixos no número de estabelecimentos comerciais, somente a partir de 1950 é que houve um forte crescimento. Até a década de 1960, Palmeira dos Índios conseguiu se manter como ponto de convergência dos produtos agrícolas do Sertão e de parte do Agreste alagoano, tal dinâmica que a cidade possuía estava associada as suas ligações com Santana do Ipanema, Mata Grande e Delmiro Gouveia (FERRARI, 1988, p.13-14).

No caso de Arapiraca o desenvolvimento comercial que é expresso pelo crescimento da população economicamente ativa deu um salto no período de 1950 a 1970. A partir do ano de 1975 a cidade não só mais ampliava esses valores como passava a ser também o centro comercial da região do Agreste. Entre os anos de 1950 a 1970 Arapiraca apresentou um alto crescimento populacional e um aumento no comércio atacadista e varejista (ver tabela 18).

Conforme os dados da tabela 18, Arapiraca obteve crescimento nesses dois setores, a resposta está no aumento da população economicamente ativa e urbana do município. Tal expansão refletia diretamente na arrecadação do Imposto sobre a circulação de mercadorias e Serviços (ICMS) demonstrando que o comércio varejis-

ta mantendo um crescimento acabava sendo o maior contribuinte em relação às demais atividades (ver tabela 19).

Conforme aponta Ferrari (1988, p.33), existiu dois processos que explicam esse aumento, um fator interno que foi determinado pela produção fumageira, e o segundo desenvolveu associado ao anterior, mas sua dinâmica assumiu determinações mais amplas, tendo sido comando pelas classes dominantes do Estado que passaram a alocar recursos na Região do Agreste Alagoano.

Tabela 18 - Crescimento Relativo da Receita do Comércio Atacadistas e Varejista

Atividade Comercial	Total				Atacadista				Varejistas			
	1940/50	1950/60	1960/70	1970/75	1940/50	1950/60	1960/70	1970/75	1940/50	1950/60	1960/70	1970/75
Municípios												
Palmeira dos Índios	94,6	34,4	227,7	50,3	139,4	-7,4	274,1	-5	47,9	104,9	192,2	104,4
Quebrângulo	18,4	-71,1	76,3	-0,8	-53,5	-97,6			68,9	-65,9		
Anadia	34,2	34,4	-0,6	-14,1	-65	36,2	136,8		167,4	34,1	-25,1	
Santana do Ipanema	104,1	17,3	297,9	29,5	-2,3	96,9	418,4	-28,4	164,9	0,5	248,1	65,2
Mata Grande	436,2	-26	77,7	36,2	252,4	-45	84,3	-3,8	526,6	-20,8	76,4	44,2
Olho d'Água das Flores			296,4	87,6			108,7	320,8			423	24,6
<b>Arapiraca</b>	<b>313,8</b>	<b>150,6</b>	<b>534,2</b>	<b>150,3</b>	<b>163</b>	<b>851,3</b>	<b>310,9</b>	<b>173,1</b>	<b>349,2</b>	<b>53,5</b>	<b>725,7</b>	<b>140,5</b>
Limoeiro de Anadia	12,7	35	-53,3	34,3		655	-100		5,6	-6,9	-27,8	
Batalha		45,3	200,3	126,9				11,9		45,2	162,7	143,3
Major Isidoro		-35,1	735,9	268,5		-100		-100		-13	451,6	458,4
Pão de Açúcar	92,1	-62,2	192,5	17	1,3	-100	0		207,7	-46,4	192,5	
Delmiro Gouveia			140,6	113,8			84,2				150	
Água Branca	172,7	-45,5	48,2	112	-81,8	-68,4			374,8	-44,7		

Fonte: FERRARI, O. F. A organização espacial do Agreste e do Sertão de Alagoas: In: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 03/011/2015.

Tabela 19 - Arrecadação do ICMS em Arapiraca (Cz\$ 1,00) (1981-1984)

Ramos de atividades	1981	%	1982	%	1983	%	1984	%
<b>Comércio Varejista</b>	<b>249.428.49</b>	<b>34,84</b>	<b>775.436.27</b>	<b>38,08</b>	<b>1.567.484.53</b>	<b>45,96</b>	<b>4.239.385.62</b>	<b>45,34</b>
<b>Comércio Atacadista</b>	192.922.41	26,96	538.696.87	26,46	841.490.15	24,68	2.513.150.46	26,88
<b>Indústria de Beneficiamento</b>	90.492.38	12,65	248.599.4	12,21	452.698.53	13,28	1.266.723.32	13,55
<b>Indústria de Transformação</b>	25.44.75	3,56	41.775.43	2,05	117.889.02	3,46	495.724.99	5,3
<b>Diversos</b>	157.337.53	21,99	431.665.28	21,2	430.307.00	12,62	834.800.63	8,93
<b>Total</b>	715.625.57	100	2.036.173.29	100	3.409.869.25	100	9.349.783.05	100

Fonte: Estudos Financeiros do Município de Arapiraca. Maceió. Universidade Federal de Alagoas - 1987.

A expansão do comércio atacadista se fez paralelamente a instalação de lojas modernas voltada ao varejo. A modernização varejista expandiu-se, devido ao seu comércio moderno, em razão das variedades e as facilidades colocadas à disposição dos comerciantes capitalistas. Outro fator foi às transações entre varejistas e fabricantes no qual reafirmava as ligações do Agreste, do Sertão com o Centro sul do País, atraindo a rede bancária dos grandes bancos do centro sul. Com essas novas formas instaladas, o comércio atacadista passava também a incorporar essas transformações, coexistindo com as formas modernas de varejo (FERRARI, 1988, p.42). De acordo com Firmino (2016, p.117), Arapiraca nesse período ganhava espaços e figurava entre as principais cidades do estado, ultrapassando em termos de relevância econômica a cidade de Palmeira dos Índios, que até a primeira metade do século XX era a “porta do Sertão” e a cidade mais importante do Agreste Alagoano.

De modo geral, a feira foi à gênese da economia arapiraquense, sendo a gestora do comércio em Arapiraca, sua evolução proporcionou a criação de diversas casas comerciais como predomínios de produtos artesanais e agrícolas. Tais variedades de produtos encontrados na feira e no comércio passaram a aumentar, uns substituindo outros como produto principal, assim como uns passaram a conviver com outros impulsionando cada vez mais a dinâmica da cidade. (FIRMINO, 2016, p.134)

Quadro 5 - **Estabelecimentos formais – Comércio Varejista e Atacadista (2011)**

Municípios	Estabelecimentos formais segundo subsector de atividade econômica – Comércio Varejista– Nº (2011)	Estabelecimentos formais segundo subsector de atividade econômica – Comércio Atacadista– Nº (2011)
Arapiraca	1616	138
Palmeira dos Índios	361	11

Fonte:< [http://fpadados.fpabramo.org.br/relatorios/resultado\\_comparacoes.php](http://fpadados.fpabramo.org.br/relatorios/resultado_comparacoes.php)> Acessado em 30/08/2016

Atualmente conforme o quadro 5 apresenta Arapiraca superou em 5 vezes o comércio Varejista e em 12 vezes o comércio atacadista em comparação com Palmeira dos Índios, a segunda maior cidade do Agreste Alagoano. Tal fato prova que o município hoje possui uma características de centro distribuidor e comercial do Agreste alagoano.

## 2.5 Arapiraca nos dias de hoje

O fumo que gestou a base para o desenvolvimento econômico de Arapiraca deixou uma herança para o município, pois proporcionou uma Reforma Agrária Natural baseada na policultura e na pequena propriedade, diferenciando dos municípios da zona da Mata açucareira. Seu desenvolvimento gestou ainda uma pequena e média empresa comercial e industrial oriunda de uma classe média empreendedora que, transformou o município numa capital regional. (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS, 2012, p. 251).

A cidade hoje com uma população de 231 mil habitantes é uma das cidades que mais cresce dentre os 102 municípios alagoanos e que mais gera empregos, criando 2.076 vagas no ano de 2015, crescimento esse impulsionado pelo setor de serviços que gerou 2.710 empregos. Tal fato está associado à abertura do novo Shopping na cidade que gera direta e indiretamente um total de 3 mil empregos. Outro fator foi a chegada de um Call Center no qual a empresa contratou 1600 funcionários. (AMÂNCIO; BASTOS, 2016)

Tabela 20 - **Pessoas com vínculo empregatício em Ocupações Formais**

Atividades Econômicas	2012	2013
Agropecuária	878	897
Comércio	13.707	15.261
Construção Civil	446	735
Indústria	5.252	4.937
Serviços	10.979	12.714
Total	31.262	34.544

**Fonte:** Perfil Municipal de Arapiraca <dados.al.gov.br/> - Acessado em 30/08/2016.

Os dados da tabela 20 comprovam a importância dos setores de Comércio e Serviços na qual abarcam mais de 50% dos empregos de todo o município. Cabe destacar a quantidade e diversidade de estabelecimentos seja microempresas e até grandes cadeias de supermercado como GBarbosa, Maxxi Atacado (Grupo Walmart), Atacadão (Carrefour), Rede Unicompra, além das distribuidoras de alimentos (Líder distribuidora, S pessoa, Dinâmica, Andrade, Mervil e Asa Branca) e as indústrias (Vinagre Camarão, Grupo Coringa, Doces Popular e Trigo e Cia, Frigovale) (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS, 2012, p. 251). De acordo com Santos (2008, p.86) a expansão do comércio varejista está ligada diretamente a uma demanda

mais numerosa e mais diversificada e a sua relação com a estrutura bancária, visto a às possibilidades de pagamento em dinheiro líquido ou formas de crédito.

Tornando-se um centro de distribuição para o Agreste e Sertão de Alagoas, Arapiraca acabou concentrando os maiores grupos atacadista do estado, como Vieira Distribuidor, Andrade Distribuidor e Asa Branca. O município também concentrou um grande número de empresas que atuam no setor de serviços num total de 3.504 empresas prestadoras. Na área de saúde são 238 estabelecimentos sendo 8 estaduais, 61 municipais e 169 privados oferecendo num total de 882 leitos. O número de médicos chega a um total 987, o que mostra que Arapiraca tornou-se um polo de saúde atendendo desde simples consultas a diversos tipos de cirurgia (PERFIL MUNICIPAL, 2015).

Na área de Ensino Superior, Arapiraca é um centro de referência, pois possui um total de 22 estabelecimentos, vale destacar o papel da Universidade Federal e a Universidade Estadual de Alagoas, na qual através de seu acesso gratuito permite a entrada de jovens não só de Arapiraca, mas de todo o Estado, além de contribuir com o desenvolvimento local (FIRMINO, 2016, p.210).

Com o declínio do cultivo do fumo, alguns produtores passaram então a buscar novas alternativas como vemos no quadro 6 abaixo, a partir da década de 1990 a solução encontrada foi à diversificação de culturas através de programas de incentivo, tendo como objetivo de gerar emprego e renda e manter a estrutura fundiária característica do município (OLIVEIRA, 2007, p. 67).

**Quadro 6 - Produção dos Principais Cultivos em Arapiraca (1991-2014)**

Cultivos	1991		2001		2014	
	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (t)	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (t)	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (t)
Feijão	11.000	6.600	8.000	4.472	1.450	800
Mandioca	1.000	13.200	6.000	92.802	4.500	55.000
Milho	2.000	1.200	4.000	8.000	200	65
Abacaxi			70	1.750 (frutos)	150	3.750 (frutos)
Batata - Doce					250	6.000
Tomate					6	480

**Fonte:** Produção Agropecuária Municipal – Série Histórica, < <http://biblioteca.ibge.gov.br/>> Acesso em 30/08/2016

O mesmo ocorreu com a mandioca, pois houve um crescimento da sua produção. Nos dias atuais a produção ganha destaque, porém grande parte do que é produzido toma destino para Pernambuco para ser processada e empacotada, sendo vendida para todo o Nordeste. Em entrevista junto a diretores do SEBRAE<sup>59</sup> (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) verificamos que há uma preocupação em não vender mais a farinha in natura, mas sim empacotada com um aumento de valor agregado. Para que isso ocorra o SEBRAE desenvolve alguns projetos como o Arranjo Produtivo da Mandioca, oferecendo cursos e auxílios técnicos para os produtores de mandioca de Arapiraca.

Nesse mesmo contexto, o cultivo de milho vem ocupando espaço, sendo a maior parte produzida direcionada para a Indústria Coringa na fabricação de flocão, a partir da década de 1990 essa empresa passou a estimular a produção de milho para a sua indústria oferecendo crédito e assistência técnica aos produtores. (SANTOS, 2014, p. 141). Cabe ressaltar que a chegada do Canal do Sertão a Arapiraca potencializará as terras agricultáveis do município, o que vai diretamente beneficiar o milho plantado na região que, nos dias de hoje não consegue atender a demanda da empresa Coringa (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS, 2012, p.259).

No que se refere à indústria de grande porte, Arapiraca acabou herdando do período áureo, algumas indústrias que ainda detém o negócio de fumo em folha, são elas: Danco-Comércio e indústria Ltda, Ermo Tabarana Tabacos do Brasil, e Fumex Tabacalera Ltda. No segmento de pequenas e médias empresas as principais estão ligadas com a agricultura: fumo (Capa, Universal Leaf, Sousa Cruz, Danco , Incofus-bom), criação de frangos e galinhas (Luna Avícola, Coopagreste), atividades diversificadas: Grupo Coringa e Bananeira, além de fábricas de refrigerantes, beneficiamento de peixes, derivados de leite e etc (OLIVEIRA, 2007,p. 56).

Como forma de atração das empresas o município possui diversos tipos de Incentivos Fiscais, na qual para aquelas que se instalarem no núcleo industrial serão beneficiadas com apoio técnico específico, concessão de lotes com infra-estruturas, isenção de IPTU, taxa de licenciamento e funcionamento, licença de Execução de obra e isenção da taxa de vigilância sanitária. Atualmente o Núcleo industrial locali-

---

<sup>59</sup> Entrevista com Jeane Vilarins gestora responsável pelo Arranjo Produtivo Local de Mandioca – SEBRAE ARAPIRACA.

zado na Rodovia Estadual AL-115 com a AL-485 possui 214.916,35 m<sup>2</sup> dividido em 19 lotes (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA, 2012, P.39)

Tais investimentos estão atraindo empresas de outras regiões como é o caso do frigorífico industrial (FRIGOVALE) que, foi inaugurado em Arapiraca, tendo capacidade de abater mais de 10 mil cabeças de gado bovino por mês, além de gerar duzentos empregos diretos (PREFEITURA DE ARAPIRACA, 2015).

O núcleo Industrial embora concentrando parte de algumas indústrias, não engloba todas as fábricas do município, indústrias como Grupo Coringa, Mibasa (mineração de calcário), Araforros (portas e forro em PVC), além de 390 estabelecimentos, que somam mais de 7 mil assalariados estão espalhados pela cidade. (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS, 2012, P.260)

Podemos ver através da tabela 21 algumas das principais empresas localizada no distrito industrial, somente essas geram em torno de 3500 empregos diretos e indiretos, além do distrito industrial outra atividade que se destaca é a indústria moveleira, através da implantação de um APL (Arranjos Produtivos Locais) a atividade vêm gerando emprego e renda na mesorregião do Agreste. O APL de móveis é formado com 55 moveleiros empregando aproximadamente 770 pessoas.

Tabela 21 - **Empresas localizadas no Distrito Industrial de Arapiraca - 2013**

Empresas	Produção/Atividade	Empregos		
		Diretos	Indiretos	Total
Coca-Cola	Refrigerante em geral, pet e garrafa	123	369	492
SAMPLAS-Indústria e Comércio	Artefatos de plásticos para embalagem	40	120	160
INCOGRAF - Indústria e Comércio de Produtos Gráficos	Formulário, bobina, embalagens	40	120	160
Asa Branca - Indústria comercial e Importação LTDA	Industrialização de peixes, crustáceos e moluscos	228	684	912
CONCRENORTE - Concreto do Nordeste LTDA	Fabricação de postes, galpões e ponte	55	169	224
Transportadora Jolivan	Transporte de produtos diversos	60	180	240
Multiserv Logística	Prestação de serviços em Geral	45	135	180
Dinâmica Distribuidora	Produtos diversos	50	130	180
Laticínio Góis	Fabricação de produtos derivados do leite e iogurte	19	57	76
A.J. Costa - Aryane Estofados	Móveis e estofados	60	180	240
Redimix Potiguar	Enchimento de lajes, fundação, piso e etc.	60	180	240
Multiserv Logística (duplicação)	Prestação de serviços em Geral	100	300	400

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Arapiraca/AL. Perfil Arapiraca/AL 2. Secretaria Municipal de Indústria, comércio e Serviços. 2013 *apud* Firmino (2016, p.237)

## 2.6 Estudo de Campo – Grupo Coringa<sup>60</sup>

A história do Grupo Coringa esteve associada diretamente com o período áureo que a produção fumageira gestou em meados da década de 1960. A prosperidade que a economia Arapiraquense vivenciava nas décadas de 1960 a 1970 fez com que José Alexandre dos Santos trabalhando em terras arrendadas começasse a cultivar fumo, dando início a uma história de forte empreendedorismo no Agreste Alagoano fundando uma das maiores empresas em termo de empregabilidade de Arapiraca.

A necessidade de criar um produto com valor agregado foi o suficiente para fazê-lo criar uma empresa comercial, assim no ano de 1969 surgia a José Alexandre dos Santos & CIA LTDA, empresa que atuava negociando a compra e venda de folhas e fumo e em rolo. A necessidade de agregar valor na sua mercadoria e tornar-se mais competitiva fez com que o empresário adquirisse uma máquina de triturar, sendo adaptada para picotar, a partir desse novo produto nascia o Fumo Extra-Forte.

Na década de 1970 com o aumento das vendas e a perspectiva de ampliação de seus negócios, a empresa buscou se associar com outros produtores, criando-se a empresa INCOMFORTE. O crescimento e a liderança do mercado levaram os sócios a adquirirem uma fábrica de café, farinha de milho, colorau, Milho desolhado para pipoca e xerém, tal empresa era conhecida como Café Coringa de propriedade do Senhor Adalberto Rocha. A prosperidade na qual o Grupo se encontrava expandiu na compra de uma indústria de embalagens plásticas (CIPLASA) e uma empresa de transporte de cargas (TRIGAL).

No ano de 1979 José Alexandre e José Levino conseguiram comprar as cotas dos outros sócios, em 1985 um único complexo industrial abrigaria todas as empresas do Grupo nascendo assim as Indústrias Reunidas Coringa LTDA. Entre os anos de 1989 a 1992, José Alexandre viria a ser prefeito de Arapiraca, inaugurando em 1990 o Parque Fabril localizado na Rodovia AL – 220, Km 06, aonde permanecem até os dias de hoje.

---

<sup>60</sup> Entrevista realizada em 14/04/2016 com a Analista Fiscal do Grupo Coringa– Josefa Alves e com Kilma da Silva diretora de publicidade e propáganda do mesmo grupo.

Figura 11 - Parque Fabril do Grupo Coringa em Arapiraca



Fonte: [http://www.grupocoringa.com.br/pagina/o\\_grupo\\_coringa](http://www.grupocoringa.com.br/pagina/o_grupo_coringa)>. Acesso em: 05/04/2016

A demanda cada vez crescente e a busca em diminuir custos na distância de sua matéria-prima, levou o Grupo a abrir uma nova unidade no ano de 2010 na cidade de Luiz Eduardo Magalhães na Bahia, unidade que possui a capacidade de produção de 200 mil toneladas por ano de derivados de milho, mesmo com produções de milho em Arapiraca, na qual ainda não dão conta de abastecer a demanda, a empresa recorre a matéria-prima oriunda dos estados do Mato Grosso, Sergipe e parte da Bahia.

No atual momento o Grupo Coringa emprega aproximadamente setecentos funcionários em Arapiraca e duzentos em Luiz Eduardo Magalhães, no caso de Arapiraca os empregados são procedentes de Craíbas e do próprio município. A empresa processa mensalmente aproximadamente 25.555.700 kg de milhos em grãos, 20.280 kg de milho degerminado, 1.038.280kg de arroz comum, 687.000 kg de arroz quebrado, 1.815.360 de café em grão cru arábica, café em grão Conilon 600.000 kg.

Figura 12 - **Unidade Fabril do Grupo Coringa em Luiz Eduardo Magalhães - Ba**



Fonte: [http://www.grupocoringa.com.br/pagina/o\\_grupo\\_coringa](http://www.grupocoringa.com.br/pagina/o_grupo_coringa)> Acesso em 05/04/2016

A mudança de hábito alimentar associado ao aumento da renda da população levou a diminuição do consumo do cuscuz prato típico nordestino oriundo do milho, assim a empresa passou a se diversificar gestando um mix de produtos e sendo mais competitiva, visto que, o seu Mercado Nordestino e do Norte sofria concorrência com outras empresas alimentícias como a Maratá (Sergipe) e a São Braz (Paraíba), hoje além do fumo e do flocão de milho a empresa produz refrescos, flocão de arroz, flocão recheado, leite de coco, café em pó e colorífico.

Embora a empresa aproveitasse o momento próspero que a economia Arapiraquense vivia, porém, os incentivos fiscais pelo Estado foram fundamentais para sua ampliação. O Grupo Coringa se beneficiou durante catorze anos por financiamentos feitos junto ao BNB (Banco do Nordeste) e recebeu incentivos fiscais durante doze anos pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) para ampliação e compra de máquinas, o governo estadual creditava 100% de redução do seu ICMS (Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços), além disso, o governo municipal reduziu o seu IPTU (Imposto predial e territorial urbano) há vinte e cinco anos, se beneficiando também com o programa Desenvolve na Bahia.

A empresa hoje se utiliza também da divulgação dos produtos em revistas, panfletos, comerciais televisivos e rádios, o relacionamento com seus clientes vai

desde aos supermercados e grandes atacados, até mercados menores e mercearias. No que se refere às relações de trabalho, a mão de obra é recrutada com convênios com o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e o programa jovem Aprendiz onde atende os filhos dos funcionários.

Diante da entrevista algumas questões ficaram sem resposta, como é o caso do faturamento da empresa e gastos, porém no estudo feito por Firmino (2016, p.250) constatou que, para pagar as matérias primas oriundas de outros estados, a empresa tem um gasto de R\$7 milhões de reais que é repassado aos fornecedores, os gastos com salário e ordenados aproxima-se de R\$ 1 milhão e R\$356 mil reais e cerca de R\$ 3, 3 milhões em impostos. O rendimento bruto mensal das duas unidades gira em torno de R\$ 241,630.000 milhões de reais, o lucro mensal líquido da empresa está em torno de R\$7,4 milhões que são repartidos entre os sócios.

### 3 Formação da Paraíba

#### 3.1 Formação Socioespacial do Leste Paraibano

A formação da Paraíba assim como de outros estados do Nordeste esteve ligada diretamente a capitania de Itamaracá, sua vinculação surge em 1534 em decorrência das ordens da Coroa portuguesa, na qual para assegurar a colonização instituiu o sistema de Capitânicas Hereditárias (MELLO, 1994, p. 51).

A resistência indígena e a presença dos franceses explorando as madeiras nobres como o pau-brasil tornou-se um empecilho na conquista do território português. De acordo com Simonsen (2005, p.75), a França com relações comerciais mais avançadas e com uma indústria nascente em relação aos portugueses investiu no comércio com o apoio dos indígenas, não disputando as suas terras e procurando agradar o nativo, a fim de facilitar a obtenção de produtos das quais ambicionavam. Os prejuízos que a Corte portuguesa sofria, colocou abaixo as relações cordiais com a Corte da França, criando-se diversos conflitos.

De acordo com Mello (1994, p. 22), nesse contexto a Paraíba tornou-se Capitania Real em 1574 sofrendo aos ataques e destruição dos engenhos pelos indígenas<sup>61</sup>. Junto a isso, a expulsão dos franceses e a necessidade de ocupar novas terras e expandir a cultura da cana e criação de gado fez com que o Rei D. Sebastião criasse a Capitania da Paraíba, nomeando Frutuoso Barbosa comerciante português como Capitão-mor por dez anos.

Os anos que seguiram até a fundação da cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa em 1585 foram anos de resistência e dizimação dos índios e expulsão dos franceses, os portugueses aproveitando das rivalidades entre as tribos aliaram aos tabajaras combatendo os índios potiguaras, tal estratégia fez com que os portugueses conseguissem fundar a cidade e construir o forte de Cabedelo servindo de ponto de apoio para conquistar os vales férteis e também de penetração para o sertão (ANDRADE, 1984, p.111).

Os fatores físicos foram primordiais na escolha da posição de fundação da capital, pois a localização elevada assegurava a sua defesa, e a proximidade do rio Sanhauá, afluente do rio Paraíba favorecia no escoamento de produtos como açú-

---

<sup>61</sup> Tal destruição estava ligada a revolta indígena por conta do rapto da filha do Cacique Iningaçu da tribo dos Tabajaras. Na qual insuflado pelos franceses destruíram o engenho de Diogo Dias no vale do rio Tracunhaém.

car, âmbar, couro, madeiras e algodão. Conforme afirma Mello (1994, p. 26) as trocas comerciais colocariam a capitania integrada com o sistema econômico mercantilista, sendo assim a capital já nascia cidade desconhecendo o estágio de vila. A capitania passaria a exercer tripla função: econômica, militar e político-administrativa.

No que se refere aos fatores físicos, esses são semelhantes aos do Leste Alagoano, pois com índices pluviométricos anuais entre 1000 a 2000 mm, temperaturas com médias de 24°C anuais, relevo com planícies marinhas e fluviomarinha e tabuleiros costeiros, vegetação correspondente à floresta tropical Atlântica no qual fornecia lenhas e madeiras para os engenhos - usinas e locomotivas, rede hidrográfica abundante e perene no qual também facilitava o transporte de açúcar, e uma localização onde a presença do mar aproximando-a dos portos de embarque, propiciava o desenvolvimento de uma produção destinada aos mercados externos. De acordo com MELO (1962, p. 512), os fatores físicos associados à situação do mercado externo (fator histórico) nos primeiros tempos de colonização constituíram a explicação da gênese e do desenvolvimento açucareiro na Paraíba e no Nordeste como um todo.

O processo de consolidação do povoamento entre 1585 e 1634 colocaria a Paraíba integrada a circulação colonial de mercadorias, sendo em 1587 fundado o Engenho Real as margens do Rio Tibiri. Conforme afirma Andrade (1984, p.122), o território Paraibano até 1630, data da invasão Holandesa, contava com cerca de 19 engenhos produzindo 150.000 arrobas de açúcar por ano.

A organização e a composição de classes na capitania da Paraíba fundamentaram-se, sobretudo na grande propriedade territorial, até o século XVII as concessões das sesmarias ultrapassavam pouco mais de cinco, se restringindo aos vales dos rios Paraíba e Mamanguape. Do século XVIII ao XIX o território Paraibano se encontrava com todas as terras incorporadas a esse sistema. A partir de 1850 com as Leis de Terras, todas as terras devolutas só poderiam ser adquiridas mediante compra. As terras que davam origem ao latifúndio canavieiro se encontravam no Litoral e Brejo, nessas áreas sua força de trabalho residia na mão-de-obra escrava (MELLO, 1994, p. 29-30).

A sociedade dentro dos engenhos se baseava no patriarcalismo, onde o grande proprietário dispunha de poderes, na qual sua mulher, filhos e a escravaria lhe deviam obediência e fidelidade, a igreja também dispunha de prestígio visto que

a obtenção de Sesmarias era acompanhada do levantamento de capelas. De acordo com Andrade (1984, p. 113):

Quem não dispunha de recursos para montar o seu próprio engenho, tornava-se lavrador em terras próprias ou alheias. Necessitando do senhor de engenho para moer as suas canas, pagando ao mesmo a metade da produção, se lavraram terras próprias, ou dois terços, ou três quintos, conforme a maior ou menor distância e a qualidade das terras, se estas eram do engenho. Ainda havia lugares para os portugueses pobres, imigrantes que trabalhavam nos engenhos em atividades de administração – o feitor-mor, o feitor de campo, o feitor de moendas, etc. – ou técnicas – o mestre de fazer açúcar, o mestre purgador, o caixeiro, etc. Ao lado dos proprietários e das pessoas com atividades rurais havia, nas cidades e vilas, pessoas que geriam a administração pública, e os comerciantes, estes em grande parte cristãos-novos, no período do domínio lusitano, e judeus não convertidos, no período de domínio batavo.

No início do século XVII a Paraíba já contava com aproximadamente oitocentos colonos, com um número de catorze engenhos, a Capitania se diferenciava, pois, com maior parte do território na região seca (semiárido), não se tornava uma unidade açucareira como Alagoas e Pernambuco, sendo assim sua produção era toda concentrada na região litorânea. A união das Cortes portuguesa e espanhola, na qual a última já vinha enfrentando a ação dos comerciantes e cristãos novos colocavam fim na relação com os Países Baixos. Como resultado disso intensificou a pirataria pelas nações que contornavam o monopólio Ibérico (MELLO, 1994, p. 43-45).

Os holandeses arremeteram contra a Paraíba por três vezes, obtendo vitória em 1634, capitulando o Forte de Cabedelo e o Forte de Santo Antônio, com as casas e depósitos incendiados muitos habitantes rumaram para o interior da Capitania. Embora mantendo a mão-de-obra escrava, os holandeses acabaram introduzindo aperfeiçoamentos técnicos, além de oferecerem empréstimos aos proprietários de engenhos. Como forma de tranquilizar as classes dominantes da época, os holandeses ofereceram anistia, liberdade de consciência e de culto, manutenção do regime de propriedade, proteção aos negócios e observância das leis portuguesas nas pendências entre os naturais da terra. A invasão holandesa na Paraíba durou 20 anos de 1634 a 1654. Conforme afirma Oliveira (2007, p. 82 -83), a Paraíba foi arrasada pós a Guerra Holandesa, tanto a Guerra como a saída dos moradores destruíram a Capitania. Por volta de 1663 dos vinte engenhos que a Paraíba possuía, não passava de nove os que ainda funcionavam. No entanto os donos dos engenhos recorreram ao Rei pedindo que lhe concedesse privilégios de dez anos de liberdade por terem que reedificar seus engenhos, além disso, solicitaram o perdão de não serem executados por dívidas atrasadas.

Sendo o açúcar a principal atividade, a queda da produção e exportação decorrente da concorrência com a produção nas Antilhas no século XVII causou uma desorganização dessa cultura na Paraíba. A situação de dificuldade econômica em que se encontrava implicou na anexação à Capitania de Pernambuco. Conforme aponta Andrade (1984, p. 116), nesse período existiam seis vilas e três freguesias, algumas vilas como Pilar e Traipu situavam mais distante da região da Mata, assim como as pequenas Freguesias de Campina Grande e Cariris de Fora, o que indicava a dificuldade de penetração para o interior, visto que todas as outras se encontravam na região da Mata, pois o transporte das mercadorias de exportação se tornava oneroso com os engenhos distantes do porto. Somente com a melhoria das vias de acesso é que os engenhos puderam se interiorizar.

### **3.2 Evolução e Desenvolvimento da cana de açúcar na Paraíba**

A ocupação da região da Mata na Paraíba baseou-se na produção açucareira destinada ao mercado externo. Embora os engenhos importassem produtos da metrópole, porém produziam quase tudo que necessitavam. É possível identificar três grandes períodos no desenvolvimento da cana-de-açúcar semelhante a Alagoas, sendo o primeiro: o Domínio dos Engenhos, o da rápida experiência dos Engenhos Centrais e o de dominação da Usina de Açúcar.

Conforme Moreira e Targino (1997, p. 34), os fatores naturais tiveram suma importância na ocupação da zona da Mata e no desenvolvimento da atividade canavieira, seja na ocupação das várzeas dos rios (Paraíba, o Mamanguape, o Una, o Gramame, o Miriri e o Camaratuba). No clima onde as correntes inferiores úmidas dos ventos alísios de sudeste portadoras de chuvas abundantes favoreceram no acúmulo de chuva, visto que nessas áreas a pluviometria possui uma variação da ordem de 1300 a 2000 mm ao ano, o clima quente e úmido tornou-se o mais apropriado para o seu desenvolvimento. Nos solos, pois oriundos de rochas cristalinas proporcionavam os rendimentos agrícolas, maiores ainda seria as várzeas aluviônicas, recebendo o nome de massapê, a vegetação da Mata contribuiria suprindo de combustível essa indústria e de madeira as construções humanas, e por fim a localização geográfica e a demanda do açúcar pelo comércio europeu dinamizavam essa produção. (MELO, 2012, p. 77).

Os atrasos nos padrões técnicos dentro dos engenhos acabavam requerendo uma mão-de-obra numerosa, sendo no começo utilizado a mão-de-obra indígena, porém não se submetiam ao trabalho escravo de forma passiva. Os índios rejeitavam o trabalho escravo demonstrando rebeldia, quando não conseguiam fugir, acabavam sendo abatidos pelos castigos e doenças.

Segundo afirma Andrade (1994, p. 18), a falta de capital e de força de trabalho fez os colonizadores buscarem financiamentos através dos judeus portugueses, além disso, a inviabilização da mão-de-obra indígena resultou na substituição pelo trabalho escravo por negros africanos. De acordo com Moreira e Targino (1997, p. 35) além do trabalho escravo, “os engenhos empregavam mão-de-obra portuguesa nas atividades administrativas (o feitor-mor, o feitor de moendas, o feitor de campo, etc.), tais categorias eram pagas com pequenos salários, constituindo-se em mão-de-obra livre, assalariada”.

Os escravos acabavam sendo utilizados em vários tipos de trabalhos como construções de casas, desmatamentos, aberturas de caminhos, transportando o açúcar, cuidando da casa do senhor de engenho, toda essa submissão garantida pela evangelização permitiu a formação de uma sociedade patriarcal (ANDRADE, 1994, p. 201).

A crise de acumulação no século XVII em decorrência de mudanças na estruturais do mercado internacional do açúcar modificou as relações de trabalho na atividade açucareira Paraibana. A impossibilidade financeira de aquisição dos escravos por parte dos senhores de engenhos, fez com que estabelecessem camponeses no interior de suas terras, dando origem aos lavradores que posteriormente viriam a substituir o trabalho escravo. De acordo com Andrade (2011, p. 84-85), os lavradores nem sempre possuíam terras próprias, porém quando possuíam, forneciam cana aos engenhos mais próximos. Alguns necessitavam de escravos e de bois, se o mesmo não tinha terras próprias, alugava-as de determinado engenho.

Segundo Moreira e Targino (1997, p. 43) afirmam, os lavradores estabeleciam um sistema de parceira submetido ao latifúndio canavieiro, o que garantia a sobrevivência do sistema açucareiro, pois todos os custos de produção eram transferidos e ainda se apropriava de certa margem de benefício.

No que tange aos moradores dentro da propriedade do senhor de engenho, cabia a eles cultivarem um roçado, e até criar alguns animais, o pouco excedente que obtinha eram vendidos nas feiras livres. Em troca prestavam serviços gratuitos

ao senhor (o cambão), ou pagavam a renda fundiária em dinheiro (foro). As negociações eram estabelecidas de forma verbalmente com o proprietário da terra, assim o senhor exercia poder sobre essa força de trabalho através do acesso a terra. O endividamento do trabalhador junto ao sistema de Barracão impedia que ele pudesse sair da terra, tal sujeição colocava o trabalhador numa situação de semi-escravidão, pois a saída da terra com dívidas e sem a ordem do patrão implicava na prisão e até mesmo na dificuldade em arrumar morada em outra propriedade. As relações sociais junto com os senhores acabavam se tornando de submissão, o trabalhador trocava a sua lealdade pelas condições de moradia e proteção, o que de fato reforçava o controle desses indivíduos. Tais formas de trabalho conviveram com o sistema escravagista até a abolição, o que mostra que nossa formação foi uma sobreposição de modos de produção. (Moreira e Targino, 1997, p. 44-46)

A necessidade de matéria-prima e grandes propriedades visto ter a produção açucareira um caráter de monocultura, teve suporte com a concessão de grandes sesmarias, o que de fato deu alicerce a grande propriedade que caracteriza o sistema açucareiro. As primeiras sesmarias na Paraíba foram concedidas nas várzeas dos rios Paraíba, Jaguaribe, Una, Tibiri e Gramame. Conforme afirma Mello (1994, p. 29), a primeira sesmaria Paraibana foi ainda concedida no século XVI, no século XVII e XVIII, tais sesmarias começaram a se distanciar do litoral incorporando terras no Agreste e Sertão, e somente no século XIX com a lei de terras de 1850 que foi extinto esse processo, passando a ser o acesso às terras mediante compras.

A crise de acumulação que passou a economia açucareira no Nordeste no século XVII alongou-se até o século XVIII, a conjuntura interna com avanço na produção aurífera, a concorrência com a expansão algodoeira e a deficiência técnica no campo tornou-se um agravante ainda maior. Segundo aponta Oliveira (2007, p. 91), a situação na Capitania da Paraíba entrava em um quadro de flagelo, tal fato demonstrado no ano de 1725 onde se constata que nenhuma caixa de açúcar foi feita nos engenhos, decorrente da seca de 1724, além da cana-de-açúcar as plantações de mandioca, legumes, frutas, foram prejudicadas, levando a morte um grande número de pessoas e particularmente os escravos desamparados pelos seus donos na impossibilidade de sustentá-los.

Tal situação começou a se modificar a partir de 1750 através de alguns fatores como: a isenção das dívidas dos senhores de engenhos e a criação da Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba, a revalorização do açúcar nos

fins do século XVIII e a desarticulação de regiões produtoras externamente, isso provocou o reaquecimento da atividade açucareira.

Conforme Oliveira (2007, p. 111), a criação da Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba tinha como finalidade a de ativar a economia, incentivando novas culturas, com isenções e financiamentos, porém no fundo seu objetivo visava atender os princípios do pacto colonial, não se discutindo os benefícios de sua atuação, revertido em lucros para Coroa, o que demonstra que a finalidade era apenas de explorar as nossas riquezas.

A crise que a Capitania passava, agravou ainda mais na segunda metade do século XIX. De acordo com Moreira e Targino (1997, p. 54), isso ocorria em razão de um lado pelo fim da escravidão, pela competição desigual com o açúcar de beterraba produzido na Europa, e a concorrência com áreas produtoras como Cuba e Java. O atraso tecnológico também influenciava visto que a introdução do arado e a prática de alqueive só viriam a ocorrer no final do século XIX, o mesmo se aplica a introdução do Engenho a vapor substituindo os Engenhos movidos a tração animal.

Tentando assegurar sobrevivência do setor, o poder público estimulou a canalização de capitais para a fundação de modernas fábricas, surgia assim o Engenho Central tais unidades ficariam apenas restritas em suas atividades no setor fabril, não abrangendo a parte agrícola ou de produção de cana, assim o Engenho Central passaria a substituir os antigos bangüês (MELO, 1975, p. 42).

Porém tal modelo foi sendo abandonado pela resistência dos Senhores de Engenhos, o medo de adesão pelos banguzeiros estava no risco de perder seus prestígios, transformando-se apenas em meros fornecedores de cana, além disso, outros fatores levaram o abandono do modelo como: a má utilização do dinheiro público por parte dos concessionários dos subsídios, descontrole de açúcar e a irregularidade do fornecimento da cana, entre outros (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 56).

Com a desativação dos Engenhos Centrais, e inferioridade do açúcar produzido no Brasil em relação ao mercado internacional, surgia à necessidade de melhoria. Conforme Melo (1975, p. 43) afirma, em decorrência do fracasso de garantia de juros aos donos de capitais, o poder público passava agora a oferecer auxílios e amparos creditícios aos proprietários de terras que se lançassem a empreendimentos modernos, o que favorecia a criação de um sistema onde a empresa fabril exerceria atividade agrícola de produção de cana, surgiria assim as Usinas. Segundo

Andrade (2011, p. 113), esse processo marcava a modernização e instalação da fábrica nas antigas terras dos bangüês, sendo o seu proprietário, possuidor de vários engenhos e de espírito empreendedor.

O advento das usinas foi impulsionado pela elevação que o preço do açúcar estava passando na década de 1890-1900, elevação essa indo até 1901 quando uma crise atingiu a lavoura canavieira se estendendo até a primeira Guerra (1914-1918). Conforme afirma Melo (1975, p.44-45), a dificuldade de escassez de cursos de água dificultava a localização das usinas longe desses recursos, o que teria sido um dos fatores de permanência de muitos banguê visto que esses se encontravam próximos aos rios, assim essa coexistência entre banguês e usinas resultou num longo período, criando um parque produtor misto. No caso da Paraíba algumas usinas foram isentas de impostos de 5 a 15 anos e tiveram abatimentos no imposto de transmissão por compra. Segundo Moreira e Targino (1997, p. 58) esses processos facilitou a concentração das usinas e de suas terras que ficaram nas mãos de uma única família: a família Ribeiro Coutinho (ver tabela 22). Conforme Moreira e Targino (1997, p. 58):

As primeiras Usinas paraibanas surgiram no Baixo Paraíba. A mais antiga é a Usina Santa Rita, fundada em 1910 por Arquimedes C. de Oliveira com o nome de Usina Cumbe. Localizada no município de Santa Rita, ela foi adquirida em 1922 por Flávio Ribeiro Coutinho, responsável também pela mudança do seu nome. A Usina Bonfim, localizada em Sapé, surgiu em 1917 e pertencia a Gentil Lins. Posteriormente ela foi anexada à Usina São Gonçalo ou Nossa Senhora do Patrocínio, situada em Cruz do Espírito Santo, que pertencia a José Galvão de Mello, e à Usina Espírito Santo, pertencente a Adalberto Ribeiro. Essas Usinas foram compradas por Renato Ribeiro Coutinho e fundidas para dar origem a Usina Santa Helena. A Usina São João, situada também em Santa Rita, surgiu como Engenho Central em 1888, tendo sido comprada em 1914 pelos herdeiros de João Úrsulo Ribeiro Coutinho e transformado em Usina. A Usina Santana, no mesmo município, foi fundada com o nome de Usina Pedroza, em 1922, por Manoel Sebastião de Araújo Pedroza, tendo passado em 1925 para as mãos de Flaviano Ribeiro Coutinho

Tabela 22 - Informações Gerais sobre as Usinas do Litoral Paraibano

Nome original da usina	Localização	Data da Fundação	Fundador	Adquirente	Data da aquisição	Novo Nome
<b>Cumbe</b>	Santa Rita	1910	Arquimedes C. De Oliveira	F. R. Coutinho	1922	Usina Santa Rita
<b>Bonfim</b>	Sapé	1917	Gentil Lins	Renato Ribeiro Coutinho na condição de tutor dos irmãos	1922	Usina Santa Helena com sede em Sapé
<b>São Gonçalo</b>	Cruz do Espírito Santo	1917	José Galvão de Mello	Renato Ribeiro Coutinho na condição de tutor dos irmãos	1922	Usina Santa Helena com sede em Sapé
<b>Engenho Central São João</b>	Santa Rita	1888	Companhia de Engenhos Centrais	Herdeiros de João úrsulo Riberio Coutinho	1914	Usina São João
<b>Pedrosa</b>	Santa Rita	1922	Manuel Sebastião de Araújo Pedrosa	F. R. Coutinho	1925	Usina Santana
<b>Espírito Santo</b>	Cruz do Espírito Santo	1922	Adalberto Riberio	Renato Ribeiro Coutinho na condição de tutor dos irmãos	1922	Usina Santa Helena com sede em Sapé

Fonte: MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

A queda no preço do açúcar em 1924 no mercado internacional e a enchente no rio Paraíba agravaram ainda mais a situação de muitos senhores de Engenhos, o que favoreceu a concentração dessas usinas fortalecendo a oligarquia açucareira tradicional. As várzeas e algumas encostas dos tabuleiros foram ocupadas, as Usinas chegavam ao número de cinco, sendo quatro delas pertencente à família Ribeiro Coutinho. Segundo afirma Andrade (2011, p.117), as usinas formaram um processo de concentração fundiária, sendo algumas detentoras de até 35 mil hectares de terra, fato é que, com as instalações de máquinas, equipamentos modernos e técnicas oriundas da II Revolução Industrial houve um aumento de terras para atender a produção de canas. A essa concentração resultou em um dos problemas mais graves do Nordeste, tornando assim a área açucareira da Mata, em uma área de forte tensão social.

Nesse novo sistema de usina, havia grandes diferenciações, os traços da velha sociedade patriarcal diminuía dando lugar a uma estrutura mais capitalista. De acordo com Melo (1975, p. 48), mesmo com tais modificações o fornecedor de cana ainda conservou hábitos e tradições da vida rural senhorial, ao contrário do usineiro que sem a ligação com o campo tornava-se um homem da cidade industrial como qualquer tipo de empreendedor.

As relações de trabalho acompanharam tais mudanças nesse processo, o sistema morador que era um fornecedor de mão-de-obra para a lavoura canavieira acabou sendo eliminado, o morador foi expulso das terras que ocupavam, visto que as usinas começavam a disputar as terras que estavam cedidas aos moradores<sup>62</sup>. Conforme Moreira e Targino (1997, p. 63), parcela dessa população converteria em trabalhadores assalariados, porém esse processo se deu de forma lenta, preservando ainda na década dos anos de 1960 essa característica de exploração: o cambão.

A modernização da agricultura na década de 1970 levou intensas mudanças na organização da produção da Paraíba, o plantio da cana que era restrito as áreas mais favoráveis, tais como áreas úmidas se expandiram para os tabuleiros costeiros

---

<sup>62</sup> Para Melo (1975, p. 106-17) eram duas categorias de trabalhadores nos estabelecimentos rurais canavieiros: a do trabalhador morador e a do trabalhador simplesmente assalariado, sendo o morador aquele que residia nas próprias terras dos engenhos e vivia do salário e de sua pequena lavoura. Já os trabalhadores assalariados, vivi apenas do seu trabalho podendo ele ser residente, não residentes habitando na periferia dos pequenos aglomerados das cidades e vilas, e migrante sazonal procedendo de outras regiões, exemplo corumbá, catingueiro e curau.

que antes eram um limite natural devido à baixa fertilidade dos solos, expansão ocorrida também para os Brejos onde o relevo colinoso tornava-se um obstáculo.

De acordo com Andrade (2011, p. 238), a política de apoio ao reequipamento da indústria açucareira facilitou essa expansão, a competitividade com a indústria açucareira do Sudeste e a demanda de açúcar no mercado internacional resultou numa política de grandes investimentos a juros baixos, com a finalidade de que pequenas usinas substituíssem suas máquinas por outras com maior capacidade produtiva.

A criação do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) em razão da crise energética decorrente da alta dos preços do petróleo visava tais incentivos ao setor açucareiro, o programa financiava 80% dos investimentos fixos, no caso as destilarias que utilizassem a cana como matéria prima, poderia utilizar-se de financiamentos para a expansão das lavouras e despesas. Segundo Moreira e Targino (1997, p. 107 - 109) esses estímulos permitiram a expansão da cana sobre os municípios do Agreste Baixo, do Agreste Ocidental e do Piemonte da Borborema, a produção que antes se restringia a quinze municípios do Litoral e do Brejo, passava a englobar na década de 1980 cerca de vinte municípios. O crescimento da área de cana expandiu-se por mais de 58.000 hectares, a produção saltava de 1.433.245 toneladas em 1970, para 3.057.112 toneladas em 1980, o que representava um aumento de 1623.827 toneladas (113.3%). Com o Proalcool houve uma redefinição da região canavieira da Paraíba, assim a zona moderna dessa produção se delimitava no Litoral até os limites do Brejo Paraibano, isso em razão da concentração de solos mais férteis e favoráveis à mecanização, a produção nessa região saltava de 1.371.384 toneladas em 1970 para 5.510.425 toneladas em 1985, ao mesmo tempo em que a área colhida cresceu de 37.225 hectares, para 117.187 hectares.

A Paraíba tornou-se na década de 1990 o quarto maior produtor de cana do Brasil, o parque sucro-alcooleiro passava de 806 mil litros na safra de 1975 para a cota de 229.3 milhões de litros em 1984, ampliando dez novas destilarias, o intervencionismo protecionista do Estado, foi fundamental para garantir a existência do setor açucareiro paraibano.

Embora o Brasil vivendo um período de crise do crédito agrícola no período de 1980/86, a expansão canavieira na Paraíba prosseguiu. De acordo com Moreira e Targino (1997, p. 111-112), a retirada do crédito agrícola foi substituída pelo crédito dirigido, permitindo a continuidade do processo de expansão da atividade canavieira,

porém tal crédito só se manteve no período de 1979/1984, o que mostra que existiram outros fatores, sobretudo a estiagem entre 1979 e 1983 prejudicando a lavoura, cedendo lugar para a cana, e a praga do bicudo nos algodoads que levou a transformação os campos de algodão em áreas de cana.

A partir de 1986 o setor veio declinando em virtude das secas que afligiram o Nordeste, mesmo com planos de Salvação Econômica como o SOS Usineiro, o setor canavieiro paraibano se encontrava endividado, fato esse verificado na falência da Usina Santa Maria, mesmo sendo soerguida pelo grupo Agroenge, voltou a fechar, parte das terras que a Usina possuía ficaram inventariadas no processo de falência. A Usina Monte alegre também foi incorporada pelo Grupo Soares de Oliveira, as Usinas Santa Rita e Santana faliram também, o mesmo ocorreu com a Usina São João e a destilaria Agican.

Conforme Moreira e Targino (1997, p. 124-129) diversos são os fatores que explicam tal declínio dessas Usinas. Podemos destacar alguns deles: diminuição do crédito e exigência do pagamento dos débitos, cobrança incisiva dos débitos das empresas junto ao INSS e a Receita Federal<sup>63</sup>, elevação do preço dos transportes, perda do poder político e econômico da burguesia canavieira nordestina face a do sul, intensificação da concentração fundiária e financeira de renda estrangulando o fornecimento de cana e causando a extinção do fornecedor de cana, dívidas relacionadas as ações trabalhista, falta de racionalidade empresarial das empresas – reflexo da mentalidade arcaica das oligarquias, organização sindical – fim do sistema morador e a substituição pelo trabalho assalariado, redução dos subsídios à produção, baixa lucratividade que implicava na capacidade de investimento e no processo de modernização, desvio de recursos do setor produtivo para o de consumo ostentatório, impossibilidade das Usinas tradicionais em continuarem a funcionar em função da sua insolvência financeira, deslocamentos e investimentos para outra atividades como pecuária, seca de 1993 que atrofiou a cana e comprometeu a safra de 93/94, inadimplência dos usineiros junto a seus fornecedores o que levou o fornecimento de cana para empresas de outros estados e por fim a séria crise que o Proálcool passou, o que conseqüentemente reduziu os recursos públicos, junto a isso o declínio do preço do petróleo e a aproximação do país na produção desse produto.

---

<sup>63</sup> Até dezembro de 1990, seis empresários do setor sucroalcooleiro da Paraíba deviam 4 milhões e 442 mil cruzeiros para a Receita Federal, débitos que vinham rolando deste o tempo do Instituto de Álcool e Açúcar. (MOREIRA E TARGINO, 1997)

A tabela 23 mostra essa concentração e a reestruturação que as usinas paraibanas passaram, pois das dezenove usinas que existiam no ano de 1985, nove estavam nas mãos de uma única família. Ao mesmo tempo em que com o processo de falência e perda de competitividade frente à expansão do centro sul nas últimas décadas e outros fatores apontados anteriormente

**Tabela 23 - Estado da Paraíba Parque SucroAlcooleiro (1985)**

<b>Usina Antigas</b>	<b>Usineiros</b>	<b>Localização</b>
Santa Rita	Família Ribeiro Coutinho	Santa Rita
São João	Família Ribeiro Coutinho	Santa Rita
Santana	Família Ribeiro Coutinho	Santa Rita
Santa Helena	Família Ribeiro Coutinho	Sapé
Monte Alegre	Grupo Soares de Oliveira	Mamanguape
Santa Maria	Família Solon Lins	Areia
Tanques	Família Veloso Borges	Alagoa Grande
<b>Destilarias Anexas</b>	<b>Usineiros</b>	<b>Localização</b>
Santa Helena	Família Ribeiro Coutinho	Sapé
Santana	Família Ribeiro Coutinho	Santa Rita
Santa Maria	Família Solon Lins	Areia
São João	Família Ribeiro Coutinho	Santa Rita
<b>Destilarias Autônomas</b>	<b>Usineiros</b>	<b>Localização</b>
GIASA (Arthur Tavares)	Grupo Tavares de Melo/PE	Pedras de Fogo
Miriri	Grupo Cavalcanti de Moraes	Sapé
Agican (sto. Antonio)	Grupo Pessa de Melo(PB)	Mataraca
Tabu	Grupo Ludgren (PE)	Caaporã
Jacuípe	Grupo Cavalcanti de Moraes	Lucena
Japungu	Cia. Nordeste de Participação (CONE-PAR), Agrofertil S/A Ind. E Comércio (BA)	Santa Rita
Uma	Família Riberio Coutinho (PB)	Sapé
Borborema	Família Riberio Coutinho (PB)	Pirpirituba

**Fonte:** MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.p.169

Porém, atualmente conforme a tabela 24, somente estão atividades em 2016 apenas 2 destilarias e 7 usinas, localizando-se nas cidades de Santa- Rita, Caaporã, Pedra de Fogo, Rio Tinto, Mamanguape e Sapé. O que se vê também é a internacionalização do setor, visto que Grupos como Louis Dreyfus e o Belga Alcatroa já possuem unidades em território Paraibano.

Tabela 24 - Usinas e Destilarias em Atividade na Paraíba (2016)

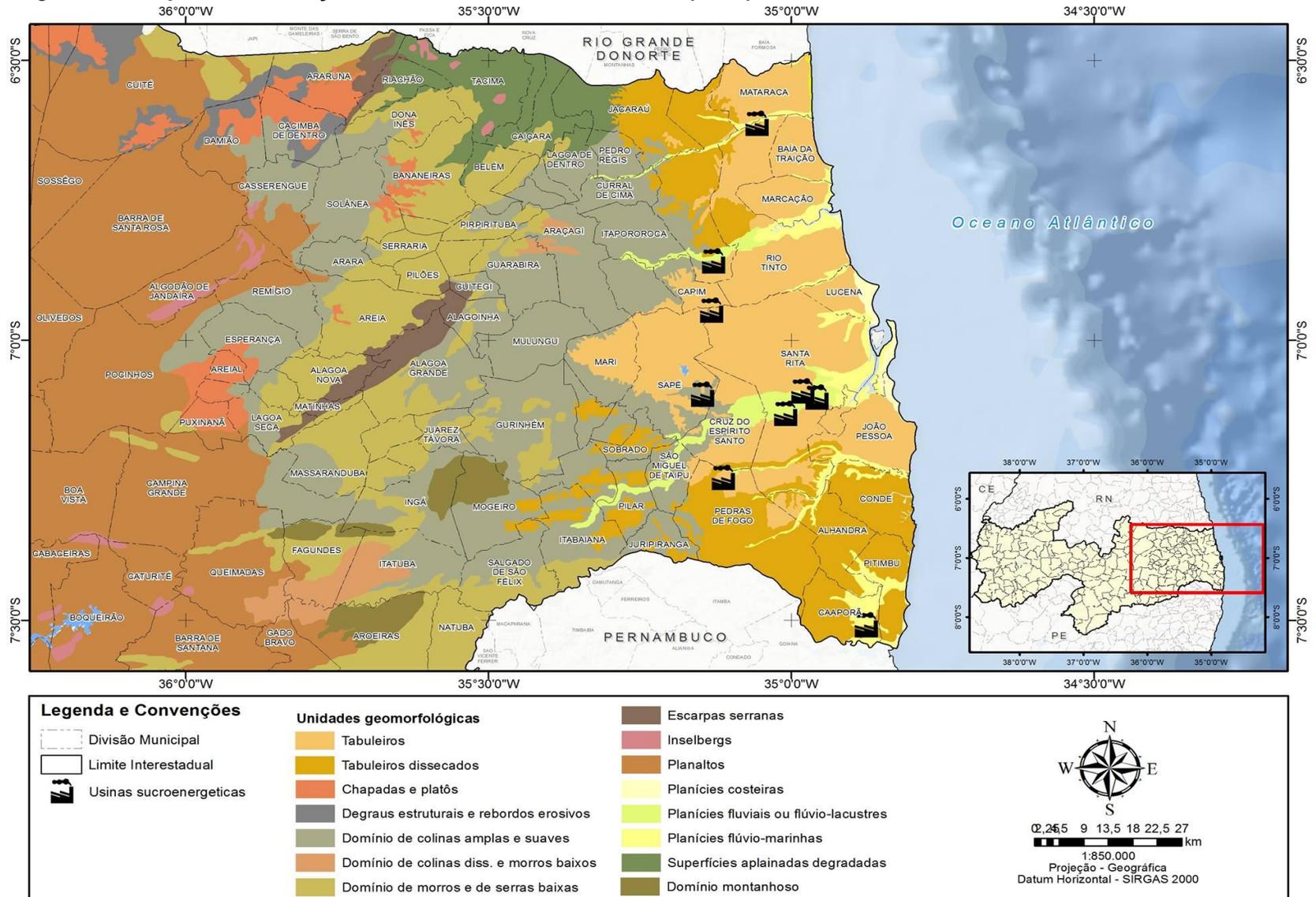
Unidades	Localização	Proprietário
Destilaria Miriri - Miriri Alimentos e Bioenergia S/A	Santa Rita - PB	Sociedade Anônima
Destilaria Tabu - Agro Industrial Tabu	Caaporã - PB	Grupo Belga Alcotra
Unidade Agroval - Grupo Japungu	Santa Rita - PB	Paulo Cavalcante Mello
Unidade GIASA - BIOSEV	Pedras de Fogo - PB	Grupo Louis Dreyfus
Unidade Japungu - Grupo Japungu	Santa Rita - PB	Paulo Cavalcante Mello
Unidade Sapé - grupo Una	Sapé-PB	Sociedade Anônima
Usina Açúcar Alegre - grupo Soares de Oliveira	Mamanguape-PB	Família Soares de Oliveira
Usina D'Pádua	Rio Tinto-PB	Sociedade Anônima
Usina São João - Companhia Usina São João	Santa Rita - PB	Sociedade Anônima

Fonte: < <http://www.agricultura.gov.br/>>; < <http://www.econodata.com.br/>>; <[www.novacana.com](http://www.novacana.com)>;  
Acessado em 30/08/2016

Cabe Frisar que essa internacionalização está associada a desregulamentação que o setor passou durante a década de 1990 se inserindo num contexto mais geral de liberalização econômica, juntamente a isso tivemos a extinção do IAA, eliminando assim os mecanismo de controle e planejamento setorial, tais medidas surtiram nas mais variadas esferas, isto é, na comercialização dos produtos, no sistema de fixação de preços, no controle sobre a produção e também nas políticas de sustentação ao álcool combustível e à cana, tais movimentos incidiram na falência e aquisições por Grupos com capitais ociosos .

Atualmente conforme a figura 13 nos mostra, a Paraíba conta com 9 unidades em funcionamento, na qual a espacialização das unidades em operação atualmente, na se encontram em funcionamentos obre a geomorfologia dos tabuleiros costeiros. Fato é que esse aspecto físico influencia e possibilita a introdução de mecanização dos canaviais, ao mesmo tempo que é introduzido novas técnicas para correções e aumento da fertilidade do solo.

Figura 13 - Mapa de localização das Usinas ativas na Paraíba (2015)



Fonte: <https://www.novacana.com> - Acessado em 30/08/2016. Elaboração: Antônio Almeida

### 3.3 Formação do Agreste Paraibano

A ocupação do Agreste Paraibano esteve relacionada diretamente à evolução da atividade canavieira, porém sofreu um retardamento ocupacional pelos fatores físicos (relevos acidentados dos rebordos e contrarebordos da Borborema, floresta densa) e também humanos, com as guerras contra os índios Cariris. Para Melo (1980, p. 101), o Agreste Paraibano compreende as microrregiões do Curimataú, do Piemonte da Borborema, do Agreste da Borborema e do Brejo paraibano, tendo diversas características de ordens físicas (clima, relevo, solos), tornando assim um mosaico.

A ocupação dessa mesorregião se relacionava com as fases de declínio e ascensão da cana-de-açúcar, pois no seu período áureo com a expansão da cultura, as atividades agrícolas e a pecuária acabaram se interiorizando, em razão do aumento do uso de terras pelos engenhos. Segundo Moreira (1990), nos períodos de retração e crise da atividade açucareira, a mão-de-obra liberada acabava se deslocando em direção ao Agreste passando assim a se dedicar nos cultivos de alimentos (milho, feijão, fava, mandioca) organizando-se em pequenas propriedades (minifúndios). No início dessa ocupação somente a porção baixa foi ocupada, porção essa que se estendia pelo curso do rio Paraíba do Norte e do Mamanguape desenvolvendo intenso comércio de pau-brasil no século XVI (ANDRADE, 2011, p. 152)

Sendo o Agreste um intermédio entre o litoral açucareiro e o Sertão pecuarista, tal região tornou-se passagem para o gado destinado ao Litoral, assim a necessidade de abastecimento e pouso para vaqueiros e animais que saíam dos rincões sertanejos criou núcleos de pouso, em torno dos quais se instalariam currais, dando origem as Feiras de Gado que mais tardiamente originaram os centros de povoamento como Itabaiana e Campina Grande.

Conforme afirma Sales (1982, p.138), o Agreste ao contrário da Zona da Mata se diversificou quanto a estrutura produtiva, a pecuária foi a sua atividade básica inicial, sendo extensão da lavoura canavieira na zona da mata, o fato dela ser utilizada um meio de alimentação para a população levou aos senhores de engenhos estabelecer no agreste as primeiras fazendas de criação de gado. Era um tipo de pecuária extensiva que desde o início combinou-se com os cultivos de lavouras alimentares como meio de subsistência de seus moradores.

Embora a pecuária e a produção agrícola fossem o suporte da base de ocupação dessa região, outra cultura agrícola também contribuiria para a organização desse espaço. Assim, a partir de 1780 a atividade cotonicultora deu um “boom” na organização socioeconômica. Conforme afirma Andrade (2011.p.158), vários fatores contribuíram para o desenvolvimento desta atividade, entre elas: o aumento da população, o aumento de consumo de tecidos rústicos, a descoberta da máquina a vapor na indústria têxtil Inglesa, a abertura dos Portos e a Guerra de Secessão.

Segundo Moreira (1990), o surto algodoeiro no século XVIII causou diversas mudanças no Agreste, houve uma alta procura impulsionada por condições externas. O cultivo das terras de médios e grandes proprietários antes feito pelos escravos foi sendo substituídas pelo trabalho de moradores. As modificações foram também no âmbito da monetarização da economia resultante da venda do algodão, visto que o comércio da produção nos pequenos núcleos originou uma burguesia comercial dinâmica. Conforme afirmam Moreira e Targino (1997, p. 81), tais mudanças serviram de atrativos para o deslocamento dos trabalhadores livres da região do Litoral açucareiro, o que causou posteriormente um grande adensamento populacional, a população da região em 1782 que era de 7.914 habitantes, passou para 111.777 habitantes setenta anos depois.

A expansão do cultivo chegou até os Sertões, isso devido à introdução de uma nova variedade, o algodão arbóreo, também conhecido como “mocó”. Tais qualidades nessa nova espécie encontravam-se desde uma fibra longa e mais resistente até a adaptação melhor às condições de semi-aridez do clima. Além de uma demanda externa, a produção encontrava no mercado interno um reforço no crescimento da industrial têxtil regional no final do século XIX e início do século XX (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.76).

De acordo com Sales (1982, p.138) ao mesmo tempo que o algodão integrou a região ao mercado externo com as exportações, o consórcio de outros cultivos e a demanda por alimentos concentrado nos grandes centro fez com que a região fosse integrada ao mercado interno.

Embora o algodão tenha sido a cultura de mais relevância no agreste, outras culturas comerciais foram presentes na região, como o café, a cana, o fumo, a mandioca e o sisal. A produção de mandioca ganhou destaque no Agreste da Borborema, a sua pouca exigência em relação aos solos e a boa adaptação edáfica da área fazia com que seu processamento se alargava em razão da farinha de mandioca ser

componente importante na dieta popular oferecendo assim um mercado regional e local de apoio (MELO, 1988, p. 267).

No caso do sisal essa cultura possuiu uma grande expansão na década de 1940 a 1950, atendendo a ampla demanda do mercado internacional. Porém, com o surgimento da fibra sintética em outros países, a produção entrou em declínio. Conforme afirmam Moreira e Targino (1997), a partir do momento que a organização agrícola do Agreste começou a modificar as relações de trabalho, os trabalhadores presentes na zona da mata se viram destituídos do acesso a terra, migrando nos períodos de ascensões de algumas culturas.

No Agreste Paraibano essas novas relações tiveram diversas formas, sendo o trabalho escravo presente também nas lavouras de algodão, contudo, o algodão possuindo um ciclo vegetativo curto, fazia com que a mão-de-obra escrava não se tornasse vantajosa. De acordo com Andrade (2011, p. 162), tal desvantagem se associada com o fim do tráfico a partir de 1854, e o aumento dos preços dos escravos, medidas essas que resultaram na substituição do escravo pelo trabalhador livre assalariado.

Conforme Vianna (2013, p.123), outro fator que estimulava a substituição, era a alta demanda nas fazendas de café no Sudeste, visto que os altos preços dos escravos pagos pela região cafeeira compensavam a saída de cada escravo, outras relações surgiram também com nas fazendas instaladas nessa região como às relações dos vaqueiros semelhante aos Sertões. Nessas fazendas, além do vaqueiro, existiam também os mestiços forros (agregados) que auxiliavam nos serviços, recebendo pequena remuneração em espécie, além de casa e comida (ANDRADE, 2011, p. 154-155).

Ademais desses tipos de relações, conforme aponta Melo (1980, p. 145) haviam também as categorias dos arrendatários concentrada no binômio gado- algodão, sendo esses a massa de minifundiários. Tal relação se tornou uma grande vantagem para o proprietário da terra, pois o arrendamento pastoril corresponde à fração do valor da colheita quando fixado em dinheiro, é pago antecipadamente, sendo o proprietário beneficiado por duas vezes ao fim da colheita, pois além do dinheiro, os restolhos das plantações serviriam de alimentos para os animais da fazenda. Além das formas de arrendatário, eram encontrados na região casos de assalariamento, mais comum no emprego da agroindústria canavieira e na agricultura do sisal. Conforme Melo (1980, p. 148), nos engenhos rapadureiros encontrava ou-

tra força de trabalho representada pelo sistema morador, semelhante às relações encontradas na zona açucareira litorânea.

Em termos de estrutura fundiária, as unidades fundiárias de mais de 100 hectares ocupavam 63.9%, enquanto 36,1% correspondem as de até de 100 hectares, tais índices pouco variavam de uma microrregião para outra, o que demonstra que essa variação esteja ligada com o tipo de sistema agrícola existente. (MELO, 1980, p.140). De modo geral, a região atualmente concentra 69% dos estabelecimentos com lotes menores de 5 hectares, sendo 40% ocupantes de lotes menores que 2 hectares entre as pequenas propriedades (ver tabela 25). Conforme Abreu (2013, p.66), o Agreste ainda possui importância na pequena produção agrícola, porém apresenta produtividade baixa, decorrente do uso rudimentar de técnicas de plantio e pouca utilização de fertilizantes e de sementes selecionadas.

**Tabela 25 - Número de estabelecimentos Agropecuário (percentual) - 2006**

	Grande Região e Unidade da Federação		
	Nordeste	Paraíba	Agreste
Menos de 2 hectares	36,47	30,31	40,51
2 a menos de 5 hectares	20,16	26,25	28,89
5 a menos de 10 hectares	12,14	15,71	13,72
10 a menos de 20 hectares	10,9	12,02	9,06
20 a menos de 50 hectares	4,91	3,51	1,42
100 hectares ou mais	3,98	2,6	1,07

**Fonte:** <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pb> – Acessado em 30/08/2016.

Algumas das principais cidades do estado da Paraíba se localiza no Agreste Paraibano como Campina Grande (que constitui um amplo pólo de centro de distribuição e de tecnologia do Estado), Guarabira que se destaca por ser um polo de pequenas atividades industriais, uma das indústria mais dinâmicas na cidade é a Alpargatas que emprega cerca de 200 pessoas e a Guaraves empresa avícola que abate mensalmente 1, 7 milhão de aves exportando para os estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará, a expansão desse setor na cidade foi impulsionado com a implantação da empresa de rações Aquavita pertencente ao mesmo grupo, o município apresentou em 2013 um Pib de 630 mil reais, o município possui uma população de 60 mil habitantes, além disso a cidade possui um Campus da Universidade Estadual da Paraíba e um Campus do Instituto Federal, outra cidade que se destaca nessa região é Queimadas com população de 41 mil habitantes, suas prin-

principais atividades estão ligadas ao setor de comércio e serviços e agropecuária, a sua população rural é a maior da Paraíba com o número de 18 mil pessoas residindo no campo, no ano de 2013 o município apresentou um Pib de 365 mil reais. Atualmente o agreste paraibano vem também apresentando expansão de algumas atividades como é o caso da pecuária, onde o rebanho de 332 mil cabeças em 2002 passou para 421 em 2009, ao mesmo tempo que a região se firma produção de abacaxi, no ano de 2002 a área cultivada era de 561 hectares expandindo para 2.206 hectares em 2009, a quantidade de frutos produzida passou de 16.985.000 milhões de frutos para 62.535.000, aproximadamente 68% de toda a produção vêm do município de Araçagi (MOREIRA; TARGINO, p. 115-116).

### 3.4 Formação do Sertão paraibano

A conquista do Sertão paraibano ocorreu entre 1670 a 1730, provocado pelos projetos de conquistas e pela fuga das pessoas temerosas a punição com as guerra holandesas, o adensamento da região esteve ligado sobretudo à expansão das fazendas de gado. Conforme Andrade (1984, p. 114), o Sertão paraibano era alcançado por correntes migratórias vindas do Sul da Bahia e por correntes que subiam a Borborema em seu trecho menos íngreme pelo vale do Ingá. Esses deslocamentos se associavam à pecuária bovina e cavalar na qual abasteciam os engenhos de carne e de animais de trabalho para o transporte de lenha e de outros carregos. O fato dos pecuaristas necessitarem de áreas extensas levou a pecuária sertaneja a organizar-se de forma ultra extensiva, sendo o gado criado solto.

Além da ocupação do Sertão paraibano via rio São Francisco, coube à família Oliveira Lêdo e aos sesmeiros a exploração dessa região estabelecendo vias de penetração através de duas direções: uma primeira direção partindo da missão de Boqueirão pelo curso do rio Paraíba, até o rio Taperoá alcançando a região do atual município de Brejo da Cruz penetrando no Rio Grande do Norte, cuja zona do Seridó pertencia jurisdição da Paraíba, e a segunda entrada direcionava para ao sul ingressando em território Pernambucano chegando ao Pajeú encontrando os colonos da Casa da Torre (pertencentes à família Garcia Ávila) que por ali subiam (MELLO, 1994, p.70)

Assim, apropriando dessas terras, o colonizador instalou currais por todo o interior do Sertão, guerreando e capturando aqueles indígenas que não se submetiam. A organização social, econômica e cultural do Sertão, fundou-se diferente do Litoral açucareiro, pois nessa região onde o clima semi-árido ocorria em boa parte, a fazenda de gado surgia com características próprias. Segundo Mello (1994, p.76), nas glebas de terra da região plantava-se gêneros de subsistência, o algodão servia para utilidades domésticas e panos rústicos, a cana-de-açúcar que ambientada nos baixios prestava-se para a produção de rapadura, e o gado bovino era utilizado em tudo (carne, leite para fabricação de queijos e doces e o couro que provinha às suas roupas, calçados e utensílios).

Essa sociedade estruturada na caatinga caracterizava-se pelo baixo adensamento populacional, em virtude da sua própria estrutura (latifúndio) e da pecuária extensiva que em função da pobreza da pastagem natural e da existência de um

regime pluviométrico irregular pouco necessitava de braços, usando até mesmo a mão-de-obra indígena.

A organização social, econômica e cultural nessa região era desempenhada pela fazenda destacando-se assim algumas características próprias: grandes domínios latifundiários em função da pobreza da pastagem e de um regime pluviométrico irregular, baixo nível de capitalização, pois os investimentos exigidos nas instalações eram poucos (currais e casas). (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 71),

A atividade pecuária praticada nas fazendas permitia o acesso dos homens pobres e livre a terra, o vaqueiro sertanejo que carregava a mesma característica do vaqueiro do Agreste representava o proprietário em determinadas ocasiões. Segundo Guimarães (1968) *apud* Moreira (1997, p.72).

Entre fazendeiro de gado desde os primeiros tempos, predominavam os proprietários de extensões intermináveis de terras, que eles mesmos não poderiam controlar. A propriedade pecuária, deste modo, seria forçada a subdividir sua exploração, dando lugar, antes de qualquer outro tipo de latifúndio, ao aparecimento do arrendatário. Apesar de manter muitos pontos de contato com o Engenho, (...) a fazenda adotava um sistema de arrendamento mais próximo da renda agrária capitalista, com isso, e inevitavelmente, o modo de produção da pecuária permitia o acesso à exploração e mais tarde o acesso à propriedade, de homens de menores posses. Nesse sentido, a fazenda se opunha ao Engenho como força desagregadora dos privilégios absolutos da nobreza territorial.

O desenvolvimento da pecuária no sertão manteve também ligações com o comércio metropolitano, visto que havia certa quantidade de couros que destinavam a exportação, no entanto a sua relação com o mercado externo foi bem menor do que a da cultura da cana, assim as crises externas pouco implicaram na diminuição do criatório. Conforme Andrade (1984, p.116) afirma, a Paraíba se constituiu por duas civilizações, uma da área agrícola-canavieira e outra da área de criação, na qual se complementaram, dependendo uma da outra para se desenvolver e ambas mantendo sua organização de forma hierarquizada, sendo o poder político ligado a propriedade da terra e dos escravos.

Atualmente o Sertão Paraibano possui cidades desenvolvidas economicamente como é o caso de Patos que é um polo tecnológico junto com Campina Grande e João Pessoa, as três cidades forma 500 profissionais na área de tecnologia por ano, em nível técnico e superior, Patos abriga hoje um total de 20 empresas de tecnologia, essas mesmas três cidades também constituem o polo coureiro calçadista da Paraíba integrando 600 empresas. Com uma população de 100 mi habitantes, Patos além de fazer parte desses dois polos, ainda possui uma função comerci-

al de relevância no Sertão Paraibano, empregando aproximadamente 11 mil pessoas no setor de comércio e serviços. Outras cidades que se destacam na região são Cajazeiras, Sousa e Pombal.

Quadro 7 - **Maiores Municípios do Sertão da Paraíba**

Municípios	População	Pib-2013			Pessoas Empregadas por setor -2013		
		Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços
Patos	100.674	6.773	110.731	567.782	63	2.659	10.878
Pombal	32.110	10.490	18.439	104.862	3	305	2.179
Cajazeiras	58.446	10.227	64.370	373.045	36	1.474	6.633
Sousa	65.803	47.652	73.547	359.111	110	2.026	6.812

Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/> Acessado em 30/08/2016.

No quadro 7 vemos que a indústria e o comércio são os setores que mais empregam nas respectivas cidades. Essa transformação que as cidades do Sertão vêm apresentando está relacionada por um conjunto de fatores simultâneos, sejam eles demográficos, políticos e econômicos.

Conforme Maia Gomes (2015, p.44-67) as transformações em relação a demografia está inserida na questão da população que deixou de ser maciçamente rural para se tornar em larga media, urbana. Tal crescimento esteve relacionado com o desenvolvimento de atividades econômicas urbanas industriais e de serviços e também com a falta de opções reais de sustentação econômica no campo seja pela dificuldade pela baixa produtividade e pelo clima-árido. No plano Econômico tais índices como o crescimento do Pib forma impulsionado por fatores políticos, com o aumento real do salário mínimo, a maior disponibilidade de crédito pessoal, o crescimento da Economia Popular, construção de grandes projetos de infraestruturas, incentivos municipais, estaduais e federais. Assim vemos que a Seca tem, hoje, uma significação muito menor do que tinha há 30 ou 40 anos. Poucos se deram conta, mas já existe, sim uma convivência produtiva com a seca.

#### 4 Organização Espacial de Campina Grande

Conhecida como a Rainha da Borborema, em decorrência do seu primeiro nome “Vila Nova da Rainha” e a sua localização geográfica, situada no Planalto da Borborema na mesorregião do Agreste Paraibano, Campina Grande ficou conhecida no século XX como empório comercial. A cidade passou a ser um entreposto comercial entre o Litoral Açucareiro e o Sertão Pastoril (ver figura14). No início do seu povoamento, a cidade albergou o chamado ciclo da farinha, sendo a mandioca plantada na região processada e utilizada como moeda de troca por aguardente e rapadura produzidas no Brejo. Tais produtos abasteciam as populações sertanejas, ao mesmo tempo em que, sendo transportados por tangerinos e comboieiros passavam a criar as estradas do território paraibano (MELLO, 1994 . p. 95).

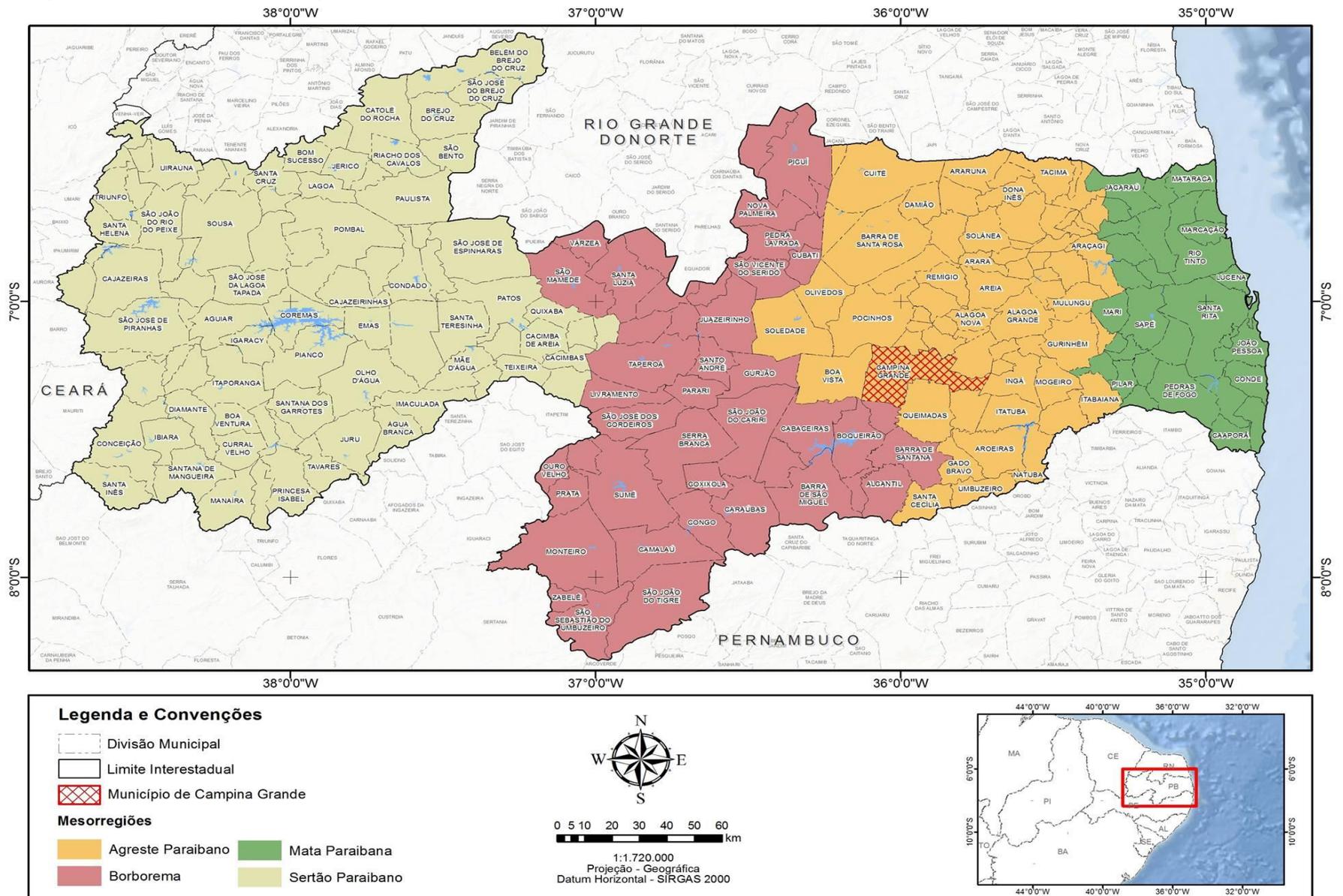
O surgimento do povoado de Campina Grande data-se no final do século XVII, porém há uma controvérsia no que se refere a possível aldeamento. Conforme Almeida (1978, p.35) afirma,

Viajou Teodósio Ledo, em fins de 1697 do arraial de Piranhas para a capital da província, a fim de entregar ao governadora as cartas de D. João de Lencastro. Ao chegar à capital, não mais encontrou o capitão-mor Manuel Nunes Leitão, já substituído por Manuel Soares Albergaria. Trazia ele um grupo de índios da tribo ariús ou ariás, habitantes da ribeira do piranhas, talvez para apresentá-los ao governandos da capitania. Sem que se saiba o motivo, antes de descer a Borborema, aldeou-os numa grande campina, nos limites orientais da região dos cariris. Fundava aí o núcleo que deu origem a Campina Grande.

Em contraste, Mello (1994, p.95) aponta para o fato de que no local já existia um aldeamento de índios ariús. No mesmo sentido salienta Câmara (2006, p.21) que as terras onde hoje são as cidades de Fagundes e Boqueirão já eram ocupadas em 1670 por jesuítas, assim o autor afirma que,

é mais ou menos desta época a instalação de padres jesuítas na serra do bodopitá (Fagundes). Não se sabe precisar o traçado da estrada por onde os frades passaram para atingir a serra. E a ignorância deste fato histórico dificulta-nos acompanhar a ação destes sacerdotes – os primeiros povoadores da região que hoje constitui o município de Campina grande. Sabemos apenas que, em 1670 eles abandonaram a aldeia de fagundes, onde tinham iniciado o plantio de cereais, levando todos os índio para Pilar, a cuja missão uns e outro pertenciam.

Figura 14 - Mapa de Mesorregiões da Paraíba



Fonte 1: <http://www.ibge.gov.br/> - Acessado em 30/08/2016. Elaboração: Antônio Almeida

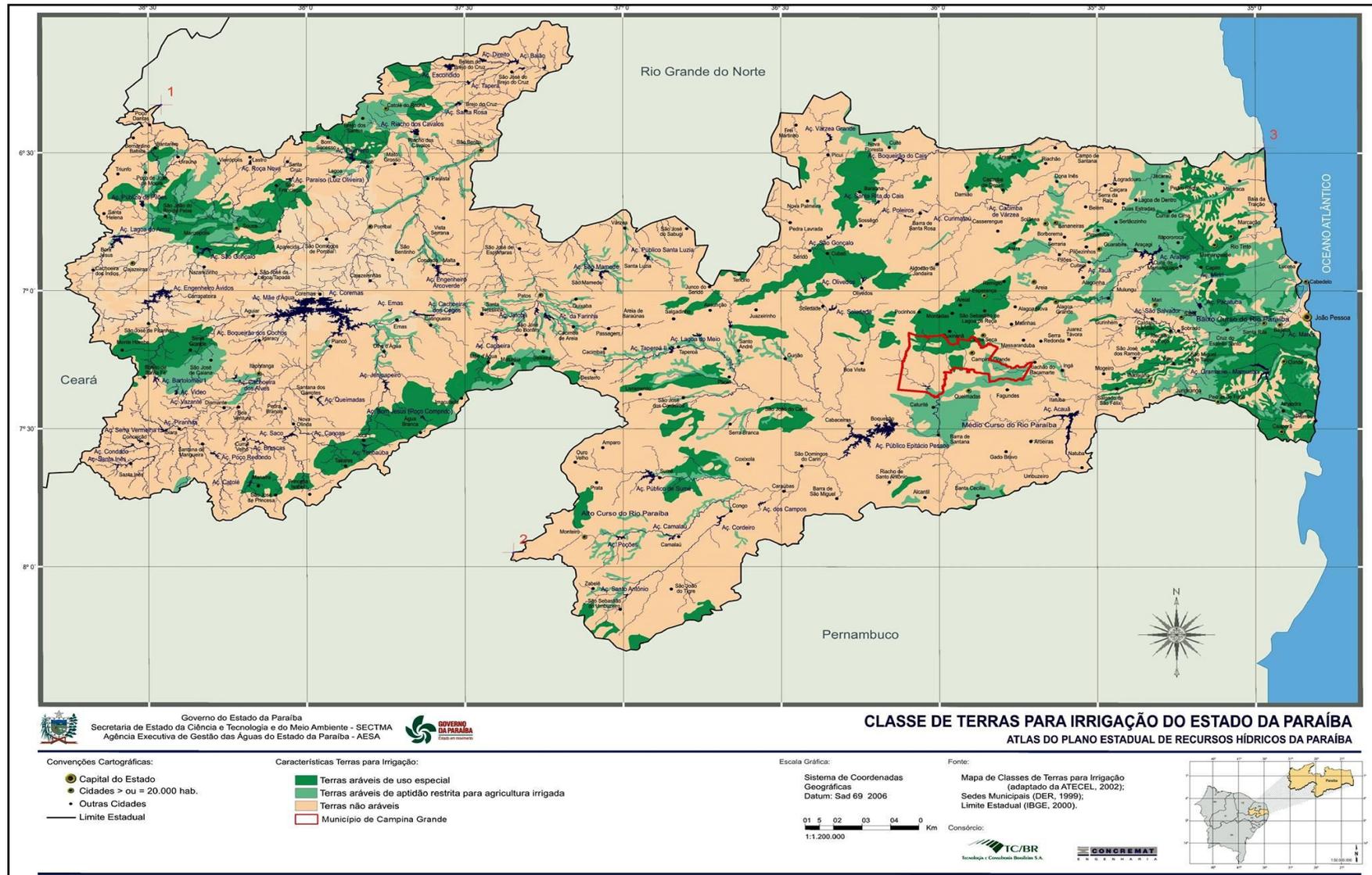
De modo geral, a origem de Campina Grande remonta a política expansionista da Coroa Portuguesa do final do século XVII, tal objetivo era o de solucionar os problemas internos do Reino incentivando a ocupação do interior do Brasil. Conforme aponta Silva (2000, p.15), a documentação referente as doações de terras nos sertões da Paraíba registram presença dos pioneiros pelos idos de 1663. A carta de sesmaria datada de 1665 informa que os irmãos Antônio e Custódio de Oliveira Ledo acompanhado de outros moradores habitavam esses sertões há dois anos, assim requereram terras através do Capitão-Mor da Paraíba - Manuel Soares de Albergaria datada no ano de 1699, sugerindo a Coroa a conveniência de povoar com gados e currais aqueles sertões e que a realeza o apoiasse, fornecendo-lhe “gente e munições”.

Sendo atendidos pela Coroa, Teodósio garantiu a conquista dos sertões dizimando tribos de índios inteiras. De acordo com Mello (1994, p.73):

A crueldade fez tão acentuada que, a certa altura as autoridades lisboetas dirigiram-se ao Governador da Paraíba pedindo explicações sobre o que acontecia. Aldeias inteiras estavam sendo incendiadas e seus habitantes, massacrados, sem constitui exceção mulheres e crianças. Quanto aos adultos que se recusassem à escravidão, eram passado pelo fio da espada. Tanto se sucediam a matança que historiadores Paraibanos atribuíram o retardamento da colonização sertaneja, devido a escassez de mão de obra. Outros consideraram as taxas de natalidade praticamente nulas no Sertão da Paraíba do início do século XVIII.

Naquela área onde mais tarde os elementos físicos seriam determinantes para o seu desenvolvimento, Em sentido Nordeste encontra-se relevos montanhosos, terra roxa, água doce e inúmeros mananciais que mais tardiamente iriam originar o Brejo. Campina Grande passou a se localizar próximo de uma área agrícola, o que de certa forma favoreceu o surgimento das feiras com gêneros alimentícios, visto que a maior parte desses cultivos estava concentrada no Brejo (CÂMARA, 2006. p. 22).

Figura 15 - Mapa de Classes de Terras para Irrigação



Fonte: <http://ideme.pb.gov.br/servicos/mapas-tematicos> - Acesso em 30/08/2016.

Conforme a figura 15 nota-se que Campina Grande está localizada entre áreas com solos árvaeis e de aptidões agrícolas, que favorecem produção e na diversificação de cultivos. O clima foi outro determinante da ocupação, pois com a ocorrência das secas nos anos de 1824/25 construiu-se o Açude Velho garantindo água à população, e aos almocreves e comboieiros que, encontravam em Campina Grande um lugar de pouso de animais e uma parada obrigatória de trocas comerciais. Com isso a cidade se transformou numa grande praça de escambos, comercializava-se produtos vindos do sertão (algodão, couros e queijo), além de outros gêneros alimentícios produzidos no Brejo (rapadura e farinha de mandioca) para o abastecimento da zona seca (ALMEIDA, 1978. p.107).

A necessidade de especialização das terras resultaram em uma separação das atividades agrícolas e da pecuária e conseqüentemente numa divisão regional do trabalho (MOREIRA, 1990). A fazenda de gado, embrião do latifúndio pecuarista vinculou-se à economia açucareira através de transações mercantis marcando o processo evolutivo de Campina Grande na condição de fornecedora de alimentos dirigidos aos núcleos urbanos. No Sertão, a fazenda ocupava larga extensão territorial, enquanto o Agreste como área de transição entre Mata e Sertão logrou vantagem quanto a valorização da terra por conta da facilidade de contato com as duas áreas (SILVA, 2000, p.18).

A pecuária bovina introduzida no século XVII, foi se expandindo pelo território, o seu afastamento do litoral açucareiro ganhou espaço no planalto da Borborema, antecipando a produção agrícola que posteriormente foi sendo feita próxima aos Brejos úmidos, o comércio do rebanho bovino deu origem as primeiras feiras, as boiadas que saíam do Sertão da Paraíba, Ceará, Piauí e do Seridó no Rio Grande do Norte que rumavam no sentido de Recife favoreceram a abertura de estradas. O surgimento das feiras de gado transformavam assim Campina Grande em uma área de convergência, ao mesmo tempo numa parada obrigatória para os tropeiros (CARDOSO, 1963. p. 443 - 444 ).

O Agreste paraibano assumiria a função mercantil pela comercialização do gado de corte e de tração para o litoral canavieiro abastecendo-o com os gêneros da lavoura de subsistência<sup>64</sup>, nesse cenário Campina Grande circundado por uma con-

---

<sup>64</sup> Conforme Silva (2000, p.18), essa produção de gêneros da lavoura no Agreste é extraída de faixas de pequenos e médios estabelecimentos, oriundos de parcelas do latifúndio pecuarista, tais produtores pagavam a renda pelo uso da terra ao grande proprietário. Esse mecanismo possibilitou a

junção de fazendas de gado e lavouras de subsistência (lavoura-pecuária) fomentou as feiras de gado e de cereais (SILVA, 2000, p.18-19).

O início da formação da cidade esteve relacionado com dinamicidade das feiras, e foi através da produção de farinha de mandioca, que por sua vez impulsionou a primeira indústria campinense, dando origem as famosas casas de pau, o produto não tinham concorrentes, o que facilitava a sua venda e expansão para o Sertão, as suas adaptações as condições físicas favoreciam a sua expansão, ao contrário do gado bovino que sofria com a falta de pastagens. A produção de farinha atraía também os colonos menos abastados, que se socorriam através do seu processamento e do comércio nas feiras<sup>65</sup> (CÂMARA, 2006, p.22-23).

#### 4.1 O Algodão em Campina Grande

Campina Grande, teve seu crescimento urbano e desenvolvimento econômico vinculado ao desempenho de atividades relacionadas à economia, sobretudo no caso específico do comércio que, foi impulsionado pela produção de algodão e a chegada da estrada de ferro. A economia algodoeira esteve desde o início vulnerável as flutuações dos mercados, seja pela dependência do mercado externo e falta de capitais, ou ainda pela questão das secas. A cultura do algodão na região veio a ganhar importância a partir do século XIX, com a Guerra de Secessão dos Estados Unidos (1861-1864) e o avanço da indústria têxtil inglesa (VIANNA, 2013. P. 93). Segundo Moreira e Targino (1997, p.74)

O mercado de algodão sofria oscilações com os fatores climáticos ou na conjuntura internacional, exemplo disso era o afastamento e retorno do mercado Norte Americano que era o principal fornecedor de algodão para a indústria têxtil inglesa, dessa forma esse afastamento ou retorno impactava respectivamente na expansão ou retração na cotonicultura paraibana.

O algodão nesse período expandiu-se por todo o território paraibano, muitas vezes concorria diretamente com as terras e a mão de obra destinadas a cana-de-

---

valorização do latifúndio, ao assegurar a presença de mão de-obra em diferentes formas de exploração não-capitalista.

<sup>65</sup> De modo geral, o aumento populacional da Capitania e do Agreste, estiveram sobretudo associado a dependência da população em relação as feiras, as estradas planas e retas que facilitavam o transporte dos almocreves e a diminuição do cansaço dos animais, junto com a vida social que influenciava esses tropeiros, gerariam uma base para a estabilização econômica de Campina Grande. (CÂMARA, 2006. p. 72 -73)

açúcar e ao gado, fato é que, a partir de 1850 a cultura passava a superar o açúcar na pauta das exportações. Tal fato promoveu a expansão do povoamento regional e uma cultura comercial oriunda dos comerciantes que se instalavam na região com suas famílias controlando o processo de beneficiamento (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 86).

Além da pluma, o desenvolvimento da cultura do algodoeiro no século XIX, esteve ligado também a descoberta de extração de óleos das sementes, associado também com a Abertura dos Portos em 1808 feito por D. João, visto que Recife ligado ao comércio inglês e depois francês teve seus preços de exportação elevados (ANDRADE, 2011. p 159).

No caso de Campina Grande, tais comerciantes eram representados pelo donos das bolandeiras, casas de beneficiamento do algodão e das prensas, donos de armazéns e ourives<sup>66</sup>, que posteriormente viriam a dar origem a uma burguesia comercial rivalizando o seu poder com as oligarquias tradicionais oriundas das fazendas de gado e engenhos (VIANNA, 2013, p. 116-124).

No decorrer da Guerra de Secessão, o algodão herbáceo começou a ganhar espaço, sua produção na grande parte estava na mão dos grandes proprietários, devido sobretudo a Lei de Terras de 1850, que ao mesmo tempo transformou a terra em mercadoria monopolizando-a. Tais proprietários acabavam detendo grande números de escravos em circustância da aceitação do algodão no mercado externo e a sua acumulação de capital, com os ganhos, tais proprietários puderam inserir novas técnicas e máquinas de beneficiamento, sendo donos também de armazéns e casas de comércio (VIANNA, 2013. p. 98).

Associado a isso, a abertura da fase de expansão do segundo ciclo longo (1848-1876) favoreceu a expansão algodoeira, devido que o centro do sistema passava a ter mais necessidade de matérias-primas, tendo interesse em aprofundar a divisão internacional do trabalho (MAMIGONIAN, 2005, p.252). A Paraíba passava assim a exportar no período de 1848 a 1862 uma quantidade de 1.601.954 milhões de arroba de algodão (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 100).

Desse modo, a produção de algodão impulsionado pela crescente indústria, deu novo impulso à atividade levando ao *boom* algodoeiro até metade do século XX.

---

<sup>66</sup> O prefeito Cristiano Lauritzen governante de Campina Grande durante 19 anos ininterruptos saindo do cargo apenas com a sua morte em 1923 foi comerciante de jóias. Disponível em <<http://sites.jornaldaparaiba.com.br/campina150/2014/04/29/era-lauritzen-comerciante-trouxe-otrem-e-governou-cidade-por-19-anos/>> Acesso em 11/02/2016.

Em virtude disso ocasionou a atração de grandes multinacionais no ramo de beneficiamento. O algodão ainda contribuiu para o desenvolvimento da vida urbana em contraste com a cana-de-açúcar, isso fez com que cidades Agrestinas crescessem e possuíssem mais movimento comercial do que as cidades da região da Mata<sup>67</sup> (ANDRADE, 2011. p. 159).

#### **4.2 O Agreste paraibano e sua influência na formação de Campina Grande**

A formação de Campina Grande esteve ligada a múltiplos determinantes, porém as condições naturais e o conjunto de terras no Agreste Paraibano impulsionaram o adensamento populacional (MELO, 1980. p. 101).

Para Andrade (1987, p. 35), o Agreste sendo uma área de transição, possui um clima tão seco como o Sertão e tão úmido como a região da Zona da Mata, encontrando uma divisão de zonas que são os Brejos, as Caatingas e o Agreste propriamente dito.

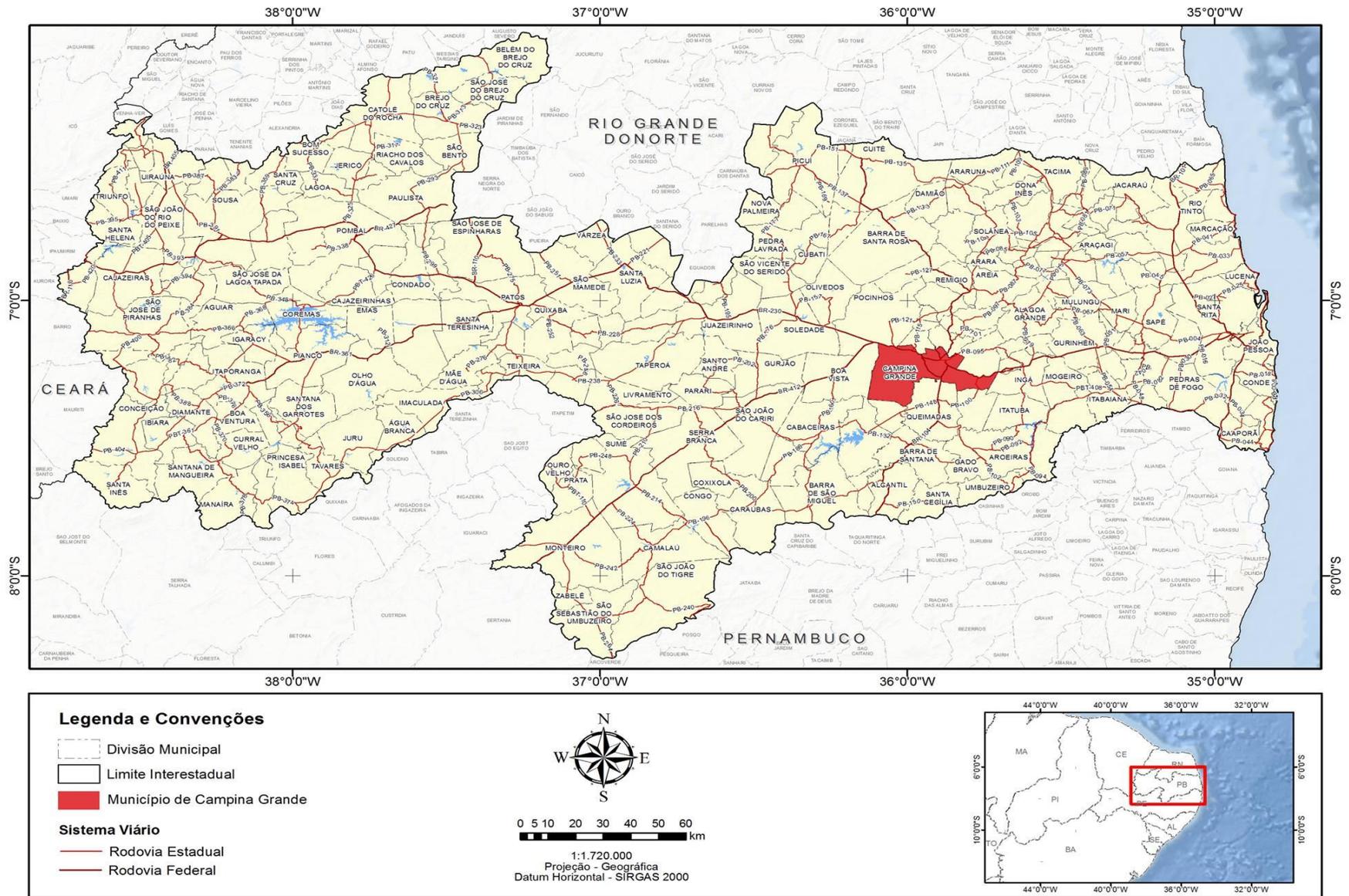
A localização geográfica de Campina Grande foi outro fator contribuinte no seu desenvolvimento. Pois sendo um nó na rede de circulação entre o Litoral Açucareiro e o Sertão, possibilitou que Campina Grande tornasse a ser o centro regional mais próximo, e de melhor viabilização ao suprimento de bens de consumo dessa região, possuindo assim um raio de alcance associado ao distanciamento de 133 km de João Pessoa, e o isolamento do Sertão em relação a outros grandes centros (COSTA, 2003, p. 31).

Com o advento das ferrovias no começo do século XX e das rodovias na segunda metade do mesmo século, a cidade se tornou praticamente um centro de junções dessas regiões, o que facilitou a comunicação e o intercâmbio com grandes centros litorâneos, tornando um empório comercial (ver figura 16) (CARDOSO, 1963, p.438).

---

<sup>67</sup> O ramo têxtil no começo do século XX foi o primeiro a se tornar industrial, tendo começado com estabelecimentos de pequeno porte durante os anos de 1840-1870, a produção industrial de tecidos de algodão iniciava sua concorrência nas duas últimas décadas do século XIX, sendo que em 1907, o setor controlava 67% do mercado interno, atingindo 81% em 1913, tornando o segmento industrial mais importante. (MAMIGONIAN, 2005, p.118).

Figura 16 - Mapa de Rodovias da Paraíba – 2015



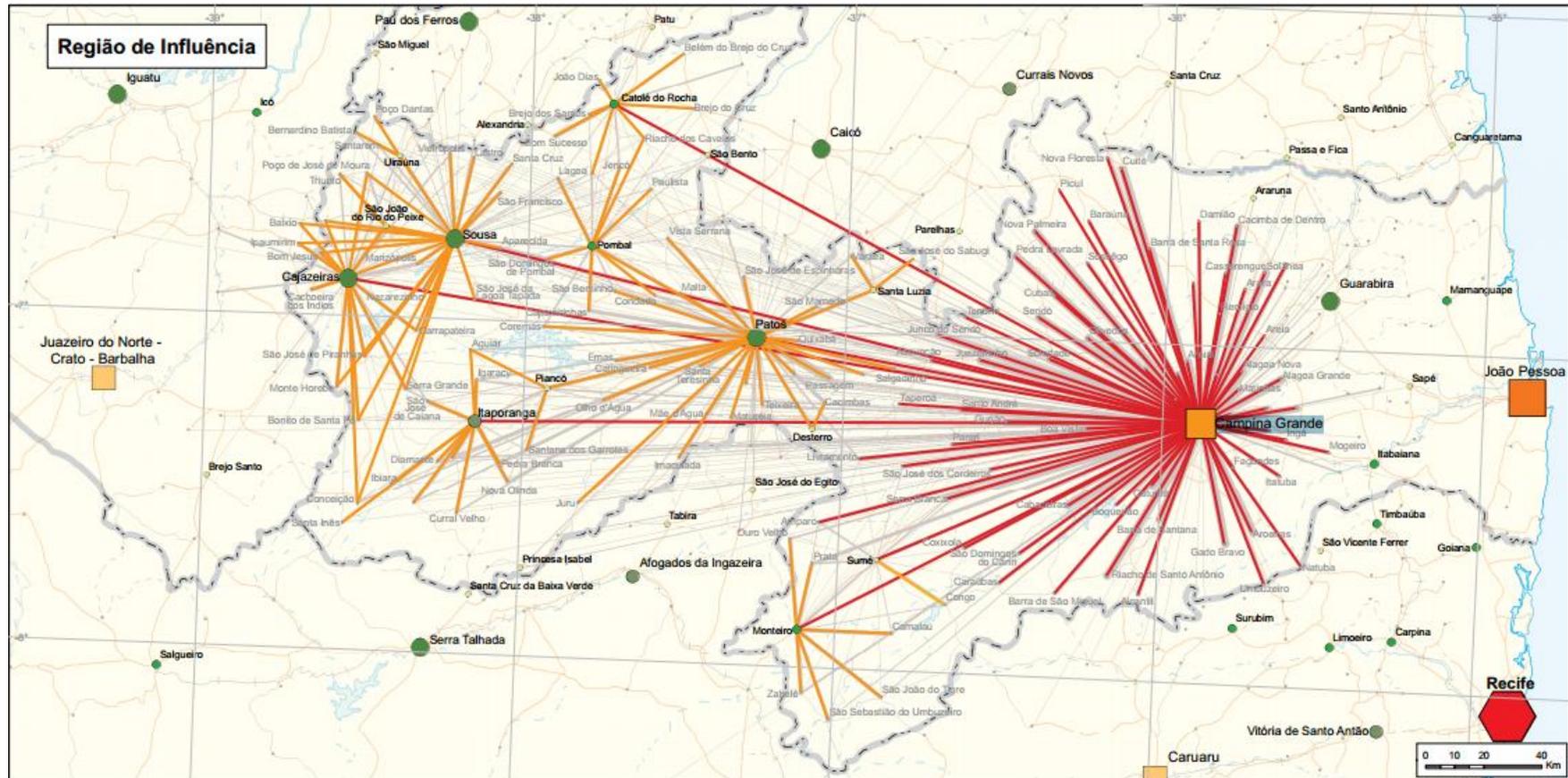
Fonte: <http://www.aesa.pb.gov.br/> - Acessado em 30/08/2016. Elaboração Antônio Almeida

Os fatores humanos tiveram grande importância para a sua formação. De acordo com Câmara (2006, p. 27), sem terras próprias para o cultivo da cana-de-açúcar, a civilização pastoril e de subsistência teve maior expressão estruturando um tipo social heterogêneo em Campina Grande, baseando-se na mistura de especuladores, pobres e mamelucos com maneiras sertanejas (comércio de farinha) e ideias recifenses como (ética dos grandes lucros, agitação de ideias, espírito inovador, rebeldia as instituições, comércio do gado e etc).

Segundo aponta Silva (2000, p.19), para Campina Grande convergiram inicialmente, colonos que “requeriam datas” de sesmarias para instalar currais e cultivar a agricultura, o modesto aglomerado acolhia “o forasteiro pobre”, o mercador de cereais, o aventureiro negociante, “traficantes, jogadores, vagabundos, viciados, tropeiros e tangerinos de boiadas. Tal fluxo de marginalizados atraídos pelas feiras de gado e de cereais vieram marcar a lenta mudança do povoado em vila e, em seguida, em município. Desde o surgimento, Campina Grande foi o ponto de contato de interesse do latifúndio pecuárista conjugado com a atividade de lavoura de subsistência, embora a atividade criatória fosse secundária, a fazenda de gado ocupou largos espaços de terra para o rebanho, utilizando-se inicialmente o trabalho compulsório do nativo, a situação se solidificou com o passar do tempo, surgindo daí uma sociedade na qual o grande proprietário submetia à sua tutela os demais segmentos sociais, gerando um mandonismo local, que mais tarde se configurariam no poder político dos coronéis.

Atualmente, devido o desenvolvimento e o crescimento de serviços oferecidos pela cidade, Campina Grande ainda exerce o papel de centro distribuidor. Conforme a Figura 17, Campina Grande polariza um número elevado de municípios, não se restringindo apenas aos municípios vizinhos ao seu redor ou apenas a região em que está inserida (Agreste Paraibano). Assim, essa abrangência está associada com a ação de novos atores econômicos, na maior parte do caso grandes empresas que por diversos meios (transporte e comunicação). Ampliam as articulações espaciais influenciando na dinâmica dessas cidades.

Figura 17 - Região de Influência de Campina Grande (2007)



Fonte: < <http://www.mma.gov.br/> > Acessado em 30/08/2016.

### 4.3 A feira em Campina Grande

As feiras nordestinas comuns em várias cidades surgiram muitas vezes ao lado de pequenos e médios estabelecimentos comerciais, sendo ponto de encontro entre o meio rural e o urbano. Realizadas em determinados dias da semana, permitem uma grande influência na economia local (ANDRADE, 1987, p. 136). Para Miranda (2009, p.30),

A feira é antes de tudo um lugar público de comércio aberto consistindo na reunião de compradores e vendedores, em um local onde se desenvolve trocas, vendas e comércio de mercadorias, tornando-se em certos locais de ser um fato rotineiro, para assumir um papel de destaque, sendo difícil às vezes apontar até que ponto a feira depende da cidade ou a cidade depende da feira.

No caso de Campina Grande, a sua localização circundada por fazendas de gado e lavouras de subsistência favoreceu no fomento das feiras de gado e cereais (SILVA, 2000, p.19). De acordo com Costa (2003, p.95), a feira em Campina Grande tornou o lugar do forasteiro e serviu de ponto de atração para boiadeiros e almocreves, nos seus deslocamentos entre o litoral e os sertões.

As boiadas que vinham do Sertão do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba com destino a Pernambuco cruzavam e se albergavam em Campina Grande, tornando ali uma parada de pouso dos tropeiros. Ao mesmo tempo que comboios de cereais e mercadorias vindo dos Brejos de João Pessoa e de Recife rumavam em direção para o Sertão (MOREIRA e TARGINO, 1997. p. 80).

A rarefação da população nessa região e a baixa capacidade de consumo, elevou a importância desse mercado local (COSTA, 2003, p. 96). A desconcentração da renda no Agreste e Sertão possibilitou que grande parte da população tivesse acesso à diversidade de produtos vendidos nas feiras. (ALMEIDA, 1978, p. 200).

Paralelo a feira, em seu entorno, estabelecimentos como casas de farinha de mandioca, comércio de secos e molhado, bodegas e armazéns cerealíferos e lojas de fazenda surgiram passando a usufruir de toda dinâmica que a proporcionavam (DINIZ, 2011. p. 31).

A feira era de tal importância para o município que representava um sinal de poder. O seu local passava a ser determinado de acordo com partido vigente no governo, na troca de um governo para outro a feira mudava-se de local ao gosto do partido que estava no poder. A falta de moedas de pequeno valor em circulação no

final do século XIX fazia com que os feirantes utilizassem de vales assinados para a facilidade de transações comerciais (ALMEIDA, 1978 . 255).

A feira se constituiu uma rugosidade na qual o novo e o velho convivem paralelamente, tal espaço é campo fértil de criatividade na luta diária da sobrevivência de uma determinada camada, que é excluída pelas modernizações fazendo parte do circuito inferior da economia (COSTA, 2003, p. 17). Cabe frisar que a feira possui uma importante função de setorização dos produtos vendidos, pois o seu espaço engloba um conjunto de demais feiras menores ( de carnes, verduras, feijão, farinha, rapadura, fumo, animais, calçados, livros e etc), que se estendem por diversas ruas. Essa movimentação pode ser vista como um amontoado desorganizado de produtos e vendas, no entanto a rotina de quem convive com a feira, tudo ali possui uma lógica para a sua existência e localização.

Conforme afirma Miranda (2009, p.74), a feira depois de décadas foi afastada do centro no ano de 1980, em razão do aumento do número de feirantes e usuários, resultando no crescimento da dimensão dos conflitos, como a falta de mobilidade e sujeira. Em toda a sua área há cerca de 4.400 pontos cadastrados, constituídos de comércios atacadistas e varejistas, mercearias e etc, desse total 3.281 se constituem de feirantes cadastrados.

Embora a feira tivesse um papel de extrema importância para a constituição de Campina Grande enquanto centro regional, porém foi só apenas no início século XX com o advento da ferrovia e a produção algodoeira que a cidade vivenciou grande crescimento.

#### 4.4 A ferrovia e as rodovias em Campina Grande

As instalações das ferrovias entre 1850 e 1930 no Brasil repercutiram no Nordeste resultando na construção da primeira ferrovia na década de 1850 (Recife), na década de 1860 (Salvador), e somente em 1881 na Paraíba. A província paraibana resistiu na expansão dos trilhos de Itabaiana a Campina Grande, pois via que tal expansão beneficiaria Recife, visto que o porto recifense captaria boa parte da tributação<sup>68</sup> (COSTA, 2003, p.30).

Para Câmara (1998) *apud* Costa (2003, p.80) a ligação ferroviária entre Alagoa Grande (PB) e Timbaúba (PE), no ano de 1901, já proporcionavam tais vantagens ao porto de Recife.

As novas perspectivas econômicas junto com a abertura da fase de expansão do terceiro ciclo longo (1896-1921), colocava a cidade em concorrência comercial com outros municípios do Agreste. Em razão da importância política de Recife e seus laços com a burguesia campinense, o trecho fora construído ligando o ramal Itabaiana/Campina Grande (Costa, 2003, p.32)

A ferrovia na cidade de Campina Grande chegava por volta do ano de 1907, depois de muito esforço político, sobretudo da figura do comerciante dinamarquês Cristiano Lauritzen emigrado que se envolvendo nos meios políticos foi um dos pioneiros na sua construção. Cristiano chegou até a recorrer sem muito sucesso a Delmiro Gouveia em 1899 mostrando a rentabilidade para tal investimento, porém Delmiro no período estava preocupado com obras de maior vulto, passando então a buscar ajuda em 1904 ao presidente Rodrigo Alves, para que viabilizasse o prolongamento da ferrovia até Campina Grande (ALMEIDA, 1978. p. 346).

A ferrovia teve sua instalação completada em 1907 transformando a cidade numa ponta de trilho causando um aumento na sua função comercial, ampliando ainda mais sua área de influência. As relações com Recife fazia com que a cidade se tornasse um entreposto na drenagem da produção do interior paraibano, passando a ser um centro difusor do comércio e serviços recifenses, ao mesmo tempo que ampliava um raio de influência para si (COSTA, 2003, p. 32).

---

<sup>68</sup> O Comércio da Capital, temendo a concorrência do Recife, fechou a questão em favor do avanço por Alagoa Grande, sem levar em conta às despesas, a natureza do terreno, a exigência das obras de arte. Do lado que estavam os que defendiam o trajeto até Campina Grande estava o ourives Cristiano Lauritzen (ALMEIDA, 1978, p.341; 343).

Mesmo recebendo influências de Recife, Campina Grande passou a comandar as pequenas cidades ao seu redor, formando assim uma rede dentrítica, caracterizada pela sua localização excentrica, concentrando assim funções econômicas e políticas, transformando-se em um núcleo grande, frente aos demais centros da hinterlândia (CORRÊA, 1988. p. 62). Campina Grande passava a ser um cidade primaz, onde aglutinava a maior parte do comércio atacadista, a maior parte da renda, assim como concentrava a elite regional.

A linha férrea estimulou também o crescimento populacional, a cidade contava com 731 casas em 1907 passando para 1.216 em 1913, ao mesmo tempo que o crescimento desorganizado fazia-se sentir através do abastecimento de água. Como forma de política urbana, Cristiano Lauritzen sendo prefeito nesse período aumentou a capacidade do açude velho, solicitando ao Governo através da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca, a construção de outro açude. De acordo com Almeida (1978, p.350), o prefeito aumentou a capacidade do Açude Velho elevando o paredão em todo comprimento percebendo que a falta de água implicaria no desvio da rota dos comerciantes, e que poderiam deslocar-se para a praça norte-riograndense, dessa solicitação ao governo federal acabou nascendo o açude Bodocongó.

A chegada da ferrovia intensificou o movimento dos tropeiros e o comércio local, visto que traziam algodão e levavam mercadorias para as suas regiões, essa intensificação de trocas só diminuiu com a difusão do caminhão na década de 1940. A expansão do cultivo de algodão no início do século XX transformou Campina Grande em um espaço de intenso movimento comercial fazendo dela, uma cidade produtora de bens primários e intermediários decorrente da conversão de capitais acumulados na comercialização do algodão (SYLVESTRE, 1993. p. 32).

A Grande Depressão Mundial e a Segunda Guerra Mundial revelaram um estancamento do comércio exterior, o país mais uma vez era chamado a substituir importações, nessa nova fase após a Revolução de 1930, o capital mercantil se via privado para tal renovação, o capitalismo industrial antes presente externamente apareceria substituindo o capitalismo mercantil. Campina Grande passaria a sentir tais reflexos dessa transição<sup>69</sup>(RANGEL, 1981, p. 28) .

---

<sup>69</sup> Tal fase assumia um caráter industrial, derivado da importação de tecnologia amadurecidas nos países cêntricos, mudando a estrutura da demanda interna. As inovações tecnológicas empregadas, implicava em várias faces, seja pela funções de produção "labour saving" ou capital intensive", ou

Os estabelecimentos industriais viriam a começar surgir no município. Conforme aponta Sylvestre (1993. p.32), Campina Grande passava a contar com 4 prensas hidráulicas para prensagem do algodão, 3 fábricas de fiação e tecelagem, 2 saboarias, 3 fábricas de bebidas, 3 curtumes, 3 torrefadoras de café, uma fábrica de arame farpado, uma de macarrão e uma de gelo.

Grandes multinacionais no ramo de beneficiamento de algodão se direcionariam para a cidade, são exemplos desse processo a instalação da SANBRA em 1935 e a ANDERSON CLAYTON (RANGEL JUNIOR e SOUSA, 2013 . p. 81). Além de operarem no beneficiamento do algodão atuavam também como financiadoras da produção, fato esse que levou muitos produtores a falência, tendo que vender suas terras para as próprias empresas quitando suas dívidas<sup>70</sup> (MOREIRA e TARGINO, 1997. p. 77).

A instalação dessas máquinas de beneficiamento e prensagem de algodão, gestou um setor de serviços e manutenção industrial, que facilitava e barateava a sua manutenção em Campina Grande<sup>71</sup>. A cidade passava a gestar um nova fase, voltada para o segmento industrial elencado pela área de metalurgia e mecânica oriundas do setor de serviços e manutenção industrial, nessa nova fase o município entrava de vez no processo de industrialização. A chegada das rodovias, o transporte de caminhões e as intervenções dos planos de desenvolvimento pelo Governo Federal e Estadual na segunda metade do século XX deram novos impulsos de crescimento (SILVA JÚNIOR, 2009. p. 14).

---

pelo intenso processo de urbanização que mudava as funções de consumo da população. (RANGEL, 1983, p. 37) .

<sup>70</sup> A vinda das multinacionais para o Brasil se associava ao surgimento do capitalismo financeiro, visto que esse chocava-se com o capitalismo industrial recente, no qual teria que ceder parte do mercado brasileiro. O capitalismo financeiro inglês cedia lugar ao capitalismo financeiro americano, visto que esse último não era supridor de produtos industriais ao Brasil, e ainda contava com uma diversificada produção metropolitana, condição que o desenvolvimento da técnica só tendia a se consolidar, industrializando a agricultura e a produção de matérias primas. Assim mudávamos também a hegemonia no plano externo, passando da Inglaterra, e agora começávamos a orbitar em torno dos Estados Unidos (RANGEL, 1981, p. 27-28).

<sup>71</sup> Segundo Mamigonian (2005, p. 125) o novo pacto de poder da terceira dualidade liderado pelo latifúndio feudal como sócio-maior, conduziu o processo de modernização via prussiana, permitindo o uso de divisas em direção as importações essenciais, retirando as barreiras físicas internas entre as unidades estaduais, instituindo reservas de mercado e financiando a produção, o uso desses recursos visava acelerar o processo de substituição de importações, passando agora a ser planejados como o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, Conselho Federal do Comércio Exterior e Comissão de Planejamento Econômico.

A implantação das rodovias beneficiou a cidade tornando-se ali um nó rodoviário, o que levou a consolidação enquanto capital regional. A sua destacada posição favorece no estabelecimento de fluxos com o Sertão e a Zona da Mata paraibana, além de manter também relações com outras cidades e estados. No que diz respeito as suas duas principais rodovias, podemos citar a BR-230 e 104 que interligam com outras importantes rodovias do nordeste (ver figura 16).

No caso da BR-230, tal rodovia parte da cidade de Cabedelo na Zona da Mata Paraibana, passando por João Pessoa e indo até o extremo Oeste do estado, formando depois a Transamazônica, em João Pessoa a rodovia interliga-se com a BR-101 oferecendo acesso tanto a Natal- RN como a Recife-PE. A ligação com cidades do interior de Pernambuco e até a Bahia é estabelecida a partir da BR-230 no entrocamento com a BR-412, a 30km de Campina Grande . Já a BR-104 encontra-se no sentido nordeste-sudeste e interliga Campina Grande a cidades do interior do Rio Grande do Norte e de Pernambuco.

No que diz respeito as ligações aéreas locais o Aeroporto João Suassuna na cidade de Campina Grande apresentou de 2003 a 2013 um crescimento de 534% passando de 26 mil passageiros anuais para 143 mil, o aeroporto ainda conta com voos direto para a cidade de Petrolina, Recife e João Pessoa. Com essas conexões tanto pelo transporte rodoviário como pelo aeroviário, Campina Grande passou a se tornar uma cidade com funções de capital em pleno Agreste Paraibano, tornando uma centralidade de agentes e atividades econômicas.

#### 4.5 O processo de Industrialização da Paraíba e de Campina Grande

O processo de industrialização que a Paraíba e conseqüentemente Campina Grande passaram no século XX mostram que houve uma diversificação de alguns setores da indústria historicamente.

Em Alagoas o desenvolvimento industrial possuiu durante sua história poucos avanços bem pontuais, como o desenvolvimento do setor químico e plástico tendo como referência maior a empresa Braskem, o setor sucro-energético representado pelas Usinas de Açúcar e Álcool, uma rápida ascensão do setor têxtil, setor de alimentos representado pela empresa Vale Dourado, Indústrias Reunidas Coringa e Sococo. Entre os 102 municípios do estado, apenas 9 municípios possuem distrito industrial (Maceió, Arapiraca, Marechal Deodoro, Rio Largo, Murici, Matriz de Camaragibe, Messias, Coruripe, União dos Palmares, e Pilar. Alagoas possui em torno de 755 unidades industriais em contraste a Paraíba concentra 1.890 unidades.

No que se refere à indústria de transformação, Gomes (2014, p.165) aponta que o setor vivencia um declínio, na qual o crescimento da oferta de emprego nos setores terciários e da construção civil não tem compensando essa diminuição.

Conforme Targino (2014, p.3), a Paraíba por outro lado, passou por quatro fases de industrialização. A primeira Fase a Pré Industrial; representada pela presença dos Engenhos de Açúcar, da qual no ano de 1634 somava-se a 18 unidades. Até a ocupação Holandesa somava-se o número de 20, porém ao término da expulsão dos holandeses restavam apenas 2. A recuperação econômica foi rápida, sendo que no ano de 1660 contava-se em torno de 42 engenhos.

As crises em decorrências do aumento da produção nas Antilhas (séc. XVII), da superprodução do açúcar de beterraba na Europa (séc. XVIII), proibição do tráfico negreiro e o deslocamento dos investimentos para o Centro-Sul refletiram diretamente no pequeno número de Engenhos, que chegava ao final do século XVIII com 37 unidades LEAL (1989) *apud* (TARGINO, 2014, p.5)

O crescimento das exportações e a retomada dos preços garantiram a renovação de investimento nos Engenhos e Canaviais incorporando elementos da I Revolução Industrial (rodas d' água e arado de ferro)<sup>72</sup>, tais dados da tabela 26 revelam

---

<sup>72</sup> A abertura da fase de ascensão do segundo Kondratieff (1848 -1873) associado a ascensão do império Napoleônico, no qual provocou a desorganização da produção açucareira da Inglaterra e da Espanha, elevando o preço do açúcar. Tal episódio causou um novo surto de crescimento da ativida-

o aumento das exportações de açúcar no início da segunda metade do século XIX, onde houve um salto de 153 para 369 mil arrobas.

**Tabela 26 - Província da Paraíba - exportações em Arrobas**

Anos	Açúcar	Algodão	Couro
1837/38	93.668	109.025	8.313
1839/40	98.649	58.870	30.338
1840/41	187.336	70.560	12.876
1841/42	88.952	58.763	14.895
1842/43	122.768	97.010	8.300
1843/44	115.175	98.108	16.100
1844/45	128.127	147.857	23.133
1847/48	153.207	90.721	8.958
1848/49	369.087	187.941	4.862
1854	305.082	195.665	-
1855	24.800	255.492	-
1858	675.878	190.534	9.311
1859	914.843	243.187	28.117
1860	405.194	178.267	-
1861	599.594	187.787	12.083

**Fonte:** TARGINO, I. **O setor industrial paraibano.** João Pessoa: Departamento de Economia - UFPB, 2014.

A segunda fase industrial Paraibana foi a fase de instalação da Indústria, até meados do século XIX, a indústria paraibana estava espalhada em pequenas unidades, situação essa causada sobretudo pela política anti-industrial que predominou o período colonial. Assim somente no final do século XIX foram instaladas formas mais consistentes de empresas industriais.

Nesse período o algodão que concorria diretamente com as exportações de açúcar no final do século XIX gestaria o ramo industrial ligado ao seu beneficiamento. Conforme afirma Targino (2014, p.7), pequenas unidades artesanais de tecidos de algodão no interior das fazendas, particularmente no Sertão desenvolviam atividades artesanais, como a produção de fios e de tecidos rústicos. À medida que a

---

de açucareira, multiplicando os engenhos na Paraíba, chegando em meados de 1857 ao número de 200 unidades.

cotonicultura ia se consolidando crescia-se a importância do ramo têxtil que se dividia na produção de tecidos e no beneficiamento<sup>73</sup>.

Na Paraíba a produção de tecidos em manufaturas iniciou-se no ano de 1891 com a instalação da Companhia de Tecidos Paraibana e a fábrica Tibiri no município de Santa Rita, no início do século XX têm-se a instalação da fábrica de tecidos de Rio Tinto. Tais fábricas absorviam grande quantidade de trabalhadores, suas tecnologias eram incorporadas da II Revolução Industrial.<sup>74</sup> No que se refere às unidades de beneficiamento, grande parte delas se encontravam nas principais cidades do Sertão, da Borborema e do Agreste como Cajazeiras, Santa Luzia, Picuí, Alagoa Grande, Campina Grande e João Pessoa<sup>75</sup> (TARGINO, 2014, p.7).

Com a abertura da fase B do terceiro ciclo longo (1920-1948) associado à terceira dualidade, o Brasil começava a passar por uma fase de transição promovendo para as regiões brasileiras uma divisão nacional do trabalho e uma concentração/centralização do capital no Sudeste sob a égide do Estado Nacional.

Na conjuntura política paraibana, a dominação oligárquica mantinha relativa estabilidade durante a Primeira República, porém a crise do sistema oligárquico nos fins da década de 1920 traria um novo cenário. A substituição de Epitácio Pessoa pelo seu sobrinho João Pessoa refletia as contradições do sistema oligárquico. De

---

<sup>73</sup> Com o fim do tráfico de escravos vindo da África, os barões-senhores de escravos perdiam o insumo que fazia sua fazenda produtiva, ao mesmo tempo em que teriam que converter a massa de escravos em servos de Gleba. A fazenda se tornava feudal internamente e externamente comercial. Desta forma o capitalismo mercantil se internalizava no polo interno da Segunda Dualidade. Com a abertura da fase de expansão do segundo ciclo de Longo (1848-73), muitos fazendeiros mudaram-se para as cidades levando toda sua escravaria, porém com a passagem para fase de depressão do ciclo (1873-1896), o decréscimo das suas receitas monetárias fez com que os escravos ocupassem o mercado de trabalho formado por pequenas manufaturas, visto que as novas gerações de escravos já faziam parte da população urbana.

<sup>74</sup> A Companhia de Tecidos Paraibana foi a primeira grande unidade industrial construída no Estado. A sua inauguração data de 1891. Os seus fundadores foram os irmãos portugueses Antônio Valente e os irmãos Joaquim Garcia de Castro e Antônio Garcia de Castro, proprietários da firma Castro Irmãos e Companhia, que operava em João Pessoa no ramo de tecido desde o ano de 1870. O maquinário da fábrica e a estrutura de ferro utilizada na sua construção foram importados da Inglaterra. Máquina de tecelagem na época inicial trabalhava com 424 teares, e empregava cerca de 700 operários. Na sua fase áurea, a fábrica chegou a empregar cerca de 2.500 trabalhadores. Dada a importância do empreendimento, foi construída uma estação ferroviária, já que a linha de ferro, que ligava João Pessoa a Campina Grande, passava em frente da fábrica. Isso facilitava tanto o transporte dos operários que não residiam na vila operária, quanto o transporte da matéria prima e dos tecidos produzidos até o porto de Cabedelo. A fábrica também mantinha um clube recreativo, uma escola e um time de futebol (TARGINO, 2014, p.7).

<sup>75</sup> Em 1916, o número de descarçadoras de algodão existentes na Paraíba, elevava-se a cerca de 230. Esse número cresce de forma significativa, de modo que em 1922 eram registradas 581 unidades de descarçamento de algodão, sendo 427 a vapor e 154 a animais Ferreira (1986) *apud* TARGINO (2014). Com o advento das usinas de beneficiamento de algodão, as pequenas unidades de descarçamento sofrem uma forte concorrência, terminando por fechar as suas portas Mariz (1978) *apud* (TARGINO,2014).

acordo com Gurjão (1994, p. 70) “manifestava-se a preocupação em não preterir velhos correligionários, alegando a necessidade de indicar estranho às contendas locais e indicava um membro da família”.

João Pessoa empreendia uma política de reformulação do coronelismo-oligarquismo adequando aos novos tempos, duas linhas de ação norteavam sua administração, a tentativa de depurar o coronelismo impondo a tutela governamental e promovendo a autonomia econômica da Paraíba, e esvaziando a dependência de Recife. Tais medidas surtiram em apoio pelos comerciantes e grupo empresariais ligados as atividades fabris, por outro lado a oligarquia algodoeiro-pecuária e açucareira resistiriam aderindo a oposição, uma vez que atingiam seus vínculos comerciais com os mercados externos (GURJÃO, 1994, p.71).

A retirada da máquina fiscal da influência dos coronéis, a centralização e a reforma tributária acabaram desencadeando um conflito intra-oligárquico, com as oligarquias açucareira e algodoeira da Paraíba aliando-se com a burguesia comercial-exportadora pernambucana. Os desentendimentos prosseguiram preparando o ambiente para a luta política de 1930 na Paraíba. Os desdobramentos resultaram na Revolta de Princesa e conseqüentemente na morte de João Pessoa<sup>76</sup> (GURJÃO, 1994, p. 76)

A vitória de Vargas conferia às lideranças locais a permanência no poder, José Américo passaria a ser o herdeiro político de João Pessoa. Tais mudanças político-institucionais criaram uma máquina burocrática que escapava ao controle direto das oligarquias. De acordo com Gurjão (1994, p.106).

As interventorias e departamentos administrativos constituíram-se em instrumentos eficientes para a centralização, tais interventores tinham facilidades de promover a convivência entre as facções dominantes e o governo central, mantendo os alicerces do mandonismo das primeiras e favorecendo a autonomia necessária ao segundo, permitindo-lhe a prática de uma política econômica viabilizadora da concentração/centralização de capital no Sudeste.

Antônio Navarro substituiu José Américo que assumiu o ministério da Viação, sua atuação pautou-se na política anti-coronelistas de João Pessoa, visando aumen-

---

<sup>76</sup> Entre outras medidas, João Pessoa fomentou a produção de obras públicas, substituição de ferrovias por rodovias, além de atrair grupos europeus para a instalação de indústrias de cimento, o que de fato afastava a Paraíba da satelitização de Pernambuco, integrando aos polos do capitalismo do Sudeste como fornecedora de matéria - primas e consumidora de manufaturados (GURJÃO, 1994, p.77).

tar a arrecadação do Estado e abolindo algumas isenções fiscais. Assim conforme (GURJÃO, 1994, p.197-198)

A reestruturação política pós-30 se efetivou sob nova forma de articulação entre o poder local, regional e central consoante a progressiva centralização político-administrativa que impulsionou a transição para o primado da economia urbano-industrial no plano nacional. A intervenção do Estado na economia, através de órgãos controladores e fiscalizadores, impôs uma diretriz geral modernizando e atualizando, assim, as instituições burguesas, no sentido de melhor ajustá-los aos novos padrões de acumulação e aos interesses combinados da burguesia agrária e urbana, agora em fase de consolidação. Neste contexto, as oligarquias locais tiveram de subordina-se ao novo esquema de articulação com o poder central. Reordenaram-se, portanto, mais uma vez, obviamente, os espaços regionais em função da acumulação capitalista, viabilizando, assim, o aprofundamento dessa via de desenvolvimento industrial do país e, em particular, do Sudeste. Em consequência desse processo, a economia algodoeira e açucareira da Paraíba ficaram a mercê de medidas paliativas no sentido de garantir um mercado residual e, conseqüentemente, a realização de sua mais valia. As oligarquias paraibanas acabaram conciliando com a política econômica do governo federal, sob a intermediação das interventorias. Em contrapartida tinham assegurada sua solidez no plano estadual, na medida da preservação da sua tradicional estrutura de apropriação e dominação. Assim, a elite agrária reiterava formas de trabalho não-capitalista, alimentando o sistema oligárquico-coronelístico. A máquina clientelista, os processos políticos-eleitorais, as dissensões internas e as coalizões, nos moldes da Primeira República, reproduziram-se, assim, sem grande percalços. Entretanto, o conteúdo das disputas inter-oligarquicas, agora, pasava a ser sobredeterminado pela redivisão do trabalho em escala nacional, comandada pelo Estado. Neste contexto, emergem na Paraíba o americismo e o argemirismo, como formas renovadas das facções oligárquicas

A Paraíba entrava na década de 1930 com uma produção agrícola em franco crescimento. A cultura do algodão em 1929 batia recordes de exportações, chegando em 1930 com o maior produtor. Em contraste, a situação da economia canavieira era bem mais precária, sendo Pernambuco o principal produtor, tinha suas usinas operando em apenas 50%. Na Paraíba, a produção açucareira, já de pouca expressão, foi reduzida mal dando para abastecer o mercado local (GURJÃO, 1994 p.122; 123).

O crescimento da produção algodoeira refletia na ampliação dos estabelecimentos têxteis, de 1891 a 1930 contava-se 20 unidades, cabe frisar que desse número, 9 encontravam-se em Campina Grande (ver tabela 27), a cidade já se despontava não apenas como centro comercial, mas também como centro industrial, além do algodão o sisal expandiu sua produção na década de 1940 tendo seu beneficiamento feito em empresas como as Multinacionais SANBRA e ANDERSON CLAYTON. (TARGINO, 2014, p.8).

Houve uma tentativa de modernização com os Engenhos Centrais, porém o insucesso resultou durante a República na criação das Usinas de Açúcar, sendo as principais: Usina São João (Santa Rita), Usina Santa Rita (Santa Rita), Usina Santana (Santa Rita), Usina Monte Alegre (Mamanguape), Usina Santa Maria (Areia) e Usina Tanques (Alagoa Grande). Cabe destacar que em 1920, a industrial têxtil era o ramo industrial de maior importância abrigoando 67% de estabelecimentos industriais empregando 59% da mão de obra (TARGINO, 2014, p.12).

**Tabela 27 - Estabelecimento têxteis existentes na Paraíba entre 1891 e 1930**

Denominação	Local	Produto	Ano de Fundação
Cia de Tecidos Paraibana	S.Rita	Tecido	1891
<b>Fab.Campinense</b>	<b>C.Grande</b>	<b>Tecido</b>	<b>1919</b>
Fab. De Tecidos R. Tinto	R. Tinto	Tecidos	1924
Fab. Arenópolis	Areias	Fiação	1925
<b>Fab. Bodocongó</b>	<b>C.Grande</b>	<b>Tecidos</b>	<b>1928</b>
<b>Fab. De fiação e Tecelagem de Juta</b>	<b>C.Grande</b>	<b>Tecidos</b>	<b>1928</b>
Kronke & Cia	J. Pessoa	Ben. Algodão	1905
Usina Borborema	Picuí	Ben. Algodão	1914
J. Von Sohsten	Cabedelo	Ben. Algodão	1918
<b>W.P.&amp; Cia</b>	<b>C.Grande</b>	<b>Ben. Algodão</b>	<b>1919</b>
T. Medeiros	Sapé	Ben. Algodão	1922
<b>Fáb. De Redes</b>	<b>C.Grande</b>	<b>Redes</b>	<b>1922</b>
Sanbra	S.Luzia	Ben. Algodão	1922
<b>Sion &amp; Cia</b>	<b>C.Grande</b>	<b>Ben. Algodão</b>	<b>1923</b>
<b>Leitão&amp; Cia</b>	<b>C.Grande</b>	<b>Ben. Algodão</b>	<b>1923</b>
Soares de Oliveira e Cia	J. Pessoa	Ben. Algodão	1927
Usina Sta Cecília	Cajazeiras	Ben. Algodão	1928
<b>J. de Vasconcelos &amp; Cia</b>	<b>C.Grande</b>	<b>Ben. Algodão</b>	<b>1930</b>
Soc. Paraibana de Benef. E Prensamento de Algodão	A.Grande	Ben. Algodão	1930
<b>Soc. Paraibana de Benef. E Prensamento de Algodão</b>	<b>C.Grande</b>	<b>Ben. Algodão</b>	<b>1930</b>

**Fonte:** TARGINO, I. **O setor industrial paraibano.** João Pessoa: Departamento de Economia - UFPB, 2014

O processo de industrialização de Campina Grande, esteve associado com a elaboração de um plano de urbanização a partir de 1940 com o prefeito Vergniaud Borborema Wanderley, o município entrava numa nova fase, a de expansão e crescimento do seu espaço urbano referindo-se a urbanização com projetos de saneamentos, aberturas de avenidas e calçamento. O período marcava forte aumento de casas comerciais que, vendiam no atacado e varejo, tal era a densidade de crescimento que, entre 1940 a 1950 a cidade apresentava índices de crescimento populacional de 114,3%, maiores que da própria capital João Pessoa que era de 25,8%, fato esse em decorrência das novas estradas, amplo mercado de trabalho com a abertura de novas casas comerciais e fundações de estabelecimentos fabris (CARDOSO, 1963, p. 419-421).

A intervenção estatal durante esse período passou a ser um determinante no desenvolvimento econômico, Campina Grande passou a receber alguns investimentos de grande relevância tornando-se a única cidade do interior do Brasil a possuir um órgão de liderança do processo de industrialização, a FIEPB (Federação das Indústrias do Estado da Paraíba). A expansão industrial chegou a ser maior do que a própria capital. Em 1960 a capital João Pessoa possuía menos estabelecimentos industriais do que Campina Grande, a capital contava com 186 indústrias e 1.446 operários, enquanto Campina Grande possuía 212 unidades e 2.588 operários<sup>77</sup> (SILVA JUNIOR, 2009. p.4-24).

No âmbito comercial, a cidade se expandia tornando-se uma centro regional, onde diversos municípios acabara possuindo uma dependência total ou parcialmente, a cidade em 1962 já contava com um total de 276 estabelecimentos atacadistas e 848 varejistas, expansão essa relacionada com a abertura das rodovias e de sua posição geográfica, na qual tornou-se um ponto de cruzamento de importantes rodovias. Ao mesmo tempo o adensamento populacional se intensificava, a cidade entrava na década de 1960 com uma população de 116.226 habitantes (CARDOSO, 1963 p 421 - 425).

---

<sup>77</sup> Entre 1940 e 1960 com a grande “acumulação de capital” através do Sisal (Agave Rígida) aliado aos altos preços do mercado externo, a cultura acabou se expandindo por todo o Agreste causando uma revalorização de terras e um aumento no emprego rural. A concorrência do sisal africano e do fio sintético, mais o declínio do seu preço, fez a produção paraibana diminuir, porém os lucros obtidos na produção se reverteram em melhorias nas habitações e equipamentos urbanos (MOREIRA e TARGINO, 1997 p 82 -84).

No período entre 1950 e 1960 Campina Grande vivenciou a criação de vários órgãos de incentivo a indústria, serviços e da própria infraestrutura da cidade, são eles: Comissão Municipal para o Desenvolvimento Econômico (COMUDE), Companhia mista de água e esgoto (SANESA), Companhia de industrialização de Campina Grande (SINGRA), Telecomunicações de Campina Grande (TELINGRA), Adutora Boqueirão, criação do Banco do Município de Campina Grande S. A, Fundo Municipal de desenvolvimento agroindustrial (FUNDAGRIM), Secretaria de Indústria e Comércio que orientava a elaboração dos investidores em se instalar na cidade, além da criação do Fundo Municipal de Industrialização.

Todo esse desenvolvimento que Campina Grande passava estava sob o comando da gestão do Newton Vieira Rique<sup>78</sup>, se opondo as oligarquias tradicionais defendeu uma nova forma de ação do poder público, paralelo a uma política desenvolvimentista, embora permanecesse apenas alguns anos a frente da prefeitura, sendo deposto com a Ditadura Militar (ALVES, 2013, p. 81-85).

A abertura da fase expansiva do quarto ciclo longo (1948-1973), contribuiu para que as exportações voltassem a crescer mantendo as exportações brasileiras constantes. Com a criação da SUDENE em 1959, Campina Grande passou a se beneficiar das políticas implantadas pelo órgão, assim entre 1961 a 1970 a cidade recebeu um total de 26 projetos industriais, tornando-se a quarta cidade nordestina mais beneficiada, com exceção de Recife, Salvador e Fortaleza (SILVA JUNIOR; SOUSA, 2013. p. 82-84).

Conforme Targino (2014, p.15), o conjunto de políticas que vai de 1950 a 1980 fizeram parte da terceira fase da Industrialização, chamada de Industrialização Incentivada

Entre os anos de 1969 a 1979, a cidade passou a ser um grande centro moderno de atividade industrial recebendo incentivos federais para a atração de grandes empresas como;

Isenções de impostos e taxas a importação de equipamentos para o Nordeste. Isenções de 50% do Imposto de Renda e do adicional sobre os lucros as indústrias que utilizam matéria-prima local. Isenções de imposto de renda às pessoas ju-

---

<sup>78</sup> Newton Vieira Rique representante da burguesia algodoeira tomou posse em 1963 e teve seu mandado cassado pela ditadura militar em 15 de junho de 1964 (ARAÚJO, 2000).

rídicas de capital 100% nacional, destinado ao reinvestimento em indústrias consideradas de interesse para o Nordeste (ALVES, 2012, p. 51).

No âmbito estadual, as principais políticas implementadas pelo governo nesse período, foram: criação da comissão de Desenvolvimento Econômico como órgão consultor e de planejamento do desenvolvimento do Estado no Governo de José Américo. No governo de Flávio Ribeiro Coutinho em 1956 foi criado um sistema de incentivos fiscais para investimentos industriais isentando impostos das empresas que se instalassem no Estado. No ano de 1958 durante o Governo de Pedro Moreno Gondim, foi criado o Conselho Estadual do Desenvolvimento responsável em estudar medidas de Coordenação política e econômica do estado, e elaborar planos visando aumentar a eficiência das atividades governamentais, estudar e preparar projetos e manter-se informado da implementação das medidas aprovadas. Em 1959 o governador criou o Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial (FAGRIN) permitindo a intervenção do Estado no processo produtivo. Em 1967 durante o Governo José Agripino, foram criadas duas instituições estaduais para dar suporte a industrialização estadual: o FUNDESP (Fundo de Industrialização do Estado da Paraíba) que absorveu o FAGRIN tendo como objetivo captar recursos para a instalação dos distritos industriais e promover investimentos no Estado para fixação de novos capitais, além de elaborar programas e projetos para apoiar a indústria realizando pesquisas e programas de treinamento e financiando em convênio com o Banco Estado, nesse governo foi criada a CINEP (Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba) responsável pela administração e operação do FUNDESP. (Targino 2014, p.15)

No âmbito Federal, as políticas de desenvolvimento industrial dirigida ao Nordeste criadas pela SUDENE estabeleceram num primeiro momento isenções de 50% do imposto de renda para empresas nacionais se instalarem no Nordeste, tais políticas foram ampliadas atendendo também empresas estrangeiras.

De acordo com Targino (2014, p.17), todas essas políticas impulsionaram o setor industrial paraibano gerando um forte crescimento no número de estabelecimentos industriais e no número do pessoal ocupado, variando de 17,2 mil em 1959 para 42,3 mil em 1979 (ver tabela 26).

Porém o crescimento não se deu de forma homogênea, os ramos tradicionais da indústria como produtos alimentares, bebidas, mobiliário, confecção, couro, gráfica,

sabão e velas perderam peso em contraste com a extração de minerais, produtos minerais não metálicos, metalúrgica, mecânica, borracha e plástico (ver tabela 28).

**Tabela 28 - Paraíba número de estabelecimentos e pessoal ocupado (1959-1979)**

Ramos Industriais	Número de estabelecimentos			Pessoal Ocupado		
	1959	1969	1979	1959	1969	1979
Extração de Minerais	8	10	43	59	572	566
Produtos minerais não metálicos	103	274	762	1.186	1.817	6.099
Metalúrgica	24	66	144	185	1.133	1.344
Mecânica	5	91	33	81	335	1.015
Mat. Elétrico e de comunicações	2	39	10	96	93	332
Material de transporte	8	45	32	40	192	262
Madeira	45	96	231	228	397	1.145
Mobiliário	142	179	286	536	605	1.592
Papel e papelão	2	7	12	15	150	463
Borracha	2	14	18	26	86	494
Couros, peles e produtos similares	32	30	42	614	288	568
Química	22	31	62	11	466	2.012
Prod. Farmac. E veterinários	2	1	2			
Perfumaria, sabões e velas	20	18	20		111	248
Produtos de materiais plásticos		7	18			1.548
Têxtil	104	59	321		4.768	9.654
Vest. Calç. E artefatos de tecidos	101	84	134		850	2.490
Produtos alimentares	468	1284	1202	8.065	6.358	9.482
Bebidas	37	105	47	628	492	785
Fumo	1	5	4	3956	17	
Editorial e gráfica	26	46	60	298	768	1.136
Diversos	5	15	33	46	86	675
<b>Total</b>	<b>1.157</b>	<b>2.552</b>	<b>3.481</b>	<b>17.215</b>	<b>19.762</b>	<b>42.331</b>

**Fonte:** TARGINO, I. **O setor industrial paraibano.** João Pessoa: Departamento de Economia - UFPB, 2014

Tabela 29 - **Atividades Econômicas, número de estabelecimentos locais e Pessoal ocupado na Paraíba ( 2014)**

Atividades	Número de unidades locais (Unidades)	Pessoal ocupado total (Pessoas)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	334	5966
Indústrias extrativas	171	2054
Indústrias de transformação	4225	84699
Eletricidade e gás	32	2736
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	187	5520
Construção	3583	53705
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	28706	134827
Transporte, armazenagem e correio	1362	15712
Alojamento e alimentação	2513	20521
Informação e comunicação	883	7232
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	778	7175
Atividades imobiliárias	535	2345
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1751	9375
Atividades administrativas e serviços complementares	4730	53385
Administração pública, defesa e seguridade social	688	255436
Educação	1828	36888
Saúde humana e serviços sociais	1644	21295
Artes, cultura, esporte e recreação	644	2851
Outras atividades de serviços	6107	14484
Serviços domésticos	-	-
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-
<b>Total</b>	<b>60701</b>	<b>736206</b>

Fonte: Cadastro Central de Empresas - <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acessado em 30/08/2016.

Através da tabela 29, nota-se que a atividade econômica de maior expressão no que se refere ao número de empregos atualmente, são as atividades ligadas a Administração Pública, defesa e seguridade social na qual empregam 255.436 pessoas, o que demonstra a importância da presença do Estado, ao mesmo tempo que mostra que a economia se mantém frágil, sendo o poder público o grande empregador.

## 4.6 Pesquisa técnica e Universidades

### 4.7 Embrapa Algodão

Na década de 1970, Campina Grande passou a ser uma cidade referência no que tange a pesquisa científica recebendo a instalação da EMBRAPA Algodão, onde a mesma opera voltada as pesquisas do algodão arbóreo de grande expressão socioeconômica na região Nordeste, e do algodão herbáceo, com maior ênfase na região Centro-Oeste do país. A Embrapa durante os anos desenvolveu tecnologias para melhoria de produção associada a outras culturas como gergelim, amendoim, mamona e sisal. Além disso, atua em pesquisas na área de controle biológico, biotecnologia, mecanização agrícola, qualidade de fibras e fios, tecnologia de alimentos e produção de biodiesel de mamona.

No período de 1979 e 1983 o setor algodoeiro passou por uma das piores crises relacionada ao período de seca e a praga do bicudo, em virtude disso a Embrapa buscou novas alternativas através da pesquisa lançando novas espécies melhoradas.

Embora houvesse uma introdução de novas espécies de algodão, a Paraíba já não conseguia mais concorrer com as regiões mais capitalizadas do centro-oeste, sudeste e sul. Nos anos 2000 a Embrapa começou um novo projeto que, é a criação do algodão colorido produzido através do cruzamento genético, tendo as tonalidades do verde claro aos tons de marrom escuro e avermelhado, todos na sua grande maioria são exportados para países como Japão, Itália e França, além de Estados Unidos, Alemanha, Portugal, Espanha, Suíça, Inglaterra e Dinamarca.

Vale ressaltar, que embora a Paraíba não possuindo uma produção de algodão relevante, o estado ainda que esparsamente produz safras de algodão colorido, transformando-se em um nicho de mercado direcionado, onde as próprias empresas encomendam a quantidade para o produtor<sup>79</sup>. O papel da Embrapa nesse intermédio se tornou fundamental, seja auxiliando em pesquisa técnica e trazendo valor agregado, como também mantendo o produtor informado frente ao mercado.

---

<sup>79</sup> A Casulo Arte Natural, empresa de bolsas e acessórios sediada em Campina Grande (PB), fabrica em média três mil bolsas tipo exportação e de cinco a oito mil bolsas para o mercado interno, de acordo com a disponibilidade de matéria-prima.

#### 4.8 Instituto Nacional do Semi-Árido

A pesquisa no semi-árido ganhou vulto a partir da implantação no ano de 2004 do Instituto Nacional do Semiárido em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia na cidade de Campina Grande, o Instituto desenvolve projetos de reuso de águas para o semiárido brasileiros, com cooperação com a Universidade Federal Rural do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande e o Instituto Federal Baiano, esse projeto visa avaliar o uso de águas residuárias de origem domésticas na recuperação de áreas degradadas, outro projeto desenvolvido é o estudo prospectivo do potencial de uso da água na qual realiza diagnósticos sobre as condições dos serviços de água e esgoto, além desses projetos existem outros relacionado aos temas de desertificação, mudanças climáticas, biodiversidade, uso sustentável e conservação de cactáceas e espécies forrageiras nativas, , aproveitamento agroindustrial de cactáceas, educação contextualizada, desenvolvimento e tecnologias sociais, segurança forrageira e melhoramento genético vegetal e animal. O investimento inicial para a construção do instituto esteve na ordem de R\$ 6.5 milhões.

A escolha de Campina Grande para sediar o instituto de pesquisa foi motivada pela localização geográfica da cidade considerada estratégica na região do semi-árido, e também pela tradição da cidade como referência nas áreas de educação, saúde e tecnologia. O instituto concentra diversos pesquisadores de vários estados e ainda possui uma fazenda experimental em Campina Grande onde realiza pesquisas e estudos ligados a desertificação, recuperação e manejo de áreas degradadas, diversidade genética animal e vegetal, recursos hídricos.

O prédio onde funciona o complexo possui 6 blocos horizontais concentrando a parte administrativas e de laboratórios de pesquisas, atualmente o Instituto possui quase 3 mil m<sup>2</sup> de área construída. O Instituto conta com 65 instituições vinculadas e 1.660 especialistas na temática do Semi-árido brasileiro. A atuação em pouco mais de 10 anos extrapola as barreiras nacionais cooperando cientificamente junto a Convenção das Nações Unidas para o Combate a Desertificação e na Cúpula da América do Sul, além de contribuir para o desenvolvimento local.

A formação de mão-de-obra em Campina Grande está presente com a implantação das escolas do SESI e SENAI. A alta demanda de qualificação e serviços técnicos para atuar nas indústrias de curtumes, resultaram na criação em 1994 do Centro de Tecnologia do Couro e do Calçado Albano Franco (CTCC), além do setor

coureiro calçadista, o SENAI e o Sesi promove cursos, na indústria Coteminas as instituições realiza cursos de inclusão digital, introdução a pneumática para mecânicos da empresa como forma de aperfeiçoamento e capacitando jovens aprendizes<sup>80</sup>.

#### **4.9 As universidades Federais e Estaduais e o Polo tecnológico<sup>81</sup>**

O Ensino Superior é de extrema relevância na dinamicidade de Campina Grande. A criação das Universidades Estadual da Paraíba em Campina no ano de 1987 através da antiga URNE (Universidade Regional do Nordeste) criada em 1966, marcou a iniciativa da prefeitura em reunir às faculdades isoladas criando a primeira universidade do município, neste período a cidade já contava com duas faculdades da UFPB, a Escola Politécnica e a Faculdade de Ciências Econômicas.

Desde os anos 80 Campina Grande constituiu um centro educacional, atraindo jovens do Nordeste, e de outras regiões do país. Além da Universidade Federal, da Universidade Estadual e do Instituto Federal, há na cidade mais de 14 instituições privadas de ensino superior, na qual contribuem com a formação de jovens e também para com o desenvolvimento local atraindo milhares de estudante de outras regiões e estados

A escola politécnica criada em 1952 funcionou até 1976 tornando-se uma instituição de referência em cursos como Engenharia Civil e Elétrica, a escola chegou a possuir em 1967 uns dos cinco computadores existentes no Brasil naquela época. O investimento em mestrados e doutorados transformou a cidade em um centro de referência a partir dos anos 80 em tecnologia de produção de software.

É na década de 1980 que Campina Grande tem a instalação do seu primeiro parque tecnológico sob a égide da SUDENE, baseado no modelo inglês de “Science Parks”. Cabe destacar a figura de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, filho de Campina Grande conduzindo a presidência do CNPQ, foi o responsável pela criação dos Parques tecnológicos no Brasil. O parque desenvolvido nesse período criou em 1986 o programa de Incubação de empresas nascentes inovadoras oferecendo apoio técnico e empresarial. O parque teve como objetivo central apoiar a inovação tecnológica visto que o projeto levava em consideração o potencial técnico científico

---

<sup>80</sup> Disponível em <http://m.jornaldaparaiba.com.br/arquivos/flip/31-08-2014/especial/> Acessado em 03/11/2015.

<sup>81</sup> Disponível em <http://m.jornaldaparaiba.com.br/arquivos/flip/31-08-2014/especial/> Acessado em 03/11/2015.

da Universidade Federal de Campina Grande como forma de transferência tecnológica ao setor produtivo, promovendo o desenvolvimento. Buscava-se reproduzir em Campina Grande experiências semelhantes nos países desenvolvidos, sobretudo no vale do Silício, nos Estados Unidos, em Cambridge no Reino Unido, e em Sophia Antipolis na França (MENEZES, 2013, p. 183).

Atualmente o programa possui 13 empresas incubadas e 18 associadas, totalizando em sua trajetória de existência aproximadamente 82 empresas incubadas. O parque fomenta projetos nos setores de Eletroeletrônica, Petróleo e Gás Natural, Biocombustíveis, Agroindústria, Tecnologias Ambientais, Design entre outros serviços especializados. Com todo esse aparato científico Campina Grande tornou-se um polo universitário e de pesquisa científica. Na década de 1980 e 1990 a cidade passou a atrair grandes empresas com interesses por essa mão-de-obra qualificada.

A instalação do parque tecnológico, foi parte de um esforço de descentralização, interiorização, regionalização e integração. Somente a partir da década de 1990 é que o Parque passou a possuir uma sede própria de 1.800 metros<sup>2</sup>. A atuação do parque em Campina Grande possibilitou a transferência de tecnologia para o setor industrial, assim como a abertura de empresas de base tecnológica no Estado da Paraíba. Em 2003 os governos da China e do Brasil estabeleceram cooperações no campo da Tecnologia, tendo como resultado a implantação de um centro de internacionalização de *softwares* em Campina Grande promovendo o *software* brasileiro no mercado oriental. No final de 2003 o setor de software de Campina Grande faturava 300 mil dólares com a venda de projetos para outros países.

No ano de 2008 o parque tecnológico esteve envolvido com o Programa Primeira Empresa Inovadora do Governo Federal, a expectativa era de apoiar em torno de 120 empresas no Estado da Paraíba. Em 2013 o parque tecnológico inaugurou o Centro de Tecnologia e Inovação Telmo Araújo responsável em articular projetos inovadores em áreas estratégicas e oferecer espaços físicos com estruturas para instalações de laboratórios.

A transferência de profissionais capacitados das Universidades para o Parque Tecnológico passou a ter papel relevante no Estado como instituição que promove e executa projetos de inovações intermediando as entidades públicas e privadas. Atualmente o parque se destaca no desenvolvimento de aplicações para dispositivos móveis, como celulares e *tablets*. (SANTOS FILHO, 2007, p.102).

O Parque vem também prestando serviços no que se refere ao papel social, assim com foco na comunidade rural, projetos como assessoria técnica são viabilizados para Empresa Brasileira de Extensão da Paraíba, para a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária, além de apoio logístico para prefeituras locais e assessoria técnica para Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Atualmente os investimentos feitos pelas empresas privadas chegam a R\$6 milhões anuais

#### **4.10 A Coteminas em Campina Grande<sup>82</sup>**

A visita de campo ao Grupo Coteminas contribuiu para analisar o processo de industrialização que Campina Grande passou assim como os diversos fatores que atraíram essas empresas para o Agreste Paraibano.

A chegada do grupo Coteminas em Campina Grande se deu em meados da década de 1990. A escolha da cidade foi definida a partir de aspectos locais, considerando que ali já era um polo distribuidor do estado da Paraíba, outro fator foi à vida universitária pujante nos setores de eletrônica que a cidade oferecia, cabe frisar que em 1999 a empresa se beneficiou de redução de impostos e de incentivos de modernização oferecidos SUDENE. Assim praticamente toda a mão de obra especializada da empresa veio das escolas técnicas e das universidades oriundas dos Municípios de Queimadas, Lagoa Seca, Pocinhos, Puxinanã. A empresa antes mesmo de fixar obra em solo Campinense recrutou jovens técnicos e engenheiros enviando para outras filiais como Montes Claros – MG e Natal - RN para que pudessem receber treinamentos. Além dessas filiais, outro destino era o Centro de Treinamento Têxtil em Paulista (CETEC) no qual a empresa encaminhava turmas de engenheiros. Em termos de preparação e mão-de-obra, a Coteminas em Campina Grande não teve problema, somente no ano de 2000 com grandes obras no Norte do País (Vale do Rio Doce), a chegada da Fábrica da Fiat e o Porto de Suape atraíram parte desses engenheiros.

Com a aquisição de uma fazenda na Zona Rural de Campina Grande, a fábrica necessitou de estagiários na área de construção civil em função da sua própria construção, além da parte mecânica e elétrica. Para isso houve a contratação de 15 engenheiros que ficaram na obra, e alguns foram para os locais de treinamento. A

---

<sup>82</sup> Entrevista de campo feita na Empresa Coteminas com o gerente administrativo Evane de Mello Silva no dia 18/08/2015. Evane é gerente administrativo da Coteminas em Campina Grande – há 30 anos desde a indústria têxtil que a Coteminas assumiu em Natal no ano de 1984.

Coteminas em Campina Grande instalou duas fábricas produzindo tecidos lisos e fios em quantidade para distribuir para outras unidades do Grupo, sendo que o seu excedente era vendido para o mercado. O tecido produzido de forma semi-acabada, devido à escassez de água destinava para o processo de acabamento. Atualmente a fábrica conta com uma estrutura de 160 mil metros<sup>2</sup> de área coberta.

A fusão da Coteminas com a empresa americana Springs na década de 2000 expandiu o mercado passando a atender o mercado internacional, porém alguns anos depois a empresa se voltou somente para o mercado interno, sendo que o destino da produção de fios de Campina Grande segue diretamente para João Pessoa para a produção de toalhas, a outra parte da produção no que se refere ao tecido cru segue para Natal. A capacidade de produção da empresa em Campina Grande chega a ser de seis mil toneladas por mês de fios, a empresa no atual momento conta com cerca de 1.700 funcionários, mas em períodos de produção alta chega a operar com 2.000.

Por fim, cabe frisar que não foi somente a localização o fator decisivo de sua implantação, visto que a matéria-prima utilizada vem de outros estados como o Goiás, Bahia e Mato Grosso, mas sim os incentivos fiscais que tiveram um papel fundamental na consolidação e ampliação da empresa, fato é que nas quatro fábricas que o Grupo possui estão em áreas da SUDENE, sendo duas na Paraíba, (Campina Grande e João Pessoa) e duas no Rio Grande do Norte (Natal e Macaíba).

#### **4.11 A Indústria nos dias Atuais**

A última fase da evolução Industrial da Paraíba é a fase de Integração e Reestruturação Produtiva. Conforme Targino (2014, p.19) a crise financeira de 1980 a 1990 comprometeu a política de industrialização até então implementada. Desse modo os estados para substituir tal retirada dessas políticas utilizaram de diminuições do ICMS estabelecendo uma luta entre as unidades federativas para quem oferecesse maiores vantagens. Tais vantagens representavam uma redução no custo de produção aumentando o poder de competição das firmas que se instalassem no Nordeste.

Segundo Targino (2014, p.19) entre os anos de 1984 a 2001 com a abertura comercial houve uma redução do número de estabelecimentos (ver tabela 30), em virtude da exposição da indústria nacional à competição internacional, apesar do

fechamento, o número de empregos continuou sendo crescente, fator que pode estar ligado aos efeitos dos incentivos fiscais que atraíram empresas grandes de porte intensivo. É sabido que a partir de 2003 houve um maior estímulo às exportações onde a economia voltou a crescer.

Tabela 30 - **Estabelecimento e Ocupação no setor Industrial Paraibano (1984-2007)**

Anos	Unidades Locais	Pessoal Ocupado
1984	1.293	27.111
1996	885	39.641
1997	1.004	43.553
1998	1.033	41.675
1999	1.194	41.933
2000	1.153	43.468
2001	1.229	44.062
2002	1.253	46.858
2003	1.327	46.910
2004	1.231	47.427
2005	1.307	52.652
2006	1.432	59.288
2007	1.312	64.239

**Fonte:** TARGINO, I. **O setor industrial paraibano.** João Pessoa: Departamento de Economia - UFPB, 2014

A atual estrutura do setor industrial Paraibano mostra-se diversificadas, o ramo de alimentos embora sendo o mais expressivo em termos de unidade produtiva e de volume de emprego, vê sua importância reduzida. Os ramos de têxteis de couro e artefatos aumentaram no tocante de empregos gerado, junto a isso o ramo de produtos minerais não metálicos é reforçado em termos de unidade quanto de emprego, o ramo de produto plástico e de borracha é também incrementado, em termos espaciais a indústria continua se concentrando em torno das maiores cidades como João Pessoa, e em Campina Grande (TARGINO, 2014, p. 20).

No caso de Campina Grande, embora as empresas recebendo grandes investimentos por parte do Estado, o município sofreu uma grande retração entrando num período de crise, em razão de que havia uma grande expectativa nos investimentos da SUDENE o que acabou não acontecendo, por outro lado à política tributária feita durante a Ditadura privilegiou a capital João Pessoa em detrimento de Campina

Grande, com isto às receitas do setor público foram exauridas, assim como em outros lugares o que se viu foi o setor privado que ao invés de reconverter seus capitais na esfera produtiva buscou se lançar ao mercado financeiro. O reflexo da crise se consolidou a partir de 1979 com o fechamento da Wallig Nordeste a maior indústria do município, que gerava 1.500 empregos diretos, outras empresas como SANBRA, SUSY, FRACALANZA, FIBRASA, acabaram também fechando as portas (SILVA JUNIOR, 2009. p.19 – 20).

Nos anos de 1980 e 1990, Campina Grande passou por períodos acentuados de declínio do produto interno bruto, em decorrência da exaustão do modelo de desenvolvimento calcado em financiamentos da SUDENE e a perda de entreposto comercial-regional para outras cidades interioranas.

A diminuição do PIB em relação aos níveis de crescimento populacional trouxe complicações estagnando a capacidade de absorção da força de trabalho. De modo geral a diminuição das atividades econômicas provocou o refúgio da mão de obra assalariada em atividades informais, como autônomos, vendedores praticista, ambulantes, feirantes, biscateiros, trabalhadores em tempo parcial e etc. Tal crise fez se refletir na questão de moradia, as favelas que no ano de 1979 se encontravam no número de três, multiplicava-se agora para dezessete (SILVA JUNIOR, 2009. p. 27). A função industrial surgida nos anos de 1960 não se consolidou, hoje a cidade volta-se para a função de prestação de serviços atendendo pessoas, seja do Agreste e Sertão como de outros Estados.

## Considerações Finais

Diante do estudo apresentado procuramos entender a realidade de dois estados que numa relação dialética vive sobre o atraso e o dinamismo. Tal estudo partiu de algumas inquietações e questionamentos a respeito desses entraves econômico que ambos vivenciam.

Assim foram levantadas algumas questões que nortearam o nosso estudo. A primeira questão se direciona no sentido de entender o desenvolvimento das classes e a sua dominação frente ao estado, e na dinamicidade que a região Agrestina apresenta frente as demais regiões dos estados. Associado a esse desenvolvimento analisamos empiricamente as cidades que mais se destacam economicamente nessa região, no caso de Alagoas estudamos Arapiraca, e na Paraíba o caso de Campina Grande, assim partimos do seguinte questionamento: O que levou a região Agrestina possuir uma dinâmica diferente da Zona Litorânea Açucareira e quais fatores levaram Arapiraca e Campina Grande a se desenvolverem e chegarem serem depois das capitais as principais cidades em termos econômicos de cada estado?

Tomando como objeto de análise esses estados, buscamos compreendê-los através da sua formação, evolução e das suas particularidades o mesmo ocorreu na análise das cidades mencionadas, assim chegamos a alguns resultados obtidos:

No caso de Alagoas, o Estado ainda não sofreu tantas transformações como em relação aos demais estados, no qual suas oligarquias permanecem com uma mentalidade senhorial-coronelista, mesmo tal classe se modernizando e rompendo com alguns traços feudais. Sendo a cana-de-açúcar a principal produção agrícola, essa recebeu desde o início incentivos e privilégios subsidiados por políticas federais (Proálcool, IAA, Planasulcar e etc), o que de certa forma garantiu a manutenção e o fortalecimento dessa classe.

Outro fator de perpetuação desse setor foi à anexação das terras mais férteis do estado e dos tabuleiros costeiros, na qual com a introdução de inovações (adubos químicos, mecanização, irrigação e etc.), concentraram e centralizaram ainda mais seu poderio econômico. Cabe frisar que as combinações geográficas através dos seus fatores físicos, físicos e biológicos e os humanos, foram fundamentais no seu desenvolvimento.

Vimos que a ocupação do agreste e sertão estiveram diretamente ligados à atividade canavieira, seja com a decadência da produção açucareira frente às crises

no período colonial, as invasões holandesas e a expansão pecuária, o que trouxe novas relações de trabalho e de produção.

No caso do Agreste a demanda por algodão impulsionado pela primeira Revolução Industrial ampliou as plantações, trazendo mudanças, inovações técnicas, como no processo de industrialização do setor. A expansão da produção em determinado momento chegou a rivalizar com o açúcar. O seu cultivo era determinado pelas oscilações do preço do mercado associado aos fatores físicos.

O algodão absorvia uma grande quantidade de mão de obra, e trazia novas relações, seja nos cultivos consorciados, não mão-de-obra livre e até no tamanho das propriedades em que era produzido. Sendo sua industrialização barata possibilitou o beneficiamento na mão de comerciantes. Assim a indústria têxtil chegou a ter força econômica ao ponto de rivalizar com o setor açucareiro no campo econômico e político (Muniz Falcão).

O Agreste tem o seu uso da terra mais diversificado com desconcentração nas médias e pequenas propriedades, tendo as lavouras de fumo, algodão, feijão, mandioca como principais cultivos.

Cabe destacar aqui o papel do fumo, visto que sua produção exigiu grande quantidade de trabalhadores, as feiras e o comércio também contribuíram para a evolução desses centros urbanos a sua localização e a produção agrícola influenciavam no surgimento desses comércios livres.

O fumo nessa região contribuiu economicamente para o desenvolvimento da cidade de Arapiraca, gerando empregos ao mesmo tempo gerando pequenas empresas, que se tornaram grandes indústrias competitivas regionalmente. A feira acompanhando a evolução da cidade contribuiu no fortalecimento e expansão do comércio, que por sua vez transformou Arapiraca em um centro regional, na qual se diferencia frente às demais cidades do estado.

No cenário político de Alagoas a perpetuação do setor açucareiro só veio sofrer um interrompimento com a subida de Muniz Falcão ao poder, porém esse setor tratou de derrubá-lo, pois tais políticas implantadas pelo Chefe executivo contrastavam os privilégios de tal setor.

Assim apoiada no estado regional, à oligarquia açucareira ainda sobrevive de privilégios, com acordos espúrios e subsídios que levaram o estado de Alagoas a bancarota, visto a falta de capacidade de investimento que o estado possui por falta de arrecadação. Tais acordos são origens de um subdesenvolvimento que o estado

possui, refletindo assim em uma grande dívida financeira que o estado possui com a União.

No caso da Paraíba alguns processos foram semelhantes, principalmente na ocupação do litoral açucareiro, as combinações geográficas também favoreceram o desenvolvimento da cana-de-açúcar nessa área.

A falta de capital e a crise pela desorganização do açúcar na economia mundial no século XVII levou a modificação de relações de trabalho na Paraíba, assim os trabalhadores foram incorporados dentro dos próprios engenhos, tornando-se cativos a partir do momento que se endividava.

O advento das usinas decorrente dos processos de modernização foi impulsionado pelas fases de expansão, com reduções de impostos, tal setor acabou-se concentrando na mão de uma única família (Ribeiro Coutinho).

Com as mudanças e modernizações, o morador que fornecia cana e residia na propriedade da usina acabou sendo expulso. Assim parcelas desses trabalhadores converteram-se em assalariado.

As políticas federais tiveram grande papel no estímulo ao setor, em razão disso a produção acabou sendo impulsionada resultando na expansão dos canaviais para as áreas de Brejo e para o Agreste, porém a zona moderna se delimitava ao litoral, isso em razão da concentração dos solos mais férteis.

Com a retirada do crédito agrícola na década de 1980 e as estiagens o setor sofreu forte recessão, ao ponto de chegar no final da década com usinas decretando falência, assim ao contrário de Alagoas onde o setor se expandiu e se reestruturou na Paraíba o setor declinou.

A ocupação do Agreste paraibano esteve relacionada com os períodos de avanço e crise da indústria canavieira, tal região passou por diversas mudanças, como o surto algodoeiro, a consolidação do sistema morador, a monetarização da economia, além disso, o algodão impulsionou a criação de pequenos núcleos, criando uma burguesia comercial dinâmica, diferentemente do litoral açucareiro.

A adaptação de espécies ao clima fez com que os cultivos se estendessem até o Sertão, além do algodão, estiveram presentes no Agreste outros tipos de cultura como sisal, fumo, café.

No caso de Campina Grande o surto algodoeiro associado à chegada da estrada de ferro, o comércio, a expansão das rodovias e a indústria incentivada através das políticas da SUDENE promoveram o desenvolvimento econômico da cidade,

junto a isso a sua localização ligando o Sertão ao Litoral e a sua proximidade com as áreas agrícolas do Brejo contribuíram para o surgimento das feiras de gado e feiras livres transformando a cidade em um centro regional.

No que se refere ao cenário político da Paraíba, vimos que diferentemente de Alagoas às oligarquias se subordinaram em relação às medidas do Estado nacional pós 1930, visto que era de interesses a reordenação do espaço regional para acumulação capitalista rearticulação de poderes locais e regionais. Assim as economias algodoeiras e açucareiras ficaram a mercê de medidas paliativas, de garantia de um mercado residual, para isso tais oligarquias acabaram conciliando com a política do Governo Federal, sob a intermediação das Interventorias.

Por fim, o que se nota é que enquanto as oligarquias em Alagoas pactuam e se fortalecem mantendo sua perpetuação no poder e um estado engessado no que tange ao desenvolvimento de forças produtivas, na Paraíba ocorre ao contrário, pois essas oligarquias enfraquecidas se submeteram as políticas modernizadoras do estado nacional permitindo o surgimento de novos setores.

## Referências

AB' SABER, A. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, (São Paulo. Online), v. 13, n. 36, p. 7-59, ago. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 30/08/2016.

AGÊNCIA EXECUTIVA DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO ESTADO DA PARAÍBA. Disponível em: Disponível em <<http://geo.aesa.pb.gov.br/>> Acesso em: 05 /05/2016.

ALMEIDA, E. D. **História de Campina Grande**. 2ª. ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

ALTAVILA, J. de **História da Civilização das Alagoas**. 7ª. Ed. Maceió:Edufal,1978.

ALVES. L. S. **A industrialização Incentivada do Nordeste e o Caso de Campina Grande- PB**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Estadual da Paraíba, Pró- Reitoria de Pós Graduação, Campina Grande,2012. Disponível em: < <http://tede.bc.uepb.edu.br>> Acesso: em 30/08/2016.

\_\_\_\_\_. Os incentivos fiscais e a indústria de Campina Grande de 1960 a 2011 In: SILVA JÚNIOR, A. G. R.; SOUSA, C. M. D. **Campina Grande hoje e amanhã**. Campina Grande - PB: EDUEPB, 2013. Disponível em: <[www.uepb.edu.br](http://www.uepb.edu.br)> Acesso em: 30/08/2016

ANDRADE, M. C. D. **A terra e o homem no Nordeste**. 8ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **A questão do território no Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2004

\_\_\_\_\_. **Espaço, Polarização & Desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. 5ª. ed. São Paulo: Atlas , 1987.

\_\_\_\_\_. **Geografia Econômica do Nordeste**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

\_\_\_\_\_. **Modernização e Pobreza**. São Paulo: UNESP, 1994.

\_\_\_\_\_. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Massangana, 1984.

\_\_\_\_\_. **Os rios do açúcar do nordeste oriental: os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel**. 2ª. ed. Maceió: EDUFAL, v. 1, 2010.

ARAÚJO, T. B. de, **Nordeste: desenvolvimento recente e perspectiva** In: GUIMARÃES, P. F; AGUIAR, R. A; LASTRES, H. M. M.; SILVA, M. M da. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>> Acesso em: 02/07/2016.

ABREU, T. L. de; **Tipificação dos agricultores familiares do Agreste do Estado da Paraíba segundo a modernização**, Dissertação – Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. João Pessoa. 2013. Disponível em: <[tede.biblioteca.ufpb.br](http://tede.biblioteca.ufpb.br)> Acesso em: 30/08/2016

AMÂNCIO, T; BASTOS, P, Arapiraca, em Alagoas, lidera ranking de saldo positivo de vagas de emprego. **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo, 21/02/2016 Mercado. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/>> Acesso em: 30/08/2016

ANTONIL, A, J. **Cultura e Opulência do Brasil: por suas drogas e minas**. Lisboa. Oficina Real. 1837. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/>> Acesso em 30/08/2016.

AZEVEDO, João. **O vale do comendador**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1988.

BARRETO, A, H. **Setor Sucroalcooleiro de Alagoas: evolução e desenvolvimento**, Monografia – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió, 2015.

BARROS, T. A. D. **O processo de Mudança de Capital (Alagoas-Maceió)**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 1991.

CABRAL MELLO, E. de, **Imagens do Brasil holandês 1630-1654**. São Paulo. vol.7, n.13 pp.160-171. Junho de 2009. Disponível em < <http://www.scielo.br>> Acesso em: 02/07/2016.

CAIO PRADO, C. P. **História Econômica do Brasil**. 26ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CALÚ OLIVEIRA, M de; LEANDRO MORAES, A, de. Controvérsia sobre a cultura do fumo em Arapiraca/Al. In: **Anais VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**. 2014. Disponível em <<http://www.cbg2014.agb.org.br/>> Acesso em 30/08/2016.

CÂMARA, E. **Os alicerces de Campina Grande**. 3ª. ed. Campina Grande: Caravelas, 2006.

CARDOSO, M. F. T. Campina Grande e sua função como capital regional. **Revista Brasileira de Geografia**, v. IV, p. 415-451, Outubro - Dezembro 1963. Disponível em: <[biblioteca.ibge.gov.br](http://biblioteca.ibge.gov.br)> Acesso em: 30/08/2016.

CARVALHO, C. P. D. **Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas**. 6ª. ed. Maceió: Edufal, 2014.

\_\_\_\_\_. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3ª. ed. Maceió: Edufal, v. I, 2006.

\_\_\_\_\_. **Formação Histórica de Alagoas**. 3ª. ed. Maceió: Edufal, v. I, 2015.

\_\_\_\_\_. Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008). **Revista de Economia Política e Desenvolvimento**. Maceió, vol. I, n.2, p.7-40, mai/ago.2008. Disponível em: <[www.anpec.org.br](http://www.anpec.org.br)> Acesso em 30/08/2016

CARVALHO, D. K. D; LAGES, A. M. G.; BARBOSA, L. C. Dinâmica da Produção Fumageira na Microrregião de Arapiraca: um caso singular. In: FRANÇA, J. N. **Agri-cultura Familiar e Reforma Agrária em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2011. p 102.

CAVALCANTI, A. C; SANTOS, J. C. P. dos; ARAÚJO FILHO, J. C. de, **Zoneamento Agroecológico do Estado de Alagoas: potencial agroecológico das terras**. Recife: EMBRAPA, 2012. Disponível em: <<http://www.uep.cnps.embrapa.br>> Acesso em: 29/06/2016.

CHANG, H. J. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica, São Paulo: Unesp, 2004.

CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vistas geográficos. In: **Boletim geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1964, nº5 (p.179-180). Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br> Acesso em: 30/08/2016.

COELHO, M. S. A. O Sistema Urbano Nordestino: estruturação através do tempo. **Revista Brasileira de Geografia**. Nº1, ano 54, p.75-94, 1992. Disponível em em: <biblioteca.ibge.gov.br> Acesso em: 30/08/2016.

CORREIA, R. L. A rede de localidade centrais nos países subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Geografia**. Nº 1, ano 50, p.61-83, 1988. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br> Acesso em: 30/08/2016.

\_\_\_\_\_. A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. **Geografia, Espaço e Memória**. São Paulo: Terra Livre, nº10, Janeiro – Julho. p.p. 93/116, 1992.

COSTA, A. A. da. **Sucessões e coexistência do Espaço Campinense na sua inserção ao meio-técnico científico informacional**: a feira de Campina Grande na interface desse processo. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <repositorio.ufpe.br> Acesso em: 30/08/2016.

COSTA, C. **História das Alagoas**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1983.

CUNHA, R. C. C. **Gênese e Dinâmica da Cadeia Produtiva da Soja no Sul do Maranhão**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <repositorio.ufsc.br> Acesso em 02/07/2013.

DANTAS, G. FEIRAS NORDESTINAS (fairs in northeastern Brazil). **Revista Mercator**, América do Norte, 7 7 11 2008. Disponível em: < www.mercator.ufc.br> Acesso em 30/08/2016.

DÉ CARLI, Gileno. **O açúcar na formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: IAA, 1937.

DIÉGUES JÚNIOR, M. **O bangüe nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional.** 3ª. ed. Maceió: Edufal, 2012.

\_\_\_\_. **O engenho de açúcar no Nordeste:** documentário da vida rural. Maceió: Edufal, 2006.

DINIZ, L. D. S. **As bodegas da cidade de Campina Grande.** 2ª. ed. Campina Grande: UFCG, 2011.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS. Instituto Arnon de Mello, Maceió: ed.4, 2012.

FERRARI, O. F. **A organização espacial do Agreste e do Sertão de Alagoas: a redefinição dos centros urbanos.** Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 51p. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>> Acesso em: 03/11/2015.

FIRMINO, C. P. **Arapiraca/AL e Itabaiana/SE: a feira livre como gênese e desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste Brasileiro.** 2016. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Disponível em: <<http://teses.usp.com.br>> Acesso em: 14/04/2016.

FREYRE, G. **Nordeste.** 7ª. ed. São Paulo: Global, 2004.

GOMES, F. G. **Ensaio sobre o subdesenvolvimento e a Economia Política contemporânea.** São Paulo: Hucitec, 2014.

GONÇALVES, R. Mineradora Vale Verde paralisa atividades no Agreste alagoano. **Jornal Cada Minuto**, Maceió, 04/02/2015. Coluna Integração. Disponível em: <<http://www.cadaminuto.com.br>> Acesso em :30/08/2016

GUEDES, L. TJPB manda governo do Estado pagar precatórios. **Jornal da Paraíba.** Política. João Pessoa. 19/03/2016. Disponível em: <<http://www.jornaldaparaiba.cm.br>> Acesso em 24/06/2016

GUEDES, Z. **Arapiraca através do tempo.** Maceió: Gráfica Mastergrafy, 1999.

GURJÃO, E. D. Q. **Imagens multifacetadas da história de campina Grande.** Campina Grande: [s.n.], 2000.

HEREDIA, B.M.A.de Formas de Dominação e Espaço Social In. **A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas.** São Paulo: Marco Zero/ Brasília: Mct/CNPQ, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário -2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em: 01/09/2016

\_\_\_\_\_. **Contas Regionais do Brasil – 2005-2009.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em: 01/09/2016

\_\_\_\_\_. **Contas Regionais do Brasil –2010-2013.** Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em: 01/09/2016

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação Social dos Estados.** Brasília – 2012. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 04/06/2016.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL, **Anuário Açucareiro -1941.** Brasil Açucareiro – Rio de Janeiro-1940. Disponível em: < <http://memoria.org.br>> Acesso em 30/08/2016.

KON, A. **A economia Industrial.** São Paulo: Nobel, 1999.

LENIN. W. I. **Desenvolvimento do Capitalismo Na Rússia,** São Paulo, abril Cultural – 1982.

LIMA JÚNIOR, F. **Maceió de Outrora.** Maceió: Edufal, v. II, 2001.

LIMA, A. A. de, **A agroindústria Canavieira Alagoana:** da criação do IAA a desregulamentação na década de 1990.2001. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>> Acesso em: 28/06/2016.

\_\_\_\_. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional.** 2006. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>> Acesso em: 28/06/2016.

\_\_\_\_. **Evolução da agroindústria canvieira alagoana no século XX.** Maceió: EDUFAL, 2014.

LIMA, I. F. **Geografia de Alagoas.** São Paulo: Editora do Brasil, 1965.

\_\_\_\_. **Ocupação Espacial de Alagoas.** Maceió: Serviços Gráficos de Alagoas, 1992.

LIMA, F. Economia encolheu mais de 5% em oito estados, a maioria Norte e Nordeste. **Jornal valor econômico.** São Paulo, 14/03/2016. Economia Disponível em: <<http://www.valor.com.br> > Acesso em: 19/06/2016.

LIMBERGER, S. V. da. **Efeitos das políticas públicas do governo brasileiro sobre a produção de fumo.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br>> Acesso em: 24/04/2016.

LINDOSO, D. **O grande Sertão: os currais de boi e os índios de corso.** Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2011.

LIRA, J. A dependência sucroalcooleira comanda as relações política e eleitorais em Alagoas desde a Colônia. **Jornal do Sintea.** Maceió. 2015.

LOPES, A. G. **Negócio da Costa da Mina e Comércio Atlântico: Tabaco, Açúcar, Ouro e Tráfico de escravos Pernambuco (1674-1760),** Tese – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 2008. Disponível em <[www.teses.usp.com.br](http://www.teses.usp.com.br)> Acesso em 30/08/2016

MAIA GOMES, G. **Sertões não-euclidianos.** In Desenvolvimento e Mercados no Brasil e no Nordeste do Brasil. ROSÁRIO, Francisco José Peixoto (Org). Maceió. EDUFAL, 2015.

MAMIGONIAN, A. **A escola Francesa de Geografia e o papel de de A. Cholley.** Tese (tese de Livre docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

\_\_\_\_. Kondratieff, Ciclos Médios e Organização do Espaço. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 152-157, jan. 1999. ISSN 2177-5230. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br> Acesso em 28/06/2016.

\_\_\_\_. **Teoria sobre a Industrialização Brasileira**. Tese (tese de Livre docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

\_\_\_\_. **Introdução ao Pensamento de Ignácio Rangel**. Tese (tese de Livre docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

\_\_\_\_. O Nordeste e o Sudeste na divisão regional do Brasil. **Geografia Econômica: anais de Geografia Econômica e Social**. Florianópolis, 2009. pp 50-69.

MARTINS. J. S. de. **O cativoiro da Terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1981.

MELLO, J. O. D. A. **História da Paraíba: lutas e resistências**. João Pessoa - PB: A UNIÃO, 1994.

MELO, M. L. D. **Áreas de Exceção da Paraíba e dos Sertões de Pernambuco**. Recife: SUDENE, 1988.

\_\_\_\_. **O açúcar e o Homem**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1975.

\_\_\_\_. **Os agreste**. Recife: SUDENE Coord. Planej. Regional, 1980.

\_\_\_\_. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba**. 2ª. ed. Recife: CEPE, 2012.

MELO, M. L. de. Bases Geográficas dos Problemas do Nordeste. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 1962. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br> > Acesso em: 26/06/2016.

MENEZES, R. **O empreendedorismo tecnológico como construção social: a experiência de incubação de empresas de tecnologia da Informação do Parque Tecnológico da Paraíba.** 2013. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais.  
Disponível em : <<http://www.ufcg.edu.br/>> Acesso em 30/08/2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, **Plano territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Agreste Alagoano.** 2011. Disponível em:  
<<http://sit.mda.gov.br>> Acesso em 30/08/2016.

MIRANDA, G. M. S, **A feira na cidade: limites e potencialidade nas feiras de Caruaru (PE) e de Campina Grande (PB).**2009. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano.  
Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br>> Acesso em 01/07/2016.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O Feudo: A Casa da Torre de Garcia d Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil (2ª edição revista e ampliada).** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007. 695p .

MORAIS, O. M. de, **Organização Espacial da Indústria Nordestina: o Ceará e Alagoas em um novo contexto.**2016. Tese(doutorado) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Disponível em: <<http://teses.usp.com.br>> Acesso em: 14/04/2016.

MOREIRA, E. R. F de, **O Processo de ocupação do Espaço Paraibano.** João Pessoa: Departamento de Geografia- UFPB. 1990. Disponível em:  
<<http://www.ndihr.ufpb.br>> Acesso em: 30/06/2016.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

\_\_\_\_\_, Espaço, Capital e Trabalho no Campo Paraibano. **Revista Anpege.** São Paulo.v.7, n., p.147-160, Out. 2011. Disponível em < <http://anpege.org.br/>> Acesso em 30/08/2016.

NARDI, J. B. **Análise da Cadeia Produtiva do Tabaco da Bahia**. Salvador: Arcadia, 2013.

\_\_\_\_\_. **Fumo e desenvolvimento local em Arapiraca/AL**. Primeiras observações e análises para elaboração do diagnóstico sócio-econômico municipal e regional. Projeto FAPEAL/CNPQ-FUNESA. Impacto sócio econômico da crise do setor fumageiro em Arapiraca/AL e perspectiva. Projeto para o desenvolvimento Local, 2004. Disponível em: <http://www.readbag.com> > Acesso em 03/11/2015.

NUNES, L. D. **A dualidade básica da economia brasileira**: um ensaio sobre o pensamento de Ignácio Rangel, Monografia - Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Ciências Econômicas. Florianópolis. 2008. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br>> Acesso em: 02/07/2016.

OLIVEIRA, E. R. D. **A Paraíba na crise do século XVIII**. 2ª. ed. João Pessoa: Universitária - UFPB, 2007.

OLIVEIRA, J. L. de. **Da crise do setor fumageiro a diversificação produtiva em Arapiraca/AL**: O projeto do cinturão verde 108f. Dissertação (mestrado em desenvolvimento e Meio ambiente: Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal de Alagoas. Programa Regional de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió -2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufal.br>> Acesso em 03/11/2015.

OLIVEIRA, M. A. D. de, **Crescimento e Estagnação do cooperativismo agrícola na região fumageira de Arapiraca**. Dissertação (mestrado em desenvolvimento e meio ambiente: Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal de Alagoas. Programa Regional de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió 2005. Disponível em <<http://www.repositorio.ufal.br/>> Acesso em: 03/11/2015.

PAIM, G. **Industrialização e Economia Natural**. Ministério da Educação e Cultura – Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, 1957. 123 p.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral . A Revolução de 30: lições para a saída da crise brasileira atual. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: Departamento de Geografia FFLCH Universidade de São Paulo, 2005. p. 11714-11726. Disponível em <<http://www.univali.br>> Acesso em 30/08/2016.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 26ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PERFIL MUNICIPAL, **ARAPIRACA**. v.3. n.3. 2015. Maceió. Disponível em:<<http://dados.al.gov.br/>> Acesso em 30/08/2016.

PREFEITURA DE ARAPIRACA, Célia e Renan inauguram em Arapiraca o maior frigorífico de Alagoas, **PREFEITURA DE ARAPIRACA**. 2015. Arapiraca. Disponível em: <<http://web.arapiraca.al.gov.br>> Acesso em 30/08/2016.

PREFEITURA DE ARAPIRACA, **Potencial SócioEcnômico** – Guia de investimentos. Alagoas. 2012.

RAMOS, Pedro. Os mercados mundiais de açúcar e a evolução da agroindústria canieira do Brasil entre 1930 e 1980: do açúcar ao álcool para o mercado interno. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 559-585, dec. 2007. ISSN 1980-5330. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br>>. Acesso em: 22/08/2016.

RANGEL JUNIOR, A. G. .; SOUSA, C. M. D. **Campina Grande hoje e amanhã**. Campina Grande - PB: EDUEPB, 2013.

RANGEL, I. **Dualidade Básica da Economia Brasileira (1957)**. In: Obras Reunidas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, V. I, p. 285-354.

\_\_\_\_\_. História da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**. São Paulo, 1981. Disponível em:< <http://www.rep.org.br>> Acesso em: 03/11/2015.

\_\_\_\_\_. O Ciclo médio e o Ciclo Longo no Brasil. **Revista Indicadores Econômicos**. Porto Alegre, 1983Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br>>Acesso em: 26/06/2016.

\_\_\_\_\_. A Quarta Dualidade. **Revista Indicadores Econômicos**. Rio Grande do Sul, 1992. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br>> Acesso em 02/07/2016.

\_\_\_\_\_. Crises Gerais. **Revista de Economia Política**. São Paulo, 1992. Disponível em: < <http://resistir.info> > Acesso 26/06/2016.

REGO, W. D. L; PINZANI, A, Liberdade, dinheiro e autonomia. **Revista de Ciência Social – Política e Trabalho**, João Pessoa, nº38, p.21-42, abril. 2013. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br>> Acesso 02/07/2016.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**. 2ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras,1995.

ROMÃO, S. R. L. **A cidade do Futuro**: agenda 21 Arapiraca. Maceió: IDEARIO, 2008.

SALES, T. **Agreste, Agrestes**: transformações recentes na agricultura Nordestina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SAMPAIO, M. G. V **Uma contribuição à história dos transportes no Brasil**: a Companhia Bahiana de Navegação A Vapor (1839-1894). 2006. Tese de Doutorado em História Econômica. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br>> Acesso em: 02/07/2016.

SANT'ANA, M. M. D. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2011.

SANTOS, A. P.T. dos. **A reestruturação do território da região fumageira de Alagoas**. 2014, 228f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014. Disponível em < <http://repositorio.ufrn.br> > Acesso em: 26/06/2016.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia** – Associação dos Geógrafos Brasileiros/AGB, São Paulo, nº 53, p.35-39, fev. 1977.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTO, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. Espaço e dominação: uma abordagem marxista. **Revista Ciência Geográfica**. Bauru. 1997.

SANTOS FILHO, E. M. dos, **A emergência do Técnpolo de Campina Grande**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2007. Disponível em <<http://www.geociencias.ufpb.br>> Acesso em 30/08/2016.

SEBRAE, **Cooperativa Agropecuária Industrial de Arapiraca inaugura nova sede**. Maceió. 2011. Disponível em: <<http://www.al.agenciasebrae.com.br>> Acesso em 30/06/2016.

SEPLANDE, **Agropecuária dos Municípios Alagoanos**, n.10. Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2014.

SILVA JÚNIOR, Geraldo Francisco. **Campina Grande**: desenvolvimento histórico no século XX. In. Campina Grande em debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas. OLIVEIRA, Roberto Vêras de (Org.). Campina Grande: EDUEP; EDUFCEG, 2009.

SILVA, J, G, A de, **Raízes históricas de Campina Grande**. In GURJÃO, E, Q, de, **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande**. Campina Grande: Prefeitura Municipal de Campina Grande – Secretaria da Educação, 2000.

SILVA, K, V; SILVA, M, H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, M. M. D.; LIMA, D. M. D. A. **Sertão Norte**. 3ª. ed. Recife: SUDENE - Coordenadoria de Planejamento Regional, v. VI, 1982.

SIMONSEN, C. R. **História Econômica do Brasil 1500-1820**. Brasília: Senado Federal, 2005.

SIQUEIRA, T. V. de, As primeiras ferrovias do Nordeste brasileiro: processo de implantação e o caso da Grest Western Railway. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro. v.9, n.17, p.169-220, Jun.2002. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br/>> Acesso em: 02/07/2016.

SINGER, P. **A crise do “milagre”**: interpretação crítica da economia brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

STÁLIN. I. V. **Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico**. Rio de Janeiro: edições Horizonte, 1945. Disponível em:< <http://www.hist-socialismo.com> > Acesso em 01/07/2016.

SYLVESTRE, J. **Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1993.

TARGINO, I. **O setor industrial paraibano**. João Pessoa: Departamento de Economia - UFPB, 2014.

TENÓRIO, D. A. **Metamorfose das Oligarquias**. Maceió: EdUfal, 2009.

TENÓRIO, D. A.; LESSA, G. L. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: Sebrae, 2013.

VERÇOZA, L. V. de. Transformações nos métodos de exploração da força de trabalho na agroindústria canavieira de Alagoas. In: **Estudos do Trabalho**: 2012. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org>> Acesso em: 20/10/2013.

VIANNA, M. A. G de. Economia Agrária e técnicas Agrícolas: município de Campina Grande (1840-1905). **Revista de Ciências Sociais**. Campina Grande. n.3, p.11-56, Jul/Agos.1985.

\_\_\_\_\_. **O município de Campina Grande 1840-1905: estrutura de distribuição de terras, economia e sociedade**. Campina Grande: EDUFG, 2013.

## Anexos

### Entrevista

Data da Instalação da Empresa?

---

Escolaridade da força de trabalho?

---

Relação Convênio com as universidade e escolas técnicas da cidade?

---

Origem da Força de trabalho?

---

Destino dos Produtos?

---

Houve aumento do mix de produtos? Porque?

---

Produção mensal?

---

Mercado dos Produtos?

---

Quais fatores influenciaram na decisão da empresa em se instalar na cidade?

---

Recebeu incentivos fiscais? Eles foram determinantes para a empresa se instalar na cidade?

---

Algum outro estado chegou a oferecer incentivos fiscais?

---

Que incentivos fiscais chegaram a oferecer?

---

A empresa recebeu ou utilizou alguma linha de financiamento do BNDES ou do BNB?

---

Tempo dos incentivos estaduais?

---

De onde vem a matéria-prima?

---

Possui filiais em outros estados? E o que produzem?

---

Quantidade de funcionário? Salários?

---

Quanto metros quadrado coberto tem a empresa?

---